

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**DINHEIRO E MORALIDADE NO BOLSA FAMÍLIA:
UMA PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA**

TALITA JABS EGER

Porto Alegre
2013

TALITA JABS EGER

DINHEIRO E MORALIDADE NO BOLSA FAMÍLIA:

Uma perspectiva etnográfica

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas como requisito para obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Arlei Sander Damo

Porto Alegre

2013

CIP - Catalogação na Publicação

Eger, Talita Jabs

Título: DINHEIRO E MORALIDADE NO BOLSA FAMÍLIA: uma perspectiva etnográfica / Talita Jabs Eger. -- 2013. 210 f.

Orientador: Prof. Dr. Arlei Sander Damo

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Bolsa Família 2. Dinheiro. 3. Moralidade. 4. Antropologia. 5. Políticas Públicas I. Damo, Arlei Sander. II. Título.

TALITA JABS EGER

DINHEIRO E MORALIDADE NO BOLSA FAMÍLIA:

Uma perspectiva etnográfica

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas como requisito para obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Arlei Sander Damo (orientador/UFRGS)

Prof^a. Dr^a. Fernanda Bittencourt Ribeiro (examinadora/PUCRS)

Prof. Dr. Guilherme Francisco W. Radomsky (examinador/UFRGS)

Prof^a. Dr^a. Patrice Schuch (examinadora/UFRGS)

“O amor comeu minha altura, meu peso, a cor de meus olhos e de meus cabelos. O amor comeu minha paz e minha guerra, meu dia e minha noite, meu inverno e meu verão. Comeu meu silêncio, minha dor de cabeça, meu medo da morte”. João Cabral de Melo Neto

À Bárbara, meu amor, meu bebê.

AGRADECIMENTOS

Dedico esta dissertação a todos aqueles que me auxiliaram, direta ou indiretamente, em sua construção. Apesar de meu nome constar solitário como responsável por este trabalho, ele foi possível a partir do encontro de muitas mãos, da conjunção de muitos esforços.

Em pouco mais de duas décadas de vida escolar, dependi, diariamente, de uma rede de favores, afetos, reciprocidade. Uma rede que inicia em minha família, mas não se encerra nela. Em todos estes anos, para que eu seguisse adiante, alguns precisaram estender as mãos, adiantar-se em abrir portas, algumas vezes, janelas. Alguns precisaram abrir mão de seus próprios planos para que eu realizasse o desejo antigo de continuar estudando. Meu anseio pelos estudos estava acima das minhas reais condições para efetivá-lo. Assim, além do apoio moral e afetivo, recebi apoio financeiro.

Gostaria de agradecer a cada uma dessas pessoas que cruzaram meu caminho, que se dispuseram a abrir portas, que se adiantaram a mim a fim de diminuir meu desgaste, que deram de si para que eu pudesse seguir adiante. Sei o que quanto isso custou, em todos os sentidos, a cada um de vocês e, sei também, que nunca terei agradecido o suficiente. Quisera ter espaço para elencar cada nome, cada lembrança, cada “sim” e cada “não” que me trouxeram até aqui. Não há tempo, não há espaço e estes agradecimentos, assim como este trabalho, infelizmente não chegarão às mãos de todos.

A disposição dos agradecimentos não obedece a uma ordem hierárquica, mas temporal. Agradeço à Sandra Regina Jabs Meirelles, minha mãe, por ter me preparado para a vida não permitindo que eu me deixasse levar por ela. Obrigada por ter me ensinado a teimar, sempre! Obrigada também por ter possibilitado, de muitas formas, que eu permanecesse estudando.

Agradeço ao meu pai, Wilson Eger, por ter me mostrado, a seu modo, que havia muito mais além daquilo que me era apresentado pela escola. Recordo uma discussão que tivemos, há mais de 20 anos, sobre uma tarefa de História que eu deveria fazer em casa. Defendi, com unhas e dentes, o ponto de vista que meu livro-didático apresentava. O pai se limitou a balbuciar: “a história é sempre contada por quem vence a guerra”. Desde então, venho me perguntando sobre as histórias não contadas. O que pensam, como vivem, o que fazem e onde estão aqueles que não figuram nos livros atribuídos aos “vencedores”?

Agradeço aos meus avós, Vanilda Eger e Aury Eger (*in memoriam*), por terem aberto sua casa e suas vidas, quando mais precisei. Agradeço, sobretudo, pelos “nãos”, por todas

as limitações, impossibilidades e barreiras que me apresentaram. Sem elas, eu não teria oportunidade de pôr em prática o que a mãe me ensinou.

Agradeço ao Fernando Meirelles, meu “pai-amigo”. O pai que chegou depois e com toda paciência, afetuosidade e confiança diante da vida, apostou, literalmente, em meus sonhos. Obrigada por acreditar em mim, pelos puxões de orelha, por fazer parte de nossas vidas e pelas contribuições pontuais que fizeste em relação a este trabalho.

Agradeço aos meus irmãos – Tiago, Cecília, Sophia e Joana -, por tudo. Por estarem comigo desde sempre, por me tirarem do sério, por me fazerem rir, por serem vocês. Mestre, obrigada por ser sempre positivo, confiante e ter sempre uma palavra de carinho e otimismo. Ceci, obrigada por me ouvir, me ouvir, me ouvir. Pelos ensinamentos ortográficos imprescindíveis, pelas correções precisas, pelos conselhos valiosos, pelas risadas indiscretas e contagiantes. Sophi, obrigada por estar sempre disposta a ler e opinar sobre tudo que escrevo mesmo quando “não dá para entender direito”. Jo, obrigada por fazer parte da minha vida, por me lembrar do quão importante são os momentos de irreverência. Agradeço aos meus sobrinhos – Caio e Lorena (que está a caminho!), por existirem, simplesmente.

João Paulo, te agradeço por teres sido um grande companheiro. Dividimos muitos momentos ruins, muitas dúvidas, inquietações e também muitas conquistas, em dez anos de convivência. Tenho consciência que sem teu apoio eu não teria tido oportunidade de começar e, posteriormente, dar continuidade aos meus planos. Foi necessário que tu abrisse mão dos teus próprios projetos para que eu tivesse oportunidade de levar os meus adiante. Não posso devolver o tempo, mas espero poder retribuir o que fizeste por mim ao longo de todos estes anos.

Agradeço a minha pequena, Bárbara. Negrita, não há palavras suficientes para expressar a mudança que proporcionaste em minha vida. Obrigada por todos os beijos molhados, os abraços apertados, o copo d’água deixado em cima da minha mesa enquanto trabalho (porque, afinal de contas, eu posso “sentir dor de cabeça!”), pela música alta, por me chamar para dançar e cantar e até por ter queimado meu computador e me obrigado a parar de trabalhar por um dia. Lamento por não ter estado tão presente nos últimos tempos, por ter recusado tantas danças e ter deixado de cantar outras tantas vezes. Tu vives perguntando “*que tanta letrinha é essa que a mãe escreve?*” ou reclamando “*a mãe só gosta de ficar com essas letrinhas do trabalho dela*”, sei que ainda não consegues identificá-las, mas em breve saberás que escrevo também para ti, meu amor.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pelo suporte necessário para que eu pudesse desenvolver o mestrado.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Arlei Sander Damo, por ter acreditado em mim quando eu mesma já duvidava. Obrigada pelos debates sempre enriquecedores, pela escuta atenta e indagadora, pela confiança e por ter me dado o espaço necessário para que eu pudesse trabalhar. Agradeço principalmente pela sensibilidade demonstrada nos momentos mais complicados desta trajetória e pela franqueza com que muitas vezes me fez “tomar prumo”. “Coragem!” e “Nem pense nisso!”, foram algumas das expressões que me fizeram repensar a caminhada e não desistir da jornada.

Agradeço a todos os meus colegas da turma de 2011, pelos momentos de descontração, de debate, por termos vivido juntos situações que intercalaram expectativas, tensões, perdas. Agradeço pela oportunidade de poder debater com cada um de vocês, por ouvi-los. Agradeço pela oportunidade de aprender junto com cada um de vocês.

Alguns colegas, em especial, merecem meu obrigado. À Stephanie Bexiga pelos debates ricos, a escuta atenta e crítica, às valiosas indicações de leitura e, principalmente, pelo carinho demonstrado em momentos delicados. Ao Renan Santos, pelos conselhos e por ilustrar, com inegável talento e bom humor, meus “causos” de campo. Ao Caetano Sordi, pelas palavras de carinho, incentivo e confiança. À Priscila Borges, pelas conversas na madrugada, o apoio, o carinho e por ser #LindaMeigaEsperançosa.

Agradeço ao meu amigo querido, Marcos Freire de Andrade Neves, por estar sempre disposto a ouvir, pelos momentos de descontração, pelos cafés com quindim, pelas palavras de confiança e pelas broncas!

Agradeço aos amigos que fiz no CAMP, em especial ao João Marcelo Pereira, ao José Inácio Konzen e à Miele Ribeiro. Pelo apoio incondicional, pela amizade e pelo carinho ao longo destes dois anos.

Agradeço a banca examinadora composta pelas professoras Fernanda Bittencourt Ribeiro e Patrice Schuch e pelo professor Guilherme Waterloo Radomsky pela avaliação atenta, pelos comentários e sugestões.

Por fim, agradeço a cada uma das beneficiárias com as quais estive ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, às suas famílias por tolerarem minha presença em suas casas, às assistentes sociais dos Centros de Referência de Assistência Social de Alvorada e aos profissionais vinculados as entidades religiosas que se propuseram a participar de minha investigação. As incoerências deste mundo que partilhamos são muitas, assim, como são muitas as injustiças, as violências e os descasos. Uno-me a vocês no desejo de construir uma Alvorada mais digna e mais atenta às fragilidades de seus moradores.

Eu vou te contar
(Fauzi Arap)

*Eu vou te contar que você não me conhece
E eu tenho que gritar isso
Porque você está surdo e não me ouve
A sedução me escraviza a você
Ao fim de tudo você permanece comigo
Mas preso ao que eu criei
E não a mim
E quanto mais falo sobre a verdade inteira
Um abismo maior nos separa
Você não tem um nome e eu tenho
Você é um rosto na multidão
eu sou o centro das atenções
Mas há mentira na aparência do que eu sou
E há mentira na aparência do que você é
Porque eu não sou o meu nome
E você não é ninguém
O jogo perigoso que eu pratico aqui
Busca chegar ao limite possível de aproximação
Através da aceitação da distância
E do reconhecimento dela
Entre eu e você
Existe a notícia
que nos separa
Eu quero que você me veja nu
Eu me dispo da notícia
E a minha nudez parada
Te denuncia e te espelha
Eu me delato
Tu me relatas
Eu nos acuso e confesso por nós
Assim me livro das palavras
Com as quais você me veste.*

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo principal investigar a relação entre o dinheiro recebido pelos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e as moralidades subjacentes ao seu uso. Parte-se do pressuposto, fundamentado na literatura antropológica sobre os significados do dinheiro, que o benefício do PBF não se circunscreve a sua dimensão monetária. Ele é importante e mesmo essencial para muitas famílias, cumprindo assim a função utilitária, mas é também objeto de significações diferenciadas em relação aos outros dinheiros. A partir de uma etnografia realizada na cidade de Alvorada/RS de 2010 a 2012 são destacados os diferentes significados do dinheiro do PBF, bem como as tensões em torno dele, seja por parte dos beneficiários ou das assistentes sociais responsáveis pela operacionalização local do programa. A dissertação procura explicitar as negociações em torno do acesso e da permanência no PBF, o que implica na construção de narrativas e performances apropriadas pelos beneficiários. É mostrado, a partir de uma diversidade de casos, como se produzem as imbricações entre as demandas do público alvo do PBF e as exigências do referido programa, especialmente no que concerne à condição de vulnerabilidade e ao cumprimento das condicionalidades. Ao longo da dissertação são destacadas as agruras decorrentes da pobreza – em suas múltiplas faces -, mas sem jamais retirar dos pobres e, particularmente, das mulheres, que são as principais interlocutoras da etnografia, a capacidade plena de elaborar um ponto de vista sobre si mesmas, sobre o dinheiro do PBF e sobre a rede de assistência social.

Palavras – Chave: Bolsa Família; dinheiro; moralidade, antropologia, políticas públicas.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the relation between the money received by the beneficiaries of the Programa Bolsa Família – PBF (Family Grant Program) and the morals that underlie their use. This is on the assumption, based on the anthropological literature on the meanings of money, that the benefit of PBF is not limited to its monetary dimension. It is important and even essential for many families, fulfilling a utilitarian function, but is also subject to different meanings in relation to other funds. From an ethnography in the town of Alvorada / RS from 2010 to 2012, highlights the different meanings of PBF money, as well as the tensions around it, either by the beneficiary or the social assistants responsible for local implementation of the program. The dissertation seeks to clarify the negotiations around access and permanence in the PBF, which implies the construction of narratives and performances by the appropriate beneficiaries. It presented, from a range of cases, how they produce the overlaps between the demands of the PBF target group and the requirements of this program, especially with regard to the condition of vulnerability and compliance with the conditionality. From beginning to end of this dissertation are highlighted the bitterness resulting from poverty - in all its facets - but without ever removing from the poor, and particularly women who are the main interlocutors of the ethnography, the ability to develop a full point of view on themselves, the PBF money, the social assistance network of and so on.

Key - Words: Family Grant, money, morality, anthropology, public policy.

LISTA DE FIGURAS

QUADRO 1: EVOLUÇÃO DA COBERTURA E DOS VALORES DOS BENEFÍCIOS DO PBF.....	47
QUADRO 2: FAMÍLIAS EXTREMAMENTE POBRES (RENDA FAMILIAR POR PESSOA DE ATÉ R\$70,0).....	52
QUADRO 3: FAMÍLIAS POBRES (RENDA FAMILIAR POR PESSOA DE R\$ 70,01 A R\$ 140,00).....	53
FIGURA 1: MAPA LOCALIZANDO ALVORADA EM RELAÇÃO AOS MUNICÍPIOS LIMÍTROFES: CACHOEIRINHA, GRAVATAÍ, PORTO ALEGRE E VIAMÃO.	70
FIGURA 2: MAPA DAS REGIÕES REFERENCIADAS PELOS CRAS EM ALVORADA.....	83
QUADRO 4: ENTIDADES VISITADAS EM ALVORADA QUE OFERTAM AÇÕES VISANDO A PROTEÇÃO SOCIAL.....	159

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ASEMA	Atendimento Social em Meio Aberto
BF	Bolsa Família
BIEN	Basic Income Earth Network
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BSP	Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância
BVG	Benefício Vinculado Gestante
BVJ	Benefício Vinculado ao Adolescente
BVN	Benefício Variável Nutriz
CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais
CCDH	Coordenadoria de Cidadania e Direitos Humanos
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPA	Comunidade Evangélica de Porto Alegre
CF/88	Constituição Federal de 1988
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada em Assistência Social
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAPA	Faculdade Porto-Alegrense
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil

IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
KNH	Kindernothilfe
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
NIS	Número de Identificação Social
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PBSM	Programa Brasil Sem Miséria
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PGRM	Programa de Garantia de Renda Mínima
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTCR	Programa de Transferência Condicionada de Renda
PTR	Programas de Transferência de Renda
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RPS	Rede de Proteção Social
RS	Rio Grande do Sul
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento

de Vínculos

SEAS	Secretaria de Estado da Assistência Social
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENARC	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
STASC	Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Cidadania
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 BOLSA FAMÍLIA: um programa, inúmeras controvérsias	31
1.1 DA “PORTA DE ENTRADA” À “PORTA DE SAÍDA”: os debates em torno da pobreza e a construção de sentidos sobre o PBF	35
1.2 A TRAJETÓRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	42
1.2.1 Programa Bolsa Família: uma breve apresentação	48
1.2.2 Critérios de elegibilidade e valores dos benefícios	51
1.2.3 Condicionalidades: a “alma” dos PTCR	53
2 “BRAÇOS ABERTOS NUM CARTÃO POSTAL, PUNHOS FECHADOS NA VIDA REAL”: das estratégias locais de implementação do Programa Bolsa Família	59
2.1 O “LADO BOM DE ALVORADA”: a necessidade de “conhecer” para “amar”	60
2.2 “A GENTE EXISTE. E ISSO É BOM!”: o município de Alvorada.....	69
2.2.1 O município como “porta de entrada” para o Programa Bolsa Família: o balcão de Adriane	73
2.2.1.1 Os Centros de Referência de Assistência Social: do “acolhimento” ao “encaminhamento” para os programas de transferência de renda.....	80
2.2.2 Alvorada: “Conhecer” para intervir.....	85
3 “APÓSTOLOS”, “ASSISTENCIALISTAS” OU “AGENTES DE DISPUTAS”?	89
3.1 A LINGUAGEM DO SOFRIMENTO: da “pobreza” à “vulnerabilidade”	95
3.1.1 O cotidiano de um CRAS em Alvorada.....	101
3.1.2 Das tensões e negociações desencadeadas pelas “visitas domiciliares” promovidas por assistentes sociais	105
3.2 A POBREZA COMO MARCA: as negociações em torno da condição de “pobre” e de “vulnerável”	115
4 “VOCÊ TEM SEDE DE QUÊ? VOCÊ TEM FOME DE QUÊ?”: significados e moralidades construídos em torno do recebimento do dinheiro do PBF	121
4.1 O QUE SE PODE COMPRAR NÃO SE DEVE GANHAR: a incidência das mães-crecheiras sobre o uso do dinheiro.....	124
4.1.1 O dinheiro em família: a resignificação da moeda de acordo com as configurações domésticas	127
4.1.2 O meu, o teu, o nosso: o dinheiro para o “necessário”.....	129
4.1.3 Entre expectativas e possibilidades: dos usos e restrições do dinheiro do PBF.....	141

4.2 QUANDO O SILÊNCIO FALA MAIS ALTO: COMO AS VOZES MASCULINAS TORNAM-SE INAUDÍVEIS AS AÇÕES ASSISTENCIAIS NO ÂMBITO DO PBF	144
4.2.1 Ameaças, respeitos e constrangimentos: das possíveis explicações para o silêncio.	146
4.2.2 Ao “homem da casa” não se diz o que fazer: códigos de honra masculinos e a ética do provedor	149
5 ENTRE “ASSISTIDOS” E “USUÁRIOS”: o “acompanhamento das vulnerabilidades” realizado junto às famílias beneficiárias do PBF.....	157
5.1 DAS MORALIDADES QUE SUBJAZEM ÀS CONCEPÇÕES DE “CARIDADE” E “ASSISTÊNCIA”: entre o “assistido” e o “usuário”	165
5.2 QUANDO QUEM “ASSISTE”, “ASSISTIDO” É	171
5.3 ESPAÇOS DE DISPUTAS POLÍTICAS E MORAIS	178
5.3.1 Fórum Não Governamental das Entidades Civas	178
5.3.2 Fórum “Igreja Católica e Políticas Públicas”	179
CONCLUSÃO.....	183
REFERÊNCIAS	188

INTRODUÇÃO

“Já se disse que o amor ao dinheiro é a raiz de todos os males. A falta de dinheiro também o é”¹.

*“Eu não tenho grana
Pra sair com o meu broto
Eu não compro roupa
Por isso que eu ando roto
Nada vem de graça
Nem o pão, nem a cachaça...”²*

Elemento trivial, o dinheiro está “na boca” de todos, mas é, ao mesmo tempo, silenciado. Ora considerado como a raiz de todos os males, ora como a solução para grande parte dos problemas. Desejado e odiado. Fez-se tema de canções, de contos, de homílias, de estudos científicos, de causos, de piadas. Não obstante, os usos sociais do dinheiro se constituíram como um tema tradicional no âmbito da antropologia econômica, pouco se falou sobre o dinheiro moderno, considerado como sendo homogêneo, assexuado e isento de influências extra econômicas. Da mesma forma, quando nos detemos sobre o consumo – ação engendrada basicamente sobre a premissa de uma “economia do dinheiro” (SIMMEL, 1998) - uma série de definições preconcebidas, como “desperdício”, “vício”, “luxo”, “supérfluo”, não figuram entre as mais adequadas se intentamos compreender a diversidade de motivações dos consumidores.

Longe de figurar, como concebia Simmel, como um instrumento sem qualidade intrínseca, de caráter universalizante, abstrato e impessoal, opondo-se, assim, aos laços emocionais, pessoais, subjetivos e morais nos quais as pessoas se envolvem, o dinheiro se constitui, de acordo com a teoria antropológica contemporânea, enquanto um elemento possuidor de “qualidade social”. Neste sentido, me proponho a explorar as qualidades do dinheiro, mas não qualquer dinheiro. Nas páginas que seguem discorrerei sobre um dinheiro especial - aquele proveniente do Programa de

1 Atribui-se a frase, na qual é feita alusão à citação do Novo Testamento, ao escritor inglês Samuel Butler. In: MUGGIATI (2002, p.9).

² Trecho da música Babylon, Zeca Baleiro.

Transferência Condicionada de Renda brasileiro, a saber, o Programa Bolsa Família (PBF). Programa que visa direcionar recursos monetários, a partir do cumprimento de condicionalidades por parte de seus beneficiários, a um contingente específico da população brasileira – os “pobres” e “extremamente pobres”. Com o objetivo de tornar mais claro como o objeto desta pesquisa foi construído e formulado faz-se necessário, por um lado, contextualizarmos rapidamente a discussão em torno do PBF e, por outro, sinalizarmos em direção as teorias acerca dos *usos sociais do dinheiro* que o sustentam.

O PBF foi instituído em 2003 com o objetivo de unificar outros programas de transferência de renda do Governo Federal. Ao integrar estes programas, aumentou o valor dos benefícios e ampliou a “proteção” atendendo a um contingente maior de beneficiários, consolidando-se, desta forma, como um dos maiores instrumentos de política social brasileira, beneficiando mais de 13 milhões de famílias e tendo um orçamento, em 2012, de 20 bilhões de reais. Superado apenas em número de beneficiários pelo Sistema Único de Saúde (SUS), pelo ensino público e pela Previdência Social, o PBF, que completa 10 anos em 2013, investiu o total de 76 bilhões de reais.

Ao longo de dez anos de existência o programa vem sendo alvo de inúmeras críticas, figurando entre os aspectos mais discutidos o fato de transferir renda diretamente às famílias, os critérios de seleção (considerando-se que a renda, principal critério, é autodeclarada) e, fundamentalmente, as condicionalidades³. Contudo, parece-me que, de modo geral, as críticas – não apenas as que circulam na imprensa, mas também aquelas que subsidiam as fofocas no interior de coletividades onde os beneficiários se encontram – têm como pano de fundo o debate sobre a capacidade destes sujeitos administrarem adequadamente (ou não) os recursos financeiros recebidos.

Estas críticas, em grande medida, dizem respeito aos gastos (considerados muitas vezes supérfluos), aos possíveis desvios de recurso, a subdeclaração de renda por parte das famílias elegíveis/ beneficiárias e, por fim, aos *maus usos* do dinheiro – o que pressupõe, evidentemente, o entendimento de que há *usos adequados* para determinados tipos de dinheiro. As críticas feitas em relação aos possíveis usos que os beneficiários fazem do recurso permitem-nos pensar em duas direções opostas e complementares: a origem e o destino do dinheiro – dos cofres públicos ao bolso dos “pobres”. Trazendo a tona, portanto, avaliações, tensões e negociações que dizem

³ As condicionalidades são assumidas pelas famílias beneficiadas pelo PBF (devendo cumpri-las) e pelo poder público (responsável pela oferta dos serviços de saúde, educação e assistência social) visando o acesso destas famílias a seus “direitos sociais básicos”.

menos respeito a questão utilitária do recurso e mais sobre a sua gestão moral ou, ainda, sobre o imbricamento destas duas dimensões.

O PBF foi escolhido, portanto, por permitir que se pensasse acerca de um dinheiro que não é apenas oriundo de um programa governamental e, portanto, um dinheiro coletivo, mas que é também destinado a um grupo social cujos comportamentos, modo de vida e consumo são extremamente estigmatizados – os “pobres”. O dinheiro do PBF se caracteriza, segundo meu ponto de vista, como um dinheiro socialmente diferente de outros, na medida em que é transferido pelo poder público, fica a cargo e sob a titularidade preferencial das mulheres (de baixa renda) e, por último, é transferido tendo em vista, como condições para tal, a adesão de crianças e adolescentes a determinadas iniciativas de cunho educacional, de saúde e de assistência social. Sendo, por isso, um dinheiro, a princípio, carregado por marcas de classe, gênero e geração e atravessado por sentidos, moralidades, classificações e expectativas socialmente constituídas e permanentemente tensionadas.

Há, ainda, outro ponto relevante acerca do dinheiro do referido benefício. As diretrizes do programa limitam o público-alvo das suas ações (considerando idade, faixa de renda [linha de pobreza], etc.), mas não fazem nenhuma referência a como as pessoas *devem* gastar o dinheiro⁴. Ainda que possamos encontrar cartilhas elaboradas pelo Governo Federal a respeito das *facilidades* e *vantagens* em se ter uma conta bancária e sobre a *importância* de gastar o dinheiro da maneira mais *adequada*⁵. A própria noção de *adequado* e *inadequado* nunca (ou quase nunca) é discutida nas orientações do programa aos beneficiários.

Em relação ao desenho institucional do PBF é relevante mencionar que ele se constitui enquanto uma política intersetorial, uma vez que prevê articulação entre várias políticas do campo social (aquelas relacionadas às condicionalidades) e é executado de forma descentralizada, ou seja, a partir da parceria firmada entre os entes federados em nível federal, estadual e municipal. Deste modo, ainda que as diretrizes do programa sejam nacionais, sua implementação se dá através dos municípios.

⁴ Cabe salientar que não tomo como auto evidente a “ausência” desta orientação. No entanto, ao considerar os outros programas que foram unificados pelo PBF, podemos notar que entre todos este é o único que não dimensiona a utilização do benefício. A título de exemplo, aponto o Cartão Alimentação e o Auxílio/Vale Gás, cujos benefícios visavam um determinado tipo de consumo – alimentação e gás de cozinha, respectivamente. O Bolsa Escola, no entanto, apesar de não trazer especificações claras sobre isso, se afirmava enquanto um programa que transferia renda às famílias objetivando “manter as crianças na escola ou melhorar sua condição de aprendizagem.”

⁵ Ver por exemplo, a cartilha de “Educação Financeira para beneficiários do Programa Bolsa Família”, publicada em 2009 e disponível no site do Ministério do Desenvolvimento Social.

Cabe aos municípios, portanto, a efetiva implementação do PBF, uma vez que compete a eles a identificação de possíveis beneficiários, o cadastramento de famílias elegíveis ao programa e, posteriormente, a oferta e o acompanhamento das condicionalidades que devem ser cumpridas pelas famílias beneficiadas. Neste sentido, os municípios atuam como a “porta de entrada” para o programa, o que torna relevante o esforço a fim de identificarmos as estratégias locais visando a sua implementação, compreendendo-as enquanto um conjunto de ações que orientam não apenas a configuração dos serviços de atendimento destinados aos beneficiários, mas também os caminhos que as famílias percorrem a fim de serem inseridas no programa. Deste modo, optei por realizar o trabalho de campo em Alvorada, município de grande porte pertencente à Região Metropolitana de Porto Alegre.

O trabalho de campo a partir do qual desenvolvi esta pesquisa foi iniciado em 2010, à época eu cursava disciplinas de antropologia e estava vinculada ao Núcleo de Pesquisas sobre Culturas Contemporâneas (NUPECS) na UFRGS, como bolsista voluntária. Antes de iniciar a etnografia, contudo, dei início ao levantamento bibliográfico e documental acerca do PBF e procurei desenhar um breve roteiro de pesquisa considerando as questões e temas que foram tratados nas disciplinas de antropologia econômica que eu frequentava na época. Deste modo, a proposta inicial, elaborada neste momento da pesquisa, sofreu algumas alterações ao longo do período entre 2010 e 2013. Como procurarei demonstrar, minha construção inicial do objeto de pesquisa não foi substituída ao longo deste período, mas foi, no entanto, complementada e alargada. Considero, desta forma, que o percurso metodológico possa ser dividido em três momentos distintos, mas complementares: i) pré-projeto (antecedeu o trabalho de campo iniciado em 2010); ii) elaboração do projeto de pesquisa no mestrado – 2011 e, por último, iii) a elaboração da dissertação (entre 2012-2013).

Em um primeiro momento, no período que antecedeu minha inserção em campo, considerei pesquisar a respeito dos usos do dinheiro do PBF. Até este momento, trabalhei com a ideia de que seria possível (e razoavelmente tranquilo) pesquisar sobre um dinheiro que, conforme acreditava, se inscrevia no âmbito doméstico. De modo que, pautada, sobretudo, sobre as críticas promovidas por Zelizer acerca das teorias que definiam o dinheiro como um elemento capaz de corromper as relações íntimas, passei a me questionar sobre: “quais são os significados sociais e simbólicos do dinheiro?” No âmbito doméstico, campo de meu interesse: quais os “seus significados, usos, localizações”, bem como, de que modo “se vincula às relações de poder, classificações etárias e de gênero”? (Zelizer, 2003, p.127). E,

ainda, dentro desta mesma lógica, quais seriam os usos considerados adequados e por quê? Quais seriam as restrições feitas a ele?

Considerava, como já pontuei anteriormente, que o dinheiro do PBF poderia ser concebido como um dinheiro diferente daquele proveniente de outras fontes (salários, mesadas, pensões, etc.) e que, do mesmo modo, estaria duplamente marcado, tanto por gênero quanto por classe. Configurando-se como um “dinheiro feminino” e um “dinheiro dos pobres”. Quando investi em minhas primeiras inserções em campo, no entanto, deparei-me com algumas dificuldades ao tentar tratar sobre o tema. Em primeiro lugar, questionava-me sobre como identificar os beneficiários do programa, em segundo, uma vez identificados, como eu entraria em contato com eles e, em terceiro, no limite, como distinguir o que é feito com o dinheiro do PBF daquilo que é feito com o dinheiro proveniente de outras fontes (salários, mesadas, faxinas, doações, pensões, etc.)?

A primeira dificuldade busquei sanar procurando por famílias com as quais eu já havia mantido contato no decorrer de outra pesquisa. Contudo, me deparei com dois quadros nada favoráveis à minha empreitada. De um lado, por receio de perder o benefício, e por não terem muito claras as regras do programa (dado que se tornaria mais evidente ao longo da etnografia), os beneficiários se recusavam a conversar comigo, mesmo tendo mantido contato em outros momentos. Dona Dete⁶, por exemplo, tentando me explicar a recusa de Marta, sua nora, em conversar comigo, afirmou: “*a minha nora recebe, mas tem medo de perder a Bolsa*”. Do outro, o desconhecimento sobre quem recebe de fato o benefício em contraposição as inúmeras fofocas que ouvi acerca do mau uso do dinheiro do programa: “*tem gente que compra droga*”, “*batom*”, “*salgadinho para as crianças*”, “*aqui na vila tem um monte de gente que recebe*”, mas “*quem?*”.

Entre os poucos que aceitaram conversar comigo sobre o dinheiro do programa, surpreendeu-me a convergência de suas respostas. Em regra, quando questionados sobre o que faziam com o dinheiro proveniente do recurso do PBF, as mulheres me diziam que compravam comida, pagavam luz, água e aluguel. Não demorou para estas respostas me causarem estranhamento, principalmente, porque uma das primeiras coisas que observei ao visitá-las era justamente a situação em que encontravam-se instaladas – em vilas de ocupação, sem nenhuma (ou com pouca estrutura) fornecida pela prefeitura, sem luz elétrica e, por vezes, sem água encanada. Contudo, foi Dona Emília quem me permitiu perceber o quão indelicada eu estava sendo ao tratar sobre o tema. Mesmo conhecendo a literatura acerca do dinheiro,

⁶ A fim de resguardar a identidade de meus interlocutores todos os nomes aqui mencionados são fictícios.

compreendendo a dificuldade em se falar sobre o tema, quando passei a investigar sobre o PBF, tantas eram as vozes a falar sobre ele que acreditei que não encontraria maiores problemas para abordar o assunto. Assim, sem conseguir perceber a tênue linha que separava as falas sobre o dinheiro do PBF que pertencia aos “outros” daquele que pertencia aos meus interlocutores, eu questionava, sem a menor sensibilidade e delicadeza, sobre o que faziam com o recurso, tendo por interesse compreender qual era seu potencial de compra. Dona Emília, responsável pela primeira ruptura a qual o trabalho de pesquisa foi submetido, me respondeu de forma tão indelicada quanto a minha abordagem: “*não te interessa! Nem as assistentes [sociais] podem perguntar isso para gente!*”.

Passei, então, a procurar por alternativas que me permitissem dar continuidade à etnografia. Neste processo de mapeamento das possibilidades de inserção em campo e de formas mais adequadas de abordar o tema, ocorreu-me procurar entre amigos, familiares e conhecidos, possíveis indicações de beneficiários do PBF. Essa ideia foi logo descartada, na medida em que passei a considerar o quão delicado seria tratar sobre a temática com pessoas que pertenciam a minha rede de relações pessoais. Eu não poderia e não desejava pôr o trabalho a perder. A saída mais viável (na verdade, a única segundo os critérios que estabeleci) seria procurar desconhecidos, beneficiários com os quais eu não tivesse nenhum contato, explicar-lhes a pesquisa e iniciar as observações e entrevistas, quando houvesse necessidade.

Acessar beneficiários através dos órgãos responsáveis pela implementação e gestão do programa no município, tendo como objeto de interesse o dinheiro do PBF, não figurava entre minhas estratégias de inserção, por compreender que os impedimentos éticos se sobreporiam aos objetivos e resultados da investigação. No entanto, a dificuldade em iniciar o campo, em identificar os sujeitos participantes da pesquisa, tornava o processo extremamente angustiante. E pairava sobre mim a dúvida sobre a factibilidade do tema de pesquisa. Diante da inquietude proveniente da impossibilidade que encontrava em construir um local de observação razoável para dar início ao trabalho, decidi que precisava contatar os órgãos municipais, não a procura de informações sobre os beneficiários, mas em busca de dados sobre a implementação do Programa no município, número total de famílias beneficiárias, programas e ações municipais vinculados ao BF, etc.. Obviamente, muitos destes dados, principalmente os quantitativos, podem ser encontrados no site institucional do PBF, mas eu partia em busca de informações que me permitissem compreender o contexto e, acima de tudo, sair do estado de estagnação no qual me encontrava.

Fui informada de que a Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania (STASC) era a responsável, no município, pelo PBF. A partir deste contato com a Secretaria, tive a oportunidade de acompanhar a rotina de parte dos profissionais, principalmente aqueles responsáveis por fornecer as primeiras informações sobre o PBF e, também, dialogar com eles sobre suas impressões acerca do programa. Ao longo das tardes que permaneci sentada acompanhando o fluxo de pessoas que entravam na STASC em busca de informações sobre o cadastramento, o atraso nos pagamentos dos benefícios ou, ainda, sobre cursos profissionalizantes vinculados ao Bolsa Família (BF), passei a me questionar sobre a potencial incidência das assistentes sociais sobre o cotidiano dos “usuários” dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), mas também, e principalmente, sobre os beneficiários do programa. Após ter frequentado a STASC e um dos CRAS da cidade por algum tempo, foi-me permitido acompanhar as assistentes sociais “em visita” – forma como se referiam às visitas que realizam às famílias referenciadas a unidade. Incomodava-me, no entanto, o fato de ser confundida com uma das profissionais o que, segundo avaliei, impossibilitaria que eu retornasse à casa destas famílias em outros momentos.

Apoiando-me no trabalho de doutorado realizado por Maria Mercedes Rabelo, uma investigação sociológica que almejava compreender como “os beneficiários percebem o PBF e que sentido atribuem à sua participação” (2011, p.20) no programa⁷, fui levada a considerar a possibilidade de procurar uma ou duas escolas no município de Alvorada e seguir um percurso metodológico semelhante. Minha expectativa, porém, ainda girava em torno da necessidade de conduzir a etnografia. O que, no meu caso, era ainda mais importante do que a realização de entrevistas. Intencionava estabelecer o primeiro contato com beneficiários através das escolas, mas, uma vez dado este passo, prosseguir acompanhando-os e dialogando com eles em outros espaços. Até este momento, apesar de compreender a importância em estabelecer um ‘local de observação’ distante dos órgãos públicos e, principalmente, daqueles responsáveis pelas condicionalidades, não tinha a dimensão da influência do ambiente escolar sobre o pertencimento das famílias beneficiárias ao programa.

⁷ A autora conduziu a pesquisa em dois bairros de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Após estabelecer contato com assistentes sociais e gestores do BF, a pesquisadora solicitou autorização para realizar entrevistas semiestruturadas – que correspondiam a um segundo momento de sua investigação - com beneficiários em CRAS e escolas. Tendo recebido autorização e identificado as possíveis entrevistadas, Rabelo enviou cartas-convite às mães das escolas locais. A carta, conforme a autora indica (2011, p.33), apresentava três alternativas para serem marcadas pelas responsáveis pelo benefício: “Não quero (não posso) participar nesse dia”, “Quero participar, mas não posso nesse dia” e “Posso participar nesse dia e horário”. Mencionava-se ainda que seria pago o valor de 10 reais, a título de ajuda para deslocamento ou quaisquer outros custos relacionados à participação na entrevista.

Como já havia lecionado em uma escola particular do município, possuía alguns contatos com professores da rede municipal. Através de uma professora do município recebi a permissão para apresentar o projeto à diretora que, por sua vez, tendo ouvido minha proposta considerou que as famílias não responderiam aos “bilhetes” já que, segundo ela, não respondiam nem aos “bilhetes” que diziam respeito às questões relacionadas diretamente ao comportamento ou desempenho escolar de seus filhos. Sugeri então que eu identificasse as famílias beneficiárias e entrasse diretamente em contato com elas. Segundo me disse, as fichas das crianças beneficiadas pelo programa traziam uma identificação, uma vez que, se fazia necessário acompanhar “*mais atentamente*” suas frequências escolares. Assim, recebi autorização para acessar as fichas de todas as crianças matriculadas na escola, e anotar os dados pessoais daquelas que me interessassem. Desde o início, a possibilidade de acessar endereços, telefones e dados pessoais em fichas, que deveriam ser, a princípio, confidenciais, me pareceu uma péssima ideia. Fui levada à sala de professores, onde os arquivos estavam dispostos, para iniciar meu trabalho de “pesquisa”. Quando lá cheguei, estavam presentes na sala, quatro professoras, a secretária e a vice-diretora que, imediatamente, passaram a questionar-me sobre o objeto de minha investigação.

Expliquei-lhes, rápida e superficialmente – até porque o objeto ainda estava em construção -, que pretendia realizar uma pesquisa a fim de compreender os usos que se fazia do dinheiro do PBF. As profissionais então passaram a expressar suas opiniões sobre o programa, os beneficiários e os destinos que acreditavam eram dados ao recurso. Foi interessante observar como, mesmo eu tendo apresentado o problema referindo-me ao PBF, e reiterado este dado ao longo da conversa, as profissionais referiam-se, o tempo todo, ao Programa Bolsa Escola (um dos programas unificados pelo BF). Segundo elas, deveria haver uma maior fiscalização em torno dos beneficiários, uma vez que, o dinheiro “da Bolsa Escola” era destinado ao gasto “com as crianças”, “com material escolar”, com “uniforme”, com “roupas e calçados” e, segundo as observações que faziam em relação aos seus alunos e alunas, o dinheiro recebido e administrado pelos pais não era empregado adequadamente, ou seja, não era direcionado a estes gastos – considerados por elas, como sendo os mais apropriados. Em meio às críticas generalizadas que faziam ao Programa e aos gestores que não conseguiam fiscalizar de maneira eficaz, as professoras citavam nomes de pais e alunos, casos específicos que consideravam serem os mais absurdos. O “*Miguel, por exemplo, vem de Havaianas no inverno*”, “*Bruna, vem pedir [na secretaria] lápis e papel... porque [os pais] não compram o material [escolar] se recebem a Bolsa Escola para isso?*”.

Não cheguei a acessar os documentos e informações confidenciais dos alunos. No entanto, a experiência promovida pela visita à escola me permitiu considerar que, mais importante do que deter minha atenção sobre os efetivos usos feitos do recurso oriundo do programa (através do estudo sobre os itens consumidos, por exemplo) ou ainda, mais interessante do que atentar apenas para o que os próprios beneficiários falavam sobre isso, era observar os *diversos discursos engendrados nas relações constituídas a partir do PBF* e focar sobre os valores morais expressos principalmente no que diz respeito ao que se considerava como sendo *adequado* ou *inadequado* quanto ao uso deste dinheiro.

Neste momento já detinha algumas informações acerca do número de CRAS na cidade, suas localizações, o número de bairros abrangidos por cada um deles, os contatos dos responsáveis e a autorização da STASC para acompanhar as assistentes e as atividades dos CRAS (desde que os responsáveis e as profissionais não se opusessem a minha presença⁸). Este elemento proporcionou a possibilidade de adequar uma das questões da pesquisa. Ao procurar refletir sobre os valores morais que orientariam o uso do dinheiro do programa, eu passei a focar também no grau (e na possibilidade) de ‘influência’ - gerada a partir das relações travadas entre as famílias e as assistentes sociais⁹ -, sobre os entendimentos acerca daquilo que era considerado “adequado” ou “inadequado” em relação ao benefício monetário.

A estratégia definida para empreender tal tarefa, foi escolher um CRAS, no qual eu deveria acompanhar as assistentes sociais e, um dos bairros referenciados pelo mesmo CRAS, mas que, por estar mais distante dele, não recebia visitas com a mesma frequência (dado confirmado pelas assistentes e também pelas beneficiárias com as quais mantive contato tempos depois). O CRAS A se mostrou como a melhor opção. Eu já havia recebido permissão para acompanhar Berenice, e possuía alguns contatos com lideranças comunitárias em um dos bairros referenciados que, mesmo pertencendo à mesma região, encontrava-se desprovido de qualquer atendimento e localizava-se a uma distância considerável, o que impedia que os “usuários” do serviço e beneficiários do BF o procurassem com frequência. Intentava, neste momento, observar as estratégias e negociações que beneficiários e operadores do PBF articulavam tendo em vista as regras e condições previstas pelo programa.

⁸ Nosso acordo estabelecia também que deveria haver aceitação prévia por parte das famílias visitadas pelas assistentes. De modo geral, elas me apresentavam como uma “estudante da UFRGS” e questionavam sobre a possibilidade de eu acompanhar ou não a visita.

⁹ Optei por marcar a dimensão de gênero, referindo-me sempre “às assistentes sociais” porque ao longo da pesquisa realizada não conheci nenhum assistente social. A maior parte dos trabalhadores nos CRAS são mulheres.

Foi durante este período da pesquisa que observei que, em torno do PBF, gravitava uma rede de proteção social mais ampla, ou seja, integrando outros agentes e entidades que não aquelas vinculadas diretamente aos órgãos municipais (à Rede do Sistema Único de Assistência Social [SUAS]). Considerando o perfil do município, a maior parte dos beneficiários acaba por receber atendimento direto (tendo em vista, inclusive, o cumprimento de algumas das condicionalidades) por parte de assistentes e profissionais vinculados ou à rede de assistência não governamental (unidades conveniadas da rede de proteção social básica), constituída majoritariamente por entidades religiosas, ou à rede de proteção social informal, mantida, principalmente por organizações comunitárias, voluntários e doações¹⁰.

Levando em consideração o cenário apresentado pelo campo de pesquisa, decidi que seria conveniente prestar atenção as consequências desta fragmentação e complementaridade das atividades voltadas à proteção social no que tange, obviamente, ao entendimento acerca do recurso do PBF.

Assim, no bairro onde o CRAS estava sediado, limitei-me a acompanhar as assistentes “em visita”, a participar e observar as atividades (oficinas, encontros, etc.) promovidas pelos CRAS e também dos espaços de discussão e deliberação política nos quais se encontravam tanto representantes das unidades públicas de assistência social quanto aqueles vinculados as unidades conveniadas e organizações comunitárias e religiosas. Como poderá ser visto adiante, ainda que estes espaços não tenham sido formulados e pensados para discutir unicamente sobre o PBF, de modo geral, este era um dos pontos mais debatidos e as críticas acerca do dinheiro e das posturas dos beneficiários em relação ao benefício surgiam espontaneamente.

No que diz respeito ao bairro referenciado, mas distante do CRAS A, a fim de conhecer e contatar famílias beneficiárias procurei por uma liderança comunitária (e proprietária, à época, de uma creche) com a qual eu já mantinha contato. Obviamente, imaginei estar acessando uma rede mais “neutra” em relação ao meu objeto de pesquisa, o que, na prática, apontou para a presença e importância das já referidas organizações e lideranças comunitárias. Através dela obtive acesso a algumas famílias beneficiárias e não beneficiárias, e também, as festas, reuniões, brechós, “chás de mães”, etc., em que estas mesmas famílias se encontravam em interação. Meu interesse era entrar em contato com as pessoas por ela apresentadas e, a partir destas buscar outras famílias beneficiárias – ainda considerava que seria possível

¹⁰ Zelizer (1994) chamou atenção para o fato de que a vigilância sobre o uso do dinheiro, os meios de aquisição, os mecanismos de administração, bem como suas interdições esteve, durante muito tempo, a cargo não apenas das entidades religiosas, mas também daqueles que voltavam sua atenção para as “questões sociais” em suas mais diversas apresentações e modalidades – os assistentes, ou trabalhadores, sociais.

acessar uma rede de beneficiários. Contudo, deparei-me com certo ‘desconhecimento’¹¹ acerca de quem, entre os vizinhos, recebia o benefício e, diante de um pequeno número de famílias dispostas a tolerar minha presença, com receio de não possuir um cenário razoavelmente diverso, optei por solicitar auxílio entre meus amigos e conhecidos, solicitando que me apresentassem (ou indicassem) famílias beneficiárias que, informadas sobre meu trabalho, aceitassem conversar comigo a respeito. Desta solicitação, resultou meu contato com uma beneficiária cuja trajetória de vida destoava da maioria de minhas interlocutoras. Maria Rosa era, segundo ela mesma, “rica”. E após perder tudo o que tinha, tornou-se beneficiária do PBF.

Devido algumas adversidades no campo, fez-se necessário buscar a inserção em outro universo empírico. Novamente recorri a amigos e conhecidos. Desta vez, fui levada a Ilha da Pintada, em Porto Alegre, neste caso, em especial, o objetivo não era percorrer a rede de proteção social, nem mesmo etnografar, da mesma forma que foi realizado em Alvorada, mas, *conversar com*, entrevistar famílias que, moradoras de outro município e, portanto, sujeitas a outras relações e configurações sociais, poderiam apresentar entendimentos distintos acerca do dinheiro do benefício do PBF ou corroborar os discursos que eu vinha acompanhando em Alvorada.

No momento em que passei a refletir sobre as estratégias utilizadas pelas famílias beneficiárias a fim de dialogarem com as regras e condições impostas pelas assistentes sociais, redirecionei meus instrumentos metodológicos deixando assim de questionar diretamente sobre o dinheiro do PBF e passando a questionar sobre suas impressões acerca do programa. Para minha surpresa, ao perguntar sobre o PBF as mulheres beneficiárias falavam-me sobre o dinheiro proveniente dele. De modo que, metodologicamente (em termos de abordagem às interlocutoras), passei a conceber o PBF como dinheiro.

Foi neste contexto em que, o dinheiro, antes, considerado como duplamente marcado, passou a se mostrar como um elemento permeado pelas mais diversas relações sociais, institucionais e hierárquicas. Razão pela qual, eu intentava refletir não apenas sobre o âmbito doméstico, mas também sobre os princípios e critérios morais que orientam os diferentes usos do dinheiro do PBF e, conseqüentemente, sobre a incidência tanto das assistentes sociais, quanto dos agentes responsáveis pela proteção social de um modo geral, sobre o cotidiano das famílias beneficiárias, principalmente no que diz respeito à produção e assimilação de princípios morais (possivelmente) destoantes daqueles sobre os quais os beneficiários ancoravam suas relações.

¹¹ Tratava-se, à bem da verdade, de um assunto abordado com reserva.

Parto, portanto, da perspectiva de que os beneficiários gozam de certa autonomia no que diz respeito aos usos do dinheiro do PBF. Autonomia que considero *relativa*, na medida em que, por um lado, o uso do benefício não é orientado por nenhuma diretriz do programa, por outro, entendo que as condições locais, as relações entre beneficiários e não beneficiários (muitas vezes famílias que também possuem o perfil para participarem do programa, sendo, portanto elegíveis) e a relação entre beneficiários e os agentes prestadores de proteção social (sejam eles governamentais ou não) são elementos importantes na construção de discursos sobre o que é considerado o “mais” e o “menos” *adequado* no que diz respeito ao uso do dinheiro do PBF. Os significados atribuídos a este dinheiro são moldados a partir das relações sociais - relações de gênero travadas no núcleo doméstico, por exemplo - já existentes e, se constituem, segundo a perspectiva analítica a partir da qual parto, como responsáveis também por ressignificar e redimensionar estas mesmas relações.

Esta perspectiva analítica me conduziu, ao longo do processo de escrita da dissertação, a estender minha reflexão também às compreensões que subjazem a configuração e constituição das diretrizes governamentais que orientam o PBF, segundo as quais, o recurso se destina aos “pobres”, compreendidos neste contexto como aqueles que se enquadram nas linhas de pobreza que constituem o processo de focalização do programa.

Deste modo, esta dissertação encontra-se organizada em cinco capítulos. Cada um deles é responsável por abordar de forma mais aprofundada uma determinada configuração moral sobre a qual os entendimentos e percepções sobre o PBF, principalmente o que diz respeito ao dinheiro, encontram-se fundadas. Por *moral*, compreendo “um conjunto de normas, aceitas livres e conscientemente, que regulam o comportamento individual e social” dos humanos (VASQUEZ, 2003), por *moralidade*, segundo o mesmo autor, pode-se compreender a “moral em ação, a moral prática e praticada” (op.cit., p.66). Estes dois níveis presentes na noção de moral – o normativo e o fatural - possuem qualidade social, contudo, o que os diferencia, é que enquanto o primeiro configura-se como “plano ideal” (podendo, por isso, não se concretizar), o segundo se constitui como um “componente efetivo das relações humanas concretas”. Deste conjunto de relações emergem distintas configurações morais que coexistem e se perpassam mutuamente. Segundo a perspectiva analítica proposta por Fassin (2012), poderíamos pensá-las enquanto constituintes de uma “economia moral”. Compreendida por este autor como correspondendo a “produção, distribuição, circulação e utilização das emoções e dos valores, das normas e das obrigações no espaço social” (2012, p. 360).

Os dois primeiros capítulos são atravessados pelo debate acerca da “pobreza” – considerado como principal elemento constituinte e norteador das linhas de elegibilidade a partir das quais os beneficiários são incluídos no programa. No primeiro, me proponho a destrinchar o processo de consolidação das diretrizes nacionais do PBF, conduzindo minha reflexão a partir do diálogo com especialistas no tema, mas também promovendo o debate entre eles e as provocações apresentadas em grande medida pela mídia estadual e nacional. Trata-se, aqui, de atentar para uma moral pública.

O segundo capítulo, atende a necessidade de debruçarmo-nos sobre os processos de implementação local do PBF. Atentando para as características do município de Alvorada, o percurso percorrido pelos beneficiários e os mecanismos através dos quais o programa é operacionalizado em nível municipal, focando, especificamente, sobre a rede de proteção social e os serviços socioassistenciais ofertados no âmbito das condicionalidades. Neste segundo momento, interessa apontar para o processo de reapropriação e ressignificação ao qual o programa está sujeito na medida em que é executado.

O terceiro e quinto capítulos, apesar de ‘distantes’ um do outro, são responsáveis por conjugar o debate em torno da rede de proteção social em suas mais diversas configurações (governamental e não governamental, respectivamente). Discussão importante, na medida em que o PBF procura integrar e articular distintos setores da sociedade (educação, saúde e assistência social, por exemplo) a transferência de renda, tornando, deste modo, as intervenções e os acompanhamentos por parte das assistentes sociais práticas corriqueiras e necessárias. É neste contexto que pensar sobre quem são os profissionais que desempenham (ou deveriam, segundo as diretrizes nacionais) estas atividades e quais suas expectativas em torno das ações que executam, se torna imprescindível para o desenvolvimento desta pesquisa. Ao contrário do que indicam as diretrizes nacionais do programa, a partir das quais se propõe intervir sobre a “pobreza”, do ponto de vista da assistência social, o que pesa é a averiguação e o acompanhamento das “vulnerabilidades”. Arrisco-me a inferir que, no contexto do BF, é menos complicado comprovar o *status* de “pobreza” do que o de “vulnerabilidade”. Esta última é compreendida pelos assistentes sociais como condição daqueles que são “os mais pobres” entre os “mais pobres” e é a eles que, segundo elas, o programa deve se dirigir. Desta forma, torna-se necessário atentar para as justificações (BOLTANSKI, 2001) e para a linguagem do sofrimento (MELO, 2011) que permeiam a relação entre as famílias e estes profissionais.

A forte presença de entidades religiosas neste campo de atuação (principalmente no que diz respeito à oferta de serviços e ações visando o cumprimento das condicionalidades por parte das crianças e dos adolescentes), complexifica o contexto e as relações sobre as quais os beneficiários estão sujeitos. E, no que diz respeito à implementação do programa em si, as ações que estas entidades destinam aos beneficiários empregam sobre este grupo um conjunto de normativas, características, expectativas e classificações distintas daqueles que partem das unidades e dos agentes públicos.

Retomando a importância das relações familiares intrínseca aos grupos de baixa renda, remeto o quarto capítulo aos objetivos iniciais desta pesquisa – as classificações empregadas ao dinheiro do PBF no interior dos núcleos domésticos. Em um primeiro momento, abordarei sobre o que as beneficiárias alegam fazer com o recurso financeiro que recebem do programa, como justificam seus usos e como delimitam suas interdições para, em um segundo momento, me deter com um pouco mais de atenção sobre as implicações da proeminência da presença feminina sobre os titulares do benefício e sua respectiva incidência sobre as relações com os homens neste contexto.

A configuração moral em torno do dinheiro do PBF varia, portanto, de acordo com outras modalidades de configuração, como aquelas constituídas pelos núcleos domésticos e as configurações compostas pela rede de proteção social, por exemplo. Em Alvorada, como veremos, se aos CRAS cabe um maior controle no que tange as famílias que serão beneficiadas pelo programa, as entidades religiosas, as organizações comunitárias e aquelas não religiosas pertencentes ao Terceiro Setor, cabe um maior acompanhamento das condições de vida e das necessidades apresentadas por parte das famílias, promovendo um interessante debate acerca da diferença e da complementariedade entre “ajuda”, “assistência”, “direito”.

Do mesmo modo, o dinheiro do PBF não possui o mesmo significado e a mesma incidência sobre núcleos domésticos distintos. De forma que, há que atentar para aqueles nos quais as mulheres não possuem companheiros e criam seus filhos “sozinhas”, àqueles nos quais os homens estão empregados e àqueles nos quais os homens estão desempregados, apenas para citar algumas das configurações possíveis. Há, ainda, que observar de forma mais atenta, a trajetória destes beneficiários na “pobreza” ou, dito de outra forma, suas trajetórias como “pobres”.

Entre o terceiro e o quarto capítulo inclui um encarte contendo três narrativas etnográficas que são fruto de um exercício de escrita no qual eu procurei não apenas elucidar os dramas presentes nas histórias de parte de meus interlocutores, mas também abordar a dimensão socioeconômica partilhada por eles, mas vívida e

experienciada de maneiras diversas – a pobreza e os valores morais que lhe atravessam e dão sentido.

As narrativas etnográficas foram produzidas a partir de um exercício de escrita proposto na disciplina de Antropologia das Emoções, conduzida pelo professor Arlei Sander Damo (em 2012/1) e cumprem o objetivo de tocar em alguns dos aspectos que considero mais delicados e mais complicados de tratar nos termos das narrativas avalizadas academicamente - a *morte*, a *violência*, o *sofrimento*, a *miséria*, a *fome*, entre outras com as quais a *pobreza* convive. Refletem, sobretudo, o momento em que estas histórias me foram narradas. O momento em que me encontrei com essas personagens, as experiências que vivemos juntas e as sensações e pensamentos decorrentes destes encontros. Assim como o papel cumprido pelos registros imagéticos em algumas etnografias, as narrativas aqui presentes cumprem uma função ou estratégia expressiva, na tentativa de recompor, através de uma escrita diferenciada, um cenário ou, talvez, uma experiência partilhada. É uma tentativa de ultrapassar as convenções do texto etnográfico, valendo-se de certo aperfeiçoamento da escrita no sentido de dar voz àquilo que oprime, agride, choca, enfim, àquilo que tende a desaparecer quando registrado conforme os cânones da ciência, com sua mirada distanciada. Dizendo de maneira concisa, trata-se de refinar uma forma de escrita para que seu dito seja tão desconcertante quanto foi a experiência de frequentar esses lugares onde viver, a mais elementar de todas as experiências, é um desafio constante.

1 BOLSA FAMÍLIA: um programa, inúmeras controvérsias

Nós construímos a tecnologia social mais avançada do mundo. Porque um país só pode retirar 36 milhões de pessoas da miséria com um programa como o Bolsa Família quando, além de ter sensibilidade para a dor dos mais pobres, possui também a capacidade técnica, qualidade de gestão, honestidade moral e coragem política para realizar um feito dessa magnitude¹².

A comida escassa devido à seca está fazendo piauienses caçarem roedores para complementarem a alimentação. (...) Apesar de a maioria dos moradores de Brejinho ter acesso ao Programa Bolsa Família, eles afirmam que o dinheiro que recebem não dá para comprar a "mistura" para o almoço e acabam saindo à caça de ratos para servir de carne na alimentação¹³.

É neste cenário polissêmico e, por vezes, escorregadio - entre a euforia política e análises que beiram o sensacionalismo - que o Programa Bolsa Família (PBF) vem sendo noticiado e apresentado à maior parte da população ao longo de quase dez anos de existência, principalmente pelos meios de comunicação de massa (rádio, televisão, revistas, jornais, internet, etc.), sejam eles oficiais (vinculados a instâncias governamentais) ou não.

O texto que inicia esta seção diz respeito a um trecho do pronunciamento da Presidente Dilma Rousseff no qual ela, ao apresentar novas medidas relacionadas ao Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), menciona a importância do PBF, tanto em relação a sua execução quanto ao seu alcance e cobertura. Diante da complexidade do desenho institucional do PBF, são inúmeros os aspectos que merecem receber atenção, no entanto, gostaria de apontar para a presença do debate acerca do contingente de "miseráveis" sobre os quais os implementadores do programa acreditam ter incidência. Discutirei este ponto, apresentando mais detalhes oportunamente.

Em seguida temos um excerto de uma reportagem divulgada pelo Portal UOL, um mês após o pronunciamento acima referido. Nela, argumenta-se em torno da permanência da fome e da seca que há décadas assola parte da população nordestina. Não obstante, ao fazer referência às precárias condições de vida da população e ao pouco impacto que o PBF causaria neste contexto, os responsáveis

¹² Pronunciamento da Presidente Dilma Rousseff, em 19 de fevereiro de 2013, ao anunciar as novas medidas do Plano Brasil Sem Miséria. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=rBVLX_O8RV8. Consultado em 09 de março de 2013.

¹³ Matéria divulgada no Portal do UOL, intitulada "Moradores do Piauí comem rato-rabudo para matar fome na seca", publicada no dia 10 de março de 2013. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/03/10/moradores-do-piaui-comem-rato-rabudo-para-matar-fome-na-seca.htm>. Consultado em 10 de março de 2013.

pela matéria apontam para o consumo do que chamam de “rato” como a saída encontrada pelos moradores de uma pequena localidade do Piauí para burlar a fome.

Ambos os registros impressionam pelos argumentos e pelos cenários que apresentam, mas em torno de nenhum deles parece haver consenso. Especialmente em relação ao segundo, um interessante debate se seguiu a sua divulgação. E, enquanto a matéria original sobre a alimentação baseada em “ratos” foi difundida através de um portal da web relativamente conhecido, as publicações em resposta permaneceram em nível local. O que interessa, no entanto, é observar que a discussão que sucedeu a notícia (realizada, em grande medida, através dos comentários dos leitores) girava em torno de dois argumentos principais. O primeiro reiterava a informação disponibilizada pelo UOL, confirmando a situação precária sobre a qual muitos nordestinos ainda vivem e indicando a possibilidade de, em algumas localidades, a população se ver obrigada a se alimentar dessa forma, dada a ausência de condições em adquirir alimentos de outra qualidade e a pouca relevância dos recursos disponibilizados pelo PBF sobre este quadro:

Estranho a atitude do 180 graus, assim como a da TV Cidade Verde em ajudar o governo do PT na tentativa de criar um factóide e tentar descredenciar a reportagem do site UOL sobre a famigerada situação dos sertanejos no sertão do Piauí, fiquem sabendo os senhores que a carne do rabudo não faz parte da culinária, nem dos costumes do povo desse estado, se estão comendo esse tipo de animal é porque tem fome, é porque o maravilhoso programa bolsa família, não é suficiente, é porque o bolsa estiagem até hoje não chegou lá, é porque não se faz nada pra amenizar a situação em períodos de seca como construção de barragens e cisternas, é porque a miséria ao contrário do que prega o governo, não acabou, está longe de acabar. A reportagem do UOL é séria e verdadeira, eles foram até lá e gravaram depoimentos reais, portanto gostaria de lembrar a vocês, que os alimentos que fazem parte da cultura e costumes do nosso estado são Maria Izabel, Panelada, Dobradinha, Buchada de bode, Cuscuz, Carne de sol, Rabada... alimentos esses que infelizmente os sertanejos não tem mais acesso dada a condição miserável que se encontram graças a políticos infames e ladrões que se perpetuam no poder à vários anos [sic]. (Comentário em resposta à matéria divulgada pelo UOL)

O segundo registro, por sua vez, procura explicitar a diferença entre “rato” e o “rabudo”, espécie que aparece nas imagens da reportagem divulgada pelo UOL e, sob alegação de que se trata de um prato típico da região, procura invalidar o que fora noticiado através da matéria que originou a discussão.

Pode até ser que exista alguém no Piauí ou em qualquer canto do mundo que coma ratos, mas com certeza, não é na localidade Brejinho, povoado da cidade de Assunção do Piauí, a cerca de 283 km ao norte da capital Teresina.

(...) Não sei de onde tiraram essa informação. Aqui ninguém nunca precisou comer rato. O que foi divulgado é mentira. As fotos da internet são de uma

caça bastante comum na região, o rabudo. Ele é encontrado no mato, assim como outras caças que nós nos alimentamos como o tatu, o preá, a cotia e o mocó, mas rato não, disse Kim Bezerra, que é irmão de Genivaldo Bezerra, um dos entrevistados na matéria da UOL¹⁴.

Neste contexto, em que o debate midiático adquire um caráter “esquizofrênico” (WEISSHEIMER, 2006, p.53), alguns temas relacionados ao programa ocupam um espaço central nos debates públicos. Lindert e Vincensini (2008; 2010), tendo realizado uma análise do conteúdo midiático sobre o PBF¹⁵, elencaram algumas “percepções gerais da mídia sobre o Programa” (2010, p. 9). Entre as menções consideradas como “desfavoráveis” e “favoráveis” encontram-se referências sobre a focalização e os pagamentos dos benefícios, cobertura do programa, fraudes e controles, condicionalidades, dependência e saída, financiamento e programas complementares (op. cit., p.15). As autoras afirmam que as discussões apresentadas pela mídia, no caso, especificamente jornais impressos, têm exercido um papel importante na medida em que evidenciam os “desafios e melhoramentos” no que tange à implantação de Programas de Transferência de Renda (PTR) no Brasil.

Ainda que eu não possua, como principal objetivo desta investigação, fazer análise do conteúdo divulgado acerca do PBF pela mídia - o que, sem dúvida, merece uma atenção maior do que receberá nestas breves linhas - considero relevante apontar o fato de que é através destas fontes que grande parte dos beneficiários, daqueles que são elegíveis, bem como da população em geral, se informam sobre o programa. Deste modo, parece-me pertinente apontar para o discurso midiático não apenas como formador de opinião, mas também como um indicador das tensões morais que atravessam os entendimentos sobre o PBF.

Neste momento, evoco o debate promovido por Lindert e Vincensini (2008; 2010) com o objetivo de mostrar que os elementos apontados por elas como sendo aqueles que recebem maior atenção por parte da grande mídia são, de certo modo, os mesmos que recebem atenção por parte dos especialistas no tema, o que poderia ser explicado pelo fato de que dizem respeito às principais características do modelo de intervenção sobre a pobreza baseado em transferências condicionadas de renda. Isto se torna interessante quando observamos a agenda intelectual que se criou a partir do programa, nos temas que passaram a ser abordados nas mais diversas instâncias

¹⁴ Matéria intitulada “180graus vai a Assunção e constata: rabudo não é rato e 'parece' galinha. EQUIPE DE REPORTAGEM VIU DE PERTO: Moradores comem rabudo e desmentem UOL” (sic), publicada em 13 de março de 2013. O comentário citado encontra-se na mesma página. Disponível em: <http://180graus.com/noticias/reportagem-equipe-180graus-em-assuncao-do-piaui>. Consultado em 17 de março de 2013.

¹⁵ Considerando como fonte de análise 6.531 artigos de 6 jornais, cobrindo dois períodos em 6 anos (período Pré-PBF [2001-2003] e período PBF [2003-2006]).

discursivas e sob diferentes matrizes disciplinares, teóricas e políticas. Neste sentido, conduzir uma revisão bibliográfica sobre a temática, mesmo tendo consciência de que toda revisão é limitada, no caso do PBF torna-se um verdadeiro “trabalho de Hércules”, dado o grande volume de produções sobre o programa presentes nas mais diversas áreas de conhecimento¹⁶. Compreendendo que não se pode negligenciar a importância da mídia na construção da identidade do programa, dos seus beneficiários e dos entendimentos acerca daquele, farei uso de algumas reportagens e entrevistas que considero ilustrativas a fim de conduzir uma breve revisão sobre o programa a partir das provocações que elas promovem, principalmente em relação à temática da pobreza. Com isso, antes de ter por objetivo fazer uma exaustiva revisão da literatura acerca do programa, espero indicar alguns dos elementos que constituem o cenário discursivo em torno dele. Em seguida, darei ênfase a uma apresentação mais detalhada sobre o contexto político que permitiu a expansão dos Programas de Transferência de Renda no Brasil, o desenho institucional do PBF e, a partir disto, elencarei aspectos pontuais sobre sua implementação, tais como critérios de elegibilidade, valores de benefícios, condicionalidades, etc., que serão imprescindíveis para a compreensão do debate que seguirá.

¹⁶ Além dos trabalhos que subsidiaram o debate que empreendi ao longo desta dissertação (vide seção referencial), cabe apontar ainda para as produções interdisciplinares presentes em Grupos de Estudo como o Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza, sediado na Universidade Federal do Maranhã – GAEPP (<http://www.gaepp.ufma.br/site/>); as produções publicadas na Biblioteca Virtual do PBF, organizada pelo MDS (<http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/biblioteca-virtual-bolsa-familia-1>) e, ainda, a mais recente publicação da Revista Política e Trabalho – Dossiê 10 anos do PBF (n.38, Abril de 2013). No campo das ciências sociais, acrescento ainda a tese de Milene Peixoto Ávila, intitulada “O Bolsa Família e a pobreza no Brasil: ‘detalhes’ que fazem a diferença” (defendida em 2013, na Universidade Estadual de Campinas).

1.1 DA “PORTA DE ENTRADA” À “PORTA DE SAÍDA”: os debates em torno da pobreza e a construção de sentidos sobre o PBF

Em revistas e jornais de grande circulação estadual e nacional¹⁷, deparamo-nos com as mais variadas críticas ao PBF, que, por sua vez, vão desde análises baseadas em casos e fatos particulares, como aquela apresentada pela Veja Online (2009)¹⁸, até aquelas preocupadas com o cenário político e social no qual o programa está inserido ou com avaliações mais amplas sobre o seu andamento (GONZATTO, 2011; BACELO, 2012; CUSTÓDIO, 2013). Em comum, trazem a inquietação com parte dos elementos constituintes do desenho do programa e responsáveis por sua identidade política.

O combate à pobreza e à miséria vem sendo apresentado como uma das principais bandeiras dos Governos Federais do PT (primeiro com Lula e, atualmente, com Dilma). Para tanto, foram criados, ao longo destes 10 anos, uma série de políticas e programas voltados ao combate à pobreza e à miséria, seja através das transferências monetárias, de uma maior oferta de serviços e ações vinculados à proteção social básica (escolas, creches, postos de saúde, etc.), daqueles que implantam tarifas sociais (energia elétrica, por exemplo) ou, ainda, daqueles que subsidiam os grupos de baixa renda para compra de bens (Minha Casa, Minha Vida é um exemplo).

O PBF surge com o objetivo de “diminuição imediata da pobreza [e da extrema pobreza, considerada como sinônimo de miséria], por meio da transferência direta de renda às famílias” (BRASIL, 2013a) e, para tanto, faz-se necessário averiguar a sua incidência no país. Em setembro de 2011, o jornal Zero Hora publicou, um dia após a divulgação do estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre o tema, uma matéria cujo título questionava a real dimensão da miséria brasileira: “Qual o tamanho da miséria. Estudo do Ipea aponta que Brasil tem 8,6 milhões de pessoas extremamente pobres, 7,6 a menos do que conta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)” (GONZATTO, 2011). A matéria refere-se

¹⁷ As edições utilizadas ao longo desta explanação dizem respeito ao período 2009 - 2013, sendo em sua maioria, publicações de grande circulação na região Sul do país. O critério que determinou sua utilização refere-se apenas ao tema sobre o qual tratam – pobreza/PBF.

¹⁸ A entrevista realizada por Augusto Nunes com a diarista Neili Santos Ferreira encontrava-se até pouco tempo no site da própria Veja. No entanto, o endereço encontra-se corrompido. Apresento, portanto, como alternativa para acessar o vídeo da entrevista, o link disponibilizado via Youtube: http://www.youtube.com/watch?v=wwM_97YcIbs. Consultado em 24 de março de 2013.

a dois estudos publicados em 2011¹⁹, ambos realizados por órgãos do governo federal, cujos cálculos acerca da população vivendo em condições de miséria apontavam para uma diferença de 7,6 milhões de pessoas entre um e outro. Enquanto o documento produzido pelo IBGE com base no Censo 2010, e publicado em maio, apontava para um universo de pesquisa de 67,6 milhões de domicílios e uma população em extrema pobreza de 16.267.197 pessoas no Brasil, o estudo apresentado pelo Ipea, realizado com base na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios de 2009 (PNAD) e divulgado em setembro, indicava, a partir de um universo de 153,9 mil domicílios, a existência de 8,653 milhões de pessoas em situação de miséria. Representantes dos órgãos envolvidos tentaram explicar a razão para tamanha diferença. De modo geral, afirmou-se que havia expectativa em torno da diferença entre os dois estudos – esperavam algo em torno de 30% - haja vista que foram elaborados com base em levantamentos distintos. No entanto, ainda assim, mostraram-se surpresos com a discrepância apresentada entre as duas pesquisas.

Especialistas foram chamados à discussão. O economista e professor na UFRGS, Flavio Comim, fez uma breve análise sobre as metodologias utilizadas por cada um dos órgãos e afirmou que “uma explicação para a diferença estaria na forma como os estudos tratam a população que vive em domicílios sem renda – e que pode não ser pobre, por ter patrimônio, por exemplo” (GONZATTO, 2011). Todavia, o ponto central de sua crítica diz respeito à própria definição das linhas de pobreza e miséria o que o levou a afirmar que “o Brasil não tem nem 8 milhões, nem 16 milhões de miseráveis”. A crítica de Comim é justificada na medida em que ele compreende que a definição de linhas de pobreza, fundamentadas sobre o critério de renda, não permitem dimensionar nem intervir efetivamente sobre a condição de pobreza, uma vez que não a considera “somente como privação de renda, mas como um fenômeno multidimensional de privação de capacidades” (COMIM et al, 2007, p.3).

Enquanto o discurso oficial anuncia que “2 milhões e 500 mil brasileiros estão deixando a extrema pobreza” os quais seriam “os últimos brasileiros na linha de extrema pobreza inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) a transpor a linha de miséria”²⁰, Flavio Comim afirma que esta “é uma linha para o governo, não para a sociedade. Ela tem mais a ver com o recurso que está disponível do que com a real situação das pessoas” e alerta para os possíveis interesses por trás dessa metodologia: “talvez o governo esteja fazendo

¹⁹ Estudo realizado pelo IBGE: “Nota MDS: O perfil da Extrema Pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010”, publicado em 02 de maio de 2011. O estudo realizado pelo Ipea, intitulado “Mudanças recentes na pobreza brasileira. Comunicados do Ipea, nº 111”, publicado em setembro de 2011.

²⁰ Trechos do pronunciamento da Presidente Dilma Rousseff, em 19 de fevereiro de 2013.

essa conta apenas para poder afirmar no final que conseguiu erradicar a pobreza” (GONZATTO, 2011).

Para autores como Senna e outros (2007), a definição dos critérios de elegibilidade de programas como o Bolsa Família, cuja estratégia de ação se dá através da focalização, constitui-se como “uma das mais difíceis tarefas a ser enfrentada” (op. cit., p.88), razão pela qual, defendem a importância de mecanismos capazes de “captar”, de maneira mais efetiva, “distintas vulnerabilidades” (op. cit., idem).

O debate sobre o que caracteriza a pobreza e a extrema pobreza, e sobre os critérios que devem ser utilizados tanto para elaborar indicadores capazes de apreender a complexa realidade socioeconômica de um país como o Brasil, quanto para direcionar as ações de políticas sociais, torna-se imprescindível quando consideramos que as linhas de pobreza definidas pelo PBF ocupam o papel central no processo de identificação de possíveis beneficiários e, portanto, na estratégia de focalização utilizada pelo programa.

Estudos como aquele realizado por Flavio Comim (2007) indicam a possível relação entre os erros de focalização e os critérios utilizados para definir e medir a pobreza baseados na insuficiência de renda. No PBF, a estratégia de focalização tem o objetivo de selecionar os mais pobres para receberem o benefício monetário oferecido pelo programa e, neste sentido, as linhas de pobreza cumprem o papel de garantir que os *mais pobres* entre os pobres sejam selecionados e beneficiados.

Para autores como Sergei Soares, o processo de focalização tem diversos efeitos, tanto sobre as “autoridades que focalizam” como sobre “as populações objeto da focalização”:

Há, para os gestores do programa, custos relacionados ao levantamento de informações sobre as famílias e custos políticos, uma vez que erros darão argumentos aos que se opõem ao programa. Para as famílias, há potenciais custos sociais ligados à existência de um possível estigma e custos evidentes de mudarem seu comportamento para atender aos critérios de elegibilidade. (SOARES et al, 2009a, p.9)

A pobreza, tal como compreendida por Flávio Comim e outros especialistas, configura-se como um fenômeno multidimensional (SEN 2000; NARAYAN, 2000; COMIM et al, 2007; SENNA et al, 2007; SILVA E SILVA et al, 2009), de modo que se torna necessário apreender os variados elementos que a caracterizam, incluindo os aspectos subjetivos²¹.

²¹ Em trabalho publicado em 2007, intitulado “Relatório sobre indicadores de pobreza multidimensional e pobreza extrema para Porto Alegre”, o autor se esforça para compreender o grau de

O economista, dois anos após a publicação da matéria supracitada, debateu novamente sobre o tema em uma reportagem realizada pelo Diário Gaúcho²², apresentada em três edições e um documentário²³. Intitulada “Invisíveis”, a reportagem trata sobre a pobreza em alguns bairros de Porto Alegre e, mais especificamente, sobre as condições de vida daqueles que, mesmo recebendo o Bolsa Família, continuam abaixo da linha da pobreza, tal como definida pelas diretrizes do programa.

O pano de fundo das três edições e do documentário, que contam com a participação de gestores do programa no município e de renomados pesquisadores, reforça o aspecto multidimensional da pobreza e a inviabilidade de intervir sobre ela considerando apenas a escassez de renda. Questionados sobre o que entendiam por pobreza, tanto os beneficiários entrevistados quanto os especialistas reiteraram a complexidade envolvendo a questão, bem como a experiência subjetiva vinculada a esta condição, apontada, pelos primeiros, como expressão de vergonha e preconceito. Enquanto as falas dos pesquisadores assinalam a importância em se compreender todas as facetas relacionadas à condição de empobrecimento, as famílias entrevistadas indicam as inúmeras ausências e impedimentos que experimentam cotidianamente, mas sem deixar de ponderar sobre o que consideram ser uma alternativa para os problemas que enfrentam: o trabalho e a possibilidade de consumir.

“A pobreza é mais do que renda e a gente sabe disso desde 1970, quando os países desenvolvidos afirmavam que a renda não era o único critério para você avaliar o bem-estar da sociedade. A gente discute pouco sobre o tema e, por isso, continuamos com uma visão tão limitada de bem-estar”, afirma Flavio Comim, professor de Economia da UFRGS. (CUSTÓDIO, 2013b)

“Pobreza é não ter serviço, é não ter casa para morar, não poder fazer um monte de compras para os meus filhos. Ter um serviço é ter uma riqueza na vida da gente”, diz Adão Jesus César de César. (CUSTÓDIO, 2013a)

Considerada como um dos efeitos não desejáveis dos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR), a percepção de que as transferências governamentais atuam negativamente sobre a oferta de emprego, levando, assim, os beneficiados a “se acomodarem”, é, possivelmente, um dos maiores estigmas aos

privação relacionada a algumas áreas (indicadas pelos participantes da pesquisa como aquelas de maior importância), o que o levou a considerar tipos de pobreza diferentes, tais como: “habitação-pobre”, “saúde-pobre”, “educação-pobre”, “renda-pobre”, etc..

²² O Diário Gaúcho é um jornal pertencente ao Grupo RBS. Ao Grupo pertencem tanto o Diário Gaúcho quanto a Zero Hora; ambos possuem grande circulação. O primeiro, disponibilizado por um valor mais acessível, é destinado aos grupos de baixa renda.

²³ Documentário disponível em: <http://videos.clicrbs.com.br/rs/diariogaicho/video/diario-gaicho/2013/04/invisiveis/18970/>. Consultado em 20 de abril de 2013.

quais as famílias que integram o PBF estão sujeitas. E enquanto autores como Cotta e Paiva (2010a, p. 63) ressaltam que o desafio que se apresenta em relação aos programas de transferência de renda é o de transformá-los na “porta de entrada” dos segmentos mais pobres “no sistema de proteção social”, inúmeros outros especialistas se ocupam com o debate acerca das chamadas “portas de saída” do programa (SENNA et al, 2007; BICHIR, 2010, TAVARES, 2010). Para Senna e outros (2007), é fundamental compreender que a dimensão de inclusão social que orienta o programa se ancora na

Oferta de programas complementares (tais como programas de geração de emprego e renda, cursos profissionalizantes, microcrédito, compra de produção agrícola, oficinas de ‘empreendedorismo’ e apoio a iniciativas de economia solidária, entre outros) que, em tese, deve ser implementada de forma cooperativa entre os diferentes níveis de governo e com base na intersectorialidade das ações (op. cit., p.90).

Enfatizam a insuficiência de ações isoladas voltadas à educação e à saúde e, por outro lado, afirmam que, apesar de haver reconhecimento da importância dos programas e ações complementares - uma vez que estes não constam como obrigação dos entes federados - não podem ser efetivamente consideradas “portas de saída”.

Compreende-se a “porta de saída” como um “mecanismo que assegure a diminuição progressiva do contingente atendido por programas de transferência de renda” (COTTA et al, 2010a, p.62). E, desta forma, conforme os mesmos autores,

um bom programa de transferência de renda é aquele que tem um “mecanismo ejetor” de beneficiários, ou seja, um mecanismo que promova a rápida absorção da população atendida no mercado de trabalho e/ou que incentive seu direcionamento a atividades que gerem renda (op. cit., p.63).

Em matéria divulgada pelo jornal Zero Hora em setembro de 2011, intitulada “Dependentes da mesada federal”, ao criticar a ausência de ações efetivas capazes de promoverem a autonomia financeira dos beneficiários, afirma-se: “das famílias que conquistaram a ajuda federal no país, 86% seguem dependentes da muleta financeira da União para se sustentar – no Estado [do Rio Grande do Sul], o índice cai para 79%” (GONZATTO, 2011, p.4). Diante do debate instaurado sobre as “portas de saída”, no qual o pesquisador da Universidade de São Paulo, Alexandre Ribeiro Leichsenring, procurou apresentar a ineficiência do programa, tanto em relação às áreas vinculadas às condicionalidades quanto em relação ao acesso ao trabalho por parte dos beneficiários, a secretária extraordinária para Superação da Extrema Pobreza do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) à época, Ana Fonseca, expressa: “no

Norte, 45% das pessoas em extrema pobreza têm até 14 anos. O que é porta de saída para essas pessoas além de estar na escola e poder brincar?” (Op. cit., p.5).

A diversidade de entendimentos sobre as chamadas “portas de saída” apontam, segundo Bichir (2010, p.20) para uma pluralidade de “teorias sobre as causas da pobreza”. Evocando os desenhos de outros Programas de Transferência de Renda da América Latina, ela explica:

Aqueles que destacam a responsabilidade individual ou familiar pela situação de pobreza tendem a enfatizar a necessidade de portas de saída para programas como o PBF, uma vez que temem a dependência do Estado, que deve se restringir a uma ajuda temporária e emergencial em momentos de crise. Esses argumentos estão por trás do programa Chile Solidário, que prevê permanência das famílias no programa por um máximo de três anos. Nessa primeira vertente, as próprias famílias deveriam ser responsáveis pela busca de portas de saída. Por outro lado, a ideia de porta de saída não é completamente compatível com a tese do capital humano, pois este requer tempo — gerações até — para se desenvolver, como defendido no caso do programa Oportunidades, no México, que não prevê tempo máximo de permanência no programa. Por fim, aqueles que acreditam em causas estruturais da pobreza, ligadas às dinâmicas da economia e da sociedade mais do que a características das famílias, são totalmente contrários à ideia de porta de saída (op. cit., p.20-1).

E completa afirmando que o “governo brasileiro tem rejeitado a ideia de porta de saída para o PBF” (op. cit. p.21), mas buscado articular o programa a outras políticas e programas complementares que, por sua vez, cumprem a função de oferecer condições para que as famílias beneficiárias “superem a condição de pobreza” no longo prazo.

Castro, Sátyro, Ribeiro e Soares (2010b), defendem que “projetos de inclusão produtiva” não são “puros”, o que significa dizer, em outros termos, que demandam esforços e ações intersetoriais. Deste modo, os autores compreendem que o PBF, tal como foi desenhado, não pode ser responsável por “essa ponte intersetorial” (op. cit., p.316). Entendem que uma intervenção estatal que vise ações voltadas à inclusão produtiva deve se fundamentar em outras estratégias e instrumentos, como o CadÚnico²⁴, por exemplo, a fim de que possam ter uma maior clareza sobre o perfil dos possíveis beneficiários, bem como sobre os problemas e necessidades que enfrentam. Os autores, a título de ilustração, apontam para realidades diversas em termos de atividades, de fonte de renda e de possibilidades de inserção no mercado de trabalho entre aqueles beneficiados pelo programa e, com isso, revelam a importância de ações intersetoriais. Há desempregados cuja única fonte de renda provém do BF, famílias monoparentais chefiadas por mulheres, pobres que estão na

²⁴ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um instrumento responsável pela identificação das famílias de baixa renda.

zona rural, pobres que estão na zona urbana, etc.. E por fim, respondendo às questões relacionadas às “portas de saída” e àquelas que dizem respeito a uma possível dependência dos beneficiários em relação ao programa, afirmam:

(...) a “garantia de renda” que caracteriza os programas de transferência é, na maior parte dos casos, insuficiente para gerar efeitos dinamizadores que permitiriam às famílias sair da pobreza; por outro lado, não há evidência de que esse tipo de programa gere dependência no sentido de diminuir a oferta de trabalho dos membros adultos de domicílios beneficiados. Além disso, muitas vezes o próprio valor da transferência não é suficiente sequer para elevá-las acima da linha da pobreza (op. cit., p.321).

Neste contexto de debates teóricos e disputas político-ideológicas, a família ocupa um papel central. Em comparação com outros PTRs que não consideravam elegíveis famílias sem filhos, o PBF amplia o público-alvo, ainda que de forma restritiva, uma vez que, dentre as famílias sem filhos, apenas aquelas que estiverem em situação de extrema pobreza (renda *per capita* familiar mensal de até 70 reais) podem ser beneficiadas pelo programa.

Para Senna e outros autores (2007), o foco na família, em detrimento do indivíduo, “faz parte do debate sobre o processo de reformas das políticas sociais desenvolvidas no país desde os anos 1980” e pode, a princípio, ser explicado “em razão do reconhecimento de uma inequívoca situação de desemprego estrutural que afeta a já frágil capacidade das famílias enfrentarem os desafios de reprodução social de seus membros” (op. cit., p.89). Do mesmo modo, compreende-se que, ao tornar a família o foco de intervenção, promover-se-iam impactos mais significativos sobre as condições de vida da população de baixa renda. Segundo o Art. 2º § 1º da lei que promulga o PBF²⁵, família é a

unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros.

Chama atenção, neste sentido, que o programa, mesmo sendo voltado para a “família”, tal como definida por suas diretrizes, ao mesmo tempo em que prevê que os repasses financeiros sejam feitos especialmente às mulheres, não pressupõe nenhuma participação dos homens, nem mesmo no cumprimento das condicionalidades – que são, via de regra, direcionadas às crianças, adolescentes e às mulheres-mães. Segundo Teixeira (2010b, p.91), “o PBF prioriza as mulheres enquanto receptoras das transferências, na tentativa de que o recurso seja destinado

²⁵ Lei Nº 10.836, de 9 de Janeiro de 2004.

à criança”. Este aspecto já havia sido apontado pelo estudo realizado pelo IBASE em 2007 (2008)²⁶. Segundo o relatório-síntese da investigação, a titularidade feminina do cartão do PBF não era apenas recomendada pelos implementadores do programa, mas encontrava respaldo e aceitação nas próprias mulheres que, segundo eles, afirmavam ser melhores conhecedoras do ambiente doméstico e das necessidades familiares (op. cit., p.56).

1.2 A TRAJETÓRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O PBF, apesar de figurar atualmente como um dos maiores PTCR do mundo em termos de cobertura, e um dos mais importantes instrumentos de proteção social brasileira²⁷ (SOARES e SÁTYRO, 2009b; POCHMANN, 2010), ainda que tenha seu nome vinculado ao governo do ex-presidente Lula (2003-2010), encontra suas raízes na longa trajetória percorrida pelas políticas de proteção social no Brasil. Compreende-se por sistema de proteção social as “formas, às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas que todas as sociedades humanas desenvolvem para enfrentar vicissitudes de ordem biológica ou social que coloquem em risco parte ou a totalidade de seus membros” (SILVA E SILVA et al, 2008, p.17) e, neste sentido, instituições como a família, entidades religiosas, comunitárias e estatais podem ser, dependendo do contexto social, as responsáveis pela proteção social, podendo inclusive atuar de forma complementar umas as outras.

Para Soares e Sátyro (2009b, p.27), o Brasil, inspirado em modelos europeus, consolidou inicialmente um sistema de proteção “contributivo, urbano, formal e predominantemente branco”, o que, segundo os autores, conduziu à reprodução das desigualdades sociais já presentes na sociedade brasileira. Esta concepção é reforçada por outros autores que compreendem que a “construção da proteção social estatal” no Brasil (SILVA E SILVA et al, 2008, p.19) remonta aos anos 1930, quando

²⁶ Trata-se de uma pesquisa cujo objetivo era apreender os impactos do PBF sobre a Segurança Alimentar e Nutricional. A investigação foi realizada a partir de técnicas quantitativas (5 mil questionários) e qualitativas (grupos focais e entrevistas semiestruturadas) em 15 municípios brasileiros (3 municípios de 5 Estados considerados passíveis de representar a diversidade cultural, social e econômica do país).

²⁷ Em termos de cobertura, o PBF é superado em número de beneficiários pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que atende, a princípio, toda a população brasileira, pela educação pública e pela Previdência Social (SOARES e SÁTYRO, 2009b). Cabe ressaltar que, assim como reforçam os autores, estas são políticas universais e constituem a “espinha dorsal da política social brasileira”.

se instituíram as primeiras iniciativas visando garantir mínimos sociais para a população. O primeiro mínimo social, assim considerado por representar um salário de base voltado à garantia de condições mínimas de moradia, alimentação, vestuário, etc. aos trabalhadores é o Salário Mínimo, instituído no país em 1934 (op. cit., p.32-3). Outros mínimos sociais foram instituídos entre a década de 1930 e a de 1980, e se caracterizavam por serem voltados aos trabalhadores - como Seguro-desemprego (instituído em 1986) e o Abono Salarial - e por terem caráter contributivo, como as aposentadorias urbanas e rurais (op. cit., p.33-7).

Neste contexto, a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88) foi de extrema importância, na medida em que consolidou aspectos essenciais para a construção de um novo sistema de proteção social, elevando, por exemplo, o *status* da assistência social ao das outras políticas sociais (educação, saúde, previdência) ao reconhecer o direito à aposentadoria não integralmente contributiva aos trabalhadores rurais e ao instituir uma renda de solidariedade, ou seja, não contributiva, a idosos e pessoas com deficiência que viviam em condições de vulnerabilidade econômica – o Benefício de Prestação Continuada (BPC)²⁸.

Para Bichir (2010, p.1-2), no Brasil, as políticas sociais passaram de um “padrão de proteção vinculado ao mundo do trabalho, restrito a categorias específicas de trabalhadores” a um “padrão de políticas sociais de caráter regressivo no período autoritário, até sua expansão no sentido da universalização após a redemocratização”. A implementação do BPC²⁹ abre espaço para uma série de discussões e debates, tanto sobre os riscos sociais associados à pobreza quanto sobre a necessidade de criação de mecanismos capazes de assegurar condições de vida mínimas àqueles que por diversas razões não poderiam alcançá-las via mercado de trabalho. Segundo Pochmann (2010, p.7):

O grande avanço do BPC decorreu do fato de estar desvinculado de um critério distributivo, reconhecendo a necessidade de amparar pessoas (no caso, idosos e pessoas com deficiência) que não poderiam, no âmbito do mercado de trabalho, buscar uma renda de sobrevivência.

Soares e Sátyro (2009b, p.28), por sua vez, reforçam a importância da criação do BPC, afirmando que sua relevância para a construção do novo sistema de proteção

²⁸ Instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 7/12/1993; pelas Leis nº 12.435, de 06/07/2011 e nº 12.470, de 31/08/2011, que alteram dispositivos da LOAS, e pelos Decretos nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, e nº 6.564, de 12 de setembro de 2008.

²⁹ O BPC, benefício vinculado a Política de Assistência Social, é uma transferência de renda sem condicionais, no valor de um salário mínimo, voltado para idosos (a partir de 65 anos) e pessoas com deficiência física ou mental impossibilitadas de garantir seu próprio sustento ou de tê-lo provido por sua família (considera-se como critério de elegibilidade, além dos já citados, a renda mensal familiar *per capita*, que deve ser inferior a ¼ [um quarto] do salário mínimo vigente).

social brasileiro residia no “reconhecimento explícito da existência da pobreza como risco social, pelo menos quando combinada com outros riscos”.

Dentro deste cenário, favorável à discussão de políticas vinculadas à proteção social, o Senador Eduardo Suplicy do PT, na década de 90, elaborou um projeto de lei³⁰ prevendo a criação de um Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) para todos os brasileiros com mais de 25 anos de idade que não alcançassem pelo menos 45 mil Cruzeiros mensais (em torno de 150 dólares, à época), tendo, desta forma, direito a um complemento de renda entre 30 e 50%. Suplicy é também o autor da Lei nº 835/2004, que institui uma Renda Básica de Cidadania para todos os brasileiros, sendo esta sancionada por Lula em 2006 e, segundo consta, deverá ser gradualmente implantada, iniciando-se pelos mais pobres (SUPLICY, 2008, p.11).

O Senador, pioneiro nos debates em torno das transferências de renda no país e membro da articulação mundial, criada em 1986, em defesa da renda básica, atualmente denominada Basic Income Earth Network (BIEN), defende a implementação de um tipo de transferência de renda de caráter universal e incondicional, denominado por alguns especialistas como Renda Básica e, por Suplicy, como Renda Básica de Cidadania (SILVA E SILVA, 2008, p.39). Sobre este modelo de transferência de renda, o senador, em entrevista dada à Maria Ozanira Silva e Silva, afirma:

A Renda Básica de Cidadania, suficiente, na medida do possível, para atender as necessidades vitais de cada pessoa, será paga a todos os habitantes de uma comunidade, de um município, de um País, ou até mesmo, um dia, de todo um Continente ou do Planeta Terra. Não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica; todas as pessoas passarão a ter o direito de receber a Renda Básica de Cidadania como um direito de participar da riqueza daquela comunidade, município, Estado, País, Continente ou da Terra. Será igual para todas (SILVA E SILVA, 2009, p. 231).

Em defesa desse modelo, argumenta ainda que, se tomado em relação aos PTCR, os programas incondicionais apresentariam a vantagem de serem mais fáceis de explicar à população, uma vez que não se teria condições ou critérios de seleção, valores distintos, focalização, condicionalidades a serem cumpridas, etc. Eliminar-se-ia a burocracia, oriunda, em grande medida, dos cadastros e da necessidade de averiguação das condições de vida dos elegíveis e beneficiados; eliminar-se-ia, também, o estigma proveniente da focalização, na medida em que é necessário se

³⁰ Projeto de Lei nº 80/1991, foi aprovado pelo Senado, permanecendo, segundo Silva (2009, p.231), com parecer favorável para aprovação da Câmara Federal.

autodeclarar dependente de um complemento de renda para sobrevivência (op. cit., p.232).

No entanto, como salientam Soares e Sátyro (2009b, p.28), ainda que o arcabouço teórico aponte para o PGRM, no Brasil, o que foi efetivamente implementado foi o modelo PTCR. De modo geral, as diferenças básicas entre os dois, pelo menos no que tange ao modelo implementado no Brasil, residem no fato de que, enquanto no primeiro, o critério é a renda individual, e não são impostas condicionalidades, no segundo, considera-se a renda mensal familiar *per capita*, além da exigência de condicionalidades dos beneficiários. Segundo Silva e Silva et al (2008, p.201), a relevância desse modelo é justificada no contexto brasileiro a partir da identificação de aspectos considerados centrais no que tange à necessidade de intervenção estatal, tais como “o acesso à educação, o combate ao trabalho infantil e o enfrentamento a pobreza”.

Desde então, uma série de programas de transferência de renda foram implementados no Brasil, tanto em nível municipal quanto em nível federal. Em 1995, em Campinas, Distrito Federal e Ribeirão Preto, foram implantados programas voltados às famílias com crianças, e delas eram exigidas condicionalidades educacionais. Em 1996, foi criado o primeiro PTCR federal, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), altamente focalizado, voltado ao atendimento de crianças e adolescentes em situação ou em risco de trabalho. A partir deste programa, procurava-se “fazer com que crianças e adolescentes trocassem o trabalho penoso pela escola” (SILVA E SILVA et al, 2009, p.103). Este programa estava, à época, sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Assistência Social. Em 2001, surgiu o segundo PTCR federal, o Programa Nacional de Renda Mínima Vinculado à Educação – “Bolsa Escola”³¹, destinado às crianças entre 6 e 15 anos de idade. Exigia como condicionalidade a frequência escolar mínima de 85%. O programa era vinculado ao Ministério da Educação. No mesmo período, é lançado o Programa Bolsa Alimentação³², voltado às crianças entre 0 e 6 anos. Esse programa exigia como condicionalidade o aleitamento materno, exames pré-natais para gestantes e vacinação para crianças. Estava sob responsabilidade do Ministério da Saúde. Em 2002, criou-se o Auxílio-Gás, benefício que não exigia condicionalidades e era voltado às famílias com renda mensal de até ½ salário mínimo (sob responsabilidade do Ministério das Minas e Energia). Já em 2003, surge o quarto PTCR no país, o Cartão

³¹ Instituído pela Lei nº 10.129, de 11 de abril de 2001, e regulamentado pelo Decreto nº 3.823, de 28 de maio de 2001.

³² Regulamentado pelo Decreto nº 3.934/2001.

Alimentação³³, destinado às famílias em situação de insegurança alimentar³⁴ com renda familiar inferior a ½ salário mínimo. Esse recurso deveria ser utilizado exclusivamente na compra de alimentos. No mesmo ano é criado o Programa Bolsa Família³⁵, no âmbito da estratégia Fome Zero³⁶, com o objetivo de unificar as ações de gestão e execução dos quatro programas (Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Bolsa Alimentação e o Auxílio-Gás [em 2005, agregou também o PETI]).

Antes do PBF, os programas de transferência de renda brasileiros contavam tanto com agências executoras e sistemas de informação quanto com fontes de financiamento próprias. Por esta razão, para famílias em situação socioeconômica semelhante eram realizadas transferências distintas (SILVA et al, 2008; SOARES, 2009b; SILVA, 2009). Segundo Soares e outros autores (2009b, p.7), “com o PBF, uniformizaram-se os critérios de entrada, os valores do benefício, a agência executora e o sistema de informação”, integrando esses programas, aumentando o valor dos benefícios monetários (o Quadro 1³⁷ aponta para o aumento dos valores e da cobertura do PBF ao longo do período de 2003-2012), ampliando a proteção e corrigindo os desvios (relação entre famílias elegíveis³⁸ e beneficiárias [indicador de inclusão] e famílias não elegíveis e beneficiárias [indicador de exclusão]), consolidando-se como um dos maiores e mais ambiciosos instrumentos de política social brasileira (BICHIR, 2010; SANT’ANA, 2007; SOARES e SÁTYRO, 2009b),

³³ Instituído pela Medida Provisória nº 108, de 27 de fevereiro de 2003.

³⁴ Consideram-se três categorias de insegurança alimentar: “grave (fome entre adultos ou crianças); moderada (restrição na quantidade de alimentos); e leve (receio de passar por alguma forma de insegurança alimentar em futuro próximo)” (IBASE, 2008, p.25).

³⁵ Medida Provisória nº 132, de 20 de Outubro de 2003. O Programa foi instituído pela Lei nº 10.836 em janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209 em setembro de 2004.

³⁶ Fome Zero, segundo Silva e Silva et al, (2009, p.121) é uma estratégia “adotada pelo Governo Federal com o objetivo de assegurar o direito à alimentação adequada às pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos, visando à segurança alimentar e nutricional, à inclusão social e à conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome”. Para maiores informações acerca da estratégia Fome Zero, ver site institucional do Governo Federal: <http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>. Merece destaque ainda o debate promovido por Maria do Socorro Sousa de Araújo acerca das dinâmicas e representações sociais desencadeadas a partir da Estratégia Fome Zero – “*Fome de pão e de beleza*”: *pobreza, filantropia e direitos sociais*, no prelo.

³⁷ Disponível em <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/10/19/bolsa-familia-completa-nove-anos-e-beneficia-13-7-milhoes-de-familias>. Consultado em 05 de abril de 2013.

³⁸ Por “elegíveis” se compreende aquelas famílias que atendem aos critérios e pré-requisitos para integrar o programa, mas que ainda não são beneficiadas por ele.

beneficiando mais de 13 milhões de famílias³⁹ e tendo um orçamento, em 2012, de 20 bilhões de Reais⁴⁰.

Quadro 1: Evolução da cobertura e dos valores dos benefícios do PBF

Ano	Famílias atendidas (em R\$ milhões)	Valor investido (em RS bilhões)
2003	3,6	3,2
2004	6,6	5,5
2005	8,7	6,8
2006	11,1	7,8
2007	11,1	9,0
2008	11,1	10,6
2009	12,4	12,5
2010	12,9	14,4
2011	13,4	17,4
2012	13,7	20,2

FONTE: Governo Federal

Em junho de 2011, foi lançado o Programa Brasil sem Miséria (PBSM), que tem por objetivo retirar da situação de pobreza extrema cerca de 16 milhões de pessoas. O PBSM é direcionado à população que vive com renda familiar mensal de até 70 Reais e consiste não apenas na ampliação do PBF, mas também na expansão dos serviços públicos e na promoção de inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, agregando, conforme site institucional do Programa⁴¹:

(...) transferência de renda, acesso a serviços públicos, nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica e inclusão produtiva. Com um conjunto de ações que envolvem a criação de novos programas e a ampliação de iniciativas já existentes, em parceria com estados, municípios, empresas públicas e privadas e organizações da sociedade civil.

A seleção das famílias para o PBF, assim como para o PBSM e outros programas sociais do Governo Federal (como Minha Casa, Minha Vida e Tarifa Social de Energia Elétrica, por exemplo), é feita com base nas informações registradas pelos

³⁹ Segundo Relatório de Informações Bolsa Família e Cadastro Único 2013 disponibilizado pelo MDS, em janeiro de 2013, 13.647.478 famílias foram beneficiadas pelo programa, recebendo benefícios médios de 150,32 Reais. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio_form.php?p_ibge=&area=0&ano_pesquisa=&mes_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=153&ms=623,460,587,589,450,448. Consultado em 03 de abril de 2013.

⁴⁰ Segundo dados do Governo Federal disponibilizados em <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/10/19/bolsa-familia-completa-nove-anos-e-beneficia-13-7-milhoes-de-familias>. Consultado em 05 de abril de 2013.

⁴¹ Vide <http://www.brasilsemisericia.gov.br/apresentacao/conheca-o-plano>. Consultado em 12 de março de 2013.

municípios no CadÚnico⁴², o “censo da população pobre”, conforme Soares e Sátyro (2009b, p.11). O CadÚnico é um instrumento que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda do país, entendidas como aquelas que possuem renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa e, deste modo, melhorar a focalização dos programas sociais voltados para a população mais pobre. Em janeiro de 2013, por exemplo, havia 25.172.131 famílias inscritas, o correspondente a 81.556.090 pessoas cadastradas, conforme dados do Relatório de Informações do Bolsa Família e Cadastro Único. Por ora, importa ressaltar que o CadÚnico foi uma das primeiras tentativas visando solucionar os problemas de coordenação e sobreposição dos diversos programas de transferência de renda existentes. Foi criado no Governo de Fernando Henrique Cardoso, (em 2001) sendo, posteriormente, aprimorado na gestão de Lula. Atualmente, segundo Pochmann (2010, p.12), o CadÚnico figura como um importante instrumento não apenas de identificação socioeconômica desta parcela da população, mas também como responsável por “dar visibilidade às famílias pobres do país”, atuando, portanto, como uma das mais importantes ferramentas do governo federal no que tange a seleção, inclusão e direcionamento deste contingente populacional aos programas sociais brasileiros.

1.2.1 Programa Bolsa Família: uma breve apresentação

O PBF figura atualmente como o principal programa de enfrentamento à pobreza no Brasil. Constitui-se numa política intersetorial, uma vez que prevê articulação entre várias políticas do campo social (educação, saúde e assistência social) e é executado de forma “descentralizada, com a conjunção de esforços entre os entes federados: nível federal, estadual e municipal e a sociedade, considerando-se a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social” (SILVA et al, 2009, p.135). Sua gestão é, portanto, compartilhada (entre Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Educação e Ministério da Saúde) e descentralizada política e administrativamente. O controle social se dá através de comissões municipais intersetoriais e paritárias. Neste sentido, cada um dos entes federativos assume

⁴² Criado pelo Decreto no 3.877, de 24 de julho de 2001 e regulamentado pelo Decreto no 6.135, de 26 de junho de 2007.

determinadas funções e responsabilidades no que diz respeito à implementação e fiscalização do programa.

Em 2005, o Governo Federal passou a firmar termos de adesão com os municípios visando definir o papel de cada um dos agentes envolvidos no programa. A título de incentivo à adesão, foi criado o Índice de Gestão Descentralizada (IGD), indicador que mede a qualidade de gestão do PBF a partir do qual são realizados repasses financeiros aos municípios⁴³. A gestão descentralizada é considerada eficaz na medida em que, em primeiro lugar, reduz os gastos com a implantação do PBF, dado que, supostamente, os municípios já contariam com os equipamentos públicos necessários (postos de saúde, escolas, Centros de Referência de Assistência Social [CRAS], etc.) e, em segundo lugar, porque se entende que os governos municipais possuem maiores informações acerca de sua população empobrecida, tornando o processo de cadastramento e focalização do programa mais eficiente.

Contudo, alguns especialistas argumentam que, apesar de se apresentar como uma possibilidade promissora, uma vez que indica a participação da população diretamente envolvida na gestão dos programas sociais, a descentralização, no caso brasileiro, representa ainda um desafio. Silva e Silva (2008, p.204), por exemplo, argumentam que, para pensar a descentralização no cenário nacional:

É necessário considerar os limites também presentes a essa prática. Entre esses, se destacam a diversidade dos 5.563 municípios brasileiros, na sua grande maioria municípios pequenos, com população inferior a 10 mil habitantes, vivendo praticamente com recursos do fundo de participação, transferidos pelo Governo Federal; seus limites em termos materiais e de recursos humanos e, conseqüentemente, sua incapacidade gerencial. A isso, soma-se o cotidiano de uma prática administrativa marcada pelo patrimonialismo e uma prática política clientelista, além da fragilidade da organização popular, limitando o poder de real participação e controle social sobre as ações municipais.

De todo modo, ao promover a integração, tanto no que diz respeito à execução quanto à gestão de outros programas de transferência que existiam à época de sua criação, o PBF passou a ser gerido pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), órgão vinculado ao MDS⁴⁴. À SENARC cabe, de modo geral, estabelecer os critérios utilizados para eleger os beneficiários e o valor dos benefícios, definir o

⁴³ O repasse feito aos municípios com base no IGD exige, a título de qualidade de gestão, os seguintes requisitos: a) qualidade e integridade das informações do CadÚnico; b) atualização da base de dados do CadÚnico; c) informações sobre o cumprimento das condicionalidades da saúde e educação. Para receber os recursos, os municípios devem apresentar o IGD igual ou superior a 0,55. Maiores informações acerca dos cálculos que embasam o IGD estão disponíveis no site do MDS: http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/estados_e_municipios/indice-de-gestao-descentralizada-igd/. Consultado em 05 de abril de 2013.

⁴⁴ No início, o PBF estava vinculado à Presidência da República, mas, a partir de 2004, com a recente criação do MDS, passou a ser responsabilidade da SENARC (COHEN, 2012, p.19).

questionário do CadÚnico, os critérios para suspensão e corte dos benefícios e os parâmetros operacionais, e propor o orçamento anual e a determinação de cotas por município⁴⁵, por exemplo. Contudo, a fim de limitar a “intervenção de qualquer gestor, seja este federal ou municipal, na seleção efetiva dos beneficiários” (SOARES e SÁTYRO, 2009, p.32), a Caixa Econômica Federal (CEF) tornou-se o órgão operador e pagador do programa. A CEF não é responsável apenas pelo pagamento dos benefícios, mas compete a ela também operar o programa por meio do CadÚnico, ou seja, selecionar de forma automatizada, entre os cadastrados, aqueles que atendem aos critérios para receber o benefício. Se aos órgãos vinculados ao Governo Federal cabe a elaboração das diretrizes gerais do programa, o pagamento dos benefícios e o processamento das informações referentes às famílias beneficiárias, aos governos estaduais cabe apoiar tecnicamente e supervisionar os municípios (principalmente quanto a realização dos cadastros), enquanto, aos municípios, cabe a efetiva implementação do PBF.

Os municípios são responsáveis pelo cadastramento das famílias de baixa renda e atualização do banco de dados do CadÚnico, pela transmissão e acompanhamento dos dados enviados à CEF, pelo oferecimento dos serviços básicos relacionados às condicionalidades (escolas, postos de saúde, CRAS) e pelo acompanhamento e elaboração de relatórios referentes ao cumprimento das condicionalidades pelas famílias beneficiárias. E, é claro, pela divulgação das informações acerca do programa e dos critérios para cadastramento às famílias de baixa renda.

⁴⁵ Soares e outros autores explicam que existem cotas de beneficiários definidas para cada município brasileiro, com base nas estimativas do número de pobres existentes em cada um. Cita Lindert *et al* (2007) a fim de justificar a importância desta metodologia para a implementação do PBF: “as cotas são importantes para evitar que as prefeituras registrem as populações locais de forma indiscriminada. Ou seja, as cotas impõem custos às prefeituras que, teoricamente, teriam que selecionar os mais pobres dentre os pobres para preenchê-las, assumindo-se que o controle social funcione de forma efetiva no nível local” (SOARES *et al*, 2009a, p.10). Enquanto, para Bichir (2010, p.4), “apesar de necessárias do ponto de vista fiscal — já que os recursos não são ilimitados —, as cotas constituem um limite à universalização, uma vez que nem toda a população alvo pode ser atendida”.

1.2.2 Critérios de elegibilidade e valores dos benefícios

Para participar do PBF, as famílias precisam realizar a inscrição no CadÚnico e possuir uma renda mensal familiar *per capita* inferior a R\$ 140,00. Ainda que a inscrição no cadastro seja uma exigência, ela, por si mesma, não indica que os inscritos serão beneficiados pelo programa. O critério principal para inclusão é a renda familiar. Neste sentido, o PBF estabeleceu, a título de focalização, compreendida por Cotta e Paiva (2010, p.58) “no sentido de direcionamento desse tipo de intervenção apenas nos ‘mais pobres entre os pobres’”, duas linhas de elegibilidade: *Linha de Pobreza* e *Linha de Extrema Pobreza*. Ambas as linhas são definidas a partir de critérios vinculados à renda das famílias. A primeira diz respeito às famílias que possuem renda mensal familiar *per capita* entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00, enquanto a segunda refere-se às famílias que possuem renda mensal familiar *per capita* de até R\$ 70,00.

A renda como um critério de elegibilidade é considerada por alguns autores, como já vimos, como um fator problemático e restritivo, uma vez que se configura como um “indicador insuficiente para qualificar a pobreza enquanto fenômeno multidimensional” (SILVA E SILVA et al, 2008, p.205). Os valores dos benefícios, por sua vez, correspondem às linhas de pobreza e possíveis variações na composição familiar (presença de gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes até 15 anos, jovens entre 16 e 17 anos), e as famílias podem receber até três tipos de benefícios, cujos valores somados variam entre R\$ 32,00 e R\$ 306,00: o *básico*, o *variável* (depende do número de crianças) e o *variável jovem* (BVJ [depende do número de jovens]), conforme quadros abaixo⁴⁶:

⁴⁶ Os dois quadros referentes ao cálculo de benefícios foram retirados do site do MDS: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/valores-dos-beneficios>, Consultado em 25 de março de 2013. É importante mencionar que em 2012 foi lançada a Ação Brasil Carinhoso, que se configura enquanto benefício monetário (agregado ao PBF) voltado à superação da extrema pobreza na primeira infância. O benefício é destinado àquelas famílias beneficiárias do BF que têm crianças entre 0 e 6 anos e que, mesmo com o benefício do Bolsa, continuam na linha da extrema pobreza. Diferentemente dos outros tipos de benefícios que compõem o PBF, o Brasil Carinhoso não estipula um teto para a transferência; seu valor é equivalente ao necessário para que a renda *per capita* familiar seja superior a R\$ 70,00. Dado o caráter particular deste benefício, ele não foi incluído nas tabelas que apresentam os valores que compõem o PBF.

Quadro 2: Famílias extremamente pobres (renda familiar por pessoa de até R\$ 70,00)

Número de gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Básico	R\$ 70,00
1	0	Básico + 1 variável	R\$ 102,00
2	0	Básico + 2 variáveis	R\$ 134,00
3	0	Básico + 3 variáveis	R\$ 166,00
4	0	Básico + 4 variáveis	R\$ 198,00
5	0	Básico + 5 variáveis	R\$ 230,00
0	1	Básico + 1 BVJ	R\$ 108,00
1	1	Básico +1 Variáveis +1 BVJ	R\$ 140,00
2	1	Básico +2 Variáveis +1 BVJ	R\$ 172,00
3	1	Básico +3 Variáveis +1 BVJ	R\$ 204,00
4	1	Básico +4 Variáveis +1 BVJ	R\$ 236,00
5	1	Básico +5 Variáveis +1 BVJ	R\$ 268,00
0	2	Básico + 2 BVJ	R\$ 146,00
1	2	Básico + 1 Variável + 2 BVJ	R\$ 178,00
2	2	Básico+2 Variáveis+2 BVJ	R\$ 210,00
3	2	Básico+3 Variáveis+2 BVJ	R\$ 242,00
4	2	Básico+4 Variáveis+2 BVJ	R\$ 274,00
5	2	Básico+5 Variáveis+2 BVJ	R\$ 306,00

FONTE: site do MDS

Quadro 3: Famílias pobres (renda familiar por pessoa de R\$ 70,01 a R\$ 140,00)

Número de gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Não recebe benefício básico	-
1	0	1 variável	32,00
2	0	2 variáveis	64,00
3	0	3 variáveis	96,00
4	0	4 variáveis	128,00
5	0	Básico + 5 variáveis	160,00
0	1	1 BVJ	38,00
1	1	1 Variável +1 BVJ	70,00
2	1	2 Variáveis +1 BVJ	102,00
3	1	3 Variáveis +1 BVJ	134,00
4	1	4 Variáveis +1 BVJ	166,00
5	1	5 Variáveis +1 BVJ	198,00
0	2	2 BVJ	76,00
1	2	1 Variável + 2 BVJ	108,00
2	2	2 Variáveis+2 BVJ	140,00
3	2	3 Variáveis+2 BVJ	172,00
4	2	4 Variáveis+2 BVJ	204,00
5	2	5 Variáveis+2 BVJ	236,00

FONTE: site do MDS

1.2.3 Condicionais: a “alma” dos PTCR

Integrante de uma estratégia de combate à pobreza que prevê articulação entre várias políticas do campo social voltadas à garantia de direitos, o PBF soma à transferência de renda ações vinculadas à educação, saúde e assistência social, através da oferta e cumprimento das condicionais que funcionariam, conforme Cotta e Paiva (2010, p.64), como “sistemas de indução do comportamento dos

beneficiários”. Deste modo, as condicionalidades do Programa são compromissos assumidos pelas famílias (que devem cumpri-las)⁴⁷ e pelo poder público (responsável pela oferta dos serviços) que têm por objetivo fazer com que os beneficiários, ao utilizarem os serviços de educação, saúde e assistência social, tenham acesso a direitos sociais básicos, segundo o discurso oficial. Ainda que alguns autores compreendam que a implementação do PBF seja um avanço no âmbito das políticas de proteção social no Brasil, uma vez que suas ações são focadas na família e não mais em membros isolados (POCHMANN, 2010, p.15), o recurso financeiro é destinado preferencialmente às mulheres, e as condicionalidades estão voltadas às crianças, adolescentes e às grávidas e/ou nutrizes, como já mencionado anteriormente.

No que diz respeito à **educação**, cabe às famílias beneficiárias manterem as crianças entre 6 e 15 anos matriculadas e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária, enquanto os adolescentes, entre 16 e 17 anos, devem ter frequência mínima de 75%.

Quanto à **saúde**, as famílias se comprometem em acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento – através de pesagem e medição de altura – das crianças menores de 7 anos. As meninas, após os 7 anos, ao contrário dos meninos, permanecem cumprindo a condicionalidade da saúde, assim como as mulheres em idade fértil até os 49 anos de idade; quando gestantes e/ou nutrizes, devem realizar periodicamente o pré-natal e acompanhamento da saúde do bebê.

No que tange à **assistência social**, é dever das famílias beneficiárias do BF encaminhar (e possibilitar a permanência de) crianças e adolescentes com até 16 anos de idade que se encontram em risco - ou tenham sido retirados do trabalho infantil pelo PETI⁴⁸ - aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do PETI, obtendo uma frequência mínima de 85% da carga horária mensal. Devem, ainda, participar das atividades ofertadas pelos CRAS e/ou Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) e realizar o cadastramento

⁴⁷ O não cumprimento das condicionalidades está sujeito a “efeitos” gradativos que são impostos de acordo com a sua repetição: o primeiro descumprimento leva à *advertência* (não afeta o recebimento do benefício); o segundo descumprimento leva ao *bloqueio* (benefício é bloqueado por 30 dias, mas a família recebe o valor acumulado no mês seguinte); o terceiro e o quarto descumprimento levam à *suspensão* (benefício é suspenso por 60 dias. Neste caso, os valores referentes aos dois meses de suspensão não são pagos à família), e o quinto descumprimento leva ao *cancelamento* do benefício, sendo a família desligada do programa.

⁴⁸ O PETI, programa que integra o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tem como objetivo retirar as crianças e adolescentes de até 16 anos do trabalho infantil. Uma de suas ações é ofertar atividades como: esporte, cultura, arte, dentre outras, no período contrário ao da escola.

a cada dois anos (prazo máximo), levando a documentação completa de todos os integrantes do grupo familiar⁴⁹.

Ainda que autores como Cotta e Paiva afirmem que as condicionalidades possam ser consideradas “a ‘alma’ do modelo PTCR” (2010, p.67), no caso do PBF não há consenso, entre os especialistas, sobre o assunto. As críticas vão desde a convicção de que o PBF deveria ser mais rígido na cobrança das condicionalidades, uma vez que, com frequência, se coloca em questão a legitimidade da transferência de recursos financeiros à parte da população que se encontra em idade economicamente ativa, até a contestação da relevância de mantê-las, dado o reconhecimento da situação de *vulnerabilidade* sobre a qual as famílias beneficiárias se encontram. Neste último caso, a questão é principalmente o fato de que o BF não é um direito, considerado inclusive, por alguns autores, como um “quase direito” (MEDEIROS, BRITTO e SOARES, 2008; COHEN, 2012), na medida em que tem um orçamento definido e caráter temporário, o que gera aos beneficiários, conforme afirma Cohen (2012, p.10), certa “instabilidade” quando comparado, por exemplo, com as transferências que são realizadas via previdência social.

Para Silva e Silva et al (2008, p.211), é preciso ter em mente que “o que parece a negação de um direito pode ser visto como condição propiciadora de acesso a outros direitos, no caso o direito à educação, à saúde e ao trabalho”, o que significa dizer, segundo eles, que “antes de ser a negação de um direito, a exigência de condicionalidade, quando fundamentada na criação de condições para autonomização futura das famílias, pode significar também a afirmação de direitos”. Os autores defendem, no entanto, que a cobrança de frequência escolar e cuidados médicos, considerados, por eles, como o “eixo central que qualifica” os PTCR, “não é suficiente para alterar o quadro das futuras gerações e, conseqüentemente alterar a pobreza” nem tampouco, implica na “melhoria, ampliação e democratização dos serviços de atendimento à saúde” (op. cit., p.200). Enquanto Pochmann (2010, p.13), por exemplo, reforça a ideia de que a cobrança das condicionalidades tem permitido “a ampliação do patamar de proteção e de compromisso do poder público”, autores como Soares e Sátyro (2009, p.32-3) reiteram, nestes termos, a fragilidade do PBF quando comparado a outras políticas:

O PBF não é um direito. Ao contrário, se encontra explicitamente condicionado às possibilidades orçamentárias. (...) Ao contrário de uma aposentadoria, de um seguro-desemprego ou do pagamento de um título da

⁴⁹ Aos maiores de 16 anos de idade, exige-se a Carteira de Identidade, Carteira de Pessoa Física (CPF), Título de Eleitor, Carteira de Trabalho e o último contracheque. Aos menores de 16 anos, apenas a Certidão de Nascimento.

dívida pública, o PBF é um programa de orçamento definido. Uma vez esgotada a dotação orçamentária, ninguém mais pode passar a receber o benefício, pelo menos até que haja um crédito suplementar.

Por esta razão, a questão que se coloca diante da exigência de condicionalidades por parte das famílias beneficiárias é a seguinte: se o Programa configura-se como “proteção social”, então elas tendem a enfraquecer a função de proteção, já que as famílias beneficiárias, por serem mais *vulneráveis*, encontrarão maiores dificuldades de cumpri-las. E mais, se o benefício for transformado em direito, então as condicionalidades não deverão ser mais cobradas. Há, evidentemente, aqueles que defendem a permanência das condicionalidades. Estes justificam sua posição alegando que elas são mais importantes do que o benefício em si, já que o que está em jogo é o incentivo do *capital humano* das famílias beneficiárias que, via de regra, se dá através da vinculação do benefício monetário à oferta e ao acesso dos serviços de educação e saúde. Conforme Cotta e Paiva (2010), as “contrapartidas” são o diferencial dos PTRs em relação a outros tipos de transferências de renda governamentais, isso por que:

(...) elas constituem um sistema de indução que busca afetar o comportamento dos membros adultos das famílias vulneráveis, por meio da associação de um prêmio financeiro a decisões consideradas socialmente ótimas, como o investimento na saúde e educação das próximas gerações. Nesse sentido, elas estabelecem um elo causal entre as transferências no presente e a emancipação futura das crianças e jovens das famílias atendidas, via melhoria de seu nível educacional. (Op. Cit., p.60)

As características do PBF o tornam, segundo Soares e Sátyro (2009b, p.49), “um estranho no ninho, de difícil classificação no universo da política social”. Isso porque, segundo os mesmos autores:

O PBF não é um programa de geração de oportunidades como o Chile Solidário; não é exatamente um programa de incentivo à acumulação do capital humano, como o Progres/Oportunidades; e também não é um programa claramente de proteção social, como o Plan de Asistencia Nacional a la Emergencia Social (planes) uruguaio.

Daí a necessidade, segundo os especialistas, do programa sofrer modificações em seu desenho e, conforme recomendam, “se assumir como uma coisa ou outra” (op. cit., p.50). De todo modo, entre todas as condicionalidades previstas aos beneficiários do PBF, aquelas relacionadas à assistência social são, na maioria das vezes, negligenciadas em sua incidência sobre o cotidiano das famílias beneficiadas, e em sua complexidade no que tange às condições em que são executadas. A importância das ações vinculadas à assistência social não se dá apenas no âmbito das

condicionalidades, mas, sobretudo, no processo de identificação de famílias elegíveis ao PBF, nos primeiros contatos realizados tendo em vista o cadastramento e, posteriormente, no acompanhamento familiar realizado junto aos beneficiários.

Apesar de toda a discussão promovida a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) sobre ações, conceitos e tipificações de serviços socioassistenciais, muito frequentemente as ações e atividades relacionadas a esta área de intervenção social são confundidas, ou avaliadas de modo simplista, como práticas assistencialistas e caritativas, o que, de modo geral, as descredibiliza enquanto parte integrante de uma política social estatal. O entendimento sobre o que é assistência social, quem são e como devem atuar os profissionais da área, é frequentemente posto em questão, configurando-se como um espaço de disputas não apenas políticas, mas também de sentidos e de moralidades, como veremos nos capítulos subsequentes.

Além do mais, conforme afirma Bichir (2010, p.9), o “próprio MDS aponta que é necessário conhecer mais a fundo as estratégias locais – municipais – de gestão do PBF, especialmente no que se refere ao cadastramento e à atualização do cadastro”. Este dado é relevante porque cabe aos municípios controlar a “porta de entrada” (BICHIR, op. cit., p.10) do programa, já que são os responsáveis por identificar as famílias que serão inseridas no CadÚnico e que, possivelmente, serão beneficiadas pelo PBF. Sobre a importância em compreender as estratégias locais, Medeiros et al (2009), salientam que, pelo menos em parte, alguns dos erros de focalização poderiam ser compreendidos a partir da participação dos municípios na elaboração das primeiras informações contidas no Cadastro. Estes autores indicam que possíveis erros podem se dar em razão da volatilidade da renda das famílias pobres, de erros na captação da renda (que podem ser explicados tanto por casos de subdeclaração de renda por parte daqueles que almejam serem inseridos no programa, como também pelos critérios utilizados pelos profissionais responsáveis pelo cadastramento para identificar as famílias pobres), além, é claro, de não descartarem a possibilidade de fraudes.

A relevância da discussão em torno da pobreza e de suas formas de classificação não se encontra apenas no que diz respeito ao desenho institucional do PBF e às suas estratégias de implementação e execução, mas também no que tange ao debate, promovido tanto na arena política quanto no espaço público de um modo geral, com relação aos questionamentos morais que o atravessam. Deste modo, ainda que se considere a conceituação da pobreza extremamente complexa, haja vista que mobiliza teóricos e estudiosos de distintas áreas, bem como concepções, métodos e abordagens diversas (CRESPO e GUROVITZ, 2002), não intento, neste momento,

discutir o fenômeno da pobreza, mas, antes de tudo, refletir sobre a condição de ser “pobre” tendo em mente um determinado contexto social e as respectivas relações que são travadas em seu interior. Neste sentido, o trabalho de Georg Simmel, *Les Pauvres* (1907), mantém-se atual. O texto foi escrito no início do século XX, quando começaram a surgir, na Alemanha, propostas de sistemas de proteção social centrados no Seguro Social. Um elemento importante nesta obra é o esforço que o autor faz para apresentar as condições sociais responsáveis por forjar a condição de “ser pobre”. Segundo ele (SIMMEL, 1998, p. 96-7),

les pauvres, em tant que catégorie sociale, ne sont pas ceux qui souffrent de manques et de privations spécifiques, mais ceux qui reçoivent assistance ou devraient la recevoir selon les normes sociales. Par conséquence, la pauvreté ne peut, dans ce sens, être définie comme état quantitatif en elle-même, mais seulement par rapport à la réaction sociale que résulte d'une situation spécifique (...).

Ou seja, o que define alguém como “pobre” é a condição de ser “assistido”. Seguindo as proposições de Simmel (1998) acerca do que é ser pobre, cabe observar com um pouco mais de atenção o que pensam os beneficiários do PBF - que são, em grande medida, “assistidos” pela PNAS -, como se definem, como justificam suas necessidades, como solicitam atendimento e como negociam entre si e com os profissionais prestadores de proteção social os significados da pobreza e suas identidades e, por fim, o que estas negociações e tensões revelam sobre um dos maiores programas brasileiros voltados à proteção social deste segmento da população.

2 “BRAÇOS ABERTOS NUM CARTÃO POSTAL, PUNHOS FECHADOS NA VIDA REAL”: das estratégias locais de implementação do Programa Bolsa Família

Conforme discutido no capítulo anterior, aos municípios cabe a efetiva implementação do PBF. Compete a eles, portanto, a identificação de possíveis beneficiários, o cadastramento de famílias elegíveis ao programa e, posteriormente, a oferta e o acompanhamento das condicionalidades que devem ser cumpridas pelas famílias beneficiadas. Assim, os municípios atuam como a “porta de entrada” para o programa, o que torna relevante o esforço em identificar as estratégias locais visando a sua implementação, bem como os significados construídos em torno do programa, tanto do ponto de vista dos beneficiários, quanto dos agentes que operam o PBF (MEDEIROS et al, 2009). Antes, contudo, é imprescindível conhecermos as características dos municípios, suas peculiaridades, sua população, etc., de modo a contextualizarmos o cenário no qual o programa é implementado e executado.

Dedico este capítulo à apresentação e contextualização do município de Alvorada, algumas de suas características históricas, sociais, econômicas e políticas, o perfil dos beneficiários locais e, posteriormente, as particularidades do município em relação à implementação do PBF, focando minha atenção especificamente sobre a rede de proteção social e os serviços socioassistenciais ofertados.

Considerando que as ações vinculadas à assistência social configuram-se não apenas como uma das condicionalidades antevistas pelo PBF, mas que os profissionais vinculados a esta área são, de modo geral, os responsáveis tanto pela identificação das famílias elegíveis ao programa (seja por serem os executores do cadastramento, seja por serem os responsáveis pelos primeiros atendimentos e posterior encaminhamento de possíveis beneficiários ao CadÚnico) quanto pelo acompanhamento direto daquelas famílias já beneficiadas, cabe questionarmo-nos sobre as condições em que estas atividades são realizadas, os significados atribuídos a estas ações e as estratégias utilizadas a fim de executar as ações que lhes são exigidas no que concerne ao PBF. Neste momento, me limitarei a apresentar a política de assistência social municipal relacionando-a as diretrizes nacionais. Mais adiante, no terceiro e quinto capítulos, discutirei a importância da relação estabelecida entre estes profissionais e os beneficiários do Programa no que diz respeito à compreensão que os últimos têm do BF.

Objetivo, com este capítulo, direcionar minha atenção para as estratégias locais de implementação do PBF, compreendo-as como um conjunto de ações que nos permitem pensar tanto a partir da configuração dos serviços de atendimentos destinados aos beneficiários, quanto a partir dos caminhos que devem ser percorridos pelas famílias que procuram orientação sobre o programa. Do mesmo modo, ao final, me deterei com mais atenção sobre a configuração dos serviços socioassistenciais em Alvorada.

2.1 O “LADO BOM DE ALVORADA”: a necessidade de “conhecer” para “amar”

Como se sabe, mas não é excessivo ressaltar, a escolha do tema, do objeto, dos instrumentos que serão operacionalizados ao longo de uma investigação, assim como do universo de pesquisa e da coletividade que será estudada nunca são fortuitas (ZALUAR, 1986; BEAUD e WEBER, 2007). O engajamento com as questões que norteiam (ou nortearão) uma pesquisa influencia a maneira como o objeto será abordado, descrito e analisado. Deste modo, entendo que é relevante apontar, ainda que de forma breve, dois elementos importantes: minha experiência como moradora do município de Alvorada e meus interesses e necessidades enquanto pesquisadora. De um lado, o *status* de cidade “pobre” que é, invariavelmente associada à condição de violência excessiva (explicada, em grande parte, pela versão midiática⁵⁰ que se impõe soberana no tocante aos modos de vida presentes no município⁵¹) e, do outro, a atual movimentação que uma parcela significativa da população (principalmente os jovens) vem fazendo no sentido de “contar” o outro lado da história – desta vez, a versão dos próprios moradores.

Até pouco tempo, o município, que foi emancipado em 1952, não dispunha de dados ou informações relativamente organizados sobre seu histórico e sobre a diversidade étnica e cultural de seus moradores. A cidade, conhecida desde seus

⁵⁰ Jornais de grande circulação, como o Diário Gaúcho e estações de rádio como a Rádio Farroupilha AM, por exemplo, trazem frequentemente matérias sobre o município; estas, por sua vez, em sua grande maioria, fazem referência a fatos associados à violência.

⁵¹ Pesquisas como a de Alba Zaluar, por exemplo, realizada na década de 1980 no conjunto habitacional Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, apontam para o “medo construído pela leitura diária dos jornais”, responsáveis, segundo ela, por um “processo de longa data de estigmatização dos pobres” (ZALUAR, 1985, p. 10).

primórdios como “dormitório”, “de passagem”, vinha perdendo esta característica⁵² (segundo o ponto de vista dos moradores, ao menos), mas não possuía ainda uma identidade para além daquela fornecida pela mídia de abrangência estadual – “terra sem lei”. Envoltas em uma nuvem de estigmas, engendrada e alimentada cotidianamente tanto pela pobreza quanto pelos altos índices de violência que lhes são atribuídos⁵³, à população alvoradense, durante muito tempo, não foi oferecida a oportunidade de se fazer ouvir ou de ouvir outras versões sobre si, devendo-se, neste caso, atualizar o alerta da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie: “A consequência de uma única história é essa: ela rouba das pessoas sua dignidade⁵⁴”.

Uma ressalva torna-se necessária. Em 2006, durante o governo do Prefeito João Carlos Brum (PTB)⁵⁵, em uma parceria entre a Secretaria Municipal de Cultura e Desporto, a Secretaria Municipal de Educação e um grupo de bolsistas do “Projeto - Conhecer para Preservar”, vinculados ao curso de História da Faculdade Porto-Alegrense (FAPA)⁵⁶, foi realizada uma ampla pesquisa – baseada na metodologia da história oral -, visando registrar e “resgatar (...) memórias, lembranças fragmentárias do passado e do presente” (BARROSO, 2006, p.32), trabalho que resultaria, mais tarde, no livro “Raízes de Alvorada: memória, história e pertencimento”. Na apresentação à obra, Vera Lúcia Maciel Barroso, coordenadora do projeto, justifica a necessidade deste exercício (idem, p.31):

A riqueza desse processo histórico precisa ser conhecida e reconhecida como pilar para o efetivo desenvolvimento do município. (...) O seu norte [do projeto] traduz exatamente a ideia de que ninguém ama o que não conhece. E ninguém reconhece o que não conhece. Impunha-se, pois, conhecer a história de Alvorada para mais amá-la e cultivar o sentimento de autoestima de ser alvoradense no seio de sua população, e tudo fazer para que ela seja melhor para todos e a cada um que nela reside ou trabalha.

⁵² Atualmente, com a expansão do comércio local, uma parcela significativa da população mantém-se empregada no município.

⁵³ Do ponto de vista nativo, é possível explicar a “má fama” do município a partir dos seguintes pontos: o grau de pobreza no município; o fato de ser um município de “passagem”, ou seja, alguns defendem que a maior parte dos crimes não acontecem na cidade, mas que eventualmente os acusados “passam” por Alvorada em busca de abrigo ou, ainda, em trânsito para municípios vizinhos; e, por último, há aqueles que ora defendem a existência de interesses políticos por trás da divulgação de dados estatísticos sobre a violência (acredita-se que os números ganham mais notoriedade a cada 4 anos), ora entendem que os jornais se beneficiam com a divulgação de “manchetes sensacionalistas”.

⁵⁴ Apresentação de Chimamanda sobre “The danger of a single story”, em 2009. Disponível em: http://www.ted.com/talks/lang/eng/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html, Consultado em 18 de fevereiro de 2013.

⁵⁵ O Prefeito conduziu a cidade por dois mandatos, o primeiro entre 2005 e 2008 e o segundo entre 2009 e 2012.

⁵⁶ O Projeto Alvorada – Conhecer para Preservar foi desenvolvido com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura.

A necessidade de “resgatar a história”, de “conhecer” para “reconhecer” e “amar” torna-se indispensável, tanto no que diz respeito à construção identitária dos moradores quanto à urgência em dar visibilidade à cidade que apresentava (e ainda apresenta) dificuldades em estabelecer parcerias com empresas e estabelecimentos comerciais de grande porte, o que afeta, obviamente, a arrecadação de impostos e, conseqüentemente, a estrutura e os equipamentos públicos municipais. Ambos os aspectos estão relacionados entre si, uma vez que a cidade e sua população são marcadas pelo preconceito e pelo estigma da violência.

Contudo, o movimento realizado em prol da busca pelas “origens” e da “reconstrução” da identidade local, ainda que tenha partido oficialmente da Prefeitura em 2006, já vinha mobilizando alguns jovens moradores da cidade. Com este intento, surgem com força, no início da década de 2000, inúmeras ações, muitas vezes isoladas umas das outras, objetivando mostrar o que um “canal de TV” online local definiu como slogan: “o lado bom de Alvorada”.

Neste período surgem rádios comunitárias online⁵⁷, dobra o número de títulos de jornais impressos, criam-se jornais online (divulgados, sobretudo, via redes de relacionamento, como Facebook, por exemplo) e vai ao ar o “primeiro canal de TV na internet” da cidade. Filmes⁵⁸ são gravados tendo como cenário principal as ruas do município e apresentando jovens atores locais⁵⁹. Lançam-se, também na internet, pequenos vídeos de humor que satirizam acontecimentos cômicos, como o caso de um morador que decidiu fazer um bote de garrafa pet e se lançar no arroio que corta a cidade. Comentam-se acidentes (como o desabamento das paredes de um dos supermercados mais conhecidos), a infraestrutura (ausência de asfalto e os inúmeros buracos figuram soberanos entre as críticas⁶⁰), figuras e decisões políticas, empresas (principalmente a única empresa de ônibus da cidade, considerada por muitos como “a dona de Alvorada”) e mesmo a já referida violência. As iniciativas procuram, portanto, dialogar (com vistas a superar) a partir da identidade ligada à violência que marca a cidade e seus habitantes. É principalmente através do humor, muitas vezes

⁵⁷ Um exemplo é a *3W Web Rádio*, disponível em: <http://www.3wwebradio.com/>.

⁵⁸ “Coisas que Alvorada desembucha”, uma série de seis pequenos vídeos disponibilizados na internet. O título faz referência a uma seqüência de vídeos realizados com o mesmo intuito por um grupo de moradores de Porto Alegre – “Coisas que Porto Alegre fala”.

⁵⁹ Entre as produções mais conhecidas estão os filmes “Alvorço” e “Eu odeio o Orkut”, realizados pelo Alvorço Filmes, dirigida por Evandro Berlesi. Berlesi, no site institucional, define assim sua proposta: “Alvorço é um projeto de dramaturgia realizado em uma determinada cidade, utilizando atores, músicos e técnicos locais. Em Alvorada/RS”. Vide site <http://www.alvoroco.com.br/>, Consultado em 15 de fevereiro de 2013.

⁶⁰ Em 2011, um grupo de moradores promoveu um torneio de golfe para protestar contra os buracos, cuja chamada dizia “1º Torneio de Golfe Amador em Alvorada. Aproveitando os buracos de nossas ruas para trazer esporte, lazer e diversão à população”.

escrachado, e através da arte, que se “denuncia” o preconceito ao qual a população alvoradense se considera sujeita⁶¹.

O livro “Raízes de Alvorada...” foi lançado durante a Feira do Livro de Alvorada, em 2006, sendo, posteriormente, disponibilizado apenas às escolas e à biblioteca municipais. Por esta razão, a única maneira de dispor de um exemplar era solicitá-lo junto à Secretaria de Cultura Municipal. Em agosto de 2010, procurei o secretário de cultura do município que havia ocupado o mesmo cargo à época da elaboração da obra, tendo sido um dos responsáveis pelo projeto envolvendo o “resgate histórico” da cidade. Na Secretaria Municipal de Cultura, que ocupava à época uma pequena sala no Ginásio Municipal, enquanto aguardava pelo secretário, fui surpreendida por uma foto que decorava o pequeno espaço destinado à recepção. Na foto emoldurada, a imagem da Lagoa do Cocão e, colada sobre ela, um pequeno recorte com a imagem do Cristo Redentor⁶².

A Lagoa está localizada em uma área urbana, no Bairro Intersul, ocupando aproximadamente 25 mil metros quadrados, segundo informações da prefeitura. Acredita-se que sua origem esteja ligada à ação de tropas de gado, conforme Ferret e Wilbert (2006, p. 107):

Na época, vindas de outras localidades, passavam pelo Cocão tropas de gado rumo a um matadouro, existente na margem da estrada (...) e, sem dúvida a origem da Lagoa se deu visto à existência de uma vertente na área, que foi sendo cada vez mais aberta pelos tropeiros que utilizavam a água para beber e dar para o gado.

Nos anos 60 e 70, a Lagoa era utilizada por crianças e adolescentes que iam até lá para se banhar. No entanto, com o aumento do número de residências em seu entorno e a falta de cuidados com os resíduos domésticos, em pouco tempo o local foi contaminado, tornando-se impróprio para banho. Em 2006, a gestão do PTB foi responsável pelo processo de revitalização da Lagoa e, a partir daí, o espaço passou a figurar como “atração turística” do município, segundo o discurso oficial, ao menos⁶³.

Cabe destacar que o processo de revitalização da Lagoa do Cocão, assim como a sua identificação como “ponto turístico”, se deu justamente a partir de uma agenda política que propunha o já referido “resgate” da história da cidade e, com isso, almejava também dar visibilidade “positiva” ao município. Quando questionado sobre a

⁶¹ A título de ilustração, sobre a relevância da temática da violência, tanto no cotidiano quanto na produção/trabalho de muitos moradores da cidade, vale ainda mencionar o coletivo de artistas visuais denominado “Cores no Gatilho”, responsável por promover em 06 de abril de 2013, uma exposição coletiva intitulada “Toque de Recolher”.

⁶² Infelizmente, não tive oportunidade de fotografar a imagem durante a visita que fiz ao secretário e não voltei à Secretaria depois deste evento.

⁶³ Atualmente, é considerada uma área de preservação municipal.

importância desta iniciativa, o secretário de cultura municipal mencionou o desejo em ver o município sendo identificado por outras razões que não aquelas relacionadas “ao crime”. Destacou outras ações realizadas pela prefeitura a fim de levar a cabo a tal agenda política e, entre elas, encontrava-se o polêmico caso do pórtico localizado à entrada do município.

Na época em que o pórtico foi construído, houve uma série de discussões a respeito de quais deveriam ser as “prioridades” do governo municipal, haja vista o valor gasto com a obra (considerado alto para os padrões e condições locais). Os opositores apresentaram números mostrando os déficits em relação à educação, saúde, segurança, pavimentação, etc., mas segundo o secretário, a relevância desta obra relacionava-se à correspondente construção de uma identidade local que, a princípio, deveria iniciar pela identificação do município enquanto tal: “as pessoas passam pela ponte e acham que Alvorada é continuação de Porto Alegre. Não sabem que estão em Alvorada”. E contra as críticas, argumenta: “poderia comprar remédios, asfaltar... poderia, mas qualquer cidade do interior tem uma identificação”. Deste modo, defendeu-se, ao longo desta gestão, o título de “Capital da Solidariedade”, como um substituto aos rótulos pejorativos de “terra sem lei”, “cidade das mortes”, “capital das mortes”, “capital dos buracos”.

Para o secretário, à violência se responde com “arte”, com “cultura”. Pondera que a “falta de expectativa” se estabelece como uma das “piores condições” às quais as famílias pobres estão sujeitas, principalmente as crianças e os jovens. Enxerga, portanto, a “arte” e a “cultura” como um horizonte, como “algo importante” capaz de “dar sentido” à vida de alguém. Sobre os cerca de 15 mil adolescentes que já frequentaram as atividades promovidas pela Secretaria, ele afirma:

15 mil adolescentes fazendo alguma coisa útil. Precisamos dar um golpe no tráfico. O tráfico vai existir sempre, a gente sabe disso. Só existe uma maneira de combater o crack – através do colégio e através da cultura. Eu não acredito que as meninas do ballet ou que os 80 gurus que vêm três vezes por semana tocar violão... eu não acredito que esse mesmo cara que tá tocando violão, vai te puxar uma arma. Não vai! Tá fazendo teatro, tá jogando futebol. Não existe isso.

Dai vai chegar um vizinho e perguntar ‘vem cá meu, quer um baseado? Quer uma droga?’ e ele vai dizer ‘não, valeu. Obrigado. Isso não é comigo!’ e vai seguir a vida dele. As meninas que estão no ballet podem morar numa casinha de uma peça, mas estão fazendo algo que aumenta a autoestima delas.

É também com “arte” e com “humor” que alguns dos movimentos organizados no município procuram tratar o tema da violência⁶⁴, sempre presente no cotidiano e no imaginário local⁶⁵. O grupo de atores ligados ao “Alvorço”, por exemplo, em um dos pequenos vídeos⁶⁶ disponibilizados na internet, trata a dimensão da violência de maneira irônica e bem-humorada, mas não deixa de chamar atenção o fato de que “Coisas que Alvorada desembucha” procura partir, justamente, dos discursos da população sobre a cidade. Neste sentido, é relevante pensarmos sobre alguns exemplos trazidos por ele. O primeiro refere-se à proposta feita pelo Governo Estadual, em 2009, de construir um presídio no município. A repercussão, bastante negativa, não permitiu que o diálogo entre os Governos Estadual e Municipal fosse levado adiante. À época, o prefeito João Carlos Brum posicionou-se firmemente contra a construção do presídio, alegando que “o Estado leva empresas para outras cidades, mas o presídio quer construir aqui. Precisamos de trabalho e não de celas” (ZERO HORA, 2009)⁶⁷. Apesar da tensão envolvendo, de um lado, o governo municipal e seu receio com as possíveis perdas de investimento e, de outro, a população que se dizia receosa com a possibilidade de comprometimento das condições de segurança (já frágeis) oriundas da instalação de um presídio na cidade, além, é claro, da constante vinculação dos moradores à criminalidade, tivemos comentários jocosos sobre o caso – “o quê, presídio em Alvorada? Manda cercar tudo!”.

O segundo refere-se a uma paródia através da qual as ditas características da cidade e de seus moradores são satirizadas. Na canção original, diante da pergunta oculta “onde fica o Alegrete⁶⁸?”, a resposta é dada em tom poético “não me perguntes onde fica o Alegrete, segue o rumo do teu próprio coração”, indicando, a partir deste trecho, as características peculiares da localidade, o cheiro do campo, a festividade e receptividade associadas à figura de seus moradores e, por fim, todo o “encantamento” diante desta terra amada, segundo o compositor, com “devoção”. A

⁶⁴ Um dos casos mais conhecidos e, considerado por alguns como o “marco fundador do município” é o do assassinato cometido por Malinha e Sapinho, dois traficantes que, no final da década de 1970, decapitaram um “paulista dedo duro” (também traficante, segundo consta) e “jogaram futebol” com a sua cabeça ao longo da avenida principal, depositando-a, ao final, à porta da prefeitura do município.

⁶⁵ Em inúmeras situações, ouvem-se relatos sobre casos de violência que não ocorreram em Alvorada, mas que são tratados, pelos próprios moradores, como se lá tivessem ocorrido. Um exemplo que, ao longo do trabalho de campo me chamou atenção, refere-se ao caso de uma mulher que foi estuprada e empalada. Ainda que os meios de comunicação indicassem que o crime havia sido cometido em Gravataí (em alguns casos, encontrei referências a Guaíba também), os moradores insistiam em dizer que o fato havia ocorrido próximo ao bairro Umbu.

⁶⁶ Trata-se do vídeo 4: <http://www.youtube.com/watch?v=X9pjCqZ7dNU>. Consultado em 05 de abril de 2013.

⁶⁷ Matéria disponível em <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2009/04/prefeito-de-alvorada-rejeita-prisao-na-cidade-2460903.html>. Consultado em 07 de abril de 2013.

⁶⁸ Município localizado no oeste do RS.

paródia, intitulada “Canto Alvoradense⁶⁹”, indica a possibilidade de “encontrar”, de “identificar” Alvorada sem grandes problemas ao guiar-se até ela partindo de algumas de ‘suas’ características consideradas mais emblemáticas. No entanto, longe das belezas atribuídas à Alegrete, que resultou na canção original, reconhece-se o município de Alvorada através das estradas esburacadas, da violência e da “cambada de ladrão” que se dirige a ela. Não se trata de ouvir os sons oriundos do campo – elemento frequentemente enaltecido pelas canções gaúchas -, mas de “zunidos” de balas de revólver:

Não me pergunte onde fica Alvorada
Segue o rumo da cambada de ladrão
Cruzarás alguns buracos pela estrada
E verás briga de tiro e de facão
Pra quem chega de Viamão ao fim da tarde
Ou quem vem de Cachoeirinha⁷⁰ de manhã
Ver o zunido de uma bala que ainda arde
Disparada lá da Vila Tarumã
Ouve o grito do povão alvoradense
Dessas vilas que eu assaltei desde guri
Vila Elza, Americana, Salomé
Muitas casas lá na Vila Icarai

Agregam-se a este coro, distanciando-se do tom humorístico, um grupo de poetas e escritores locais que, a partir do “Clube dos Escritores de Alvorada/RS”, lançam “minilivros” nos quais apresentam seus poemas, contos e pensamentos, alguns dos quais diretamente relacionados à experiência de “ser alvoradense”. O poema abaixo, intitulado *Joquim-Club*⁷¹, foi escrito por Rodrigo Abrahão Machado Gomes, membro do Clube dos Escritores e estudante do curso de Letras na UFRGS. Nele, o poeta faz referência a alguns bairros, aos conflitos vividos pelos moradores, ao estigma experienciado pela população cotidianamente, às marcas geradas pela proximidade com o tráfico, à “ausência” de uma “memória local”.

Alvorada já!
Com seus guinchos
Arremangados
Fotonovela, tricô e renda
De noticiário estadual
Todo e qualquer sujeito é
Suspeito caso não queira entrar
No joio
Virtudes, se resistirem
Hão de ser questionadas...
Jogo minhas pernas ao fogo

⁶⁹ Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=X9pjCqZ7dNU>.

⁷⁰ Viamão e Cachoeirinha são dois municípios da RMPA, ambos limítrofes de Alvorada.

⁷¹ Publicado no minilivro nº15, Clube dos Escritores Alvorada-RS (CEA).

E só corro o risco de ser
Mais um salpicado
Oh! Poesia de bumerangue
Vendaval, euforia, sentimento e tal
De um João-de-barro do alto
De sua caverna
Bom vê-la
Figueira, cedro e umbu.
Árvores migratórias
Olhos sem memória
Espadachins em ônibus coletivo
Minorias que não se toleram
Cada gueto com seu mc-skate-crente
E medalhão de chumbo
Para craque
Esporte-Joquim-Club
Real-Interativo-imediato
De onde virá nos proteger
Nós que aguardamos contato
..... já era,
O próximo obstáculo.

Rodrigo era, à época, morador do “Bairro” Onze de Abril, localizado ao lado de um dos bairros mais estigmatizados do município – o Bairro Umbu⁷². A relação entre o Onze de Abril e o Umbu ilustra os conflitos mencionados pelo poeta, bem como algumas das estratégias encontradas a fim de lidar com o estigma decorrente de residir no Umbu.

A princípio, o nome do bairro, tal como consta no mapa oficial do município, é Umbu, e a área denominada pelos moradores como Onze de Abril localiza-se dentro de seu território. Contudo, tendo ambos os ‘bairros’ sido constituídos a partir da ocupação de grupos que lutavam por moradia no ano de 1987 (o Onze de Abril, em 11/04 e o Umbu, em 12/07), acredito que haja não apenas uma disputa em torno do nome, mas da história, da legitimidade da ação e dos sentidos atribuídos à organização popular que culminou na ocupação.

A “Vila Umbu” fazia parte de um projeto de loteamento do município iniciado em 1948, mas que a partir do final da década de 1960 passou a ter suas obras financiadas pelo Sistema Financeiro de Habitação (RIGATTI, 2006). O projeto em si já apresentava inúmeros problemas, conforme Rigatti (op. cit., p.243):

A implantação de conjuntos residenciais de grandes proporções em áreas periféricas à área urbana até então existente, com o agravante de contarem com pouquíssimos vínculos com o tecido urbano pré-existente, produz uma elevação da profundidade geral do sistema e a produção de regiões inteiras consideravelmente segregadas em relação ao conjunto. Este é o caso do

⁷² Em 2011, os fotógrafos Jorge Aguiar e Tadeu Vilani, produziram uma mostra sobre o Bairro, intitulada “Umbu: um ensaio fotográfico na periferia”. Entre as criações, encontra-se, ainda em elaboração, um pequeno documentário - “Umbu”. A prévia está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ch67sBdBD8A>. Consultado em 08 de abril de 2013.

conjunto Vila Umbu, a nordeste da área urbana, com os seus quase 600 hectares de área loteada, ligado ao tecido existente apenas em dois pontos.

De acordo com os moradores, a empresa responsável pela entrega dos apartamentos e dos sobrados não cumpriu os prazos estabelecidos, uma vez que decretou falência. Isto motivou diferentes modalidades de ocupações. Antigos moradores contam que as “ocupações” realizadas em 11 de abril de 1987 foram conduzidas por militantes do movimento em prol da luta por moradia. Baseava-se, portanto, em ideários políticos. Héctor, um uruguaio que participou da ocupação do Onze de Abril, ao me relatar o episódio, afirma que “*nós acreditávamos que estávamos fazendo a Revolução!*”. Em contrapartida, aquelas realizadas em torno de 12 de julho do mesmo ano foram conduzidas por famílias de baixa renda que, ou “moravam de aluguel” em Alvorada ou arredores, ou mantinham relações de proximidade com políticos locais⁷³, o que, obviamente, distorcia os objetivos que moveram os idealizadores da primeira ocupação, sendo considerada por estes últimos como “invasão”.

Não é gratuito que o “Onze de Abril” tenha ficado conhecido como o “dia da audácia” (MATOS, 2006, p.280-1), e que suas ruas tenham os significativos nomes de “Liberdade”, “Vitória”, “Vitória do Povo”, “Revolução”. De todo modo, para além dos debates e embates que atravessam a experiência destes moradores, é interessante observar que, enquanto o Umbu seja frequentemente associado à violência, ao tráfico e ao “toque de recolher”, o Onze de Abril, seja associado às organizações populares e valorizado por isso, criando-se, desta forma, inúmeras tensões em torno das identidades e dos sentidos de pertencimento de seus moradores⁷⁴. Com frequência, dado que o bairro Umbu, no que diz respeito ao tema da violência, seja considerado um “cartão postal” de Alvorada, é comum que seus moradores, ao procurarem emprego em outras cidades (como em Porto Alegre, por exemplo), indiquem seus endereços como sendo do Onze de Abril, não porque seu histórico seja conhecido por quem não é da cidade, mas porque frequentemente se associa o Umbu à criminalidade, ao tráfico, etc..

De todo modo, em âmbito acadêmico, poucas pesquisas foram realizadas ou fazem referência explícita ao município, o que torna ainda mais complicada a tarefa de

⁷³ Comenta-se que alguns vereadores ofereciam lotes e casas a eleitores. Wanderson me conta que um vereador lhe ofereceu uma “casinha”, mas que quando ele soube que era no conjunto habitacional “Vila Umbu” declinou da oferta. A razão, justifica, é que além de não ter água nem luz, as ruas não estavam pavimentadas e o local era de difícil acesso (não havia ônibus).

⁷⁴ Curioso notar que no livro dedicado à história de Alvorada há uma seção destinada a tratar dos bairros da cidade. No entanto, não há referência ao Umbu, apenas ao Onze de Abril (que, conforme salientado anteriormente, não consta oficialmente como bairro). A única menção que se faz ao Umbu está presente no capítulo que discute o processo de loteamento do município.

conhecer 'outras versões' sobre a cidade. Em uma busca apenas pelo repositório digital da UFRGS, identifiquei o trabalho de conclusão de curso em Ciência Política, de Luciana Pazini Papi (2009), sobre a descentralização da assistência social no município; a dissertação da geógrafa Talita Rondam Herechuck (2011), que trata dos marcadores identitários envolvendo os territórios da cidade e o trabalho de conclusão de curso da cientista social Luciana Tubello (2012), que aborda a trajetória de moradoras de Alvorada que trabalham como empregadas domésticas em Porto Alegre⁷⁵.

Neste cenário, insere-se, de certo modo, meu trabalho como pesquisadora, meu interesse pelo município e por todas as versões que são silenciadas em virtude do estigma que o envolve. A primeira pesquisa⁷⁶ da qual participei como voluntária objetivava compreender as impressões, experiências e expectativas de um grupo de jovens moradores dos bairros periféricos da cidade, ou seja, a periferia da periferia. Em virtude do objeto de interesse da atual investigação, a partir do qual importa refletir sobre algumas das experiências vividas e das relações travadas a partir do PBF, torna-se necessário, pelas razões salientadas no início desta seção, abordar de forma mais pontual o contexto municipal sobre o qual o programa é implementado.

2.2 “A GENTE EXISTE. E ISSO É BOM!”: o município de Alvorada

Segundo o site oficial da Prefeitura⁷⁷, a cidade nasceu como Distrito de Viamão, e na época chamava-se Passo do Feijó. Foi em 1965 que o município se emancipou politicamente e passou a chamar-se Alvorada. Sobre a origem do nome, conta-se que ele fora sugerido por um integrante da Comissão Pró-Emancipação que, por sua vez, inspirou-se em dois fatores: “a alvorada do povo, que acorda às primeiras horas da manhã e parte para o trabalho, e o Palácio da Alvorada, o grande destaque na então nova capital do País, Brasília, inaugurada em 1960”.

⁷⁵ Vide, por exemplo, o documentário realizado por Tubello “Onde se mora não é onde se trabalha” (2012), disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LWNODJ2R4TI>. Consultado em 07 de abril de 2013.

⁷⁶ Projeto, à época chamado de “Observatório Franco-Brasileiro das Cidades Periféricas”, coordenado pelos antropólogos Alain Bertho e Sylvain Lazarus, ambos da Universidade de Paris 8. Participei da pesquisa entre 2008 e 2010.

⁷⁷ Vide <http://alvorada.rs.gov.br/>, Consultado em 15 de fevereiro de 2013.

Alvorada é um município pertencente à RMPA e fica distante do centro da capital, Porto Alegre, cerca de 1 hora, contando com uma área de 70,811 Km² e uma população de 195.718 habitantes, segundo dados do IBGE/2010. O PIB per capita (dados de 2010) é de R\$ 7.528, segundo a Fundação de Economia e Estatística⁷⁸. Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano, segundo a PNUD (2010), Alvorada é 0,6999, o que significa que está situada na faixa de Desenvolvimento Humano Médio⁷⁹.



Figura 1: Mapa localizando Alvorada em relação aos municípios limítrofes: Cachoeirinha, Gravataí, Porto Alegre e Viamão (FONTE: Google Maps)

Considerado, desde sua emancipação e até pouco tempo, como um “município dormitório”, sua população precisava sair da cidade para trabalhar, estudar e até mesmo buscar lazer. Esse quadro se mostra em processo de transformação - com o aumento do comércio, algumas pequenas indústrias, um hipermercado e a previsão de que receberá, em breve, mais um grande supermercado e um Shopping – o último, já em construção. Uma de minhas interlocutoras, assistente social de uma instituição prestadora de serviços socioassistenciais de confissão luterana, considera que o município ainda é muito novo, o que explicaria, segundo ela, as deficiências estruturais. Admite, no entanto, que do “município dormitório” sobrou muito pouco. Cada vez mais as pessoas trabalham, estudam e consomem na cidade, o que a leva a

⁷⁸ Vide em http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Alvorada. Acesso em 02 de agosto de 2013.

⁷⁹ Vide em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil/alvorada_rs. Acesso em 02 de agosto de 2013.

acreditar que “já que os habitantes passam mais tempo em Alvorada”, as cobranças por melhorias tendem a aumentar.

Vai vir um shopping, tem um Big, vai vir um Carrefour, então são coisas que já estão acertadas. O Município está crescendo economicamente, em termos de violência também tem reduzido o índice, mas como te disse, é um município novinho. E ainda é um município no qual as pessoas não ficavam, então, o investimento não ficava aqui. Hoje tem lazer, hoje as pessoas saem para comer fora com a família aqui, elas não saem mais [para Porto Alegre], elas ficam e esse ficar faz com que a prefeitura se movimente. Tem que qualificar. Aí vem a Copa, opa! Sim, o Município foi visitado... Aí começa a acordar, sabe. A gente existe. E isso é bom! Não é bom ter criança na rua, não é bom isso, não é bom aquilo. Então começa, nesse plano estratégico, [a] pensar vinte anos pra frente e com qualidade. Estamos abertos a isso, chegou esse tempo. E o tempo do coronelismo foi por água abaixo. Ministério Público mete o pé na porta e pronto. Tem gente assustadíssima aqui [refere-se ao escândalo envolvendo a prefeitura e uma agência de publicidade que superfaturou orçamentos].

Faculdade é uma realidade aqui em Alvorada. Tu tens famílias com terceira, quarta série e todo um investimento nos jovens para que eles possam evoluir e não só trabalhar nos serviços que não tem tanta qualificação.

Este ‘crescimento’, que é percebido pelo aumento do consumo e da presença de novas [pequenas] indústrias e comércios na cidade, aponta também para o aumento das disparidades entre a população local. Chama atenção, por exemplo, a presença de pessoas em situação de rua, ocupando a Praça Central⁸⁰ – algo impensável há pouco menos de uma década, ou, ainda, o aumento da frota de carros particulares que, entre outras coisas, trouxe consigo uma categoria profissional nunca antes vista pelas ruas da cidade – os guardadores de carro ou “flanelinhas”, como são comumente chamados. O “crescimento” parece ainda não ter sido suficiente para afetar de maneira significativa a estrutura municipal e seus serviços.

A título de ilustração, em termos quantitativos, no que diz respeito ao PBF, segundo o Relatório de Informações sobre o Bolsa Família e Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal de 2013⁸¹, em janeiro do mesmo ano haviam 12.750 famílias cadastradas no CadÚnico e a estimativa de famílias pobres⁸² no município, segundo o perfil do BF, era de 9.324 famílias. Destas, cerca de 7.619

⁸⁰ Refiro-me especialmente, a um grupo formado por três adultos e duas crianças. Homens, normalmente embriagados, não chamavam atenção, pelo fato de que suas presenças nos arredores da Praça eram algo comum. No entanto, quando a “família”, conforme se especulava, passou a ser vista “morando” na Praça – dormindo, alimentando-se, banhando-se -, comentários indicando espanto sobre o “crescimento” do município tornaram-se habituais, dado que o comum era que as pessoas em situação semelhante fossem encontradas mendigando nas ruas de Porto Alegre.

⁸¹ O Relatório está disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio_form.php?p_ibge=430060&area=0&ano_pesquisa=&mes_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=153&ms=585.460.587.589.450.448.464.601. Consultado em 04 de abril de 2013.

⁸² Levantamento realizado com base no Censo 2010.

famílias são beneficiadas pelo PBF, o que significa dizer que a cobertura do programa no município é de 81,7%.

Em relação à estrutura municipal, considerando apenas as três áreas diretamente relacionadas ao PBF em razão das condicionalidades – educação, saúde e assistência social -, trago alguns dados. No que diz respeito à **educação**, como indicado pelo depoimento da assistente social, se considerarmos apenas a educação básica, cada vez menos se faz necessário sair da cidade para estudar. Segundo site oficial, o Município conta atualmente com 27 Escolas Municipais, 17 Escolas Estaduais, 6 Escolas Particulares, 2 Escolas Particulares de Educação Infantil e 1 Escola de Ensino Superior Privada. Quanto à **saúde**, a cidade conta com 13 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e 2 Unidades de Referência, 1 Hospital Municipal, além de uma Farmácia Municipal e Centros de Atenção à Saúde Mental para crianças, jovens e adultos. No que tange à **assistência social**, a cidade mantém 5 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), 1 Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), 1 Abrigo Infantil, 1 Centro de capacitação Profissional, a Coordenadoria de Direitos Humanos (CCDH), o posto de atendimento para o CadÚnico, o Departamento de Assistência a Entidades Filantrópicas, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e, em formação, o Fórum Municipal de Entidades Assistenciais Não-Governamentais. Relacionados à política de assistência social, atualmente o município tem os seguintes programas na agenda: PETI, Proteção e Atendimento Integrado à Família (PAIF), Atendimento Social em Meio Aberto (ASEMA) e alguns cursos voltados à geração de trabalho e renda (crochê, tricô, chinelos decorados com miçangas, artesanato em E.V.A.⁸³, manicure, pedicure).

⁸³ O material denominado E.V.A. (Etil Vinil Acetato) é um tipo de borracha não tóxica utilizada para produção de artesanato, peças decorativas, atividades pedagógicas, etc.

2.2.1 O município como “porta de entrada” para o Programa Bolsa Família: o balcão de Adriane

Vinculado à Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania (STASC)⁸⁴ funciona o posto de atendimento responsável pelo CadÚnico. O posto, denominado apenas como Cadastro Único, ocupa um prédio anexo ao da Secretaria, localizando-se entre ela e um dos CRAS do município.

O espaço, segundo informações dos responsáveis, é relativamente novo e foi construído com recursos provenientes do IGD, assim como uma Kombi utilizada para realização das “visitas domiciliares”. Dispõe de seis guichês, todos informatizados e uma ampla sala de espera. Nos dias em que visitei o posto do CadÚnico, apenas três dos seis guichês estavam em uso. A sala de espera, pelo menos no período da tarde, quando lá estive, não permanece ocupada por muito tempo e as filas, quando comparadas àquelas que se formam em outros serviços públicos, é relativamente pequena - em média 15 pessoas. Obviamente, esse número aumenta consideravelmente em períodos excepcionais como, por exemplo, aquele dedicado ao recadastramento dos beneficiários.

Mulheres, em sua maioria⁸⁵ acompanhadas de um ou dois filhos pequenos, carregam consigo uma série de documentos e comprovantes necessários para realização do cadastro – essencial para acessar qualquer programa, serviço social ou transferência de renda do governo federal. Raramente conseguem concluir o processo na primeira visita que fazem ao posto do CadÚnico, uma vez que, via de regra, não possuem todos os documentos exigidos para entregar aos cadastradores. Algumas vezes, chegam ao posto sem as informações corretas sobre o que precisam apresentar para a realização do cadastro, critérios de elegibilidade e funcionamento do PBF⁸⁶.

⁸⁴ Desde 2013, quando o novo governo assumiu a gestão municipal, a secretaria passou a ser denominada como Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania (SMTAS). Optei por manter a nomenclatura correspondente ao período em que a pesquisa de campo foi realizada.

⁸⁵ Das vezes em que estive no posto, apenas uma vez encontrei um homem com sua companheira. Muito jovens, aguardavam atendimento havia cerca de 20 minutos. Diante do aviso dado por uma das funcionárias de que o “sistema” havia “caído”, mas que voltaria a funcionar em breve, ele, aparentemente irritado, balbuciou alguma coisa para sua companheira e ambos deixaram o local.

⁸⁶ A maior parte dos casos que pude observar tratava de atrasos no pagamento dos benefícios que, normalmente, estavam associados, conforme explicavam aos beneficiários, ao descumprimento de alguma condicionalidade, configurando-se, portanto, não como atraso, mas como bloqueio ou cancelamento da transferência.

O posto do CadÚnico é um dos últimos passos a serem dados por aqueles que procuram se inscrever no PBF. Antes de conseguir concluir com sucesso o cadastramento, ou seja, antes de ter certeza que o cadastro está apto para ser transferido para a CEF, é preciso percorrer um longo caminho em busca de informações, dos documentos necessários, e aguardar a visita de assistentes sociais. Assim, buscando identificar e conhecer os órgãos municipais responsáveis pela gestão do PBF, procurei no site oficial da Prefeitura informações que pudessem servir como uma primeira orientação, e foi desta forma que cheguei ao posto do CadÚnico.

Procurando por informações, pedi para falar com os responsáveis e fui encaminhada à Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania do município. O contato com o ambiente institucional, como era de se esperar, foi marcado por exigências burocráticas, sendo permeado por inúmeras recusas, algumas “reuniões de última hora”, muitas horas de espera na pequena recepção da Secretaria, incontáveis solicitações de “cópias do projeto de pesquisa” e “cartas de apresentação assinadas pelo orientador” e, no final, nenhum contato direto com a assistente-chefe – a “única” que poderia me “dar informações”.

No entanto, o período que permaneci visitando a Secretaria semanalmente em busca de informações e do tão almejado encontro com a responsável, se mostrou bastante frutífero, ainda que este dado não se manifestasse de maneira tão clara naquele momento. Durante cerca de um mês e meio, visitei a STASC semanalmente e lá permanecia durante três a quatro horas, sempre à tarde. No começo, porque esperava por Melina – a responsável – e, depois, já tendo percebido que não conseguiria atingir meu objetivo, porque tinha a oportunidade de observar e de conversar com Adriane, a recepcionista responsável em fornecer as primeiras informações e orientações àqueles que procuravam o local em busca de esclarecimentos a respeito dos cursos profissionalizantes oferecidos pelo município, passagem de ônibus gratuita, locais para confeccionar documentação e sobre o Bolsa Família.

Adriane, uma jovem com não mais que 23 anos de idade, atendia os que lhe procuravam sentada atrás de um balcão, dispondo apenas de papéis de rascunho displicentemente cortados, algumas canetas esferográficas e escassas e imprecisas informações sobre as ações e programas desenvolvidos pela Secretaria no município. Ao lado de seu balcão, que ocupava um lugar central na sala, uma única cadeira era disponibilizada para que as pessoas pudessem esperar sentadas por sua vez. Diante do intenso fluxo, pelo menos nos dias em que estive lá, e da rapidez dos atendimentos, não me constrangi ao fazer da única cadeira da “sala de espera” meu local de trabalho. Ali, eu permanecia longos períodos observando o fluxo de pessoas,

os atendimentos, os diálogos estabelecidos entre funcionários/servidores e os “usuários” do serviço. Nas paredes estavam afixados, em um mural de isopor forrado com camurça, cartazes com endereços dos CRAS do município, sobre o BF e sobre o ProJovem Trabalhador.

Adriane era interrompida constantemente pelos funcionários que trabalhavam no interior da Secretaria e que vinham lhe fazer todo o tipo de pergunta – algumas referentes às atividades profissionais, mas frequentemente apenas para “colocar a fofoca em dia”, como no dia em que um colega ficou cerca de uma hora conversando com ela sobre o “*novo CD dos Hawaianos*”⁸⁷. Enquanto conversavam, ele, quando acreditava que eu não estava olhando, fazia sinais com a cabeça em minha direção, querendo entender o que estava fazendo ali, novamente.

Minha presença, em virtude da constância, obviamente não passou despercebida, nem eu tinha esta intenção. Algumas vezes, era minha presença o motivo de suas conversas. Ora desdenhavam do tema de minha pesquisa, afinal, como me questionaram algumas vezes, “*porque alguém vai querer estudar o Bolsa Família?*”; ora faziam comentários sobre minhas roupas, meu local de residência, sobre o fato de que alguns acreditavam me conhecer de outros lugares, e isso desencadeava longas conversas que objetivavam, sobretudo, traçar caminhos percorridos, lugares visitados, cursos, escolas – afinal, “*de onde*” me conheciam, “*mesmo?*”. Às vezes, falavam sobre mim como se eu não estivesse ali, mas normalmente era a própria Adriane, ouvinte genuinamente interessada em detalhes, que iniciava a conversa que parecia, na maioria das vezes, um inquérito policial. Ela queria, precisava saber de tudo. E não media esforços nem se constrangia diante das pessoas que procuravam informações. Por vezes, ouvia as questões e solicitações que lhe faziam e, em vez de responder, voltava-se novamente em minha direção e recomeçava o habitual interrogatório semanal a que me submetia:

O que tu estás fazendo aqui [na Secretaria]? O que tu estudas? Onde? Em que colocação tu ficaste quando prestou o vestibular? Em quantos anos tu te formaste na faculdade? O que é antropologia? O que é filosofia? Porque mesmo estudar o Bolsa Família? É melhor fazer faculdade ou curso técnico? Tu és casada? Tens filhos? Quantos? Mora aqui em Alvorada? Onde? Desde quando? Como é que eu nunca te vi?

Sua curiosidade, principalmente em relação a minha vida acadêmica, estava relacionada mais aos seus próprios objetivos do que a minha trajetória. Conforme me disse, pretendia “*fazer uma faculdade de enfermagem*”, mas iria “*começar com um curso técnico*” que, segundo ela, “*é para quem não tem grana para bancar uma*

87

Grupo de Funk carioca.

faculdade”, mas era preciso “*terminar o segundo grau antes*”. O fato é que não observei a mesma curiosidade nem a mesma disposição em relação àqueles que procuravam por suas orientações.

A maioria das pessoas que pude observar durante as horas que passei sentada ao lado do balcão de Adriane solicitava informações sobre as modalidades de cursos técnicos disponibilizados pela/via Prefeitura, os requisitos para participarem dos cursos, a documentação necessária para realizarem a inscrição no PBF, as razões para o decréscimo ou cancelamento do benefício. Às últimas questões, Adriane não dispunha de resposta e, assim como eu, aqueles que lhe procuravam não conseguiam conversar diretamente com as pessoas responsáveis ou aptas a lhes sanar as dúvidas em relação ao Programa.

Contudo, a visita que fiz no dia 28 de janeiro de 2010 marcou de maneira mais significativa minha memória, principalmente porque teria a oportunidade de lembrá-la e discutir sobre ela com beneficiários ao longo do trabalho de campo. Nove dias antes, o Jornal Nacional (telejornal da Rede Globo) havia apresentado uma matéria cuja chamada dizia: “sobram vagas em cursos profissionalizantes”. Justificava-se a relevância da averiguação promovida pelo repórter Ricardo Soares relacionando o excesso de vagas não preenchidas à ausência de procura por parte dos beneficiários do PBF, ao mesmo tempo em que se ressaltava a gratuidade da iniciativa e as vantagens as quais os matriculados poderiam usufruir:

Num país com tantas carências no campo da educação, os cursos profissionalizantes que são oferecidos de graça a quem recebe o Bolsa Família têm vagas sobrando.

(...) É um curso que eles têm direito ao vale-transporte, ao lanche, ao material didático [conforme afirma a gerente do SENAI na Bahia] (sic) (SOARES, 2010).

A reportagem fazia menção especialmente a Belo Horizonte e à Região Metropolitana de Salvador e, segundo afirmava, “sobram mais de mil vagas, das 2,8 mil abertas neste ano [2010]”. Afirmava-se que a intenção do curso – formação e qualificação de mão de obra para a construção civil – era inserir no mercado de trabalho “parte dos brasileiros que hoje têm como única fonte de renda o Bolsa Família”. No entanto, segundo os responsáveis, “nem todo mundo entendeu assim” e, atribuía-se a pouca procura pelos cursos profissionalizantes ao fato dos beneficiários temerem perder o benefício.

A reportagem que havia sido transmitida nove dias antes de minha visita não havia me chamado atenção até o momento em que presenciei uma parcela significativa de pessoas indo à Secretaria em busca de informações sobre os cursos

que haviam sido mencionados pelo Jornal Nacional. Chama atenção o fato de que a reportagem tenha continuado a repercutir tanto tempo depois. Talvez possa se explicar essa procura que se estendeu ao longo dos dias que seguiram sua divulgação pela distância da Secretaria em relação aos pontos centrais da cidade (o que, em alguns casos, pode exigir que as pessoas dependam de até dois ônibus para se locomoverem) e mesmo ao horário de funcionamento do órgão⁸⁸ (pouco propício para quem não tem flexibilidade de horários devido à atividade profissional, por exemplo). De fato, boa parte das pessoas que procuraram informações naquela quinta-feira eram homens e mulheres idosos que buscavam orientações a pedido de filhos, filhas, netos e netas, segundo indicavam no momento em que se apresentavam.

De todo o modo, além da grande demanda por informações a respeito dos tais cursos, o que chamou atenção foram as respostas fornecidas por Adriane. Quando uma senhora, por exemplo, indagou sobre “os cursos profissionalizantes do Bolsa Família” para seu filho, Adriane respondeu “já veio e já saiu”. Quando a mulher insistiu “mas como já veio e já saiu? Começaram a divulgar no começo da semana!”, Adriane se limitou a um sorriso indiferente; no entanto, como mesmo diante da negativa, a senhora não saiu da frente do balcão, a recepcionista acrescentou: “não há previsão de quando terão outros cursos de azulejista”.

Curiosamente, em cima do balcão de Adriane, encontrava-se uma pilha de informativos sobre o Programa ProJovem Trabalhador⁸⁹, curso profissionalizante voltado à qualificação de jovens desempregados com idade entre 18 e 29 anos, mas nenhuma das duas se deu conta. A mulher não mencionou a idade e as condições do filho e Adriane, por sua vez, não a questionou sobre isso, deixando assim, de fazer um encaminhamento mais preciso.

Ainda na presença desta mulher, aguardava para ser atendido um senhor que, inquieto, andava de um lado para outro, enquanto esperava sua vez. Quando foi finalmente atendido, ele disse que “gostaria de informação...”, sendo logo interrompido por Adriane que se voltou em minha direção para continuar a conversa que havíamos começado antes da entrada da primeira senhora; Adriane parecia ignorar a presença do homem. Neste momento, ela afirmou que Melina não poderia conversar comigo

⁸⁸ A STASC, assim como os CRAS, funcionava de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

⁸⁹ O PROJOVEM (Programa Nacional de Inclusão de Jovens) integra a chamada “agenda social da juventude”, a partir da qual se busca assegurar direitos sociais e “gerar oportunidades” para os jovens entre 15 e 29 anos. O Programa articula ações entre as mais diversas áreas (educação, assistência social, direitos humanos, esporte, lazer, cultura, etc.) e visa elevar a escolaridade e a qualificação profissional dos jovens. Há, ainda, a modalidade Projovem Adolescente, sobre a qual discorrerei nos capítulos subsequentes.

sobre o Programa, porque, segundo ela, tratava-se “*de um assunto confidencial, sabe como é!*”.

O senhor que aguardava ficou ouvindo nossa conversa, até que Adriane resolveu lhe dar atenção. Ele retomou de onde havia parado, perguntando se a recepcionista havia assistido ao “*jornal*”. Fomos todos surpreendidos pela pergunta – eu, Adriane e o funcionário da Secretaria que permanecera encostado na porta que dava acesso ao interior do prédio por cerca de dez minutos. Adriane, desconcertada, afirmou não ter visto, ao que ele continuou: “*estão dizendo na TV que os jovens não procuram o SENAI para não perderem o BF. Eu vim saber que cursos são esses e se realmente [é] o SENAI que tem esses cursos*”. Adriane disse não ter informações sobre os cursos oferecidos pela entidade e, segundo afirmou, “*os cursos do BF são dados nas escolas do município*”. Antes de sair, o homem, ainda em dúvida, dando de ombros reiterou: “*mas disseram na televisão*”.

No mesmo dia, outra mulher entrou na Secretaria procurando por “*um curso profissionalizante*” para seu filho, mas seria necessário que fosse um curso que “*não dependesse do Bolsa*”, porque, segundo ela, o rapaz de 18 anos não queria mais frequentar a escola. A recepcionista disse que “*todos os cursos que temos aqui vem do Bolsa. Apenas o ProJovem não, mas é preciso ter mais de 18 anos*”. O fato de que o ProJovem Trabalhador é destinado a jovens *entre* 18 e 29 anos, com renda familiar *per capita* de até meio salário-mínimo, assim como que o PBF exige a contrapartida da educação apenas *até* os 17 anos de idade, no caso de recebimento do benefício vinculado ao jovem, não foi mencionado nem esclarecido⁹⁰.

Segundo os responsáveis pela STASC, o acesso ao PBF se dá através dos CRAS, considerados como a “*porta de entrada*” oficial para o programa. Antes mesmo de ser integrada ao CadÚnico, a família precisa “*fazer a inclusão no CRAS*” responsável pela cobertura de seu bairro para, em seguida, receber a visita de uma assistente social que opera junto ao CadÚnico na cidade. Esta profissional é a responsável por fazer as primeiras avaliações sobre as condições socioeconômicas dos candidatos ao cadastramento visando o benefício do BF. A visita é normalmente realizada quando as famílias procuram o CRAS, mas, segundo os responsáveis pelo

⁹⁰ Efetivamente, no período em que o trabalho de campo foi realizado, não havia nenhum curso profissionalizante sendo disponibilizado pelo município. Apenas em 30 de abril de 2013 o governo municipal anunciou a parceria estabelecida entre a cidade, SENAI e Celulose Riograndense. À Celulose Riograndense caberá financiar as obras de reforma do Galpão da Nova Americana e ao SENAI a oferta de cursos na área da construção civil oferecidos pelo Pronatec. O “*Centro de Capacitação Profissional da Nova Americana*” vai oferecer, segundo as autoridades locais, 480 vagas para os cursos voltados principalmente aos beneficiários do PBF, uma vez que, segundo o pronunciamento do prefeito na ocasião, “*emancipação se dá através da educação e da formação*” e os integrantes do curso, conforme, garantem os responsáveis, serão cadastrados “*para possível contratação imediata pela empresa Celulose Riograndense*”.

programa em Alvorada, em alguns casos, quando há dúvidas sobre informações apresentadas no CadÚnico, ou, quando o cadastro não passa pelo crivo dos técnicos da CEF, pede-se uma nova “*visita domiciliar*”. Esta visita, segundo afirmam, tem o objetivo de analisar as condições de moradia e os bens duráveis de que a família dispõe, a fim de assegurar a veracidade das informações apresentadas que são, principalmente quanto à renda, autodeclaradas. Ainda que os técnicos responsáveis por sua execução não a considerem como sendo “*investigativa*” – informação que fazem questão de salientar – é comum buscarem informações sobre os demandantes entre seus vizinhos e parentes. Voltarei a este ponto no próximo capítulo.

Uma vez que todo o processo anterior ao cadastramento tenha sido realizado com êxito, os cadastros realizados pelas assistentes sociais são encaminhados para o posto do CadÚnico no município a cada quinze dias. No período de até dois dias, eles são incluídos no sistema e, após cerca de 48 horas, o Número de Identificação Social (NIS)⁹¹ é gerado pela CEF. O prazo para o recebimento do benefício pode variar entre 1 e 6 meses, segundo os responsáveis com quem conversei. Atribui-se a este período de espera o fato de que a CEF opera os cadastros de maneira automatizada, de modo que aqueles que apresentam uma menor renda são liberados primeiro para confecção e envio dos cartões e posterior realização do pagamento.

De todo modo, diante da informação de que o primeiro contato dos candidatos ao PBF é feito com os profissionais vinculados aos CRAS, procurei me informar sobre os endereços e sobre a possibilidade de conversar com os responsáveis. Na STASC, um pequeno mural trazia avisos sobre as ações da Secretaria. Nele encontravam-se também, as localizações – endereços e telefones – dos cinco CRAS e do CREAS presentes no município. Diante destas informações e, ao perceber que um dos CRAS localiza-se na mesma rua da STASC, decidi tentar conversar diretamente com as assistentes sociais. Quando informei minhas intenções à Adriane, já me despedindo, ela, balançando negativamente a cabeça, afirmou de forma pessimista: “*já te disse, isso é assunto confidencial. Não vão te dizer nada lá também*”.

No CRAS, pedi para conversar com a assistente responsável. Fui informada de que Elis estava “*em visita*”, e cerca de uma hora depois, por telefone, consegui falar com ela e marcar um encontro para a semana seguinte, não sem antes agradecer seu

⁹¹ O NIS é um número de cadastro atribuído pela CEF às pessoas que serão beneficiadas por algum projeto social e que não possuem cadastro no PIS (Programa de Integração Social). Conforme correspondência pessoal com o MDS (via Portal do MDS em redes sociais [Facebook]), na posse deste número (NIS) os interessados podem se candidatar aos diversos programas sociais do governo, como por exemplo, o BF, Garantia de Safra (destinado aos agricultores familiares), dentre outros. O NIS está associado ao PIS que, por sua vez, é destinado aos trabalhadores do setor privado. Deste modo, caso uma pessoa que já obteve o NIS venha a trabalhar com carteira assinada, deverá fazer uso do mesmo número.

conselho bem-intencionado: “*acho que tu deverias tentar falar com a assistente-chefe [Melina]. Ela tem os números, as informações certinhas para te passar*”.

2.2.1.1 Os Centros de Referência de Assistência Social: do “acolhimento” ao “encaminhamento” para os programas de transferência de renda

Conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o CRAS é uma

unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. (PNAS/2004, 2005, p.35)

Na opinião de Helena, uma das assistentes sociais vinculadas ao município de Alvorada, o CRAS é responsável por “*identificar [e] diagnosticar as demandas*”, cumprindo assim a função de “*porta de entrada para o acolhimento*” da população que se encontra em seu “*território de abrangência*”. E a ele cabe “referenciar” seus “*usuários*” e encaminhá-los “*para o Estado ou para as instituições que oferecem os serviços socioassistenciais*” (pertencentes à rede de proteção social básica). Helena, procurando estabelecer aproximações entre as unidades públicas vinculadas ao SUAS e aquelas vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) – respectivamente, o “*primo pobre*” e o “*primo rico*”, segundo afirma - me explica: “*o CRAS está para o CREAS, assim como o Posto de Saúde está para o Hospital*”, referindo-se ao “*grau de complexidade*” presente nas diferentes ações ofertadas e executadas por cada uma delas.

O CRAS é responsável, portanto, pela gestão dos serviços socioassistenciais de “proteção básica” do SUAS⁹² ofertados em seu território de abrangência, figurando como a unidade de referência tanto para outras unidades públicas quanto para “entidades de assistência social privada sem fins lucrativos” que devem, segundo as

⁹² Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, estes são definidos segundo o grau de complexidade de suas ações, sendo, por essa razão organizados da seguinte forma: serviços considerados de Proteção Básica de Assistência Social (executados nos CRAS), serviços de Proteção Especial de Assistência Social (executados nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS) e os serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade (executados por abrigos, por exemplo).

orientações técnicas, ser “obrigatoriamente a ele referenciadas” (MDS, 2009, p.7). Considerados como os eixos do SUAS, a “matricialidade sociofamiliar” e a “territorialização” orientam as ações que caracterizam e que são executadas obrigatoriamente pelos CRAS. Desta forma, são inúmeras as ações que *podem* ser promovidas por um CRAS, mas a oferta do PAIF e a “gestão territorial” dos serviços socioassistenciais são obrigatoriamente.

Focado na família, que é compreendida, segundo a PNAS, como o “conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e/ou dependência econômica” (MDS, 2009, p.12), possui, entre suas responsabilidades, serviços considerados de *Proteção Básica de Assistência Social*, ou seja, ações que “potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, a socialização e o acolhimento em famílias cujos vínculos familiar e comunitário foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho” (PNAS, 2005, p.34). Os programas, ações e serviços que procuram atender as estas expectativas são os seguintes: PAIF; Programa de Inclusão Produtiva e Projetos de Enfrentamento da Pobreza; Centros de Convivência para Idosos; Serviços para crianças de 0 a 6 anos (visando o “fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças”); Serviços Socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos (visando a “proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários”); Programas de Incentivo ao Protagonismo Juvenil e Centros de Informação e de Educação para o Trabalho, voltados para Jovens e Adultos.

Os CRAS do município de Alvorada oferecem, de modo geral, os seguintes serviços relacionados à Proteção Social Básica⁹³: PAIF, Centro de Convivência para

⁹³ Oferecem-se também serviços que se encontram no nível de complexidade do SUAS de Proteção Social Especial, que se configura enquanto uma “modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontrem em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.” O PETI é o único programa, até o momento, presente na agenda de serviços de Proteção Social Especial do município. Em relação à Proteção Social Especial de Alta Complexidade, o município mantém um abrigo para crianças. Este nível de proteção social visa garantir “proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário” (PNAS, 2004, p.36).

Idosos e o Atendimento Social em Meio Aberto (ASEMA)⁹⁴, alguns cursos de qualificação, como por exemplo, manicure, pedicure e ajudante de obras e, ainda, por um curto período de tempo, atividades relacionadas a uma horta comunitária.

Contudo, é o número de CRAS um dos pontos mais delicados no que tange à assistência social no município de Alvorada. Por tratar-se de uma cidade pobre, com áreas com alta concentração de desempregados e famílias vivendo em condições socioeconômicas desfavoráveis e facilmente passíveis de serem enquadradas como “vulneráveis”, segundo a perspectiva do SUAS, o número de CRAS disponibilizados não se faz suficiente para atender a demanda da população local. Além disso, os CRAS existentes não estão adequados às orientações da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS) quanto à composição⁹⁵ e carga horária⁹⁶ das equipes de referência. Alvorada, sendo considerado um município de grande porte, deveria ter, para cada Centro de Referência, no mínimo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional de nível superior (pedagogo, sociólogo, antropólogo, etc.). No entanto, cada um dos CRAS conta com no máximo duas assistentes sociais e uma psicóloga, sendo que uma atua, conforme orientação da normativa supracitada, como coordenadora. A equipe de nível médio se resume aos funcionários responsáveis pela manutenção/limpeza e recepção do CRAS. Em relação às condições de trabalho destas profissionais, é importante salientar que apenas quatro assistentes eram concursadas, ocupando, por esta razão, a função de coordenadoras dos CRAS, o que significa, na prática, que os atendimentos às famílias “usuárias” do serviço, as visitas e a atuação em atividades destinadas a elas fica a cargo de uma assistente social que, em apenas dois dos CRAS, conta com o auxílio de uma psicóloga. Todas as outras profissionais do serviço social são terceirizadas e cumpriam uma carga horária que

⁹⁴ De acordo com a Resolução nº 109/2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o ASEMA se encontra no nível de complexidade do SUAS de Serviço de Proteção Básica, é inserido nos CRAS como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Propõe-se, de modo geral, a envolver as crianças em situação de vulnerabilidade social no turno inverso da Escola regular, visando o desenvolvimento social. Promove espaços de convivência, oferece momentos de recreação, atividades artísticas, culturais e esportivas. Seu público-alvo são crianças e adolescentes de 06 a 14 anos em situação de vulnerabilidade social.

⁹⁵ Segundo o site do MDS, a composição da equipe mínima de referência para o CRAS deve estar de acordo com o porte do município, sendo assim: a) **Municípios de Pequeno Porte I** – Até 2.500 famílias referenciadas: 2 técnicos de nível superior, sendo 1 assistente social e outro, preferencialmente, psicólogo; 2 técnicos de nível médio; b) **Municípios de Pequeno Porte II** – Até 3.500 famílias referenciadas: 3 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais e, preferencialmente, 1 psicólogo; 3 técnicos de nível médio; c) **Municípios de Médio, Grande, Metrôpole e Distrito Federal** - a cada 5.000 famílias referenciadas: 4 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõe o SUAS; 4 técnicos de nível médio.

⁹⁶ O CRAS deve funcionar no mínimo cinco dias por semana, 40 horas por mês. Dessa forma, recomenda-se que os CRAS nos quais as equipes cumprem 4 horas diárias disponham de mais uma equipe, com a mesma carga horária, a fim de completar as 8 horas de funcionamento diário (MDS, 2009).

variava entre 20 e 30 horas, de modo que, em pelo menos um turno, os CRAS não dispunham de uma assistente social.

Se considerarmos o número de indivíduos “referenciados” (ou seja, aqueles que estão na área de abrangência e, portanto, de responsabilidade de cada um dos CRAS), o próprio número de Centros de Referência poderia ser questionado, uma vez que é insuficiente e, na maioria das vezes, estão mal localizados. Ao todo, o município, com quase 200 mil habitantes, possui cinco CRAS, sendo que cada um deles é responsável por “referenciar” uma área de abrangência denominada “região”. Cada região abarca cerca de sete bairros; no entanto, um único CRAS pode “referenciar” até quatro regiões, conforme pode ser observado no mapa disponibilizado por uma assistente social:

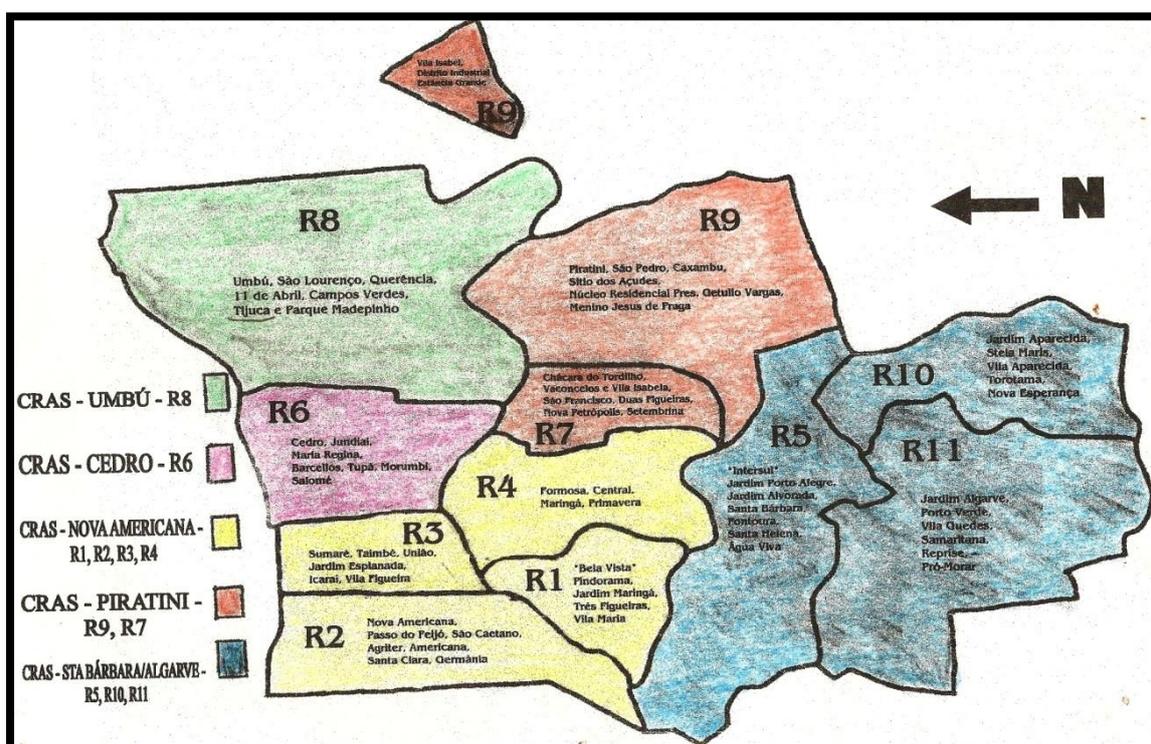


Figura 2: Mapa das Regiões referenciadas pelos CRAS em Alvorada (FONTE: CRAS/Alvorada)

Na medida em que se compreende que o “CRAS deve contribuir para potencializar a ação do Estado em territórios de pobreza, violência ou mesmo com acesso dificultado aos serviços públicos” (MDS, 2009, p.27), considera-se, como critério para sua “implantação” “as vulnerabilidades e riscos sociais” (op. cit., p.26) detectados nos territórios. É relevante, portanto, atentar para o fato de que as profissionais vinculadas aos CRAS não conseguem atender a toda sua área de

abrangência, mantendo um relacionamento mais estreito em relação aqueles beneficiários que moram nas imediações dos CRAS⁹⁷.

A título de ilustração, no período em que realizei a pesquisa de campo, o CRAS Santa Bárbara estava desativado em seu território de origem porque o prédio fora “*depredado e incendiado*”. O CRAS passou então a ocupar um prédio em um dos bairros mais favorecidos economicamente, o Porto Verde. Conforme a assistente social coordenadora do CRAS, chamava atenção o fato de que, mesmo referenciando uma das áreas consideradas mais “*vulneráveis*”, mais “*empobrecidas*”, o CRAS Santa Bárbara apresentava, entre os “*referenciados*”, um alto número de famílias acima da linha de extrema pobreza. Esse dado, segundo ela, não correspondia à realidade local. Em sua opinião, em função da distância da nova localização do CRAS, muitos dos seus “*referenciados*” precisavam “*pegar dois ônibus para ir [até o CRAS] e dois para voltar [até seus bairros de origem]*”. Recordou ainda um fato que lhe chamou atenção e que, conforme acreditava, ratificava a presença desnecessária do CRAS naquela localidade. Comentou que certo dia uma mulher que fazia sua “*caminhada matinal*” passou diversas vezes em frente ao CRAS tentando “*olhar para dentro*” do prédio. Entre idas e vindas, a mulher decidiu entrar e questionar o que era “*um CRAS*”. A assistente social lhe explicou e indicou algumas das ações sobre as quais a unidade teria responsabilidade. A mulher “*com seu poodle nos braços*”, comentou com “*desprezo*”: “*ah, tá. Então vou mandar minha empregada aqui!*”.

É importante ressaltar, ainda, que, no que diz respeito ao PBF, os projetos que demandam maior atenção, mais profissionais e mais recursos financeiros são aqueles relacionados ao atendimento a crianças e adolescentes (incluindo creches e escolas infantis), ao SCFV - oferecido no turno inverso da Escola regular- e ao PETI, além, evidentemente, dos projetos e ações voltados ao “*fortalecimento econômico das famílias*”. No município em questão, não há nenhuma escola infantil ou creche municipais e, do mesmo modo, apenas dois dos CRAS oferecem o SCFV porque, segundo afirmam, contam com o auxílio de pedagogas. Deste modo, recorre-se com

⁹⁷ Em virtude do meu interesse em tratar, em parte, das relações que as assistentes sociais travam especialmente com os beneficiários do PBF, a partir deste momento todas as referências que forem feitas a estas profissionais e às ações executadas por elas dirão respeito especificamente a este público. No entanto, é importante mencionar que aos CRAS e aos profissionais a eles vinculados cabe uma diversidade de ações e programas, entre os quais o BF se encontra. As profissionais com as quais mantive contato alegraram que esse era um dos problemas que elas detectavam na implementação do Programa. Segundo afirmam, o BF exige que os trabalhadores dos CRAS se dediquem de tal modo à sua implementação e acompanhamento dos seus beneficiários que, devido à escassez de recursos humanos e mesmo financeiros, torna-se quase impossível atender adequadamente tanto a demanda do PBF quanto as demandas provenientes de outras ações e programas sociais.

frequência às entidades socioassistenciais parceiras que, no que tange ao SCFV, atuam como Unidades Conveniadas da Rede de Proteção Social.

Segundo a atual coordenadora do PBF, dado o perfil socioeconômico dos municípios, são encontradas dificuldades por grande parte desta população em realizar o cadastramento para o PBF, seja porque não dispõem dos documentos necessários, seja porque “*não sabem onde buscar*” informações ou ainda porque não conseguem acessar o CRAS responsável por “*referenciar*” sua localidade. Isto torna necessário criar estratégias de “busca ativa⁹⁸”. Segundo ela, a “busca ativa” consiste tanto em identificar e cadastrar famílias elegíveis aos programas sociais do governo federal, quanto em atualizar os cadastros já realizados. A maneira encontrada pelo governo municipal para “*dar conta desta demanda*”, foi a elaboração de um projeto chamado “Bolsa Móvel”, que inclui a compra de um veículo, sua adequação tecnológica (para realização dos cadastros) e a contratação de uma assistente social. Conforme a coordenadora, este projeto deverá ser concretizado com os recursos do IGD e com ele, ao “*entrar nos bairros*”, será possível atender aquela parcela da população que enfrenta maiores dificuldades para acessar os benefícios do governo federal.

2.2.2 Alvorada: “Conhecer” para intervir

A ausência de dados organizados e de informações detalhadas tanto sobre a população quanto sobre o município é um elemento importante não apenas em relação às necessidades que o PBF impõe, mas também em relação à forma como é realizada a gestão municipal. Por diversas vezes, ao procurar gestores públicos em busca de informações mais pontuais, as respostas que recebi giravam em torno de “*isso é confidencial*” e “*não estamos autorizados a divulgar estas informações*”, mesmo quando, no caso do PBF, uma parte significativa destes dados tenha sido disponibilizada, via Portal da Transparência do Governo Federal ou, ainda, em relatórios apresentados pelo MDS, todos facilmente acessados pela Internet.

Há, por um lado, um controle das informações que só pode ser burlado através das relações personalizadas e, por outro, conforme admitiram posteriormente alguns

⁹⁸ A “busca ativa” refere-se “à procura intencional, realizada pela equipe de referência do CRAS, das ocorrências que influenciam o modo de vida da população em determinado território”. (MDS, 2009, p. 29).

profissionais da assistência social, o município não dispõe de recursos humanos que possam atender à demanda de mapeamento e estudo dos territórios. Não obstante, o estigma da violência se faz presente também nessas ocasiões, haja vista que os profissionais que procuram acessar determinadas localidades sempre o fazem com desconfiança e medo. Assim, no município, existem guetos não apenas para os próprios moradores, que evitam frequentar alguns bairros da cidade, principalmente quando não se tem “*parente ou amigo por lá*”, mas também para agentes vinculados à gestão pública que, de modo geral, se deixam paralisar pelo medo, seja ele justificado ou não.

Outro dado curioso neste mesmo sentido refere-se à maneira como alguns moradores se referem a sua localidade. Normalmente, quando precisam ir até Porto Alegre, afirmam que vão até “*o Centro*”. Em relação à Alvorada, no entanto, aqueles que moram nos bairros mais distantes da região central do município, frequentemente adotam o “*vou para Alvorada*”, como se morassem fora do município. É bastante frequente ouvir este tipo de comentário entre os moradores do Porto Verde – bairro planejado, de classe média⁹⁹. Ou, ainda, referem-se à localidade dos bairros utilizando referências tais como “*vou subir*” [até o Centro de Alvorada] ou, ainda, “*quando tu vais descer aqui?*”, referindo-se a mim, que moro na região central do município. Apesar de ouvir este tipo de referência com frequência entre os moradores e, obviamente, entre meus interlocutores, só fui capaz de perceber os sentidos que se escondiam por trás deles quando eu, que havia provavelmente naturalizado tais referências, ao me dirigir a uma interlocutora – Elaine-, afirmei: “*semana que vem eu desço aqui de novo!*”. Recordo dos olhares de reprovação e da decepção manifestada por Elaine. Obviamente, não foi atribuído o mesmo sentido quando eu fiz uso do referencial que ela usava. Não se tratava de um referencial geográfico, mas social.

Neste cenário, em que o desconhecido é visto como sendo potencialmente perigoso, hostil, nebuloso, “conhecer” para “reconhecer” e “amar” adquire um novo significado. Não se trata mais de conhecer as “outras versões” ou o ponto de vista nativo, mas de mapear, desobscurecer, tornar palpáveis os espaços físicos - intransitáveis para a maioria dos alvoradenses – e, também os sujeitos – intocáveis, irreconhecíveis e, por esta razão, possivelmente perigosos. Conhecer, neste caso, assume duas funções importantes. Quando direcionado a quem não está no (ou não é do) município, cumpre o papel de desmistificar e, quando direcionado para o interior

⁹⁹ Em relação a este mesmo bairro, é frequente a referência que os moradores fazem ao tentar indicar a localização de suas moradias, indicando-a não como pertencente à Alvorada, mas como estando “*no fim da Protásio Alves*” (avenida pertencente ao município de Porto Alegre).

da cidade, visando seus habitantes e territórios, torna-se uma ferramenta fundamental para intervir.

Não é gratuito que, ao longo do trabalho de campo, tenha sido chamada a conversar e explicar o tema de minha pesquisa aos mais diversos atores que, cada qual a sua maneira, enxergavam possibilidades de fazer uso do trabalho que eu vinha desenvolvendo. As assistentes sociais com as quais eu mantinha contato, por exemplo, frequentemente solicitaram que eu retornasse os resultados da pesquisa realizada, segundo elas porque o município, em primeiro lugar, não proporcionava um espaço de análise e avaliação das ações que elas executam e, em segundo lugar, porque frequentemente reafirmavam a importância e necessidade de conhecerem melhor o público-alvo de suas ações. Em outro momento, fui chamada para um encontro com uma figura política local, vinculada ao partido que fazia oposição ao governo municipal à época, e que após confirmar o método de pesquisa utilizado por mim, constatando assim minha presença quase constante no interior não apenas dos bairros, mas também das casas de muitas das pessoas com as quais dialoguei, afirmou, segundo suas próprias palavras, que tinha “*interesse*” no meu trabalho porque eu conseguia “*entrar onde eles não conseguiam*”, fazendo referência aos bairros “*mais vulneráveis*” de Alvorada.

O PBF, na medida em que impõe o preenchimento do CadÚnico, não apenas para referenciar beneficiários deste e de outros programas sociais do governo, mas também para garantir os repasses oriundos do IGD para o município, imprime a necessidade de um mapeamento das condições de vida da população de baixa renda. O desconhecimento da realidade do município por parte dos gestores públicos poderia ser explicado, em parte, porque há uma troca de servidores frequente e pouco interesse em “mapear” a cidade e, por outro lado, porque alguns dos bairros apresentam alterações significativas em um curto espaço de tempo. O caso das duas ruas que visitei no bairro Nova Americana, cujas famílias trocavam, vendiam e cediam suas residências a outras famílias e, com isso, alteravam até mesmo a disposição das casas ao longo da rua, ilustra bem o que digo.

Os territórios têm vida própria, sofrem alterações que os gestores não conseguem acompanhar, sequer compreender. Além do mais, apesar da tentativa das assistentes sociais de obter dados qualificados (ou fidedignos) para inserção no CadÚnico as famílias ainda possuem ingerência sobre as informações que serão ou não disponibilizadas a elas. Chama atenção, por exemplo, o dado apontado no Relatório de Informações do Bolsa Família e CadÚnico do município, publicado em junho de 2012, acerca do número de famílias cadastradas no CadÚnico que possuíam, em maio de 2012, algum de seus membros presos no sistema carcerário.

Segundo o relatório, apenas uma família cadastrada em Alvorada possuía um de seus membros nestas condições. Contudo, ao longo do trabalho de campo, realizado no mesmo período, tive a oportunidade de conversar com no mínimo cinco mulheres que afirmavam que seus companheiros cumpriam “*pena*” no sistema prisional. É neste contexto de tensão e sobreposição entre as narrativas fragmentadas, informações incompletas, inconstantes e mutantes sobre a cidade e as concepções acerca dos seus habitantes, em especial dos “pobres”, que o PBF é implementado em Alvorada.

3 “APÓSTOLOS”, “ASSISTENCIALISTAS” OU “AGENTES DE DISPUTAS”?

É com toda a confiança que Nós abordamos este assunto, e em toda a plenitude de Nosso direito; porque a questão de que se trata é de tal natureza, que, ao não se apelar para a religião e para a Igreja, é impossível encontrar-lhe uma solução eficaz. Ora, como é principalmente a Nós que estão confiadas a salvaguarda da religião e a dispersão do que é de domínio da Igreja, calarmo-nos seria aos olhos de todos trair o Nosso dever. Certamente uma questão desta gravidade demanda ainda de outros a sua parte de atividade e de esforços: isto é, dos governantes, dos senhores e dos ricos, e dos próprios operários, de cuja sorte se trata. Mas, o que nós afirmamos sem hesitação, é a inanidade da sua ação fora da Igreja. (*Rerum Novarum*, 1891, p.5)¹⁰⁰

Se nossa tarefa é fazer cruzinha [no Cadastro Único], marcar sim ou não, contar a vida dos usuários, [então] não precisa ser assistente social. (...) A gente não disputa a sociedade fazendo calendário, a gente disputa a sociedade discutindo a sociedade¹⁰¹.

Não é a tarefa em si o que define o seu conteúdo assistencialista ou não. Uma determinada tarefa ou atividade pode ter, num momento histórico, um cunho profundamente assistencialista, de raiz religiosa e caritativa – e pode mudar de sentido e de perspectiva sob outras condições sociais, sob o domínio do capital. (CASTRO, 2010, p.47)

Conforme apresentado nos dois primeiros capítulos, dos beneficiários do PBF cobra-se o cumprimento de condicionalidades em três áreas – educação, saúde e assistência social. No entanto, dentre todas estas, aquelas relacionadas à assistência social são, em grande medida, negligenciadas no que diz respeito ao impacto e incidência que proporcionam sobre o cotidiano das famílias alvo de suas intervenções.

A assistência social vincula-se, no âmbito das condicionalidades do BF, à oferta das ações e serviços visando, principalmente, o acompanhamento de crianças e adolescentes em situação ou risco de trabalho (os chamados, por minhas interlocutoras, “casos PETI”). Contudo, no município de Alvorada, a estas profissionais

¹⁰⁰ O trecho se refere à incidência das ações da Igreja Católica sobre a chamada “questão social”. Atribui-se à Encíclica Papal *Rerum Novarum* (Leão XIII, 1891) a emergência das ações que culminariam no surgimento do Serviço Social, uma vez que esta reconhecia as desigualdades sociais, salientava as formas de exploração da força de trabalho, mas ao se posicionar contra uma “solução proposta pelo marxismo” e uma “solução proposta pelo liberalismo”, apresentou uma “proposta” própria, na qual havia uma recomendação aos ricos: que não tratassem os pobres como escravos, que não os superexplorassem e que pagassem seus salários adequadamente. Importante salientar que estas recomendações se fundamentam no pressuposto de que as desigualdades são naturais e convenientes à coletividade (Idem, p. 6). Surge, no seio da Igreja, o “assistencialismo” como forma de conciliar as diferentes classes sociais.

¹⁰¹ Comentário extraído da palestra de uma docente do curso de graduação em Serviço Social no 5º Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais, ocorrido em maio de 2011.

compete ainda o processo de identificação de famílias elegíveis ao programa (através dos primeiros contatos realizados, tendo em vista o cadastramento) e, posteriormente, o “acompanhamento” familiar realizado junto aos já beneficiários do programa.

Não obstante os inúmeros debates - promovidos ao longo da implementação da PNAS - acerca dos conceitos, modos de execução e tipificações das atividades socioassistenciais, com frequência as ações vinculadas à intervenção social, promovidas pela assistência social, são avaliadas como sinônimos de “caridade” e “assistencialismo”, e raramente são compreendidas como ações integradas a uma política social estatal. Os diversos entendimentos acerca do que é “assistência social”, quem são os profissionais responsáveis por executar as ações de intervenção social e como devem atuar, são questões frequentemente postas em suspensão pelos agentes diretamente envolvidos. Deste modo, configura-se em torno desta questão um espaço de disputas políticas, de sentidos e de moralidades.

Conforme discutido no primeiro capítulo, o sistema de proteção social pode ser compreendido como sendo aquelas “formas, às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas, que todas as sociedades humanas desenvolvem para enfrentar vicissitudes de ordem biológica ou social que coloquem em risco parte ou a totalidade de seus membros” (SILVA E SILVA et.al., 2008, p.17). Deste modo, entidades como a família, os vizinhos, associações comunitárias e instituições religiosas, privadas e estatais podem ser as responsáveis por oferecer ações visando a “proteção social”, voltadas a determinados indivíduos ou grupos. Ainda que em certas situações possamos encontrar apenas algumas destas organizações operando, o mais comum é encontrarmos um conjunto delas atuando simultaneamente, seja de forma articulada umas às outras, ou isoladamente, como acontece, por exemplo, no município de Alvorada. Considero, portanto, indispensável observar e refletir sobre a importância que os agentes responsáveis pela proteção social, seja ela estatal ou não, adquirem, tanto no que tange à intervenção promovida no cotidiano das famílias “pobres”, quanto no que diz respeito ao entendimento que estas têm acerca do PBF, haja vista que aqueles ocupam um espaço de interlocução entre as políticas públicas (aqui, me deterei especialmente na de assistência social) e as famílias alvo da intervenção.

A proteção social de caráter estatal se concretiza atualmente através das políticas e programas executados via assistência social. Neste sentido, os CRAS, de acordo com a discussão promovida no segundo capítulo, assumem a centralidade da organização e gestão dos serviços socioassistenciais oferecidos em seus “territórios” de abrangência. Contudo, para além daquelas instituições vinculadas ao SUAS e, portanto, parceiras dos CRAS na oferta e execução das ações consideradas socioassistenciais, existem aquelas entidades e organizações que prestam serviços

visando a proteção social, mas que não estão vinculadas ao SUAS e, portanto, à chamada “Rede de Proteção Social Básica”.

Em Alvorada, estas entidades cumprem um importante papel, na medida em que estão localizadas em “territórios” referenciados pelos CRAS, mas sobre os quais estes últimos não conseguem estender suas ações, dadas as já mencionadas condições de trabalho e estrutura às quais os profissionais estão submetidos. Em regra, a recomendação é que estas entidades e organizações, ao fazerem o reconhecimento das “*demandas das famílias*” ou, em outras palavras, ao reconhecerem alguma modalidade de “vulnerabilidade¹⁰²”, as encaminhem para os CRAS. No entanto, na prática, o que acontece é um movimento contrário. O município, por não dispor de creches públicas, por exemplo, quando recebe, através dos CRAS, a “demanda” por parte de algum “usuário” ou reconhece a necessidade de uma intervenção específica, frequentemente entra em contato com entidades e organizações não vinculadas à Rede de Proteção Social Básica em busca de auxílio.

A fim de tornar o debate que seguirá mais claro, daqui por diante, quando me referir ao conjunto das instituições vinculadas à atuação dos CRAS e, portanto, pertencentes à Rede de Proteção Social Básica do SUAS, utilizarei apenas a nomenclatura **Rede SUAS**. Do mesmo modo, quando tratar do conjunto de entidades e organizações que executam ações visando a proteção social, mas não pertencentes à Rede SUAS, as designarei apenas como rede de proteção social (RPS). À primeira, competem as ações em torno do *reconhecimento da pobreza*; à segunda, por sua vez, cabe o *acompanhamento das vulnerabilidades*¹⁰³ dos beneficiários do PBF. Ambas serão esmiuçadas e devidamente apresentadas em momento oportuno.

Em relação ao que chamo aqui de *reconhecimento da pobreza*, importa ressaltar que às assistentes sociais do município de Alvorada cabe o primeiro contato com as famílias que almejam se cadastrar no PBF. A elas compete a função de executar “visitas domiciliares”, a partir das quais realizam um pré-cadastro, que contém informações relacionadas à renda, às atividades produtivas realizadas pelos membros da família, ao número de crianças, jovens, gestantes e idosos, e também, aos bens duráveis presentes no domicílio (carro, máquina de lavar roupa, televisão,

¹⁰² Oficialmente, nos termos indicados nas Orientações Técnicas para os CRAS (MDS, 2011, p. 29), dentre os “mais vulneráveis” encontram-se: “1) família – e jovens – em situação de descumprimento de condicionalidades do PBF; 2) famílias do PETI em descumprimento das condicionalidades; 3) famílias com membros entre 0 e 18 anos que apresentem algum tipo de deficiência e beneficiários do BPC; 4) famílias com beneficiários do PBF e/ou em situação de risco com jovens de 15 a 17 anos”.

¹⁰³ Não deve ser confundido com o acompanhamento familiar – PAIF - ofertado unicamente pelos CRAS

DVD, etc.), se a família mora em domicílio próprio, alugado, emprestado, ocupado, etc. A constatação da existência de bens duráveis torna-se relevante, segundo minhas interlocutoras, na medida em que a renda, principal critério de elegibilidade ao programa, é autodeclarada. Por esta razão, as assistentes se encaminham às casas a fim de comprovar em que medida as informações dadas pelas famílias condizem com “a realidade”. Uma vez que as “visitas domiciliares” são realizadas, não se pretende apenas averiguar as informações relacionadas a um possível cadastramento ao PBF. Caso a família não se encaixe no perfil do programa, mas ainda assim seja considerada de “baixa renda”, procura-se fazer o encaminhamento para o Posto do CadÚnico de modo a possibilitar o acesso a outros programas do Governo Federal destinados a este público.

Volto minha atenção, contudo, à primeira finalidade das “visitas domiciliares”. Deste modo, procurarei descrever as condições em que estas visitas são realizadas, as negociações feitas entre assistentes sociais e as famílias, as tensões existentes entre os diferentes agentes envolvidos, as formas de classificação manipuladas pelas profissionais, os argumentos que são considerados mais convincentes pelas assistentes sociais e a forma como as famílias procuram justificar sua condição de pobreza, tendo em vista o benefício do PBF. Constata-se, desta forma, a dramaticidade que envolve as “visitas”, na medida em que estas operam de modo a legitimar a condição de “necessidade” ou “vulnerabilidade” que visa sustentar a transição entre os “pobres”, de modo geral, para os “elegíveis” e, em seguida, para os beneficiários do PBF, de modo específico (BOURDIEU, 2008)¹⁰⁴.

Como já assinalado anteriormente, o município de Alvorada conta com cinco CRAS, cujas ações são direcionadas a um território que abrange, em média, vinte bairros cada um. A fim de conduzir a etnografia, ainda que tenha conversado informalmente com as assistentes-coordenadoras de todos os CRAS, me detive no acompanhamento das atividades de dois deles. Considerando que o número de CRAS não era suficiente para atender a toda área de abrangência que estava sob sua responsabilidade, e a fim de apreender a importância da presença constante e mais estreita das assistentes sociais junto aos beneficiários e ao entendimento destes sobre o PBF, escolhi dois bairros que estavam na área de abrangência do CRAS A, sendo que um deles recebia visitas semanais das assistentes; o outro, por não receber

¹⁰⁴ No quinto capítulo, me debruçarei sobre a Rede SUAS e sobre a RPS, ambas responsáveis pelo acompanhamento das vulnerabilidades das famílias beneficiadas e, em grande medida, pela oferta de atividades voltadas às crianças e adolescentes pertencentes a estas mesmas famílias (as condicionalidades, propriamente ditas – exclusivamente no caso da Rede SUAS).

atendimento destas profissionais no que tange ao *acompanhamento*, contava apenas com os serviços oferecidos pelas entidades vinculadas à Rede SUAS.

Assim, no bairro onde o CRAS A estava sediado, me dediquei a acompanhar as assistentes “em visita”, a participar das atividades (oficinas, encontros, etc.) promovidas pelo CRAS e também observar os espaços de discussão e deliberação política nos quais se encontravam tanto representantes das unidades públicas de assistência social quanto aqueles vinculados às unidades conveniadas e organizações comunitárias e religiosas. Como poderá ser visto adiante, ainda que estes espaços não tenham sido formulados e pensados para discutir unicamente sobre o PBF, de modo geral este era um dos pontos mais debatidos, e as críticas acerca do dinheiro e das posturas dos beneficiários em relação ao programa surgiam espontaneamente.

No que diz respeito ao bairro referenciado, mas distante do CRAS A, a fim de conhecer famílias beneficiárias, contatei uma liderança comunitária (e proprietária, à época, de uma creche) com a qual eu já mantinha certa proximidade. Obviamente, imaginei estar acessando uma rede mais ‘neutra’ em relação ao meu objeto de pesquisa, o que, na prática, apontou para a presença e influência das já referidas organizações ligadas à RPS. Através de Paula obtive acesso não apenas a famílias beneficiárias, mas também a famílias não beneficiárias (algumas vezes, elegíveis) e também às festas, reuniões, brechós, “chás de mães”, etc., em que estas mesmas famílias se encontravam interagindo.

A configuração da proteção social oferecida aos beneficiários do PBF em Alvorada apresenta inúmeras tensões e disputas por significados em torno da prática e do exercício do serviço social. Disputas que, via de regra, se dão sobre os sentidos atribuídos a noções como “direito”, “ajuda”, “assistência”, “assistencialismo”, “caridade”. Os conflitos internos nos quais os mediadores (assistentes sociais) estão envolvidos se refletem no exercício de suas atividades, nas exigências e expectativas que possuem em torno dos beneficiários, e mesmo na forma como os nomeiam. Compreendo que este cenário de disputa guarda resquícios do contexto no qual a história do Serviço Social se confundiu com a história e com as práticas sociais da Igreja Católica (CASTRO, 2010; SIMÕES, 2005).

A prática da caridade se inscreve de diferentes maneiras na história de algumas religiões. No caso do espiritismo, como nos mostra Giumbelli (2008), apresentou-se como um fator constitutivo de reconhecimento e legitimidade que, em última instância, correspondeu ao cessar de um processo persecutório e, da mesma forma, à possibilidade de ocupar um espaço na sociedade brasileira enquanto uma “religião legítima”. Fala-se, neste caso, sobretudo de curas e tratamentos oferecidos aos doentes gratuitamente. No caso da Igreja Católica, a caridade fora, desde sempre,

uma das formas de intervenção social. Se observarmos as encíclicas papais – documentos responsáveis por publicizar as diretrizes católicas aos fiéis, notaremos como o trato da “questão social”¹⁰⁵ sempre esteve relacionado à noção de caridade e, esta, por sua vez, como missão última do cristão.

No início, a caridade objetivava direcionar a ação dos ricos para melhorar as condições de vida dos pobres e, com isso, desdobrou-se na aproximação da Igreja Católica à esfera da assistência social. Da “caridade organizada” ao campo de *intervenção social* legitimado e conduzido por diretrizes como a PNAS, por exemplo, não identificamos apenas uma mudança de paradigma, a partir da qual as noções de “ajuda” e “direito” podem ser lidas e estrategicamente articuladas, mas também uma mudança do lugar e do papel que a Igreja Católica vem ocupando no espaço público nacional - aqui entendido, como o espaço em que diferentes atores e instituições interagem e tensionam entre si.

Se, no início, a Igreja Católica era “autorizada” a manifestar-se e a intervir na “questão social” tendo como referência sua missão de amor ao próximo através da prática da caridade, atualmente, com a exigência de uma maior especialização por parte dos *parceiros* do Estado, esta prática passa a ocupar um lugar menos privilegiado. Isso não quer dizer, no entanto, que a Igreja e suas práticas milenares, ou seu “*grande conhecimento de causa*”, que resulta de uma suposta maior sensibilidade em relação aos problemas sociais, esteja sendo deixada de lado. Ao contrário, está sendo chamada a se “profissionalizar”, a se especializar junto ao Estado, para nele permanecer ocupando um lugar legítimo. Não é a primeira vez que isso acontece na América Latina, e o surgimento das Escolas de Serviço Social¹⁰⁶ ilustra meu argumento.

Podemos notar isto quando observamos, por exemplo, as mudanças pelas quais as entidades assistenciais de confissão religiosa vêm passando desde o início dos anos 2000. Se, por um lado, temos o marco legal em 1988, prevendo a

¹⁰⁵ Principalmente na *Rerum Novarum* [Das Coisas Novas], publicada em 1891, pelo Papa Leão XIII e a *Quadragesimo Anno*, publicada em 1931, pelo Papa Pio XI. A Encíclica *Quadragesimo Anno* foi elaborada e divulgada com o objetivo de reafirmar as diretrizes propostas pela *Rerum Novarum* (além, é claro, de homenagear o 40º aniversário desta) e reafirmar a importância da ação assistencial, enfatizando a recuperação dos aspectos técnicos para a eficiência do trabalho, chamando estes profissionais ao estudo.

¹⁰⁶ É em 1925, em Milão (Itália), na I Conferência Internacional, que a União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS) é fundada. Tendo duas seções – o Grupo de Escolas de Serviço Social e as Associações de Auxiliares Sociais -, os objetivos principais desta União eram enfatizar a necessidade e a eficiência do Serviço Social no mundo, divulgar a sua concepção católica e assegurar avanço de suas ações. Este movimento estimulou a criação das primeiras Escolas de Serviço Social por toda a América Latina anos depois (CASTRO, 2010).

assistência social como um direito de todo cidadão, por outro, é por volta do ano 2000 que políticas sociais mais impactantes começam a ser promovidas pelo Estado brasileiro. Daí a necessidade de qualificar os quadros de atendimento. A “profissionalização”, portanto, não diz respeito apenas aos agentes católicos, mas à maciça e cada vez mais constante contratação de “técnicos” para ocuparem espaços estratégicos dentro destas entidades. Antes, a caridade, enquanto premissa religiosa, intervinha nas relações com o Estado; hoje, o Estado *intervém* nas ditas *premissas religiosas* para que a religião continue participando de um espaço legítimo de intervenção social. E esta legitimidade, assim como os problemas sociais, vêm sofrendo alterações ao longo da história. Estado e Igreja Católica, em movimentos constantes de aproximação e afastamento, constroem espaços discursivos e morais cada vez mais complexos. Cria-se, desta forma, em torno do PBF, um cenário no qual os atores envolvidos possuem de antemão tensões e disputas que são, no seio do debate sobre o programa, reativados e ressignificados. Desta forma, há que se considerar não apenas os confrontos, disputas e princípios morais entre mediadores e beneficiários, mas, a fim de compreender as expectativas morais das assistentes sociais, há-se que procurar apreender a dimensão moral presente no exercício de suas atividades profissionais cotidianas.

3.1 A LINGUAGEM DO SOFRIMENTO: da “pobreza” à “vulnerabilidade”

Sandra: Eu quero falar com a minha assistente.

Valquíria: Mas eu estou substituindo a Fabiane [antiga assistente].

Sandra: Então tu és a minha assistente agora?

Valquíria: Sim.

Sandra: Que bom! Gosto é de ter a minha assistente. Não gosto de ficar andando de um lado pro outro...

O debate acerca da incidência das assistentes sociais sobre o cotidiano dos beneficiários do PBF se mostrou frutífero desde os primeiros contatos que tive com os CRAS, a partir dos quais pude observar a relação de proximidade e de constante tensão existente entre as profissionais do serviço social e os “usuários” das unidades. Um exemplo que considero bastante ilustrativo revela a dimensão de contínua

negociação entre as partes envolvidas. Tendo finalmente conseguido autorização para conversar com as assistentes sociais do CRAS A, me dirigi à unidade e estranhei ao encontrá-la vazia. Na porta intermediária, entre a recepção e o local denominado “Acolhimento” – local onde as assistentes orientavam e atendiam individualmente, conforme me foi posteriormente explicado -, um aviso: Bata uma vez e aguarde! Segui a orientação, bati e aguardei. Diante do completo silêncio e da ausência de respostas, decidi aguardar sentada na recepção.

Era um dia de verão e o calor de janeiro estava insuportável. Durante o tempo que aguardei, muitas pessoas entraram no CRAS em busca de água fresca, disponível em um bebedouro localizado ao lado da porta de entrada, e de sombra. A maior parte das pessoas sequer havia notado minha presença. Entravam, bebiam água e saíam. No entanto, uma senhora, com cerca de 50 anos de idade, pele bastante queimada do sol e aparência cansada, cumprimentou-me e questionou se não havia ninguém atendendo. Expliquei que já havia batido à porta, mas que até aquele momento não obtivera nenhuma resposta. Ela, inquieta, tomou água, andou de um lado para o outro, sentou ao meu lado, observou minha caderneta aberta, levantou, fez comentários sobre o “calorão” e passou a observar os quadros de aviso dispostos em duas das paredes do CRAS. Não aguentou esperar e bateu à porta com tanta força que imediatamente uma assistente social apareceu. Não se constrangeu em passar a minha frente e seguiu para o interior da unidade junto com a profissional. Permaneci do lado de fora, na recepção, mas as duas mulheres falavam tão alto que não pude deixar de ouvir a conversa entre elas. Sandra, ao conversar com Valquíria – assistente social -, afirmou ter ido ao CRAS “atrás” da *sua* assistente. O diálogo que se seguiu aparece em epígrafe.

Sandra explicou que gostaria de participar da “Horta Comunitária” e precisava saber como deveria proceder. A assistente explicou que era preciso voltar ao CRAS nas segundas ou quartas-feiras e retirar a ficha para o “Acolhimento”. No entanto, já próximas à porta de saída, Sandra questionou se Valquíria teria “*alguma passagem para o Centro* [de Porto Alegre]”. A profissional, antes de responder à pergunta que lhe foi direcionada, indagou se a passagem era “*para procurar emprego*”. Sandra respondeu de modo displicente e pouco convincente: “*sim, sim, é para procurar emprego*”. Valquíria explicou que as passagens também eram oferecidas nas segundas e quartas, mas que o CRAS não havia recebido sua cota naquele mês. Já na porta, pronta para sair, Sandra, ainda se dirigindo à assistente, disse que “*a minha outra assistente sempre conseguia passagens pra gente*”. O constrangimento de Valquíria era visível.

Sandra afirma não gostar de “*ficar andando de um lado pro outro*” ao justificar as razões que a levaram a procurar por “*sua*” assistente e, mais tarde, em tom de reprovação à recusa de Valquíria em conceder-lhe o que foi buscar no CRAS, diz que a “*sua*” assistente sempre atendia as suas reivindicações, revelando a importância da relação constituída entre ela e a antiga profissional (apontando para a dimensão da pessoalidade em contraposição a institucionalidade) e, por conseguinte, a falta de condições da atual assistente em compreender suas urgências. Além disso, a frase emblemática “*não gosto de ficar andando de um lado pro outro*” diz menos respeito a uma questão de mobilidade física (também presente na relação travada com serviços públicos) e mais à evidente necessidade de atualizar os novos profissionais a cada visita feita ao CRAS – dado importante quando se considera a transitoriedade das assistentes vinculadas aos CRAS do município. No entanto, a atualização por si só não garante que a parceria seja constituída; é preciso, antes de tudo, convencer.

Talvez, neste dia, Sandra não estivesse disposta a falar mais sobre o que a levou a procurar o CRAS em busca de passagens de ônibus. Talvez não tenha sentido vontade de conversar com Valquíria, ou ainda, talvez tenha se sentido constrangida com minha própria presença, já que o desfecho se deu na recepção da unidade, diante do meu olhar indiscreto. De todo modo, apesar de ter presenciado algumas situações em que os beneficiários resistiram às condições impostas pelas assistentes sociais – em diversos níveis -, na maior parte do tempo ambos os lados procuravam estabelecer um espaço de diálogo capaz de atender tanto às expectativas dos beneficiários quanto às das profissionais do serviço social.

Interessante observar que apesar do principal critério do PBF ser a renda (o que define as linhas de pobreza), na prática, quando chamadas a atuar no processo de cadastramento de novos beneficiários, as assistentes não saem “em visita” à procura dos pobres (tal como definidos pelas diretrizes do programa), nem, tampouco, dos mais pobres entre os pobres (segundo o princípio da focalização), mas, ao contrário, buscam pelos *mais pobres* entre os *mais pobres*, os “vulneráveis”. Isso se deve, em minha opinião, aos preceitos que orientam as ações do serviço social. A Lei Orgânica de Assistência Social¹⁰⁷ (LOAS) estabelece que a assistência social seja um direito de todo o cidadão brasileiro. No entanto, na medida em que é direcionada a quem, a princípio, não tem acesso a direitos básicos - intermediando esta relação -, torna indispensável que os sujeitos alvo de suas ações demonstrem e comprovem a

¹⁰⁷ LOAS - Lei Nº 8. 742, de 7 de dezembro de 1993.

referida condição a fim de solicitar atendimento. Além disso, assim como o exemplo trazido por Florence Weber (2006, p. 480) acerca do modelo de assistência social francês, sobre o qual ela afirma ter sido “concebido em um mundo em que se supõe que os homens são, em termos legais e econômicos, os chefes da casa. Sua ausência cria [portanto] a desfiliação, mudando a relação entre os indivíduos e o Estado social”, o modelo brasileiro, pelo menos no que diz respeito à sua política social mais impactante - o PBF (SERGEI et. al., 2009), ainda que não traga claras deliberações acerca deste item, é implementado de maneira semelhante.

Consideram-se, a título de ilustração, a titularidade preferencial dada à mulher (nacionalmente somam cerca de 93% dos titulares do benefício) e as condicionalidades, voltadas exclusivamente às crianças, aos adolescentes e às mulheres (considerando-se sua disposição potencial para maternidade). Aos homens não são impostas e/ou oferecidas condicionalidades (nem mesmo na área de saúde) e, da mesma forma, ainda que se prospectem algumas ações relacionadas a cursos profissionalizantes e equivalentes, na prática, pelo menos no município no qual esta pesquisa foi realizada, isto não se concretiza de maneira efetiva. Cabe, neste sentido, considerando a discussão acerca da importância e da lógica familiar em grupos urbanos de baixa renda (FONSECA, 2004; SARTI, 2007) e as condições sobre as quais se implementa a política de transferência direta de renda – PBF -, interpretar o teor das justificações utilizadas por parte dos beneficiários no intento de dialogar com as assistentes sociais. É ainda Florence Weber quem propõe alguns elementos necessários para apreendermos a relação entre as famílias e a assistência social:

Para entender as formas e os significados das atividades de assistência, é preciso analisar o parentesco como um conjunto de obrigações morais e legais - inclusive a obrigação de tomar conta e cuidar, mas também como conjunto de direitos econômicos e políticos para a transmissão simbólica e material. (WEBER, 2006, p.479)

Neste contexto, a linguagem do sofrimento (MELLO, 2011), desencadeada pela relação entre beneficiários e assistentes sociais, visa não apenas reparar vulnerabilidades, mas também é responsável por sua produção. Elemento importante de ser observado uma vez que, conforme constatei ao longo do trabalho de campo (realizado sem a presença de assistentes sociais), quando questionados sobre sua condição sócio financeira nenhum interlocutor se definiu como sendo “pobre”, ao contrário, atribuíam esta característica a outras pessoas que, segundo eles, estariam numa “situação pior” ou, ainda, indicando o que concebiam como sendo características da “pobreza” – a sujeira, por exemplo.

Eventualmente, este tipo de processo classificatório é concebido como sendo fruto de um prejulgamento, um conhecimento proveniente do senso comum, um conhecimento que se antecipa ao próprio ato de conhecer, o que o torna, em regra, um saber desprovido de reflexão. Berger e Luckman (2003, p.42) afirmam que o “conhecimento de sentido comum” é dotado de certo instrumental que objetiva “ler” a realidade, ou seja, é repleto de um “arsenal de possíveis explicações sobre a realidade”. Ao procurar “ler” a realidade sobre a qual se está inserido, os agentes não leem, não apreendem apenas a presença do outro. Ao contrário, é justamente nessa relação “face a face”, como defendem os autores, que ao ler a presença do outro, lê-se também sua própria existência. Estes conhecimentos partilhados são necessários para a constituição da alteridade enquanto tal, e também na elaboração de identidades individuais e coletivas. Estes “esquemas tipificadores” (idem, p.49) são os termos a partir dos quais os agentes reconhecem a si e aos outros, sendo também importantes no que diz respeito ao estabelecimento dos modos como lidam entre si.

Neste sentido, é possível percorrer dois movimentos distintos a fim de compreender a questão supracitada. Pode-se optar por partir das classificações para entender o comportamento e o entendimento de determinados agentes sociais. Ou pode-se, ao contrário, partir do uso, do contexto em que estas classificações são postas em ação, para compreender a sua importância para os agentes envolvidos em uma determinada dinâmica social. Assim, parece mais interessante refletir sobre os marcadores identitários mobilizados no contexto de ações promovidas no âmbito da assistência social, na medida em que estas cumprem o papel de declarar, de legitimar e, por fim, de instituir a identidade social dos indivíduos, estabelecendo quem está “apto” ou não para tornar-se beneficiário do PBF (BOURDIEU, 2008).

É neste contexto que as marcas, as tipificações e os marcadores citados (“pobres”, “muito pobres”, “vulneráveis”, “sujos”) adquirem sentido e importância. Por todas as razões citadas é que a perspectiva de “prejulgamento” não me parece a mais adequada. Em primeiro lugar, porque, como já salientei, a esta noção associa-se a ideia de um conhecimento que precede à experiência; e, em segundo lugar, como consequência do primeiro, se constituiria em um saber desprovido de reflexão crítica. O prejulgamento é, portanto, um elemento cujos conteúdos são sempre apresentados como negativos e adquirem o caráter de “preconceito” porque oriundos de um “conhecimento precoce”, como nos mostra o debate promovido por Machillot, no qual ele contrasta as noções de “prejulgamento” e de “estereótipo” (2012, p.79-80):

Pourtant, le stéréotype ne peut être réduit au préjugé même si celui-ci « préjuge » en ce sens qu'il participe effectivement d'un jugement acquis et anticipé. En effet, si le stéréotype possède souvent une valeur négative, Il

peut tout aussi bien participer à la caractérisation positive d'un groupe et à la valorisation d'un « nous » par rapport à l'Autre qui relèvent dans un double mouvement tout autant du stéréotypage négatif que positif.

Machillot defende, ainda, que o que diferencia o estereótipo de outras modalidades classificatórias é que este pode assumir-se enquanto um elemento positivo *ou* negativo, mas também, dependendo do contexto, enquanto um elemento positivo e negativo. Assim, as marcas associadas à pobreza podem, dependendo do contexto em que são acionadas, ser carregadas de valores “positivos” e “negativos”. Evidentemente, o que considero como positivo aqui se refere à autocaracterização, à autorreferência destinada a designar uma condição de vida a fim de solicitar um determinado serviço – no caso, o benefício do PBF ou, em outras palavras, à apropriação que os sujeitos fazem de alguns estereótipos a fim de atingir determinadas metas¹⁰⁸. Não é, portanto, uma ação positiva em si mesma, visto que, conforme mencionado anteriormente, é uma estratégia engendrada em um contexto em que é preciso designar-se como *não detentor de direitos*, como “vulnerável”, como “necessitado”, para ter acesso a determinados direitos, serviços ou benefícios. Contudo, é óbvia a diferença entre esse movimento e o esforço que é promovido quando da necessidade de estabelecer a distinção entre aqueles que são mais e menos pobres, desencadeado na relação entre os próprios agentes pertencentes a uma mesma coletividade. É relevante observar os indicativos de Simmel (1998, p.101) sobre a peculiar condição de alguns destes agentes:

O que há de mais terrível na pobreza é o fato de que nela existem seres humanos cuja posição social é de pobres, e nada além de pobres. (...) uma classe cuja unidade se funda numa característica puramente passiva, a saber, pela maneira singular de a sociedade reagir e se conduzir em relação a ela.

Longe da passividade que lhes atribui Simmel, os “pobres”, em relação direta com os mediadores do PBF (aqui, as assistentes sociais), se engajam em complexas negociações sobre suas condições de vida e sobre suas identidades. Tensionando, manipulando e, por vezes, contestando as marcas que lhes são impostas pelas profissionais, estes agentes se empenham na construção de narrativas e

¹⁰⁸ Em relação à constante associação dos moradores de Alvorada com a violência, por exemplo, apesar do esforço promovido no sentido de desconstituir a imagem vinculada a ela, há quem mencione ter feito uso desta “imagem negativa” em benefício próprio. Recordo, a título de ilustração, os casos mencionados por alguns adolescentes que estudavam em Porto Alegre e que, segundo afirmaram, quando se envolviam em brigas, frequentemente acionavam sua identidade de “alvoradense” para impor-se aos seus opositores. Bastando, conforme relataram, dizer que eram alvoradenses para “tocar o terror” nos colegas. Histórias como estas são contadas com certa frequência e sempre de maneira jocosa.

performances capazes de dialogar tanto com as expectativas de atuação das profissionais (que almejam garantir que o PBF seja destinado aqueles que “mais precisam” dele), quanto com suas próprias expectativas em relação à inclusão no programa, sem deixar, no entanto, de questionar as classificações operadas ao longo deste processo.

3.1.1 O cotidiano de um CRAS em Alvorada

Na primeira semana do mês de fevereiro de 2010, fui até o CRAS A a fim de acompanhar as assistentes “em visita”. Ao lado de Valquíria, entrei na sala em que as profissionais realizavam o trabalho “*mais burocrático*”, ou seja, a elaboração dos relatórios provenientes das visitas realizadas e dos acompanhamentos e os “encaminhamentos” visando solicitar atendimento em outras instâncias do serviço público (cuidados médicos, psicológicos, documentação), etc. Na sala, estavam dispostas cinco mesas de madeira de porte médio, uma delas com computador, a outra com telefone e o restante, inclusive a que eu ocupei enquanto conversávamos, apenas com papéis e canetas. Foi a partir de meu contato com Valquíria, assistente social recém-contratada para fazer a “*inclusão e o acompanhamento das famílias no programa*”, que passei a observar de maneira mais sistemática a atividade das assistentes junto aos beneficiários e também a ouvi-las sobre suas opiniões e impressões acerca do PBF. O interesse era compreender como o Programa estava sendo implementado na cidade, quem eram os responsáveis por sua gestão, etc.. Quando entrei em contato com Valquíria e lhe expliquei minha proposta de pesquisa, deixei claro que não tinha o objetivo de acessar os beneficiários a partir do CRAS, e solicitei seu auxílio para identificar os bairros que apresentavam um maior número de famílias beneficiárias. Ela calculou, por alto, que apenas o CRAS A (no qual trabalhava) contava com duas mil pessoas “referenciadas”, e não soube me informar quantas eram realmente beneficiadas pelo BF. Sugeriu, novamente, que eu procurasse por Melina, já que ela “*deve ter esses números no computador*”.

A assistente, no entanto, lembrava-se de três ruas próximas ao CRAS A que chamavam a atenção pelo alto número de famílias beneficiadas. Segundo me disse, apenas nestas ruas havia cerca de 124 famílias beneficiadas pelo Programa. Contudo, salientou que eu haveria de encontrar dificuldades em acessar estes beneficiários, haja vista que as próprias profissionais não vinham conseguindo se aproximar, nem

sequer trazê-los para as atividades e cursos que promoviam no CRAS. A assistente me garantiu que das 124 famílias, apenas 20 mantinham contato direto e frequente com o CRAS, o que chamava atenção dada a extrema “vulnerabilidade” em que se encontravam naquela região e a relativa proximidade com o CRAS – as três ruas mencionadas encontravam-se nos arredores da unidade. Questionada sobre as razões para tão baixa procura pelas atividades e serviços oferecidos por elas, Valquíria sugeriu como explicação o fato de que, por serem ruas “*invadidas*” – e, portanto, não receberem a mesma atenção dos serviços públicos (iluminação elétrica, saneamento básico, calçamento, segurança, etc.) -, haveria nelas um “*grande número de moradores foragidos da Justiça*”. E, justamente por não desejarem serem encontrados, seus parentes também evitavam procurar os serviços de assistência social, o que poderia demandar, em alguma medida, visitas por parte das profissionais, cadastramento no CRAS e possíveis “acompanhamentos” familiares.

A dificuldade encontrada pelas assistentes sociais não esbarrava apenas naquelas famílias que evitavam intencionalmente o contato com elas, mas também em levar adiante as ações e propostas entre aqueles que desejavam participar ativamente. Um exemplo fornecido por Valquíria e ratificado por Berenice, também assistente social referenciada ao CRAS A, é o da Horta Comunitária. Ação vinculada ao projeto “Semente Solidária”, visava atingir quinze mulheres beneficiárias do BF, tendo conseguido, ao longo de dois anos de existência, manter apenas cinco entre as participantes mobilizadas. O objetivo era ensiná-las a “plantar”, e o que colhessem “*deveria servir para alimentar suas famílias*”, sendo o excedente vendido em “*feiras e mercados locais*”. No entanto, isso nunca aconteceu, já que as mulheres “*mal conseguiam colher o suficiente para elas*”. Além disso, as plantações foram diminuindo a cada nova temporada. Conforme as assistentes, a responsável à época, preocupada com o fato de que a “*terra não dava mais nada*”, foi até a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), localizada em frente à STASC e, tendo chamado um técnico para “*dar uma olhada*” na horta, recebeu como resposta a seguinte orientação: “*é preciso capinar antes de plantar novamente*”. Exemplos como esse eram oferecidos com o objetivo de apontar para as diversas dificuldades que as profissionais encontravam, tanto junto aos “usuários” do serviço quanto em relação as suas próprias capacitações para desempenhar as inúmeras tarefas sobre as quais tinham responsabilidade.

Assim como Adriane, as duas assistentes pareceram não compreender as razões que me levavam a desejar pesquisar sobre o dinheiro do BF, uma vez que, ainda que não possam questionar as famílias sobre o uso que fazem do recurso,

eventualmente este tema vem à tona e, segundo garantiram, os principais gastos que os beneficiários têm “*são três e nesta ordem: alimentação, água e luz*”.

Na tentativa de me auxiliar, Valquíria sugeriu que eu acompanhasse Berenice – que saía “*em visita duas vezes por semana, segundas e sextas, às 13h30*” -, afinal, como me disse, o atendimento que fazia não permitia que ela própria criasse “*vínculo com as famílias*”, uma vez que era realizado a cada dois anos (período em que é feita a atualização do CadÚnico) e, portanto, não tinha conhecimento suficiente para indicar os “*melhores lugares*” para eu iniciar a pesquisa. Berenice não se opôs à proposta e pediu apenas que eu apresentasse uma cópia do projeto, um termo contendo a autorização do orientador e a comprovação de vínculo com a Universidade. Tomadas às devidas providências burocráticas, passei a visitar o CRAS A uma vez por semana, “*saindo em visita*” com Berenice.

Como havíamos combinado, no dia em que deveríamos “*sair em visita*”, telefonei para o CRAS para confirmar a atividade. Ela pediu que eu fosse até o CRAS, mas disse que não poderia garantir que iríamos conseguir sair naquele dia. Afirmou que era o seu dia de ter o carro à disposição, mas que o motorista não fora trabalhar no turno da manhã e ela aguardaria até às 14h. Concordando em esperar com ela, me dirigi até o CRAS.

Na sala com Berenice, encontrei duas moças fazendo a faxina e outra moça que, conforme fiquei sabendo tempos depois, também era assistente social do CRAS A. As mulheres conversavam divertidamente, mas Berenice parecia não aprovar e mantinha-se afastada das outras três. A outra assistente, Marta¹⁰⁹, manteve-se sentada, rindo, conversando e trazendo ainda sobre os ombros sua bolsa. Quando cheguei ao CRAS, tive a impressão de que Marta estivesse chegando ou, talvez, saindo, mas ao longo do período em que acompanhei o CRAS A, Marta manteve sempre o mesmo comportamento e não aparentava qualquer interesse pelas atividades que as outras profissionais estavam executando. Neste dia, em especial, Marta conversava e ria muito alto, falava mal da nova assistente – Valquíria -, fazia comentários sobre a minha roupa e ignorava completamente a atividade que Berenice

¹⁰⁹ Enquanto visitei o CRAS A ouvi inúmeros comentários sobre o comportamento e a conduta profissional de Marta. Os motoristas, quando sabiam que ela era a responsável pelas vistas, se atrasavam deliberadamente ou inventavam desculpas para não comparecer à unidade, segundo dois deles me informaram. Paulo, um dos motoristas com os quais tive mais contato, comentou que não gostava de “*sair em visita*” com Marta porque ela o fazia “*entrar nas ruas mais esburacadas*” em dias de chuva, alegando que se tratava de “*casos prioridades*”, mas não descia do carro. Segundo ele, ela ficava “*só aplaudindo*” [batendo palmas] “*de dentro do carro*” e, como geralmente os moradores não atendiam, ele era obrigado a descer e chamá-los.

desempenhava naquele momento – a preparação de convites para o Baile de Carnaval das Crianças e a tabela com os horários dos cursos para as mulheres beneficiárias do PBF na Vila; ambos deveriam ser entregues na visita que estava programada para aquele dia.

Berenice estava inquieta, não sei se porque realmente precisava fazer as visitas ou se porque se sentia coagida pela minha presença. Ela passou então a fazer inúmeras ligações telefônicas, pedindo para falar com o motorista, Elias. Do outro lado da linha alguém lhe avisa que não havia ninguém, nenhum motorista com esse nome. Ainda com o telefone em mãos, ela se volta em direção à outra assistente e comenta: “*estão dizendo que não tem ninguém com esse nome. Como não? Veio ontem aqui!*” Marta se limita a esboçar um sorriso sarcástico, como se essa fosse uma situação recorrente. Berenice ainda insiste e telefona para outros números, afirmando: “*quero falar com o chefe dos motoristas*”. Sem sucesso, pergunta por Eliezer. Não o encontrou. “*Então, chama o cara da boina!*” Mais uma negativa. Tendo aparentemente desistido, Berenice desliga o telefone, se dirige à mesa que tem um computador e coloca um CD de um grupo de pagode que, segundo Marta, “*é dos bons, é das antigas!*”. Cerca de uma hora e meia depois do horário combinado, o motorista chega. Ele entra e nos cumprimenta. Sem dar nenhuma explicação sobre a sua ausência da manhã e o atraso da tarde, faz algum comentário sobre o calor e seguimos para o carro.

Da janela do carro posso ver muitas casas de alvenaria de porte médio e me surpreendo porque Berenice me disse que as famílias haviam “*invadido*” aquela área. Confirmo com ela a informação, e ela me diz que aquela é a “*parte tranquila*”; a área ocupada ficava no outro extremo da rua, perto de um banhado. Novamente me surpreendo, porque esperava encontrar casas que fossem também o depósito de recicláveis, carroças e animais de grande porte, como cavalos. Imaginava encontrar ali o mesmo cenário encontrado em outros bairros periféricos da cidade, onde boa parte dos moradores trabalha como catador, mas não é o que acontece. O que encontramos são casas que poderiam ser mais adequadamente definidas como cômodos, feitas de madeira, construídas sobre grandes pedras, permitindo que fiquem distantes do chão, tendo suas brechas e buracos remendados com sacos pretos e lonas, com poucas aberturas – normalmente, uma porta e uma, no máximo duas, janelas.

Os terrenos, conforme me informaram, foram ocupados pelos moradores e estão sendo disputados na Justiça pela prefeitura e seus respectivos proprietários. A rua é de chão batido, e a poeira tornava o ar pesado naquela tarde escaldante de verão. Em todas as casas havia dois ou mais cachorros. Alguns moradores criavam galinhas que circulavam soltas entre as casas, e em apenas uma casa tinha um

cavalo, e em outra, um carrinho utilizado para transportar materiais recicláveis. A rua toda era muito suja e em quase todos os pátios havia muito lixo espalhado e restos de madeira. Aparentemente, não há coleta de lixo na parte “*complicada*”, e a população afirma não ter acesso a outros serviços públicos básicos, como esgoto e energia elétrica – conseguida pelos moradores através de ligações clandestinas, os chamados “gatos”. O quadro torna-se ainda mais crítico na medida em que a rua é cortada pelo Arroio Feijó, responsável pelas inúmeras inundações que atingem no mínimo duas vezes por ano os moradores dos Bairros Americana, Nova Americana e Umbu.

As assistentes afirmam sentir medo de visitar as famílias que moram no local, e quando sugeri que iria visitar o local sozinha, fui duramente repreendida, tanto por elas quanto pelos motoristas da prefeitura com os quais mantive contato ao longo do trabalho de campo. De fato, o desconforto era tanto que, em dias de visita, o carro da Prefeitura levava as assistentes até a “vila” e quando elas iniciavam as visitas, de casa em casa, o motorista diminuía a velocidade e as seguia como se fosse um guarda-costas. Nas ruas em que o carro não conseguia entrar, ele deixava o veículo na esquina, às vezes “fechava a rua” com ele, e seguia a pé atrás das profissionais.

3.1.2 Das tensões e negociações desencadeadas pelas “visitas domiciliares” promovidas por assistentes sociais

Ao longo do trabalho de campo realizado junto às assistentes sociais, acompanhei as ações e atividades realizadas em dois dos cinco CRAS da cidade. Em ambos os CRAS as visitas eram realizadas à tarde, sendo que, no CRAS A, eram realizadas nas segundas e quartas-feiras e, no CRAS B, eram realizadas nas terças e quintas-feiras. Ao longo destas visitas tive oportunidade de presenciar os confrontos, tensões e negociações entre os beneficiários e as assistentes sociais. Os confrontos e tensões normalmente surgiam das tentativas dos beneficiários de resistirem a alguma modalidade de intervenção provocada (ou promovida) pelas assistentes. Algumas vezes, no entanto, se davam fora do contexto da visita em si, ou seja, não ocorriam em virtude da “visita domiciliar” promovida pelas assistentes. Um exemplo interessante ocorreu quando eu acompanhava algumas oficinas destinadas às mulheres beneficiárias do PBF no CRAS B. Daniele, uma das assistentes mais antigas do município, comentava sobre o histórico da assistência social na cidade quando

percebemos a presença silenciosa de Manoela, uma moça jovem, com cerca de 22 anos de idade e um bebê de poucos meses nos braços. Daniele se ergueu abruptamente da cadeira e correu em direção à porta, lançando-se sobre Manoela. As duas se abraçaram alegremente, trocaram beijos e palavras de afeto. De repente, Daniele percebeu a presença do pequeno Nicolas e questionou a jovem de forma bastante ríspida: “*de quem é esse bebê?*”. Manoela, sorrindo, explicou que o bebê era seu filho e que havia ido até o CRAS justamente porque desejava mostrá-lo a Daniele. As duas permaneceram paradas na porta de entrada do CRAS enquanto Dani – como era chamada pelas funcionárias e “usuários” do CRAS – reprimia duramente Manoela. Diante de sua visível irritação, seus argumentos eram apresentados de forma indelicada e apressada. Afirmava estar bastante chateada com Manoela por ela não ter tomado os “*cuidados necessários*” para evitar a gravidez. Lamentava o fato de que possivelmente Manoela teria deixado para trás uma “*época importante*” de sua vida, haja vista que não poderia se dedicar aos “*estudos*” da mesma maneira que antes.

Diante da reprimenda, Manoela se manteve imóvel, sem expressão. De repente, diante do espanto de todos os presentes (eu, Dani e Leandra – outra assistente social), ela não conseguiu se segurar e começou a gargalhar. Em seguida explicou o que a havia levado de fato até o CRAS. Segundo disseram, Manoela participou de inúmeros projetos oferecidos pelo CRAS ao longo de sua infância e adolescência, estando sempre aos cuidados de Dani. Esta, por sua vez, se sentia como “*uma mãe*” e passara a oferecer, além daquilo que estava diretamente relacionado às suas atividades profissionais, conselhos para Manoela. Entre as orientações dadas encontrava-se aquela que fazia referência sobre a gravidez de uma gravidez nessa fase da vida. Conselho tão fortemente aludido ao longo do tempo em que passaram juntas, que Manoela achou que seria engraçado “*dar um susto*” na assistente social e assim o fez. Quando a situação foi finalmente esclarecida, descobriu-se que Nicolas era, na verdade, sobrinho e afilhado de Manoela, e que ela estava estudando e trabalhando – “*como sempre*”. Dani suspirou visivelmente aliviada: “*graças a deus!*”.

Apesar de situações como esta serem relativamente frequentes no cotidiano dos CRAS, o mais comum eram as manifestações de resistência desencadeadas a partir das “*visitas domiciliares*” promovidas pelas assistentes. O caso limite talvez seja o de Cigana que, apesar de ir até o CRAS para solicitar as visitas, considerando que esta era a única forma de pleitear uma cesta básica, ainda assim manifestava abertamente seu descontentamento em relação às ações, por vezes invasivas, das assistentes sociais. No limite, seus argumentos chegaram ao ponto dela recusar a oferta de um tipo específico de alimento cedido por uma das assistentes sociais. No

dia em que a visitamos, entre as perguntas que lhe foram feitas, questionou-se por que ela havia recusado o pacote de salsichas que uma das profissionais do CRAS havia separado e entregue para ela. Conforme Leandra, a assistente que acompanhava a visita neste dia, ela poderia ter aproveitado as salsichas para fazer um carreteiro para as “suas crianças”. Sem delongas, Cigana afirma: “*jamais! Nunca comeria aquilo. É comida de egum!*”¹¹⁰.

No entanto, nem todos os encontros entre assistentes e beneficiários são marcados por confrontos tão evidentes. Ao contrário, a maioria é permeada por tensões mais sutis, por coisas não ditas, olhares que não se cruzam, cabeças baixas, suspiros incompreensíveis e, na maior parte das vezes, por ausências, ou, dito de outro modo, pela não presença dos beneficiários nos espaços que lhes são destinados. Tive oportunidade de observar estes eventos conforme ia acompanhando as assistentes “em visita”. No final de janeiro de 2011, as assistentes sociais do CRAS A haviam organizado uma festa de carnaval para as crianças da vila onde a unidade está localizada. Aproveitando que iria sair “em visita” para fazer a entrega dos convites para a festa, Berenice elaborou e imprimiu alguns comunicados sobre os cursos que o CRAS estava oferecendo e averiguou os últimos relatórios elaborados a fim de confirmar a necessidade de visitar alguma família em especial. Saímos, então, com a intenção de realizar visitas rápidas, entregar os convites e conversar com aqueles que estavam com algum débito com o CRAS ou, em outros termos, aqueles não estavam comparecendo a alguma atividade que lhes era destinada (inclusive ações voltadas às condicionalidades do PBF).

A sequência de casos refere-se a um único dia de “visita”, mas fornece elementos importantes sobre o modo como se dá a relação entre as profissionais dos CRAS e os “usuários” do serviço, os entendimentos acerca do que consideram importante, as distintas tensões, geradas principalmente pela ruptura quanto às expectativas que uns têm em relação aos outros. Indico abaixo alguns dos casos que considero exemplares:

CASO 1: Levo um grande susto quando vejo um menino e uma menina com quem eu já havia discutido certa vez em Porto Alegre¹¹¹. Entramos na casa deles; a

¹¹⁰ No Candomblé, Egum é uma entidade associada ao espírito dos mortos.

¹¹¹ Às 23h de um dia de semana, eles estavam nas paradas de ônibus da Assis Brasil, em Porto Alegre, vendendo balas. Como não aceitei comprar, a menina passou a me ofender. Ainda diante da minha recusa, sentaram próximos a mim, enquanto ela me encarava firmemente. Depois de um tempo, peguei o ônibus em direção a Alvorada e eles continuaram lá. Pensei que talvez fossem moradores de rua, mas me dei conta que dificilmente crianças da idade daquelas enfrentariam um adulto da maneira como

peça na qual estávamos não tinha piso. Eu tinha a impressão de que os moradores haviam mobiliado e cercado as mobílias com paredes e portas. Enquanto Berenice conversava com Patrícia – a mãe - as duas crianças carregavam garrafas pets com água congelada para uma mesa de madeira improvisada. A menina cortava as garrafas ao meio a fim de tirar o gelo e colocá-lo em uma bacia que estava em cima da mesa. Vez ou outra usava a faca de cozinha para coçar os olhos. Sua mãe, com uma expressão cansada e pouco amigável, nos recebeu a contragosto. Apresentou-nos seu bebê de 13 dias e disse-nos que as crianças estavam preparando a água para dar banho nele – água que estava congelada.

Berenice, de forma bastante cuidadosa, perguntou por que as crianças não estavam comparecendo às atividades do Socioeducativo, ao que Patrícia respondeu: “*nem sabia que eles não estavam indo*”, e prontamente questionou as crianças sobre isso. O menino confirmou as ausências. A menina, por sua vez, disse que foi uma vez em janeiro, “*nas piscinas*”. Berenice ainda questionou: “*mas tu foi só nos dias que tinha piscina?*”. Patrícia, contrariada, respondeu no lugar da filha: “*tá bom, né?*”.

Enquanto nos encaminhávamos para a outra casa, Berenice comentou que era preciso ter muita paciência com Vera, porque a situação da família era muito delicada – “*tem uma situação de trabalho infantil, um caso delicado no PETI*”¹¹².

CASO 2: Fomos atendidas pelo companheiro “*da titular do recurso*”, que não estava em casa no momento de nossa visita. A assistente lhe entregou o convite com as datas dos cursos e explicou sobre a necessidade das presenças. Os dois passaram a conversar sobre a filha menor de idade que morava com o casal e que “*andava de assunto*” com outras duas moradoras da rua, também menores de idade. As três foram embora e ninguém sabia onde estavam. Enquanto Berenice conversava com o senhor dono da casa, eu escutei passos e, olhando por cima do ombro, enxerguei com dificuldade - por que o sol estava forte -, mas consegui ver a silhueta de um homem se arrastando. Imaginei que estivesse bêbado.

fizeram se não tivessem a certeza de que alguém “sairia” em seu socorro. Imaginei que o pai, a mãe ou outro adulto estivesse por perto enquanto as crianças trabalhavam.

¹¹² Os chamados “casos PETI” são “delicados”, não apenas porque há presença de crianças e adolescentes em risco ou em situação de trabalho (considerado inapropriado nos termos do programa, por exemplo), mas, sobretudo, porque às assistentes sociais cabe a oferta de ações e atividades em torno do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ofertadas no turno inverso ao da escola regular. O receio de Berenice relacionava-se à fragilidade do laço constituído entre ela (enquanto profissional) e a família. Fragilidade que poderia incidir diretamente sobre a participação das crianças nas ações propostas pelo CRAS e, com isso, aumentar as chances das crianças se manterem trabalhando.

O homem se aproximou de nós e chamou por Berenice. Tinha por volta de 55 anos e sua voz, apesar de mostrar certa fraqueza, não se parecia com a de alguém alcoolizado. Ele estava vestindo apenas uma bermuda de algodão, que cobria seu corpo até a altura dos joelhos, sem camisa, chinelos ou qualquer proteção para a cabeça. Quando o vi de perto pela primeira vez, mal consegui definir o que enxergava. Eram muitas queimaduras espalhadas por todo o rosto e corpo, e calculei que cerca de 80% do seu corpo fora atingido. As queimaduras de segundo e terceiro graus estavam expostas ao sol, e aparentemente não estavam sendo tratadas. O rosto desfigurado pelas queimaduras dava um ar sombrio ao homem. Os olhos mal conseguiam se erguer para nos olhar.

Berenice perguntou se ele estava melhor e ele respondeu apenas que “sim”. Seu Vanderlei questionou a assistente social sobre onde ele poderia pedir uma “segunda via” de sua certidão de nascimento que, junto com todos os outros documentos, havia sido consumida pelo fogo. Lembrou, então, que como nasceu em Porto Alegre, “o CRAS de Alvorada” não poderia fornecer. Era necessário, segundo Berenice, procurar por outra unidade pública responsável por documentos de identificação, a fim de que esta solicitasse junto ao cartório da capital a sua certidão de nascimento. Depois de orientá-lo, Berenice desejou melhoras. Ele se virou lentamente e se arrastou novamente em direção ao que antes era sua casa.

CASO 3: A dona veio nos receber sorrindo. Foi a primeira que esboçou alguma alegria em nos ver. Seus filhos de 3 e 5 anos brincavam na sala enquanto ela cuidava do seu bebê recém nascido, com 10 dias. Convidou-nos para entrar e aceitamos. O calor e o sol eram muito fortes e na vila não havia sombra. Entramos e conhecemos o pequeno Émerson, que ignorava o calor e dormia tranquilo no sofá. Berenice entregou os convites e adiantou que, como a cesárea fora há pouco tempo, ela entenderia se a mãe não comparecesse às atividades. A mãe confirmou o que Berenice havia afirmado e disse que não poderia ir, porque ainda tinha muitos pontos e o calor estava “de matar”, mas se comprometeu em “pedir para alguém levar as crianças” porque, conforme garantiu, “eles precisam se divertir, né?”.

CASO 4: Encontramos a dona da casa na janela, colocando botões em uma camisa. Não parecia alegre em nos ver e não fez questão de esconder sua insatisfação. Falava conosco limitando-se a responder as perguntas de Berenice, sem tirar os olhos da camisa. Berenice queria saber por que ela não estava mais comparecendo às atividades do CRAS e ela respondeu: “*pra quê? A Elaine disse que*

foi semana passada e que vocês não deram o kit¹¹³ dela e de outras". A assistente tentou explicar que *"não adianta ir só ao fim do mês buscar os kits; é preciso ter as presenças, participar das atividades"* e a convidou para continuar participando dos grupos. Brenda disse que não tinha com quem deixar os seis filhos pequenos, mas Berenice a lembrou que durante as atividades havia uma recreacionista no CRAS para cuidar das crianças: *"ela fará atividades com elas [as crianças], enquanto as mães estiverem no curso"*. Brenda, já cansada, encerrou o assunto dizendo de maneira confusa, mas decidida: *"está muito quente, o CRAS é muito longe... não quero participar dos encontros"*.

CASO 5: Quando chegamos à casa de Alzira, encontramos uma de suas filhas, seu netinho (um bebê com menos de um ano de idade) e uma vizinha, todos sentados na cama. A pequena casa de madeira era dividida em duas partes: a cozinha, com uma pia e um fogão, e o quarto, com a cama de casal, uma televisão e um ventilador. Não havia banheiro.

A mulher, visivelmente angustiada, disse que chamou Berenice por que precisava de um conselho *"de assistente"*. Contou-nos que *"o homem sem perna"* havia ameaçado seu filho Natan de 13 anos de idade. O homem mora na ponta da rua (a casa azul), sendo que a única possibilidade de sair da rua era passar em frente à sua casa. Alzira, com o auxílio de sua filha e da vizinha, comentou a trágica trajetória do morador da casa azul – fora atropelado por um ônibus da Soul e perdera uma das pernas. Desde então, *"ficou louco"* e, por qualquer motivo, real ou imaginário, persegue - apoiado em uma bengala - e ameaça os vizinhos com facas, jogando pedras e tijolos nas casas, assustando principalmente as mulheres que vivem sozinhas com seus filhos. Contou-nos, ainda, que o filho do "perneta" brincava no muro de sua casa quando Natan, que ia ao armazém a pedido da mãe, passou por ali de bicicleta. O garoto caiu do muro e chamou o pai. Quando o homem chegou e viu seu filho todo esfolado, chorando e atirado no chão, e Natan ao lado, de bicicleta, concluiu que o garoto havia sido atropelado. Pegou uma faca e saiu, apoiado em sua muleta, correndo atrás do garoto e dizendo todo tipo de impropério. *"Mas ele não tem uma perna só?"*, perguntou Berenice, intrigada. *"Sim – respondeu a filha – e quando tá louco assim, corre até mais rápido do que a gente que tem duas!"*. Todas as mulheres acenaram concordando com a moça.

¹¹³ No final do mês, as mulheres que se mantinham frequentes nos cursos e palestras oferecidos pelo CRAS recebiam um kit contendo alguns produtos de limpeza e de higiene pessoal.

Diante da “loucura” do “perneta”, Alzira queria saber o que deveria fazer. Afinal, o homem já estivera em sua casa atirando tijolos e ameaçando matar seus filhos. Berenice disse que ela deveria “fazer um BO”, mas Alzira argumentou afirmando que não adiantaria porque “*a polícia não desce aqui, tu sabe*”. Berenice, então, sugeriu que ela fizesse um BO e que depois, com o documento em mãos, procurasse o Conselho Tutelar – “*o conselheiro vem, pode ter certeza*”.

Alzira não ficou satisfeita com a solução sugerida, e apenas concluiu dizendo que havia comprado a casa por R\$ 800,00 – pagando “*R\$ 200,00 por mês*” -, e que agora teria de vender o quanto antes, que teria de ir embora, porque já tinha “*problema de nervos*” - “*olha os exames aqui que o médico mandou fazer*”, disse apontando para uma pilha de papéis sobre a TV. “*Agora vem esse homem, ameaça a gente e joga tijolo na casa da gente. Vou ter que ir embora daqui, Berenice*” - completou.

Foi na casa de Alzira que finalmente fiquei sabendo o que aconteceu com o Seu Vanderlei. Contaram que Seu Vanderlei, o homem que havia sofrido queimaduras, morava com uma “*filha moça*”, e que esta se envolvera com um traficante. Quando o então companheiro da moça, o traficante, decidiu que era hora de morarem juntos, pediu a casa de Seu Vanderlei, que se recusou a sair. Em uma noite, enquanto este dormia, o homem incendiou a sua casa. O fogo espalhou-se muito rápido e quando se deu conta já estava completamente queimado. As mulheres perguntaram para Berenice se não teriam no CRAS roupas, sapatos, cobertores, colchão e até comida. A intenção era doar para Seu Vanderlei, uma vez que ele havia perdido tudo o que tinha. A bermuda que usava no momento em que o conheci fora doada por uma das amigas de Alzira que conversavam conosco, e era a única peça de roupa de que dispunha. Berenice estranhou o pedido, porque havia, como disse às mulheres, encontrado Seu Vanderlei há pouco tempo e ele havia comentado que estava bem. A vizinha, que doara a bermuda e repartia a comida com seu Vanderlei, disse sorrindo “*tu sabe como são os homens, são orgulhosos*”. E a filha de Alzira completa: “*Eles são tímidos*”.

CASO 6: um homem nos recebeu e nos convidou para entrar. Na cozinha, uma mulher extremamente magra, sentada com os pés esticados sobre uma cadeira e à frente de um pequeno ventilador, nos recebeu sem se levantar, mas foi extremamente simpática. Quem nos recebeu na porta e nos acompanhou até o interior da casa foi Gilberto, seu ex-companheiro. Ela nos convidou a “*sentar um pouco para descansar os pés*”, enquanto ele preparava uma caipirinha, que mais tarde nos ofereceu. Berenice entregou os convites para a dona da casa e sua filha que, com aproximadamente 22 anos, tinha três filhas, com idades que variavam entre 2 e 6

anos. Elas agradeceram e garantiram que iriam comparecer às atividades do CRAS porque “*estavam mesmo precisando de material de limpeza*”. Berenice, então, se volta para o homem que, encostado à janela, fumava e acompanhava a conversa. Ela disse que tinha um recado para ele - “*da Amanda*”.

Amanda tinha 17 anos quando conheceu e teve um filho com Gilberto (nesta época, a criança estava com quatro meses). Ela morava com sua avó, mas a senhora estava doente e “*de mudança marcada para Santa Catarina*” e, por isso, não pretendia levar a moça com ela. Com isso, Amanda e seu filho não teriam para onde ir. A assistente disse que, por ser menor de idade, Amanda seria, junto com seu filho, abrigada. No entanto, ela ficaria no abrigo até completar 18 anos e o bebê, do mesmo modo, permaneceria abrigado até que ela pudesse se responsabilizar por seus cuidados.

Gilberto ouviu tudo em silêncio e, já irritado, disse que não se importava com o futuro de Amanda. Segundo ele, ela “*não soube aproveitar o que eu ofereci a ela. Ficava no Barranco¹¹⁴ se prostituindo quando eu a conheci. Se esfregando em tudo quanto era homem. A gente teve um rolo. Ela se apegou. Levei para minha casa e ela me roubou. Quero que se dane... mas meu filho não vai passar trabalho por causa dessa cabeça de vento*”. Sua ex-companheira, com autoridade, balançou a cabeça concordando com tudo o que ele disse, mas, irônica, provocou: “*viu, quando a de baixo esquenta, a de cima não governa*”. Ela, ignorando os olhares de fúria e reprovação dele, continua: “*ela é guria ainda e tem um filho contigo. Tu és responsável pelos dois*”.

Berenice, tentando se livrar da situação, disse que havia se comprometido em dar o recado e o fizera. Mudou de assunto e perguntou por que o cadastro (PBF) que ele havia iniciado estava “*parado*”. Ele, já indignado em virtude do assunto anterior, disse que foi fazer um cartão e fez em seu nome, “*mas aí começaram a pedir os documentos da família inteira – RG, CPF, Carteira de Trabalho... o que o governo quer? Contratar a minha família inteira?*” Ressaltou ainda que não ficaria “*de um lado pro outro levando documentos*” e que por isso havia quebrado o cartão que dava direito ao benefício. A ex-companheira, observando o que ele dizia, vez ou outra me remetia olhares de desaprovação. Olhando para mim, disse: “*eu preciso do dinheiro. Não tenho renda. Vou fazer meu cartão assim que der*”. Berenice perguntou quantas pessoas moravam na casa – ela, dois filhos adultos, a filha, o genro e as três netas -, todos desempregados.

¹¹⁴ Um conhecido bar da cidade.

Gilberto perguntou como se fazia o cadastro e Berenice explicou detalhadamente. Disse que a soma total dos rendimentos da família precisava ser dividida pelo número de moradores da residência e o valor final não poderia ultrapassar 140 reais por pessoa. Precisou explicar o cálculo umas quatro vezes. Ele era pedreiro, não morava mais com a família, mas pelo que entendi, ele ajuda quando pode e passa muito tempo com a ex-companheira, que garante: *“somos bons amigos ainda”*. Ele fez o cálculo, tendo o seu salário como base, e descobriu que o valor ultrapassava o máximo permitido. Berenice o orientou a mentir sobre o valor quando fosse fazer o cadastro. Como ele era autônomo, não precisaria levar nenhum comprovante de renda no momento de realizar o cadastro. Ele concordou.

A filha do casal entrou na cozinha acompanhada de uma de suas meninas e reclamou para Berenice sobre o atendimento do posto de saúde local, alegando que este era *“horrível”*. Segundo contou, sua menina de três anos apresentava ínguas no pescoço e muitas feridas dentro da boca. Quando o médico viu a criança, se recusou a atendê-la. A moça reagiu e disse que ligaria para a Secretaria de Saúde para reclamar, ao que ele respondeu que fizesse isso porque ele gostaria mesmo de sair dali (do bairro). Seu pai, avô da menina doente, deu um soco na beirada da janela e disse *“esses doutores vêm pra vila pra criar barriga e bunda atrás daquelas mesas. Pobre tinha era que nascer tudo morto mesmo”*. Berenice a orientou a procurar o Conselho Tutelar e o Ministério Público para denunciar oficialmente o médico. Já na saída, Berenice me cochichou, *“quero ver como vai ser quando ele descobrir que eu fui com a Amanda fazer um BO contra ele. Ela me contou que foi agredida por ele”*.

CASO 7: procuramos a titular do cartão, porque ela foi até o CRAS reclamar que não estava recebendo mais o benefício. Fomos bem recebidos e convidados para entrar em sua casa. Berenice perguntou por sua filha mais velha (15 anos), ao que ela respondeu dizendo que a menina havia voltado para casa, mas há um mês fugira novamente. Amigas da garota haviam-na visto no Centro [de Porto Alegre]. A família passou *“uma madrugada procurando”*, mas não a encontrou. A mãe contou ainda que, quando a menina voltou para casa, por conta de seus problemas de saúde – bronquite -, tinha um *“buraco no pé”*. Ficou *“um tempo”* sob os cuidados da família, se curou e foi embora.

Beatriz relatou ainda, que sua filha havia enviado uma carta para a família dizendo que estava casada. Espantada com a notícia, Berenice comentou que o Conselho Tutelar estava a sua procura a fim de esclarecer o paradeiro da jovem. A mãe se surpreendeu ao saber que estava sendo procurada pelo conselheiro e Berenice argumentou que deveria *“ter a ver com o assalto”* no qual *“ela [a filha] estava*

envolvida". A mãe, visivelmente perturbada, tentando procurar na trajetória da filha os motivos que a levaram a sair de casa, comentou que ela havia começado a fumar no colégio e a assistente social de forma dura e direta pontuou: *"agora tu já perdeu mesmo o controle dela. Nem adianta mais"*.

Beatriz trabalhava em um supermercado local como auxiliar de limpeza, recebendo, segundo ela, cerca de R\$ 260,00. Apesar da insistência de Berenice, ela não soube explicar a razão para receber menos do que um salário mínimo. Seu marido recebe mensalmente cerca de R\$ 600,00 e, juntos, eles têm três filhos: Alexandra, de 15 anos; Guilherme, de 14 anos e Jonatan, com 10 anos.

Após conversarem sobre os procedimentos que deveriam ser realizados para que ela regularizasse seu cadastro, fomos embora. Já no carro, conversamos sobre o caso, e Berenice mostrou-se surpresa com o comentário feito pela mãe da menina sobre o *"buraco no pé"* – *"ela é viciada! Deve ter injetado entre os dedos"*, comentou espantada. Perguntei se a menina, que atualmente vive com um companheiro nas ruas, tinha filhos, e Berenice respondeu abruptamente: *"não! Graças a Deus não tem. Tomara que nem possa ter!"*.

O interessante em todos estes casos é a forma como as pessoas negociam suas participações nas ações promovidas pelas assistentes sociais e a constante tensão sobre a qual estas relações são travadas. Enquanto as assistentes fundamentam sua intervenção sob a perspectiva de que o acompanhamento constante às famílias reduziria a "vulnerabilidade" a que estão sujeitas, haja vista que atuam (ou deveriam, segundo suas percepções) como mediadoras entre as famílias e outros serviços públicos, as famílias se submetem a intervenção do serviço social quando, em última instância, reconhecem a necessidade ou almejam acessar algum "direito" ou serviço. Sendo que, normalmente, procuram as assistentes e as unidades públicas que oferecem estes serviços quando necessitam de soluções pontuais e imediatas (como, por exemplo, passagens de ônibus, cestas básicas, documentos que comprovem sua condição de "pobreza" ou "vulnerabilidade", encaminhamento da documentação de identificação, etc.). As assistentes, por sua vez, atribuem esta conduta "immediatista" a forma como os profissionais do serviço social atuaram no país nas últimas décadas (principalmente antes da CF/88).

De toda a forma, no contexto do município de Alvorada, como alguns dos exemplos acima indicam, as assistentes sociais não dispõem das condições necessárias para realizar satisfatoriamente a interlocução entre as famílias e outros serviços públicos. O que explica, em grande medida, a descrença das famílias sobre a efetividade de suas ações.

3.2 A POBREZA COMO MARCA: as negociações em torno da condição de “pobre” e de “vulnerável”

Observando as assistentes sociais em suas “visitas de acompanhamento” às famílias beneficiárias do PBF e também em “visitas” que antecederiam o cadastramento de famílias elegíveis ao Programa, observando como elas tentavam e se esforçavam para identificar “os *mais necessitados*” ou aqueles que “*realmente precisavam*” e, sobretudo, observando o esforço que a maior parte destas pessoas fazia na tentativa de mostrar, de validar suas necessidades, sua pobreza, aos olhos das profissionais, eu era tomada por um pensamento constante e perturbador, qual seja, a concretude da pobreza. Questionava-me sobre as características, objetos (ou a ausência de), comportamentos, etc., que estas pessoas precisavam apresentar para que sua condição de pobre fosse demonstrada.

Recordo do caso de Cigana, uma mulher com cerca de 35 anos de idade, cinco filhos e desempregada, que foi a um dos CRAS da cidade solicitar uma cesta básica às assistentes. As profissionais, que contavam com um número limitado de cestas para a grande demanda que possuíam, precisavam “sair em visita” carregando consigo as cestas e os endereços daqueles que, tendo passado pelo CRAS, realizado a solicitação e, tendo sido reconhecidos como “*casos prioridade*”, teriam de passar agora pelo crivo das profissionais. Agora, deveriam atestar que sua pobreza era maior, mais intensa, mais verdadeira, mais urgente que outras pobrezas. E assim foi com Cigana. Cabia às assistentes procurar evidências de que o que Cigana havia afirmado dois dias antes no CRAS era verdade – apesar de receber o benefício do PBF, ela não tinha comida para alimentar sua família.

Chegando à casa de Cigana, buscávamos conferir a veracidade das informações fornecidas por ela dias antes. Sentadas diante da mulher, uma assistente social e uma psicóloga faziam perguntas sobre sua atual condição: ainda estava casada? Quantos filhos tinha? Onde estavam? Quantos moravam com ela? Porque ela não parava de ter filhos? O marido trabalhava? No quê? E ela, trabalhava? Por que não? E por fim, por que havia procurado o CRAS?

Cigana respondia as questões direcionadas a ela, mas tentando sempre apontar e reafirmar suas precárias condições de vida. Respondia enquanto circulava de um lado para outro de sua cozinha, abrindo e fechando armários, mostrando o interior da geladeira, do fogão, e suas panelas vazias. Entre uma resposta e outra, convidava-nos para olhar o interior dos móveis e utensílios que, ao que tudo indica,

deveriam conter aquilo que ela insistia em apontar como ausência – comida. “*Vem ver. Olha aqui como eu não tenho nada. Eu não estou mentindo. Vem ver aqui*”, nos dizia.

Diante de uma recusa inicial, afinal, era preciso ter “*calma. Ainda não terminamos de conversar contigo*”, como afirmava insistentemente uma das profissionais, Cigana chamou sua filha Bianca, uma menina com cerca de 3 anos de idade. Subiu-lhe as calças até a altura dos joelhos e apontou para as pernas finas da menina, mostrando-nos sua evidente magreza. As provas capazes de assegurar a veracidade de suas necessidades eram seus armários, geladeira, fogão e panelas ocas e a gritante e chocante magreza da criança.

Cigana precisava de uma cesta básica. Assim, após algum tempo de conversa, cerca de 35 minutos, Cigana foi agraciada com duas sacolas contendo alimentos considerados básicos e essenciais. Quando nos dirigíamos até a rua a fim de que a profissional pudesse pegar os alimentos no carro da Prefeitura que nos acompanhava, ela questionou o que havia dentro das sacolas. “*Arroz, feijão, macarrão, biscoito doce e salgado, café, farinha de trigo, óleo de soja, açúcar e sal*”, respondeu a assistente. Antes de nos despedirmos, ainda ouvimos “*nossa, que bom! Fazia uns 15 dias que eu não tomava um café*”. Ofertou-nos sua última prova enquanto Bianca nos mirava da porta de sua casa, segurando com certa displicência o saco de biscoitos doces, já aberto.

Ao longo das visitas realizadas junto às assistentes sociais, presenciei algumas vezes situações em que as profissionais precisavam visitar as famílias, mas encontravam dificuldades em encontrar as pessoas. Ou porque o endereço não correspondia, ou porque a casa já não estava mais naquele local, ou porque os moradores “abriram” uma nova ruela e as informações não correspondiam com aquelas fornecidas às assistentes. O fato é que, apesar da dificuldade de encontrar o endereço correto, certa vez a assistente, diante de minhas dúvidas, se mostrou segura e, enquanto olhava em volta e analisava as casas, me disse “*é aqui!*” - Mas como tu sabes se o número é diferente do que tu tens no cadastro? – questionei. Como resposta me disse: “*conheço meu eleitorado. Vai por mim. É aqui!*”. Ela estava correta. Aquela era a casa da família que procurávamos e que ela, até aquele momento, não conhecia.

De forma semelhante, em outro momento, nos dirigimos à casa de uma “*mãe solteira*” que foi ao CRAS solicitar cadastramento no PBF. As assistentes tinham dúvidas em relação a algumas das informações prestadas por ela e, com isso, fazia-se necessário visitá-la. Ao chegar diante do portão, a profissional me olhou com ar irônico e disse: “*essa aqui tá achando que vai enganar a gente. Olha a casa dela. Certo que não tá precisando*”. Já dentro da casa da mulher, após uma sequência de perguntas e

respostas referentes as suas condições familiares, profissionais e financeiras, terminamos a visita com a garantia de que aquele caso seria 'arquivado' (ela não seria chamada para realizar o cadastramento no CadÚnico). Segundo a profissional, que além das inúmeras perguntas que fez, dedicou-se a observar a casa, os móveis e as roupas que a mãe e a criança utilizavam naquele momento, aquele era mais um dos casos em que pessoas que “*não precisam de verdade [do benefício] tentam se aproveitar*”.

A pobreza, normalmente associada a uma experiência de classe, é frequentemente ignorada enquanto um modo de estar no mundo e de o experimentar. As condições materiais, políticas, econômicas e sociais influenciam, ainda que não sejam determinantes, na maneira como os agentes se posicionam, nas escolhas que fazem, nas decisões que tomam, nas relações que estabelecem, na maneira como se enxergam e também na maneira como enxergam, classificam e identificam os outros.

A pobreza, que assume dimensões de carência material, econômica, que por vezes, está associada também às desigualdades políticas e jurídicas e à violência, é experienciada por muitas pessoas a partir de uma de suas facetas mais tenebrosas – a fome (FREITAS, 2003). Estas condições que, por vezes, se apresentam de modo irremediável para algumas pessoas, exigem que estas se apropriem de códigos, de sinais, de linguagens que lhes permitam comunicar sua condição, que permitam que sua condição seja reconhecida como tal por outros. Assim, ocorreu com Maria Rosa¹¹⁵, um caso excepcional entre todos os que conheci e acompanhei durante a pesquisa de campo. Se sua condição econômica a torna passível de ser incluída no PBF, não é suficiente para que ela perceba as sutilezas em torno das negociações travadas entre os beneficiários e as assistentes sociais.

Com cerca de 46 anos de idade e três filhos, sendo a caçula de 13 anos a única que mora com ela em seu apartamento “*pequeno, simples, mas limpinho*”, como me garantiu da vez que fomos apresentadas, Maria Rosa se separou do primeiro marido, com quem teve um casal de filhos, ambos atualmente com mais de 20 anos de idade. Segundo ela, “*saiu bem*” deste casamento. Ele, herdeiro de uma rede de lojas de móveis famosa na região, morava com sua então esposa e seus filhos em um apartamento de dois andares em uma das zonas mais requintadas e caras de Porto Alegre. Ao se separarem, ela permaneceu com a guarda das crianças e recebeu, em um acordo firmado com o ex-marido, um apartamento um pouco menor e uma

¹¹⁵ Maria Rosa, assim como as beneficiárias moradoras da Ilha da Pintada, fazem parte dos casos que acompanhei em Porto Alegre.

razoável pensão mensal. A vida já havia mudado desde a separação. Enquanto fora casada com ele, Maria Rosa tinha “*empregados, carros, imóveis... tudo no plural*”, como ela costumava me dizer. Depois da separação, no entanto, não se pode dizer que ficou em uma situação financeira delicada, tendo permanecido com uma pensão “*razoável*” e o apartamento em que outrora moraram juntos.

Contudo, cerca de 5 anos depois, ela voltou a se casar. Os filhos do primeiro casamento não quiseram continuar morando com ela e seu novo marido e mudaram-se para a casa do pai. Com isso, Maria Rosa perdeu o direito à pensão que recebia, mas continuou com o apartamento. O novo marido, porém, desejava morar em uma casa “*com pátio*”, o que, segundo ele, seria o ambiente mais adequado para criarem a filha que estavam esperando. Venderam o apartamento e compraram uma casa para os dois.

Algum tempo depois, Maria separou-se do segundo marido e, alegando que este tinha “*inúmeros vícios*” (álcool e drogas, entre eles), procurou um advogado para que ele tentasse, na Justiça, impedir que houvesse separação dos bens adquiridos pelo casal durante a união, haja vista que eles utilizaram o dinheiro proveniente da venda do imóvel fruto da separação de bens do seu primeiro casamento. O advogado, por sua vez, como me afirmou Maria Rosa, deu-lhe um golpe, vendeu a casa e desapareceu com o dinheiro, assim como seu processo também “*desapareceu*” do Foro Central, “*sem deixar rastros*”, conforme ela contou. Desde então, Maria Rosa e sua filha, vivem de doações e do recurso oriundo do PBF. Recebem doações de roupas (incluindo as roupas íntimas – dado frequentemente salientado por ela), alimentos, móveis, vale transporte, remédios. O apartamento onde mora atualmente, localizado em um bairro de classe média de Porto Alegre, foi doado por seu pai. A família, segundo ela, ajuda como pode – com doações, contratando-a para eventuais faxinas, mas nunca “*com dinheiro*”. De certo modo, Maria Rosa se sente responsável pelo que lhe aconteceu e credita a esta responsabilidade o fato da família não auxiliar diretamente com dinheiro. De todo modo, o que nos interessa, neste momento, é entender como Maria Rosa se comporta e como se sente quando precisa procurar o CRAS a fim de regularizar sua situação ou solicitar algum atendimento diferenciado.

Segundo ela, foi poucas vezes ao CRAS ao qual está referenciada, não porque não precisa do atendimento, mas porque, como afirmou, não se sente bem indo lá. “*As pessoas me olham como se eu fosse uma alienígena. Me olham estranho. Como se aquele não fosse meu lugar*”, me relatou. Ao encontrar Maria Rosa pela primeira vez, me vi diante de uma mulher austera, olhos firmes, cabeça erguida, cabelo impecável. A roupa simples e levemente desbotada passou quase despercebida. Ela não se parece, não se comporta, não se move, não gesticula, não fala e não se veste como a

maior parte dos “usuários” dos CRAS que eu conheci. Ela sabe disso. Também já observou estas diferenças. Diferenças que, segundo me relatou, foram responsáveis por muitos “*nãos*” das assistentes dos CRAS e das agentes da paróquia que frequenta. “*As pessoas não acreditam que eu passo necessidade. Já conversei, já expliquei, contei minha situação, mas não adianta*”, me diz.

A maneira que encontrou para produzir um *status* de verdade sobre sua trajetória, sobre sua condição, foi guardar organizadamente todos os documentos referentes ao caso da venda da casa, ao PBF, a sua conta bancária (uma poupança em um banco estatal). Sua pobreza é constatada através de inúmeros documentos que ela carrega consigo e que insiste em mostrar independentemente da vontade de seus interlocutores. O que Maria Rosa não sabe é que a ausência de documentos é por si mesma uma comprovação de “vulnerabilidade” aos olhos das assistentes sociais.

Quando questionada sobre como se sentia com sua ‘nova’ situação social e financeira, ela me garante que se sente “*mal, triste, desolada e sem esperanças*”. No entanto, quando é obrigada a visitar o CRAS ou a Diaconia, ela se dá conta de que não está em uma situação “*tão ruim*”. Afinal, como afirma, “*tem gente numa situação bem pior do que a minha. (...) Estas [mulheres] que frequentam o CRAS, por exemplo, andam sempre sujas, com as roupas sujas. São mais pobres do que eu. (...) Se eu andasse por aí toda suja também as assistentes iam acreditar em mim*”.

Eis aqui um dos elementos frequentemente associados à condição de pobreza - a sujeira. Pode-se pensar que Maria Rosa tem este entendimento por ser oriunda de uma classe social diferente. Contudo, este foi um dos pontos em comum encontrados entre ela e outras beneficiárias com as quais conversei. Sempre que questionadas sobre sua condição social, elas indicavam, literalmente, alguém que, segundo elas, seria e/ou estaria em uma situação pior, alguém que seria “*mais pobre*”. A condição, apontada por estas beneficiárias como potencializadora da condição de pobreza, era sempre a sujeira. “*Sou pobre, mas sou limpa*”, e todos os seus equivalentes – “*minha casa é pobre, mas é limpa*”, “*a gente é pobre, mas meu marido/filho não anda por aí rasgado, sujo*” -, eram utilizados, com frequência, como uma maneira de demarcar as relações e o lugar ocupado por diferentes agentes pertencentes à “coletividade pobre”. Esse marcador era mobilizado para estabelecer hierarquias entre um “eu” e um “outro” que, pelas condições já apontadas, eram considerados como estando abaixo em uma hierarquia social que, via de regra, penaliza a todos os integrantes desta coletividade.

Os agentes lidam com classificações e denominações que fazem parte do seu cotidiano, de sua experiência de vida, e mais, sabem quais são os momentos mais adequados para mobilizar estes marcadores. Maria Rosa, por exemplo, ao contrário

da maior parte das beneficiárias com as quais contatei, não possuía um histórico familiar e pessoal relacionado à pobreza. Trata-se de uma trajetória de decadência financeira. Sua história nos permite, entre outras coisas, observar o quão sutis são os termos em que se dão as negociações entre os beneficiários e as assistentes sociais. Se, por um lado, compreende – ou reconhece – os códigos capazes de suscitar algum retorno por parte das profissionais do serviço social, por outro, não dispõe – ou se recusa a fazer uso – das ferramentas necessárias para acioná-los.

Os condenados da terra

Ontem ainda, suspirava: "Céu! Somos os condenados da terra!".
Arthur Rimbaud

Gitanas

Diante de seu portão, esperando que ela atravessasse o terreno que nos separava, observo o arrastar lento de seus pés cobertos por uma fina meia branca, o balanço de seus braços, os gritos com o cão que eram alternados com os gritos destinados a sua filha, Bianca.

Deitada no chão, Bianca reclama a perda do pão para os dentes famintos e afiados do cachorro. A mãe, desgostosa e irritada, vira-se em minha direção e surpresa afirma não entender as razões para o pranto da pequena. Afinal, me diz ela, tem um saco de pães em cima da mesa da cozinha. Sem pestanejar e crente de que poderia explicar as razões do então soluço meloso com o qual Bianca premiava a todos, comento “chora porque este pão é diferente. Foi roubado”.

Cigana, que já estava alguns passos na minha frente, guiando-nos ao interior de sua casa, faz um rápido movimento com o corpo que a coloca de uma só vez diante e próxima de mim. Olhando-me diretamente nos olhos, quase sussurrando para não ser ouvida por aquelas que me acompanhavam, questiona “mas como tu sabe disso? Quem te contou?”.

Ora, ninguém me contou. Eu vi com meus próprios olhos o cachorro pulando agilmente e tomando o pão que Bianca carregava. Ninguém me contou. Eu vi, mas não falei. Sem oportunidade, tempo ou mesmo vontade de explicar, segui para dentro de casa.

Sentei ao lado das duas profissionais que foram confirmar se o que Cigana lhes revelava sobre sua pobreza condizia com a realidade.

Mulher de uns 35 anos, morava com seu marido e cinco de seus filhos.

Um pensamento constante passou a me perturbar. A concretude da pobreza. Que características, cores, formas e tamanhos estas pessoas precisavam apresentar para que sua condição de “pobre” fosse demonstrada? A pobreza estaria na ausência de roupas quentes e adequadas para encarar o frio intenso e doloroso daquele dia? Em suas meias manchadas e furadas? Em seu roupão visivelmente menor que seu corpo magro? Nas roupas sujas e puídas de

Bianca? Em seu marido desempregado? Em sua incerteza quanto ao número exato de filhos que gerou? Na inexistência de alimentos em suas panelas?

Observando as duas mulheres que lhe miravam com certa complacência, concluí que a pobreza de Cigana contivesse todos estes elementos. De uma pobreza complexa, ambivalente, porque cheia de ausências. Uma pobreza marcada pelo cinza do cimento, o vermelho do chão de barro, o encardido das roupas. Pobreza de um colorido sombrio.

Vazia. Absurdamente cheia de ausências, cheia de si. Cigana era assim: de uma pobreza cheia de pobreza.

Cigana, no entanto, estava disposta a entregar provas as suas inquisidoras... seus armários ocultos, os quais nos mostrava abrindo e fechando as portas. Abrindo-os com força e raiva. Fechando-os lentamente enquanto nos encarava em busca de reações.

Tu tá trabalhando, Cigana? – questiona a assistente social.

Seu corpo rápido. Rápido e ágil. Movimentando-se de um lado para outro, quase pulando, chacoalhando seu roupão, erguendo os braços, batendo na mesa da cozinha, tirando as grades do fogão, lançando-as ao chão, colocando-as novamente no lugar de origem, alterando o volume de sua voz... Assim, em meio a esta dança frenética, ela nos contou sobre seu triste encontro com uma “italiana nazista”.

Desempregada há muito tempo, depois de um longo período de buscas, Cigana foi contratada em um restaurante como auxiliar de cozinha. Certo dia recusou-se a despelar e desossar um frango. Noutro disse que não lavaria os pratos. E por fim, decidiu que também não limparia os banheiros. A razão para estas recusas, nos disse, é que suas mãos são sagradas.

Filha de Oxum pode ver o futuro através das cartas. Suas mãos não são suas. Suas mãos pertencem à mãe. A Oxum. Sagradas, suas mãos não podem tocar o mundano, não devem ser profanadas.

E assim, depois de uma semana, não podendo contar com a compreensão da italiana dona do restaurante, Cigana tornou-se, novamente, uma sacra desempregada.

Inconformadas com os motivos que levaram a cartomante a ser demitida, as profissionais voltaram-se para sua vida familiar.

- Quantos filhos tu tem, Cigana?

- Aqui comigo, cinco. Tem um com a minha mãe.

- Então, pergunta a profissional enquanto anota as informações na ficha de Cigana, são seis filhos?

- Não. Estes são os que eu sei onde estão.

- Mas quantos filhos tu tem, então?

- Não sei.

- Meu Deus! – exclama incrédula a assistente social. Acho que tá na hora de parar de fazer filho, né?

Cigana, que estava em pé ao lado da porta da sala, rápida como sempre, impulsiona seu corpo para trás, como se tivesse levado um grande susto. Olhos arregalados, mexendo-se de um lado para outro e falando cada vez mais alto, ela mescla em suas palavras medo, susto e raiva. Indignada questiona as profissionais:

- O quê? Vocês querem acabar comigo, né? Querem acabar com a minha vida?

Sou filha de Oxum. Oxum é amor. Eu sou filha do amor. Não posso deixar de engravidar. Oxum não deixa.

Eu, achando que sairia ilesa desta malfadada visita, recebo, da já furiosa mulher, uma mirada que me desconcerta.

- Tu é psicóloga?

- Não, respondo ao mesmo tempo em que repito as já fornecidas informações a meu respeito.

- Tu tá me observando. Tu pode me olhar por dentro. Tu lê meus pensamentos. Eu sei, eu sinto.

As mulheres que estavam comigo, tentando proteger-me da fúria cigana que se aproximava cada vez mais de mim, afirmam que não possuo os poderes que ela me atribui.

Sarcástica e ácida, ela ridiculariza a falta de percepção de minhas companheiras.

- Vocês são muito bobas mesmo. Não estão vendo? Ela tá aqui me observando, mas tá observando vocês também.

Dirigindo-se em minha direção ela ergue o braço sobre minha cabeça em um gesto rápido. Posso sentir. Sinto-me sufocar. A presença de Cigana é assim. Totalizante. Angustiante. Sufocante.

Ergue a mão, encontra uma pequena barreira de tecido amarelo entre ela e sua arma sagrada. Mostra-me Oxum. E dispara sem dó “Ela é minha mãe, se tu veio aqui me desejar coisa ruim, se veio aqui fazer coisa ruim para mim, eu acabo contigo. Viro tua vida do avesso. Tiro teu homem”.

Diante de meu olhar vazio e desconcertado, ela questiona “tá duvidando? Sabe a italiana do restaurante? Me mandou embora num dia, perdeu o marido no outro. Ela teve foi sorte. Se eu quisesse poderia ter matado aquela italiana nazista!” Gargalhou satisfeita.

Não duvido, não. Acredito que possas fazer isso. Cresci vendo esse tipo de coisa, respondi. Incerta e insegura. Tentando apenas me livrar das ameaças e sair da situação com certa dignidade.

Como assim? Viu como? - me devolve imediatamente.

Minha mãe também é cigana. Eu sou cigana!

Pela primeira vez vejo dúvida em seus olhos.

Se aproxima ainda mais, pega minhas mãos, as aperta contra o próprio peito. Olhos presos aos meus. Procurava por verdade. Suspira aliviada, sim, tu é do bem! É uma das nossas!

Éramos seis

A gente era tão feliz. Eu, ele, os três filhos já paridos e um ainda por vir.

A gente era tão feliz que nossa felicidade era assunto na vizinhança. A Eni sempre me dizia que um dia ia encontrar um homem bom e trabalhador que nem o meu.

Era verdade, o meu trabalhava, muito. De dia. De noite. Catava o que via pela frente, corria pra vender e voltava pra catar mais.

Da rua trazia o pão de cada dia e, às vezes, trazia também umas roupas pra mim e uns brinquedos pras crianças.

Tem gente rica por aí que joga no lixo as coisas que ainda tão nova. Se tem um furinho, nós costura. Se tá manchado... quem vai notar?

E esse negócio de validade também é bobagem, tu não acha?

Pois eu acho que sim. Deve ser pras fábrica venderem mais. Sabe quantas vezes eu morri por causa disso? Nenhuma. É sério, não ri não!

Nossa vida era assim mesmo. Boazinha. Como Deus queria. Homem bom que nem aquele, nunca mais. Trabalhador, nunca ergueu a mão pra mim nem pros menino. Não bebia, não fumava, nem andava por aí tendo assunto com mulher.

Vivia cansado. Tadinho. É porque trabalhava demais. Quando largava a carroça, para dar um descanso pro Agenor - é, é, o cavalo -, andava por aí atrás de bico pra fazer. Pra não deixar faltar nada, sabe. Nunca deixou. A gente não tinha o do bom e do melhor, mas também nunca passamos precisão.

Ele andava feliz da vida porque tava pra chegar mais um guri. Minha barriga mal e mal aparecia, mas ele falava todo o dia com o moleque.

Tu sabe que eu até dizia pra ele que isso era maluquice. Tu tá é falando com as minhas tripa, homem! Ele ria. E continuava cantando e falando pro meu umbigo.

As criança são tudo a cara dele. Cuspido e escarrado. Como é que pode, né?

Além dos dois meninos e da menina, tava chegando mais um machinho. Ele já tinha me deixado avisada "vamo tentar de novo. Quero mais uma guria".

Juntou dinheiro um tempão porque queria comprar uma tevezinha que o Zé ali da esquina tava querendo vender.

Um dia chegou em casa e já foi gritando lá do portão, nem deu tempo da gente chegar lá. Veio correndo com a TV na mão. Pequena, preta e branco, sabe?

Colocou lá no quarto. Que é sala também, que a casa é pequena.

E nós assistia sempre. O jornal, a novela do 12 e quando chegava no filme ele sempre dormia. Tadinho.

Gostava de assistir as coisas com as criança por perto. Deitava um num braço, o outro noutra braço e a gurria ficava por cima da barriga dele. Às vezes, quando ele queria me fazer um chamego, me chamava para assistir também e encostava a cabeça na minha barriga.

Ele sonhava demais, sabe?

Queria dar uma vida melhor pras criança. Porque a gente num teve, né. Pra nós tudo foi difícil. Sempre na dureza, desde pequenos.

Daí, deitado na minha barriga, ele disse que nós precisava de uma casa maior, com pátio, pra ter espaço pros bichos e pras crianças...

Ficou quieto um tempão. Já era hora do filme e eu achei que ele tinha dormido. Trabalhava muito. Tadinho.

Mas não. Ele deitou em cima da minha barriga, com as criança encostada nos braços dele e daí não acordou mais. Tu acredita?

Tu não faz ideia de como doeu. Eu ainda choro toda noite, mas não deixo as criança ver.

A gente era tão feliz.

Sem ele ficou difícil cuidar das crianças e mais com guri que tava na barriga.

Começamo a passar fome e necessidade. Eu me entreguei, é verdade. Quase morri. O doutor disse que era depressão, que eu devia fazer um esforço para poder cuidar dos meus filhos que era tudo pequeno e precisavam de mim. Já num tinham o pai.

Mas eu não conseguia. Queria morrer com ele. Nem banho tomava mais. Por que Deus não me levou junto, hein?

Eu pedia pra Deus me levar.

Daí um dia veio uma mulher da igreja, uma crente, sabe?

Achei que era Deus falando comigo. Ela disse que ia me ajudar a melhorar. Eu acreditei.

As crianças e eu tava passando fome. Vivendo tipo bicho. Achei que ela ia ajudar a gente com comida e só.

Deu uma cesta básica. Uns dias depois perguntou se eu queria ajuda para cuidar das crianças. Eu estava há tanto tempo sem comer, tão fraca, tão fraca. Tu lembra como eu era, né?

Daí aceitei. Ela levou minha gurria pra casa dela. Nunca mais trouxe de volta, nunca mais me devolveu.

Encontrei ela esses dia na rua, tava com a Vitória do lado. Achei que ela ia gostar de ver os irmão dela, que já tavam com os olhos cheio d'água. Tadinhos. Que nada. Olhou de longe e nem quis dar um beijo neles. Disse que eles fede. E eu também. Agora ela chama a crente de mãe. E eu não.

Ah, eu não vou na polícia, né. Como vou reclamar se ela tava tentando me ajudar, né.

Ah, não. Isso não. Não peço mais ajuda pra ninguém.

Antes a gente era seis. Eu pedi ajuda e agora a gente ficamo só em quatro.

Deus me livre precisa de ajuda de novo. Não posso mais perder ninguém.

Imperadores

I

Quem se depara com o corpo mirrado do menino dos morangos não imagina estar diante de um poderoso imperador.

Maximus, nome dado por sua mãe, não se sabe bem por que. Especula-se que ela tenha visto em algum filme da sessão da tarde. Muito provavelmente não leu em nenhum livro, por que não domina a técnica.

Trata-se de um menino como outro qualquer. Gosta de brincar. De correr. De doce de batata doce. De dormir até tarde. De tomar banho de chuva. De fugir do banho. Da hora do recreio. De pular o muro da escola. De histórias de aventuras.

Maximus é o primogênito de uma família que já conta com seis jovens integrantes. Corre a boca pequena que Marinalva, sua mãe, está à espera de mais um para passar fome. Dizem suas vizinhas.

Maximus é ainda um garoto. Corpo pequeno, frágil. Uma vida toda pela frente. Um desejo imenso de ser como as personagens dos livros que devora.

Mas, ao contrário dos seus irmãos, deixou pelo caminho o brilho nos olhos e a ingênua esperança de dias melhores.

É fruto do primeiro relacionamento de Marinalva, que já se casou outras três vezes. Saiu de todos os casamentos deixando para trás casa, móveis, amores. Carregando no ventre uma possibilidade e nos braços algumas certezas.

Diz ela que não quer dinheiro de nenhum deles. Não quer homem metendo o bedelho em sua casa. Já tem seu homem. Para ela, ele é Maximus.

O menino que sonhava em jogar futebol, viajar e viver aventuras, que gosta de correr, de pular e enforçar o banho agora passa os dias sentado em sua carroça vendendo, de porta em porta, morangos e melancias. Alguns garantem que ele não conhece o sabor do que vende.

À noite sai com Marinalva e Amanda, sua irmã, em busca de papéis e plásticos. Gosta tanto de histórias que quando encontra algum livro, livreto, enciclopédia, bíblia ou panfleto, leva para casa a fim de descobrir lhes os mistérios por trás

das letras miúdas e dos desenhos. Sua maior mágoa é a chuva. Frequente, insistente, traiçoeira não respeita seu querer. Molha a casa, as roupas e os livros que recolhidos do lixo e protegidos por Maximus, se vêm novamente a caminho da rua. É obrigado por isso a consumir apaixonadamente cada linha, cada imagem, cada palavra... antes que a água carregue consigo suas histórias, seus heróis.

Foi assim que descobriu que seu nome se parecia com os nomes de grandes imperadores. Quis ele também conquistar territórios, vencer guerras, ser bajulado. Quis ele dominar.

O menino tem um bom coração. Dá a quem precisa. Se encontra roupas, sapatos, brinquedos... Distribui entre seus amigos e afetos.

Queria ser jogador de futebol. Não tem tempo para treinar no campinho com os vizinhos. Encontrou uma bola furada e imediatamente posou-lhe nas mãos inquietas de Breno. O mais jovem.

Seu orgulho é pagar a creche dos irmãos. Que diferentemente dele, e por causa do trabalho dele, não precisam passar frio ou calor, não precisam se molhar ou se humilhar. Tem de comer, podem brincar, não precisam crescer antes do tempo. Ele desce da carroça, rosto firme, sério, bate palmas diante da escola enquanto tira um saco plástico amarrado cheio de moedas. É dia de pagar a mensalidade. É dia de ter satisfação por ter seu esforço de um mês inteiro reconhecido.

Maximus é o homem da casa. Mata um leão por dia. Vence guerras diárias. É admirado por sua mãe e seus irmãos. Querem ser como ele. De um jeito torto, vive sua aventura. De um jeito só seu, é um Imperador.

II

Josué estava preso. Fora casado com Anita. Suas mãos pesavam sobre o corpo indefeso das crianças e de sua esposa. Marco Antônio decidiu que isso não aconteceria novamente.

Josué fora solto. Voltou para casa. Mas já havia um homem em casa. Não há lugar para dois. Três dias depois de solto, Josué voltou seu descontentamento para Anita. Seu rosto ferveu e o sangue escorreu. Sangue dela.

Marco Antônio ameaçou meter duas azeitonas na cara do padrasto. Que isso não voltasse a acontecer. Novamente o filho vê o sangue de sua mãe esvaír-se junto com sua dignidade.

Josué foi à venda comprar mé. O Imperador esperou na esquina. Cumpriu sua promessa. Duas balas acertaram o homem que voltava cambaleando do boteco. Desabou. Imperador venceu o mal. Venceu mais uma de suas batalhas. Venceu? Marco Antônio era ainda um garoto. Corpo pequeno, frágil. Uma vida toda pela frente.

Marco Antônio não é mais um garoto. Garotos não matam. O corpo ainda frágil, pequeno. Nem mais um dia de vida pela frente.

Marco Antônio irá morrer.

Tinha uma vida toda pela frente. Não mais. Na mesma esquina em que Josué tombou, Marinalva vê seu jovem império ruir. Aos prantos, deitada sobre Marco Antônio já inerte, seu rosto ferveu e o sangue escorreu. Sangue dele. Sangue dela.

Marco Antônio foi vítima de uma vingança. Marco Antônio morreu. Marco Antônio foi morto. Vencido.

Há quem diga que o Imperador nem chegou a viver.

4 “VOCÊ TEM SEDE DE QUÊ? VOCÊ TEM FOME DE QUÊ?”: significados e moralidades construídos em torno do recebimento do dinheiro do PBF

A gente não quer só dinheiro

A gente quer dinheiro e felicidade

A gente não quer só dinheiro

*A gente quer inteiro e não pela metade*¹¹⁶...

Distanciando-me da concepção de Simmel segundo a qual o dinheiro se constitui enquanto um “instrumento fundamental para a racionalização da vida social” (ZELIZER, 2003, p.127), sem qualidade intrínseca e de caráter universalizante (SIMMEL, 1998), opondo-se, desta forma, aos “mecanismos emocionais, pessoais e subjetivos que entrelaçam as pessoas” (WILKIS, 2008, p. 227), compreendo-o a partir da perspectiva sobre a qual ele se configura enquanto um elemento possuidor de “qualidade social” (OLIVER, 2001; ZELIZER, 2003, 2009a; 2009b; DAMO, 2007; WILKIS, 2008; VILLARREAL, 2009; DAPUEZ, 2011; HORNES, 2011, 2012). Conforme Zelizer (2003), ao longo da história e do pensamento científico social as características sociais do dinheiro foram ignoradas, na medida em que este era tratado como um instrumento “isento de influências extra econômicas” (op. cit., p.126), compreendido ainda, como um elemento “abstrato e impessoal”. Para esta autora, a “perspectiva utilitarista do dinheiro” impõe um “colete de forças teórico e empírico” (op. cit., p.126), o que a leva a propor um modelo alternativo de interpretação, a partir do qual seja possível explorar as “qualidades sociais” do dinheiro (op. cit. p.131) ao qual ela denomina “dinheiros especiais” (ZELIZER, 2003; 2008).

Para Zelizer (2008) os pagamentos em dinheiro podem ser categorizados de três diferentes formas, que são: presente (regalo), direito (derecho) e compensação (compensación). A cada uma destas categorias, ela dirá, corresponde um “tipo de relações sociais e de significados especificamente diferenciados” (op. cit., p. 43). Na medida em que realizam pagamentos, nos quais utilizam o dinheiro, as pessoas se dedicam guardar as fronteiras entre cada uma destas categorias e, com elas, seus sentidos, significados e as relações sociais nas quais estão envolvidas.

Estas três formas de organização dos pagamentos em dinheiro seriam as responsáveis por definir “a qualidade das relações sociais entre as partes” (op. cit., p. 46). Deste modo, o dinheiro como compensação implicaria “uma troca direta”, ou seja,

¹¹⁶ Trecho da música “Comida”. Composição de Arnaldo Antunes, Sérgio Brito, Marcelo Fromer.

uma “troca equitativa de valores e certa distância, contingência, negociação e controle entre as partes”; o dinheiro enquanto direito, implicaria em uma “participação”, ou seja, abriria espaço para “fortes negociações e controle entre as partes”; o dinheiro como presente, por sua vez, consistiria em uma “concessão voluntária de uma pessoa a outra”, implicando, desta forma, em “subordinação e arbitrariedade” (op. cit., p. 46).

Considero o dinheiro do PBF como sendo um “dinheiro especial”, nos termos de Zelizer (2003), na medida em que ele é, desde o processo de discussão e construção do programa até sua entrada no núcleo doméstico, atravessado por inúmeros sentidos, significados, normas e expectativas que são, em última instância, responsáveis por engendrar um cenário em que circulam marcas, classificações e moralidades relacionadas não apenas a fonte e ao destino do recurso monetário, mas também a identidade dos seus receptores. Se em torno do PBF se constituem diversos circuitos (ZELIZER, 2012), na medida em que as diretrizes do programa promovem a articulação de diversos atores, possibilitando, desta forma, a constante comunicação e tensionamento de sentidos, classificações, valores, emoções, moralidades, etc., é o dinheiro proveniente do programa, quem opera como vetor destes elementos.

Por esta razão, o dinheiro do PBF nos permite pensá-lo, dependendo do momento em que o observarmos (ou do circuito no qual está inserido), como pertencente a cada uma das categorias supracitadas (compensação, direito e presente). As categorias sinalizadas por Zelizer não definem apenas as relações que são permeadas pelos pagamentos em dinheiro, mas são elas próprias, atravessadas pelas relações sociais sendo os seus limites definidos de acordo com as configurações morais em torno das quais o dinheiro se agrega. Deste modo, a configuração moral em torno do dinheiro do PBF varia de acordo com outras modalidades de organização e ajustes, como aquelas constituídas pelos núcleos domésticos e as composições e interações travadas no âmbito da rede de proteção social, por exemplo.

Assim, o dinheiro do PBF, tal como o compreendo, não possui os mesmos significados e a mesma incidência sobre núcleos domésticos que apresentam composições distintas, razão pela qual devemos atentar para aqueles núcleos nos quais as mulheres não possuem companheiros e criam seus filhos “*sozinhas*”, àqueles nos quais os homens estão empregados e também àqueles nos quais os homens estão desempregados, citando apenas os casos que acompanhei ao longo do trabalho de campo. Torna-se relevante, ainda, observar de que forma a trajetória destes beneficiários na “pobreza” ou, dito de outra maneira, suas trajetórias como “pobres”, opera sobre os entendimentos e sentidos que estes atribuem ao dinheiro do programa.

A maior parte das críticas acerca dos usos do recurso monetário realizado pelas famílias beneficiárias do PBF surge com mais força no seio das relações econômicas e de solidariedade em que elas estão inseridas. Sendo assim, ainda que as assistentes sociais vinculadas aos CRAS e as entidades responsáveis pela oferta e acompanhamento das condicionalidades, exprimam suas avaliações sobre como os beneficiários deveriam utilizar os recursos, ou, na maioria das vezes, de modo negativo, sobre como não deveriam fazê-lo, são as entidades prestadoras de proteção social, existentes nas vilas e dependentes também de doações e da “*boa vontade*” alheia, que imprimem sentidos e avaliações mais incisivas sobre o tema. Há, obviamente, uma maior circulação de dinheiro entre estes agentes e as famílias beneficiárias do que entre estes últimos e as unidades públicas e conveniadas de proteção social, o que poderia explicar algumas das modalidades de restrições feitas a este recurso em especial.

A composição do núcleo doméstico, por sua vez, apresenta-se como um elemento interessante, na medida em que se, por um lado, o PBF visa beneficiar as *famílias*, não apenas através da transferência de renda, mas também reforçando o acesso a direitos sociais básicos (através da articulação entre as áreas da saúde, educação e assistência social e das ações e programas complementares), por outro, há um evidente enfoque nas mulheres, considerando, como já salientado, que estas se encontram entre a maioria dos titulares do benefício, e também nas crianças e adolescentes, que em última instância, se beneficiam dos resultados alcançados através das condicionalidades. Portanto, existe um forte apelo de gênero e geração nas ações promovidas no âmbito do BF. Considerando que os homens mantêm-se afastados das ações e programas assistenciais, cabe perguntarmos sobre os efeitos do PBF no que diz respeito à sua condição social no interior das famílias por ele beneficiadas. Considero relevante atentar para os significados construídos em torno do recebimento do benefício e a forma como o recurso é significado no interior das relações de gênero, bem como nas relações entre mães/pais e filhos.

Mais do que considerar a dimensão moral associada ao homem-pai trabalhador (KLEIN, 2003), no caso do PBF, o que parece ocupar um lugar central tanto nas justificações por parte das mulheres beneficiárias quanto nas intervenções promovidas pelos agentes responsáveis pela proteção social, é a presença ou ausência do homem-pai provedor (FONSECA, 2000; SARTI, 2005). Ser *provedor* se constitui como “um dos fundamentos da identidade social do homem” (FONSECA, 2000, p.31). Da mesma forma, há nesta identidade social um termo/*status* equivalente e complementar para o sexo oposto – [mãe] *cuidadora* (WEBER, 2006). Em grupos urbanos de baixa renda, em torno destas duas dimensões se constroem não apenas as expectativas de

gênero com suas atribuições correspondentes, mas também a economia doméstica e suas respectivas alocações de recursos (DAMO, 2007; VILLARREAL, 2009; ZELIZER, 2003, 2009, 2012; HORNES, 2012).

Considerando que no município de Alvorada, o PBF tem sido executado sobre o pressuposto de que as famílias beneficiárias não possuem um provedor e que o programa não opera de modo a oferecer às famílias nucleares ou, segundo meus interlocutores, “famílias completas”, um tratamento igual a todos os seus membros, cabe considerarmos a maneira como os homens são afetados pelas estratégias mobilizadas pelas mulheres a fim de acessar o benefício do programa.

Dedico este capítulo, portanto, ao debate sobre as configurações domésticas e as alocações do recurso do PBF. Deste modo, me deterei primeiro, sobre a incidência das mães-crecheiras sobre os usos considerados permitidos e interditos do dinheiro do programa e, em um segundo momento, me debruçarei sobre as avaliações que as mulheres beneficiárias fazem do recurso do programa, o que consideram ser adequado e inadequado quanto ao recurso monetário proveniente do BF. Por fim, me deterei sobre a condição dos homens-pais e o papel que eles ocupam neste circuito forjado a partir do PBF.

4.1 O QUE SE PODE COMPRAR NÃO SE DEVE GANHAR: a incidência das mães-crecheiras sobre o uso do dinheiro

Todos os anos a Escola Infantil de Paula, promove o Chá da Primavera. O chá, como o próprio nome indica, é normalmente promovido na semana que marca o início da Primavera. Contando com doações de parceiros externos (incluindo algumas lojas e comércio local), a Escola conta, principalmente com o apoio dos pais que devem, a princípio, contribuir com materiais ou serviço para o evento e, de modo geral, vendendo (e também comprando) os convites. No ano de 2010 o valor do convite era de 3,00. Além da apresentação de capoeira (promovida por um grupo de jovens que não tinha nenhum vínculo com a escola), o evento contou com uma breve apresentação de Ballet¹¹⁷ (promovida por meninas da escola).

¹¹⁷ As roupas de ballet são confeccionadas por Paula que é também diretora da escola. Ela conta com auxílio de doadores - pessoas que doam materiais para confeccionar as roupas ou ainda, adquirem algumas peças (como meias calças) e ofertam a Paula. Ela costuma iniciar as atividades na escola às 6h da

A festa, conforme me disse Paula depois, não foi tão bem sucedida porque, segundo ela, poucos pais participaram e, apesar de alguns terem conseguido vender alguns convites, eles próprios não compareceram ao evento. Eu deduzi que o valor, apesar de individualmente baixo, se somado por todos os integrantes de uma família (pai, mãe, filhos, etc.) não sairia nada em conta para estas pessoas, as quais, por sinal, o evento se dirigia – procurando levantar fundos para que a escola conseguisse levar adiante alguns projetos, como aumentar as peças da casa, fazer um banheiro maior e também pagar as educadoras.

Um dos pais, que já trabalhou como padeiro e atualmente trabalha como mecânico de carros, fez os salgadinhos, as pizzas e o bolo. Fora isso, todas as outras participações foram menos entusiasmadas do que Paula desejava. Ao longo do chá, uma das mães se destacou de forma “negativa”, de acordo com os comentários que presenciei. Vanda, mãe de dois filhos, usava uma roupa justa e sapato de salto alto. Dançava animada, mesmo quando não havia música. De repente, em meio a apresentação de capoeira ela se dirigiu ao centro da roda e começou a sambar. As outras mulheres, na maioria mães das crianças da creche, pareciam horrorizadas e algumas correram para chamar aquelas que não estavam no momento: “*corre, vem ver isso!*”, diziam.

O problema com Vanda, conforme fui informada depois, era ainda mais grave, porque Paula a criticava abertamente e, eventualmente, de modo a orientar o comportamento de outras mães, a utilizava como exemplo do que não deveria ser feito. Vanda, apesar de trabalhar fora, e de seu marido também trabalhar, costumava atrasar e às vezes, até deixava de pagar a mensalidade da escola, que segundo afirmava Paula, já possuía um valor menor, porque fora negociado de acordo com o perfil e com as “*necessidades*” das famílias. Além do mais, Paula ficara sabendo que

manhã, porque, segundo ela, as mães da localidade saem muito cedo para o trabalho e não teriam com quem deixar as crianças. E normalmente, não tem hora para fechar”. Gostaria, como ela afirma, de fechar as portas às 19h. Na prática isso nem sempre acontece, porque as mães, também dependem de ônibus e fazem longos percursos para chegarem em casa. Os finais de semana são muitas vezes destinados a abrir a creche no sábado para as crianças e no domingo para a limpeza e manutenção do local. Paula é como ela mesma diz uma “faz tudo” – costura, cozinha, limpa, mas também se dedica às atividades de manutenção. Algumas vezes, tendo ir visitá-la me deparei com ela pintando, rebocando, colocando forro, piso, etc.. Certo dia a encontrei junto de suas duas filhas (28 e 15 anos) cortando placas de madeira com um serrote. As mesmas serviriam, conforme me disse, para fazer novos bancos para as crianças. Apesar de apreciar as atividades que desenvolve, ela me relata o profundo incômodo que sente em relação a algumas de suas vizinhas as quais, segundo ela, são “bisbilhoteiras e desocupadas” uma vez que levam suas “cadeiras de praia” para a frente de suas casas e se postam a observá-la trabalhando. As mesmas vizinhas a apelidaram de Pereirão (referência a uma personagem de novela da Rede Globo [foi ao ar em 2012] que ficou conhecida por realizar trabalhos normalmente atribuídos aos homens e por ser “masculinizada”). Os percalços de suas atribuições estão sempre presentes nos relatos que ela faz sobre sua conduta profissional e “humana” (maneira como justifica seu interesse em ajudar aqueles que “precisam”) e, também, dão o tom das cobranças morais que ela faz aos pais e mães cujos filhos frequentam sua escola.

Vanda não cumpria uma carga de trabalho de 8 horas e mesmo assim deixava as duas crianças em turno integral na escola. Isso era o que mais a incomodava, fazendo com que ela e suas funcionárias se sentissem exploradas, conforme afirmavam: “*ela chega cedo [do trabalho] e vai para casa fazer o quê? Tá fazendo o quê que não vem pegar os filhos dela?*”. O desconforto só fazia aumentar quando Vanda chegava a escola “*arrumada e de banho tomado*” – a ira da proprietária era partilhada também pelas funcionárias.

E “*como se não bastasse*”, me relata em outro momento, certa vez Paula organizou um “*brechó simbólico*”. O brechó fora organizado com roupas novas, brinquedos, acessórios doados por uma loja e departamento e roupas usadas doadas pela comunidade. As roupas usadas tinham preços mais acessíveis, como por exemplo, calças de moletom para crianças ao preço de 1 real. E as roupas, brinquedos e acessórios doados pela loja foram vendidos por um valor um pouco mais baixo, mas ainda assim mais “*em conta*” do que o preço de mercado. A maior parte dos brinquedos e acessórios tinham algumas manchas, pequenos defeitos, seja por que vieram assim de fábrica seja porque estavam no mostruário da loja e, justamente, por apresentarem marcas, manchas e defeitos não poderiam mais ser vendidos. Nesta ocasião, no forte do inverno (estávamos em julho), Vanda foi até o brechó, entrou e começou a olhar as mercadorias. Depois de um tempo, escolheu dois ursos de pelúcia, cada um ao preço de 7 reais. Na hora de pagar, Paula ainda perguntou “*não quer dar uma olhada nas calcinhas de abrigo? Estão bem baratinhas*”. Vanda recusou. Pagou e foi embora. Depois que ela saiu Paula comentou com as presentes - eu, algumas mães, duas funcionárias (também mães de crianças que frequentavam a escola e moradoras da comunidade) – “*olha que absurdo, gastar o dinheiro que não tem comprando brinquedo. Enquanto isso as crianças andam por aí com calças curtas, sem tênis, passando frio*”. As outras mulheres balançavam a cabeça concordando. E Paula finalizou: “*deve tá esperando que vai ganhar doação de roupa*” – prática realizada com frequência na escola.

A forte incidência que as entidades e organizações de proteção social local (em especial, as mães-crecheiras) possuem sobre o recurso do PBF não pode ser negligenciada. Estes agentes locais não desconhecem a discussão travada na esfera pública e política a respeito do PBF (acerca da pobreza, o direcionamento do recurso preferencialmente às mulheres e a preocupação com o atendimento às crianças), no entanto, não podem ser considerados como simples “receptores passivos” (FASSIN, 2012, p.15) dos valores e expectativas morais que permeiam os embates e debates em nível público. Ao contrário, se por um lado, suas ações são executadas como um desdobramento das medidas e dos controles vinculados às diretrizes do programa, por

outro, operam de modo a colocar seus serviços e as relações que estabelecem a partir do PBF em conformidade com os princípios morais que orientam o circuito que compõem em conjunto com o público alvo de suas intervenções. Aos beneficiários, cabe a árdua tarefa de elaborar “novas formas de argumentação e de justificação” (FASSIN, 2012, p.363), mas também de restituir aqueles que os “assistem”, se não através do retorno financeiro, através de uma conduta que manifeste “gratidão” e “reconhecimento”, mas também “responsabilidade” no uso dos recursos (monetários ou não).

4.1.1 O dinheiro em família: a ressignificação da moeda de acordo com as configurações domésticas

Em um esforço para tentar compreender como um recurso monetário afeta e é afetado pelas relações íntimas, seguindo o caminho proposto por Zelizer (2003; 2008; 2009a; 2009b), me propus a refletir sobre um dinheiro que considere, de antemão, socialmente distinto. As características que lhe são impostas no interior dos núcleos domésticos variam de acordo com as configurações as quais as famílias estão sujeitas. Longe, portanto, de empreender uma reflexão que pressupõe a transformação radical das relações de gênero a partir do PBF, creio que o contexto no qual estas famílias (chefiadas ou não por mulheres) estão inseridas nos permite compreender a complexidade de arranjos e rearranjos possíveis a partir da presença deste recurso.

Diferentemente, portanto, do que seus críticos afirmam, a presença do dinheiro não marca necessariamente as relações entre as pessoas de modo *quantitativo*, *corrompendo* as relações interpessoais. O dinheiro não assume um lugar central, onipresente nas relações, mas é somente a partir delas que pode se tornar central em determinados contextos. Se para Simmel (1998) o dinheiro torna as relações entre pessoas e objetos *impessoais*, *objetivas*, *numéricas*, *anônima*, ocupando o lugar de mediador entre as pessoas e afastando-as umas das outras, Damo (2007) irá propor uma possibilidade analítica distinta. Ao se debruçar sobre a trajetória de Iranildo¹¹⁸, por exemplo, mostra como as críticas dirigidas aos usos e distribuições do dinheiro do

¹¹⁸ A história de Iranildo (jogador do Flamengo na época) foi contada por João Moreira Salles em seu documentário “Futebol” e analisada à luz da antropologia econômica por Damo (2007).

jogador giravam em torno do fato de seu *capital financeiro* ser administrado com a participação de sua família, principalmente de seu pai. Nesta relação específica, o pai, mesmo sendo “sustentado” pelo filho, assume o papel de *provedor*, gerindo o dinheiro do filho, fornecendo uma mesada a ele, presenteando outros filhos, a esposa/mãe e a si próprio. Além disso, durante todo o documentário, pode-se observar que o discurso do pai “confunde” o *Eu* com *Nós*. Para Damo, estas relações (e estes “enganos” em relação ao uso dos pronomes pessoais) podem ser explicadas como sendo uma espécie de “estratégia” da *entourage*, na qual cada um dos indivíduos participantes deste “grupo” assume alguma responsabilidade em relação ao jogador, no caso, e ele próprio tem a função de redistribuir os lucros de sua carreira com os membros desta mesma *entourage*. O dinheiro, neste contexto, não modifica as relações já existentes - contradizendo o argumento de Simmel –, tornando, por exemplo, o filho provedor ao invés do pai. Ao contrário, ele ressalta as relações já existentes, dá-lhes força e visibilidade, permitindo que eles vivam concretamente um ideal, na medida em que o pai “provém”, a mãe se volta para os cuidados da casa e da família, etc.

Há, nas críticas apontadas por Damo, mais do que uma preocupação com a gestão do dinheiro do jogador por parte de seus empresários, há uma expectativa sobre o que consideram ser um *uso adequado* de um determinado tipo de recurso financeiro. E nesta perspectiva, deparamo-nos com a oposição entre *moral* familiar e o dinheiro (visto neste caso, pelos críticos de Iranildo, como um corruptor das relações familiares na medida em que era o objeto que conduzia a família a explorar o jogador), ou, para utilizar os termos de Zelizer (2009), como elementos pertencentes a *mundos hostis*.

Neste contexto é que podemos discutir uma das características do PBF. O programa se configura como uma transferência direta de renda às famílias e que, apesar das condicionalidades (impostas), no que tange ao benefício em si (recurso monetário), não há nenhuma regra, lei ou diretriz que oriente o uso ou como o dinheiro deve ser gasto pelas famílias beneficiadas. Desta forma, faz-se necessário perguntarmos sobre os significados, usos, restrições e sentidos atribuídos a este dinheiro quando, finalmente, encontra-se no âmbito doméstico. Objetivando dar início a discussão, evoco alguns dos episódios que chamaram atenção ao longo da realização do trabalho de campo e que considero serem ilustrativos.

4.1.2 O meu, o teu, o nosso: o dinheiro para o “necessário”

Entre as mulheres beneficiárias com as quais eu tive menos contato (ou, em outros termos, contato mais superficial), encontram-se aquelas que estavam casadas e cujos companheiros estavam empregados no momento em que nos conhecemos. Encontrei dificuldade de contatá-las, principalmente em Alvorada, não tendo percebido o mesmo ao longo dos contatos que estabeleci na Ilha da Pintada, em Porto Alegre. Em Alvorada - o que talvez possa explicar a dificuldade de dialogar com as beneficiárias casadas -, eu realizei as visitas às famílias durante os finais de semana, encontrando, via de regra, os homens em casa. Na Ilha, em contrapartida, realizei visitas ao longo da semana, de modo que não encontrava os homens em casa. Suas companheiras garantiam, no entanto, que eles não teriam problemas em conversar comigo sobre o programa, afirmando, inclusive, que eles se sentiam “orgulhosos” e “felizes” com o fato da família ser beneficiária e com a possibilidade das mulheres de se dedicarem aos filhos e aos cuidados com a família. Seja como for, nem em um caso, nem em outro consegui conversar com seus companheiros sobre o programa.

Avento, porém, outra possibilidade. Quando questionadas sobre a ocasião e a situação que as levaram a se cadastrar no PBF, todas, sem exceção, referiam-se a um momento em que os homens – pais de seus filhos e seus companheiros – estavam ausentes, deliberadamente ou não, de suas vidas. Conforme passei a ser conhecida como a “*moça do Bolsa*” e a ser chamada para responder questões sobre a documentação necessária, interpretar documentos ou chamados da STASC (em Alvorada), explicar a razão de ser dos valores (considerados normalmente baixos), passei também a ser questionada sobre os critérios de seleção para o programa. Desta forma, após ouvirem detalhes sobre os cálculos realizados a fim de determinar as linhas de pobreza, algumas mulheres comentavam sobre as suas estratégias para não mencionarem a renda de seus companheiros (quando havia, obviamente). Entre elas, encontrava-se, justamente, a possibilidade de não mencionar sua existência às cadastradoras e garantir, a fim de obter sucesso, que as visitas não ocorressem no momento em que eles estivessem em casa.

Eram basicamente duas as razões encontradas para estas mulheres “esconderem” seus homens e suas respectivas rendas. Em primeiro lugar, conforme me relatou Letícia, “*eles [agentes do governo] podem puxar o CPF do Rubens [seu marido]*” e, com isso, “*podem ver tudo*” – as “*dívidas*”, o “*salário*”, “*quanto tem no*

banco”, tudo! No entanto, esta era também uma maneira de obter o benefício sem que o companheiro tivesse conhecimento de tal e, com isso, não possuísse ingerência sobre o recurso.

Rose, 31 anos, mãe de dois filhos (14 e 16 anos), casada, recebia o benefício há cerca de 4 anos. Seu companheiro trabalhava como mecânico de automóveis. Segundo ela, o dinheiro do benefício era utilizado para comprar roupas e comida, “*não o grosso*” [referindo-se aos itens da cesta básica], mas “*a mistura*” (“frios” [queijo, presunto], iogurte, carne, etc.). O “*grosso*” cabia a Gilberto, assim como o pagamento das contas de luz, água e aluguel.

Quando questionada sobre a razão pela qual não indicou o nome de seu companheiro no CadÚnico, em um primeiro momento ela afirmou: “*não coloquei o nome do Gilberto... Não sei bem porque, mas não coloquei. A mulher perguntou se a gente era casado ou juntado, se era casado tinha que dar os documentos, mas a gente não era. Não tinha papel. Daí eu não coloquei*”. Em um segundo momento, no entanto, me explicou que Gilberto não lhe permitia “*mexer no dinheiro*” dele, de modo que ele mesmo fazia as compras que eram necessárias para casa ou, em algumas ocasiões, a acompanhava ao mercado e efetuava o pagamento, tolhendo, assim sua ingerência sobre os itens a serem comprados. De modo que, passou a considerar interessante a possibilidade de possuir um “dinheiro seu”, porque, conforme afirmou “*faz diferença ficar no nome da mulher. Se tivesse no nome dele não me daria nada. Ele não me ajuda em nada*” e finalizou acusando-o de consumir produtos que não compartilhava com a família, uma vez que se responsabilizava apenas pelo “grosso”: “*ele come tudo, do bom e do melhor, fora de casa*”.

Interessante observar, no entanto, que na medida em que os homens se responsabilizam “pelo grosso”, o dinheiro do PBF destinava-se a “*uma ajuda*”, normalmente destinando-se a compra da “mistura” e de itens voltados às crianças – material escolar “*melhorzinho*”, roupas e calçados. A convergência entre as referências feitas pelas mulheres beneficiárias moradoras de Alvorada encontrava-se também no fato de que todas se referiam ao dinheiro do programa como um dinheiro “*para as crianças*”. Administrado pelas mães, mas destinado a atender as necessidades básicas dos filhos (alimentação, vestuário e, em alguns casos, medicamentos).

Em contrapartida, os discursos das mulheres moradoras da Ilha (em Porto Alegre) destoavam daqueles das moradoras de Alvorada. Enquanto para as últimas o dinheiro deveria ser destinado para as necessidades das crianças e era concebido como uma “*ajuda*”, para as primeiras a “ajuda” se configurava, antes de tudo, como “*um direito do cidadão*”. O recurso, por sua vez, deveria ser destinado às crianças, não

mais como sinônimo de garantia dos itens básicos, mas como “merecimento”, pelo cumprimento das condicionalidades.

Vera é uma jovem mulher de 29 anos, casada (ou, “juntada”, como prefere dizer), mãe de quatro filhos (15, 12, 9 e 6 anos de idade). Moradora da Ilha da Pintada (em Porto Alegre) há cerca de 10 anos, ela fazia faxinas para complementar a renda de seu marido. Gustavo, segundo ela, é o “*chefe da família*”, porque ele “*trabalha*”, “*sai de casa às 5h [da manhã] e volta tarde da noite*”. Desde que passou a receber o benefício do PBF, há mais ou menos três anos, Vera deixou de fazer faxinas e passou a se dedicar aos afazeres domésticos. Com orgulho, ela comentou que a “renda do BF” deu a ela o “*privilegio de levar os filhos na escola*”, mas também de “*comprar roupas e sapatos para as crianças*”. Aquisições que só eram feitas no Natal, mas que agora podem ser realizadas todos os meses, se assim desejarem.

Gustavo não tem carteira assinada razão pela qual ela preferiu não mencionar o valor de seus ganhos mensais. Quanto ao PBF, ela recebe um pouco mais que 150 reais por mês, e acredita que este dinheiro, que ela define como sendo “*uma ajuda do governo*” e um “*direito do cidadão de baixa renda*”, seja destinado àqueles que ainda não possuem “*carteira assinada*”, bem como, àqueles famílias que não têm renda fixa – ambas condições nas quais sua própria família se encontrava à época da realização do seu cadastro.

Vera não sabia que “*tinha direito ao Bolsa*”, até o momento em que foi convidada a trabalhar temporariamente realizando cadastros para o CadÚnico na Ilha. Contratada por uma Organização Não Governamental que havia se responsabilizado por cadastrar todos aqueles que ainda permaneciam fora do programa, Vera descobriu que o critério principal era a renda e não o fato de ser “*mãe solteira*” ou “*separada*”, como acreditava.

Quanto a utilização “inadequada” do benefício, para Vera, existem três coisas que não podem ser feitas com o dinheiro do PBF: não se pode comprar bebidas, cigarros, “*nem largar na mão do marido*”. O dinheiro do programa, assim como o dinheiro do salário de Gustavo (que esporadicamente se soma a alguma faxina feita por ela, principalmente em períodos de festas) é administrado por ela, com a concordância de seu companheiro. Em relação ao usos considerados “adequados”, ela garante que além da possibilidade de adquirir roupas “*melhores*” para as crianças, o recurso do programa possibilitou à família outras aquisições, tais como: material escolar de melhor qualidade, alimentação variada e constante (com mais carne, iogurte, verduras e frutas), uma caixa de leite (com 12 unidades) a mais durante o mês, xampu e condicionador para as meninas, além da possibilidade de pagarem a

conta de um telefone residencial (tarifa social), irem todos os meses ao cinema e comprarem, “aos poucos”, o material necessário para aumentar a casa da família¹¹⁹.

Para ela, ainda que a administração do recurso fique sob seus cuidados o dinheiro é de fato “das crianças”, uma vez que são elas que cumprem as condicionalidades, indo para escola “faça chuva, faça sol”. Bernardo, o filho de 9 anos, é um garoto “estudioso e esforçado”. Conforme ela me contou, ele é o único que gosta de estudar “de verdade”. As meninas de 12 e 15 anos, vez ou outra “gazeiam” a aula. A mãe, na tentativa de motivar os filhos a não faltarem às aulas, combinou que no dia do pagamento do BF, caso não tenham faltas não justificadas, ganham um passeio no centro de Porto Alegre e o direito de irem ao cinema.

Bernardo, estudioso, esforçado e aficionado de cinema, decidiu controlar ele mesmo a frequência escolar das irmãs. Em uma cartolina, afixada na parede da cozinha, ele desenha o calendário do respectivo mês e acrescenta um “X” a cada presença ou um “F” em caso de falta ao lado do nome de cada um deles (as duas irmãs e ele). Seu cartaz estrategicamente posicionado em um ponto da casa por onde todos circulam, garante a visibilidade da frequência de suas irmãs e, com isso, um controle que a mãe não possuía antes. Suas irmãs o punem com provocações, beliscões, mas, segundo Vera, diante do castigo a que todos são submetidos caso uma delas falte à escola, as meninas têm se mantido frequentes e presentes em sala de aula.

Assim como Vera, Valquíria (25 anos de idade) parou de trabalhar quando passou a receber o BF. Seu marido trabalha em uma peixaria e recebe pouco menos de um salário mínimo por mês. Conforme me disse, antes, quando trabalhava fazendo faxinas, ela recebia o mesmo valor que recebe atualmente através do PBF. Como teve vários problemas de saúde, incluindo um problema “nos rins”, que ela atribui ao trabalho pesado das faxinas, decidiu que ficaria em casa cuidando do seu filho Pietro, de 6 anos de idade. Neste período, disposta a retomar os estudos que havia deixado para trás quando casou, ela passou a frequentar o ensino médio a noite e faz planos de cursar uma graduação. Valquíria almeja tornar-se nutricionista. Ao longo do dia, cuida dos afazeres domésticos, vende cosméticos para “aumentar um pouquinho” a renda da família, enquanto seu filho frequenta a escola infantil municipal e seu marido trabalha na peixaria. À noite, Ivânio volta do trabalho, assume os cuidados do menino e ela vai para a escola.

¹¹⁹ Quando nos conhecemos ela mencionou orgulhosa que com o recurso do BF ela já havia comprado os tijolos e o cimento que utilizou para “erguer mais duas peças” na casa. A residência, contudo, não estava de acordo com o seu desejo por que o chão ainda “estava no cimento”, desta forma, conforme garantiu, estava comprando “aos poucos” o piso que seria utilizado para finalizar a obra.

Para Valquíria, o dinheiro do PBF é para “*comprar as coisas para ele*”, referindo-se a Pietro. Garante que, apesar de considerar que o dinheiro se constitui enquanto um “*direito do filho*”, uma “*rendinha*” que o governo disponibiliza para ele, como a renda de Ivânio não é fixa, algumas vezes a família precisa utilizar o recurso do BF para adquirir alimentos, mas evita, sempre que podem. No dia do pagamento, Pietro a acompanha e “*sabendo que o dinheiro é dele*”, exige que a mãe compre brinquedos, roupas, sapatos e doces. No mês anterior ao nosso encontro, ela me contou que foram até o “*Centro*” [de Porto Alegre] para pagar algumas contas e que o menino a “*obrigou*” a comprar “um abrigo do Ben 10” (personagem de desenho infantil). Ela cedeu porque considera que o “*quebra galho*” da família é, na verdade, do pequeno Pietro.

Quando conseguem pagar as contas e comprar os alimentos sem precisar “*mexer*” no dinheiro do PBF, eles colocam o restante do recurso (o que sobra dos gastos mensais que têm com os desejos de Pietro) em um cofrinho que o menino ganhou de sua avó materna. O dinheiro, ali guardado, é utilizado no final do ano para complementar os recursos da família destinados a passeios na praia, no Gasômetro e ao “*lazer*”, de modo geral. Ivânio, seu companheiro, assim como ela, “*não tem coragem de gastar o dinheiro do Bolsa*”. Uma vez, me contou divertidamente, precisou de 50 reais para pagar uma conta que estava atrasada, pegou o cofrinho de Pietro, chamou-o à mesa da cozinha, explicou o que ocorria e “*pediu a quantia emprestada*”. Pietro, desgostoso, jogou-se ao chão, soluçou e parecia indisposto a emprestar o dinheiro para o pai, apenas o fez com a garantia de que o valor seria devolvido até o final da semana. Ivânio, não tendo conseguido repor o valor, precisou fazer um empréstimo com um colega de trabalho a fim de “*devolver*” o dinheiro a Pietro.

Em comum, os casos apresentados possuem a crença de que o dinheiro do BF deve ser administrado pelas mulheres e, desta forma, havendo uma fonte de provisão – o dinheiro para “o grosso” -, o recurso deve ser gasto com as necessidades das crianças ou, dependendo do contexto financeiro da família, deve ser gasto pelas crianças. O dinheiro do PBF é, a partir desta perspectiva, um dinheiro feminino e, por isso, passível de ser gasto com a “mistura”, com o *fino* (em oposição ao “grosso”), com os itens considerados supérfluos, mas nem por isso, dispensáveis.

Há, no entanto, famílias beneficiárias que possuem o PBF como única (ou a mais regular) fonte de renda. Nestes casos, os homens-pais ou estão desempregados (quando não estão ausentes) ou não possuem recursos suficientes para a manutenção de suas famílias. O dinheiro do PBF passa a ser visto como o recurso destinado à provisão. Os homens, contudo, respondem a este fato ora com atos de violência - “roubando” o dinheiro das mulheres -, ora tornando-se os gestores do

recurso. Em ambos os casos, as mulheres se sentem roubadas e injustiçadas, haja vista a compreensão que têm de que o recurso é destinado, antes de tudo, a elas.

Jandira e Miro têm dois filhos (o mais velho com 18 anos e o caçula com 10 anos de idade). Miro, ex-presidiário não consegue emprego fixo e como “*sempre arruma bolo na rua*”, segundo Jandira, não possui muita credibilidade entre os vizinhos e conhecidos e por esta razão não consegue fazer “*bicos*”. A renda familiar é constituída pelo benefício do PBF recebido por ela, faxinas ocasionais e pelos “*bicos*” realizados pelo filho mais velho (que não consegue emprego “fixo” porque está em idade “*de Exército*”). Miro costuma beber muito e para isso pede dinheiro a ela e ao filho, ambos negam. O garoto costuma dar todo o dinheiro para que a mãe o guarde e “*proteja*” do vício do pai. Miro, insistente, revira a casa inteira, abrindo gavetas, armários, procurando entre as roupas. No entanto, todo mês “*encontra*” 50 reais na gavetinha da estante que fica na sala da residência da família. Vitorioso, sai de casa anunciando o feito. Vai até uma lojinha do bairro e de lá trás refrigerante e salgadinho para o caçula, dá uns trocados para o mais velho utilizar na “*Lan House*” e presenteia Jandira (num dia com um par de brincos, noutro com um batom) e assim, volta para a rua, onde encontra alguns amigos e juntos vão para o bar.

O que chama atenção é que Miro se esforça por “*fingir*” que desconhece as estratégias de sua esposa e filhos, procurando de maneira dramática o dinheiro que ele sempre encontra no mesmo lugar mês após mês e, por outro lado, a forma como Jandira e o filho mais velho, deixam o dinheiro no local e, quando pressionados por Miro, alegam não ter dinheiro, não saberem onde se encontra ou, no limite, se indispõem de tal forma que, aos berros, garantem não ter nada para ele. Ainda assim, após as brigas que normalmente marcam estes momentos, mulher e filhos agem como se estivessem verdadeiramente surpresos com os presentes e, talvez, fiquem de fato. Jandira, ao menos nas vezes em que presenciei, se emocionou quando foi presenteada por ele.

Certa vez, fui visitá-la e enquanto conversávamos na cozinha de sua casa, Miro aproximou-se dizendo que iria “*dar uma banda*”. Precisava, segundo ele, de “*um trocado*” porque não pretendia “*trocar*” a nota de 50 reais que trazia consigo (cuja fonte não ficou clara para Jandira). Mostrava-nos a nota enquanto solicitava “*um trocado*” à Jandira. “*Eu não tenho pra te dar. Tu tá perdendo tempo*”, dizia ela com uma calma poucas vezes vista por mim. “*Tá perdendo tempo pedindo dinheiro para mim*”, reforçou finalizando. Miro foi para sala procurar pelo dinheiro que, habitualmente, é deixado em uma gavetinha à sua espera. Não tendo o encontrado, sussurrou: “*o Mano [seu filho mais velho] colocou o dinheiro não sei onde. Não sei onde ele botou*”. Jandira insistia que não sabia onde estava o dinheiro e Miro comentou em tom de brincadeira: “*ele*

mocozou o dinheiro”, dirigindo-se a mim, complementou: “*aqui em casa eles escondem dinheiro... eu também escondo deles!*”. Os dois caíram na risada.

Segundo Jandira, Miro não tem fonte de renda, no entanto, vez ou outra, ele “*aparece com algum dinheiro*” o qual raramente é utilizado para contribuir com as despesas da família. Miro utiliza seus escassos recursos do mesmo modo que utiliza o dinheiro que “rouba” de Jandira – com bebidas, alimentos inabituais no cotidiano da família (pizzas, sanduíches) e presentes que oferta aos filhos e à própria Jandira.

Jandira me apresentou sua vizinha de porta, Viviane, ou Vivi como a chamava. Viviane, com um bebê recém-nascido nos braços me atendeu no portão e me convidou para entrar e sentar no pátio, na sombra. Seu companheiro, acompanhado por seu filho mais velho, estava ao lado da casa, na rua, conversando com outro rapaz enquanto segurava uma carroça presa ao cavalo. Chamou-me atenção o fato de que seu marido sequer virou os olhos em minha direção quando bati à sua porta e da mesma forma, não entrou em sua casa enquanto eu estive lá. Ao contrário, pareceu ter pressa em sair dali. Conversou um pouco com o rapaz – eu até ouvi alguma coisa sobre “*ela tá conversando*” -, mas permaneceu em pé, na esquina de sua casa, enquanto eu estive lá.

Viviane tem 27 anos e três filhos (12, 10 anos e o caçula de 2 meses). Contou-me que seu companheiro era o titular do cartão, informação que não soube explicar. Em alguns momentos me dizia que ela havia feito o cadastro e “colocado” seu nome e ele havia “*ficado com o cartão*”, em outros, porém, dizia que o cartão estava no nome do seu companheiro, razão pela qual ele era o responsável por administrar o recurso. Este fato gerava inúmeras fofocas entre a vizinhança. Jandira, em certa ocasião, comentou que achava que Paulo César havia “*se prevalecido*” porque Viviane era analfabeta. Ela acreditava que o cartão estava no nome da mulher, mas que o marido havia tomado para si aproveitando-se do desconhecimento de sua esposa. Quando questionei o valor do benefício era me garantiu que recebiam cerca de 40 reais – valor que não consegui decifrar, dada às condições sobre as quais a família vivia e o número de filhos do casal.

Em sua casa – de madeira com três peças e o banheiro (de alvenaria) – moravam cinco pessoas – ela, os três filhos e o marido, Paulo César (32 anos), com quem é casada há 14 anos. Ele trabalha com reciclagem e o cavalo que ele utilizava para “*puxar a carroça*” foi motivo para muita “*faladeira*” entre os vizinhos, conforme me relatou. Segundo ela, o dinheiro do BF deveria ser para a mulher e para as crianças, conforme suas vizinhas insistiam em alertá-la, no entanto, Paulo César entendia que o dinheiro deveria ser utilizado conforme as necessidades reconhecidas por ele. Deste modo, quando seu cavalo morreu, ele utilizou o recurso do BF para financiar a compra

de outro animal. Tratou com um conhecido que, diante da garantia do “*dinheiro certo*” no fim do mês, aceitou vender a prazo. Conforme me disse, o dinheiro nem sempre ficou sob responsabilidade de seu marido, antes, quando cabia a ela administrar o recurso, ela comprava “*comida e um chinelo para cada um. Quando eu comprava, era sagrado*”.

Estes dois casos trazem à tona a forma como alguns homens se apropriam do benefício. Enquanto o dinheiro (não apenas o do PBF, mas o de toda a família) permanecia sob os cuidados de Jandira, Miro ao “roubá-lo”, ao tomar o recurso para si à revelia de sua companheira, o utilizava para adquirir itens considerados desnecessários pela família. Itens que ela, como muitas vezes me disse, não compraria, uma vez que privilegiava as necessidades da família por conhecê-las “bem”. Se deixava uma determinada quantia a espera de Miro, fazia na tentativa de não perder o valor total do recurso e, principalmente, de manter o dinheiro de Mano – seu filho mais velho – a salvo. No entanto, ela e seus filhos recebiam alegremente os itens e alimentos que Miro oferecia com o dinheiro que ela “jamais” usaria para este mesmo fim.

Paulo César, por sua vez, era criticado não apenas porque, a princípio, mantinha sob sua responsabilidade o cartão que, conforme acreditavam suas vizinhas, era de sua esposa, mas, principalmente, porque ao utilizá-lo *desviava* o recurso para fins que estas consideravam inadequados. Assim como outras interlocutoras, Viviane e suas vizinhas concebiam o recurso do BF como um dinheiro destinado a compra dos itens “necessários”, mas não necessariamente do que chamavam de “o grosso”. O “grosso”, competia aos homens. Viviane comentou que se chateava com o fato de não conseguir mais comprar chinelos para as crianças, bem como a “mistura” (queijo, presunto, biscoito doce, “mumu” [doce de leite]). Conforme me disse, Paulo César não sabia do que as crianças gostavam, bem como não sabia quanto tempo os itens duravam. Ela tinha o hábito de fazer compras semanais, enquanto ele adquiria os produtos para a casa (incluindo alimentação) uma vez por mês.

O dinheiro para o “grosso”, contudo, estava condicionado a presença dos homens-pais. Entre aquelas famílias em que as mulheres eram as responsáveis pela manutenção e pelos cuidados dos filhos, as concepções sobre o uso do dinheiro do PBF mostravam-se distintas, sendo este, em algumas situações, destinado às necessidades impostas pelo próprio programa.

Fui apresenta à Edna por Paula – a responsável pela escola infantil. Edna, com cerca de 25 anos, mãe de duas filhas (9 e 7 anos de idade) enfrentava inúmeras dificuldades financeiras desde que seu companheiro fora preso. As filhas, ambas em idade escolar, frequentavam a escola em turnos opostos o que dificultava à Edna o

exercício de alguma atividade profissional regular. Quando recebia permissão de alguma “patroa” levava uma das meninas consigo, mas como a totalidade de suas faxinas eram realizadas em Porto Alegre, ela sempre se atrasava para levar ou para buscar uma das meninas na escola.

Depois que Manuel foi preso, Edna viu a família indo embora da Vila onde moravam. Primeiro seus próprios pais e, em seguida, a família de seu companheiro. Segundo seu relato, as famílias se envergonhavam pela conduta de Manuel (ela nunca fez nenhuma menção sobre o crime cometido por ele) e a repreendiam por permanecer visitando-o na cadeia. Encontrou apoio em Paula. As duas negociaram um preço que atendia as necessidades e expectativas de ambas e Edna, deu como garantia, o dinheiro do PBF. Conforme me disse quando nos conhecemos, antes de Paula “*tomar conta*” de suas filhas, ela “*teve o cartão bloqueado*” três vezes, porque ou não conseguia manter as crianças frequentando a escola regularmente ou deixava de cumprir alguma condicionalidade. Deste modo, considerando que Paula se responsabilizaria tanto pela frequência escolar quanto pelo cumprimento das condicionalidades por parte das crianças, Edna destinou o valor integral do recurso à escola, deixando “*tudo na escola*”, conforme afirmou. Esta foi a maneira encontrada por ela para fazer faxinas ao longo da semana e também nos sábados, o que, segundo afirmou, triplicou sua renda.

O dinheiro de Edna, assim como o dinheiro de Paulo César, era utilizado para fomentar as atividades produtivas que exerciam. Enquanto ela utilizava o recurso para garantir que as filhas permanecessem na escola para que pudesse realizar suas faxinas, ele adquiriu um novo cavalo para trabalhar com a coleta de materiais recicláveis. A diferença, no entanto, encontra-se na legitimidade no uso do dinheiro para este fim. Enquanto Edna era enaltecida como sendo uma “*mulher guerreira*”, “*batalhadeira*”, Paulo César era acusado de tomar o cartão de sua esposa indevidamente (fato que não foi comprovado) e de não “*comprar nem um litro de leite para as crianças*”.

Há, ainda, que se considerar a relevância das diferentes trajetórias na “pobreza”. Se a grande maioria de meus interlocutores cresceu e viveu grande parte de sua vida sob uma condição socioeconômica fragilizante, se estes são a grande maioria dos beneficiários do PBF, não podem ser, no entanto, considerados a totalidade destes.

Maria Rosa, cuja trajetória de vida foi parcialmente descrita no capítulo três, “*está pobre*” há cerca de 13 anos. Sua “pobreza” é resultado da decadência financeira que passou a enfrentar após ter-se separado de seu segundo marido. Passou a

receber o recurso do BF há cerca de 4 anos e, desde então, esta tem sido sua renda fixa.

Apesar de morar em um apartamento localizado em um bairro de classe média de Porto Alegre e “*ter tudo dentro de casa*”, ela precisa gerenciar com cautela os escassos recursos de que dispõe de modo que, mesmo que a comida “*sempre aperte*”, que ainda consiga “*salvar*” os itens que restaram de seu primeiro casamento, como roupas de cama e mobílias, por exemplo.

O apartamento tem dois quartos, cozinha, banheiro e uma ampla sala de estar. Os móveis, resquícios dos “*bons tempos*” mantêm-se intactos porque são, em sua maioria intocados ou protegidos por sacos plásticos. Maria Rosa “*ganha*” desconto na luz e no telefone, porém, a fim de economizar, mantém as luzes apagadas (algumas peças da casa sequer possuem lâmpadas) e só utiliza o telefone para receber ligações. Nunca, “*em hipótese alguma*”, ela telefona para quem quer que seja. Diante deste quadro, ela cogitou mandar “*desligar o telefone*”, mas seu pai reagiu negativamente dizendo que se algo acontecesse a qualquer uma das duas, elas não teriam como pedir ajuda. A conta, nesta época, girava em torno de 42 reais, certo dia, porém, ela recebeu uma proposta por parte da empresa telefônica e conseguiu pagar apenas a taxa de manutenção da linha que é de 24 reais, redução que para ela “*foi um baita alívio*”. A conta de energia elétrica também é baixa, cerca de 9, 10 reais por mês – “*porque também cuida, vivo apagando as luzes, desligando tudo!*”, afirma. De fato, quando conversamos em sua casa, alheia a noite que se aproximava e a minha necessidade de fazer anotações ao longo de nosso diálogo, permanecemos conversando, durante horas, na penumbra.

Apesar de considerar o bairro onde moram “*tranquilo*”, de garantir que não tem medo de sair à rua, ela me diz que evita passear pelas redondezas, de acordo com suas palavras: “*a gente já se habituou. A gente fica aqui dentro. Vai fazendo as coisas... sempre tem o que fazer, né. E para não gastar também. Porque sair para rua com criança... sabe como é, né? O melhor é a gente ficar quieta aqui*”, finaliza sorrindo.

Sua filha frequenta a 6ª série, em uma escola estadual, “*dentro da realidade*” da família. Seus esforços para economizar os escassos recursos de que dispõem estendem-se a todos os setores, além da luz, do telefone, não compram roupas (nem mesmo peças íntimas). Ela também se preocupa com o uso do botijão de gás – cozinhando apenas o necessário e privilegiando alimentos que possam ser consumidos crus, mesmo assim, segundo os cálculos que fez, durante o inverno torna-se mais barato esquentar água para o seu banho e o de sua filha, do que utilizar o chuveiro elétrico.

Maria Rosa se esforça para manter, se não o estilo de vida que outrora levou, ao menos alguns dos elementos que lhe remetam a ideia de “conforto”. Assim, prioriza o pagamento do condomínio, porque entende que é importante “viver” em algo que “é seu”: “até agora estou conseguindo manter. Tenho que ficar bem quietinha para conseguir me manter”, sussurrou desgostosa.

Sobre o fato de utilizarem apenas roupas provenientes de doações, Maria Rosa afirmou: “tem gente que se importa, que acha ruim [risos]. A gente não se importa. Eu não compro nada, nem calcinha. É tudo usado. Vai fazer o quê, né?” E completou afirmando: “pelo menos a gente tem bastante coisa, tem bastante roupa, calcinha, meia... tem gente por aí numa situação pior! A gente não pode reclamar”. O material escolar utilizado por Gabriela, sua filha, é também doado. Quando ganha cadernos, arranca as folhas usadas para que a menina possa utilizar o restante, desta forma, segundo Maria Rosa, “a gente vai reaproveitando”.

Maria Rosa, apesar de alta, pesa apenas 49 quilos. Ela e sua filha foram “diagnosticadas com baixo peso” e o médico “do posto [de saúde]” recomendou que utilizassem um suplemento alimentar para que ambas “ganhassem peso” (cerca de 10 quilos cada uma). O suplemento é considerado caro e ineficiente por Maria Rosa: “eu consegui engordar um quilo, mas isso é caro, né”. Cada lata custa 17 reais, “se vou precisar tomar até chegar em 58 quilos, quanto vai dar?”.

A quantidade de comida assim como a qualidade dos alimentos que acessam é bastante restrita. Diante do baixo peso de Gabriela, ela comenta: “a gente tá comendo até pão integral, que também é mais caro. A Gabi engordou um pouco também, porque adora pão integral. Se eu deixar ela come três fatias”. Segundo garante, é “preciso saber priorizar” e ela não compra “nada supérfluo”, como carne, leite, queijo, iogurte, biscoitos, alguns produtos de limpeza (como água sanitária) e produtos de higiene (a família só utiliza os produtos que são vendidos com a marca de uma conhecida farmácia que, segundo ela, “é muito mais barato”), por exemplo.

A pediatra de Gabriela questionou sua mãe sobre a alimentação da menina e diante da constatação de que a criança não consumia carne em casa, recomendou que a mãe incluísse algum tipo deste alimento em suas refeições. Maria Rosa afirma que no início, comprava “guisado [carne moída]”, mas depois, pensou melhor sobre o assunto e concluiu que era “bobagem”, afinal, “não tem necessidade de comer muita carne. E a carne também é cara”.

Quando a questioneei sobre outras fontes de renda, ela me disse que tinha dificuldades para encontrar emprego. Em primeiro lugar, porque apesar de “ter estudo” não tinha experiência afinal, “nunca” precisou “trabalhar”. As poucas tarefas que poderiam ser cumpridas sem a exigência prévia de experiência são faxina e manicure,

segundo ela. Mesmo assim, Maria Rosa sofre de fortes dores nas costas e tem alergia a esmaltes e produtos afins. Há ainda os cuidados necessários com a filha caçula que são considerados impeditivos: *“eu estou meio trancada para trabalhar. Porque eu levo ela para o colégio, eu busco. E se eu arrumar trabalho... tem horário, tem que cumprir, tem que trabalhar”*. No entanto, quando considera necessário faz faxina no prédio onde moram seus tios e deles recebe cerca de 200 reais.

Quando conversamos sobre o desconforto que sua filha sentia na escola que, segundo me explicou, era fruto de uma evidente diferença entre suas condições financeiras e a de seus colegas, ela me disse que a menina era motivo de deboche porque riam *“até das suas calcinhas”*. A *“última”*, me contou, é que passaram a provocá-la porque ela não se depila, mas *“salão de beleza é supérfluo... eu não vou”*. Mostrando-me suas mãos ela revela que *“faz”* suas unhas em casa. Do mesmo modo, se depila utilizando uma pinça, que passou a ser utilizada também em Gabriela (na tentativa de diminuir as provocações às quais é submetida na escola). Assim como outras beneficiárias com as quais conversei, Maria Rosa também acredita que o dinheiro do benefício deveria ser direcionado à filha, mas ainda assim com restrições ao seu uso: *“o dinheiro do BF é para comida. Eu penso que deveria ser especificamente para ela, mas para comprar comida, não bobageira”*.

Sobre a constante economia a qual a família se sujeita, Maria Rosa me disse que estes são cuidados necessários após tudo que elas *“passaram na vida”*. Depois que o pai de Gabriela foi embora, e o dinheiro da venda da casa roubado, a situação financeira tornou-se *“desesperadora”* e o intuito de economizar não diz apenas respeito à necessidade de *“poupar para não faltar”*, de consumir apenas a *“prioridade da prioridade”* ou o *“necessário do necessário”* nem, tampouco, porque ela se encontra em uma situação na qual não pode *“ter prejuízo”*, mas também porque sente a necessidade de *“manter”* as aparências daquilo que foi e que viveu um dia. De acordo com suas palavras, apesar da situação não ser favorável neste momento, poderia ser pior: *“como eu digo, desci todos os degraus, mas não afundei! Eu estou conseguindo me manter assim, na aparência, tudo direitinho!”*.

Maria Rosa, entre todas as beneficiárias (e beneficiários, como Paulo César) com os quais tive contato, talvez seja a única que faça uso do recurso do PBF no sentido estrito do que se espera em relação a ele. Não obstante, em todos os casos os usos do dinheiro ser justificado a partir da *“necessidade”*, a própria concepção do que é considerado *“necessário”* parece ter sofrido um alargamento a partir da introdução do dinheiro do PBF na economia familiar dos grupos de baixa renda.

4.1.3 Entre expectativas e possibilidades: dos usos e restrições do dinheiro do PBF

Durante o trabalho de campo duas constatações acerca do PBF tornaram-se evidentes. Primeiro, há certa invisibilidade em torno do tema. As pessoas evitam falar sobre o assunto e, quando o fazem, é com reserva. De modo que, quando solicitadas a indicarem outros beneficiários, raramente mencionavam vizinhos (alegando não saber quem recebia) e apresentavam pessoas com as quais elas próprias mantinham relações de proximidade e confiança (amigas, mães, irmãs, comadres, filhas, noras).

A relevância deste dado está, em primeiro lugar, no fato de que quando questionados sobre o conhecimento que tinham acerca do “mau uso” do dinheiro – tema frequente das fofocas -, todos, sem exceção, lembravam-se de um caso e, às vezes, citavam inclusive o que consideravam ser o uso inadequado do recurso (obviamente, nunca se relacionava a alguém que pertencia ao seu círculo de relações). Quando questionadas, me diziam “*moram lá embaixo*”, “*logo ali*” enquanto acenavam de maneira incerta para uma rua extensa, impossibilitando assim que eu pudesse averiguar as informações ou mesmo relacioná-las a alguma família conhecida, caso assim quisesse. Segundo, sempre que as beneficiárias eram questionadas sobre o que conseguiam fazer com o valor recebido mensalmente, ou seja, sobre o poder de compra do recurso, comumente elencavam itens que se somados ultrapassavam em até 200% o valor do benefício que afirmavam receber. Aqui, duas possibilidades se apresentam: primeiro, as pessoas ao conversarem comigo poderiam subdeclarar o valor do benefício do PBF ou, uma segunda alternativa, na prática, este dinheiro poderia se misturar com dinheiros provenientes de outras fontes. Não desconsidero a primeira possibilidade, mas ainda assim a soma total dos itens que eram indicados como sendo consumidos mensalmente ultrapassava o teto do benefício¹²⁰. O que me leva a acreditar que, de modo geral, na prática, este dinheiro se mistura com dinheiros e recursos não monetários oriundos de outras fontes.

No plano ideal, manifesto discursivamente, no entanto, aponta-se, com certa segurança para o que “deve” e o que “não deve” ser feito com este dinheiro. Gastar o dinheiro com bebida alcoólica, cigarros, drogas, jogos, alimentos considerados supérfluos (doces, refrigerantes, salgadinhos), brinquedos (principalmente quando a família era considerada muito pobre), eletrodomésticos, telefones, batom, etc.. Todas

¹²⁰ Ver tabela com valores nas páginas 52 e 53.

estas despesas consideradas inadequadas diziam respeito à prática de consumo de famílias as quais nunca fui apresentada.

No entanto, há uma maneira que mesmo não sendo considerada a *mais adequada* pelas famílias, é prática comum entre elas. Este, diferentemente dos motivos supracitados, não é manifestado enquanto algo que “não deve” ser feito simplesmente, mas como algo que, considerando-se a situação em que a família se encontra, *pode* ser feito, mas deve, assim que possível, ser suprimido. As mulheres, assim como parte dos homens, segundo elas próprias me informaram, acreditam que o dinheiro proveniente do PBF é “*para as crianças*” e “*com elas*” e “*por elas*” deve ser gasto. Se o recurso do programa precisa ser utilizado com gastos da família como um todo, como gás, comida (considera-se aqui itens da cesta básica – “o grosso”), remédios, água, luz, aluguel, etc., é porque a família encontra-se em uma delicada situação financeira (e nestes casos sempre apresentada como temporária) e, por esta razão, faz-se um esforço no sentido de que pelo menos parte deste recurso seja dirigido às crianças.

“*É para o leite das crianças*” é uma referência tão comum quanto “*compro tudo de material escolar*” ou ainda “*o dinheiro é todo pra eles [para as crianças]*” – ainda que as mesmas pessoas afirmem comprar outros produtos (que não aqueles dirigidos diretamente às crianças) e realizar o pagamento de contas com o benefício. Contudo, observando estas famílias por algum tempo é possível averiguar que devido ao número de filhos, ao desemprego ou a fragilidade do emprego dos responsáveis pela renda familiar e mesmo se considerarmos o baixo valor do benefício em relação aos escassos recursos provenientes de outras fontes o primeiro tende a ser comprometido com gastos relacionados à manutenção da casa e da família de um modo geral.

Importante mencionar que me deparei com estas afirmações em um contexto em que questionava as beneficiárias sobre o *uso que consideravam adequado* para o benefício oriundo do PBF. Quando indagadas, no entanto, sobre o *uso que faziam* do recurso, de modo geral, elencavam os seguintes itens: aluguel, luz, água, comida (cesta básica), material escolar, sapatos e roupas para as crianças (não faziam referência a compra de roupas ou calçados para si mesmos) e gás de cozinha. Itens elencados não apenas pelas beneficiárias, mas também pelas próprias assistentes sociais quando questionadas sobre o tema. A questão que se coloca é o motivo que leva as mulheres a apresentarem fundamentalmente os mesmos itens de consumo como sendo prioridades para o uso do dinheiro do PBF.

Afirmações como estas me fizeram acreditar, em um primeiro momento, que as mulheres falavam aquilo que acreditavam que seus interlocutores (fundamentalmente agentes implicados em alguma modalidade de proteção social) desejavam ouvir

(hipótese que obviamente não posso descartar), do mesmo modo, justificavam ou tentavam explicar suas decisões em relação ao dinheiro às assistentes, à líder comunitária que “ajudava” oferecendo uma vaga na creche ou às professoras que insistem em chamar o PBF de Bolsa Escola (o que, evidentemente, traz consigo concepções, valores e expectativas morais diversas).

O trabalho de campo desenvolvido na Ilha da Pintada, em Porto Alegre tornou esta hipótese ainda mais relevante, uma vez que, em comparação com a estrutura do município de Alvorada, a Ilha oferece equipamentos estatais mais eficazes e em maior número. Diminuindo, por esta razão, o número de agentes vinculados a outras instâncias (que não aquelas governamentais) no processo de implementação do programa e no “acompanhamento” dos beneficiários. Ou, ainda, tornando sua intervenção menos presente e contínua na vida destas famílias. As famílias habitantes da Ilha contam, por exemplo, com escolas em turno integral, creche gratuita, ônibus escolar também gratuito. Além do mais, segundo informações de uma líder comunitária local, a Prefeitura oferece cestas básicas às famílias consideradas “*mais necessitadas*” através do Fome Zero. Sem contar, o fato de que boa parte das famílias beneficiárias com as quais tive contato, tinham pelo menos um de seus membros adultos inseridos no mercado de trabalho (tanto formal quanto informal) – normalmente os homens.

Neste sentido, quando questionadas sobre o que consideravam adequado e inadequado quanto ao uso do dinheiro do PBF, as respostas não eram muito diferentes daquelas apresentadas por beneficiários de Alvorada, sendo que as crianças ainda figuravam no centro do debate. Pela primeira vez ouvi um beneficiário do PBF afirmar utilizar o recurso com lazer, roupas “*de marca*” e até mesmo “*guardar no porquinho*” [fazer poupança]. O curioso, contudo, é que todas as respostas diziam respeito às crianças. A diferença mais importante encontrava-se no fato de que se para as beneficiárias de Alvorada o dinheiro era “*para as crianças*”, ou seja, para atender as necessidades das crianças, enquanto para as beneficiárias da Ilha da Pintada o dinheiro era “*das crianças*”, sendo direcionado a elas como uma forma de recompensa ou “merecimento” por elas cumprirem adequadamente as condicionalidades que lhes são impostas pelo programa. No entanto, quando questionadas sobre o que efetivamente conseguiam fazer com o recurso ao longo do mês, as respostas se mostravam bastante diferentes. Utiliza-se o dinheiro, por exemplo, para “*levar as crianças ao cinema*” afinal, “*elas cumpriram sua obrigação de ir à escola*” durante o mês ou ainda, “*ele [o filho] sabe que o dinheiro [do BF] é dele e quando chega o dia ele sabe que pode pedir a roupa ou o sapato que quer porque eu*

sou obrigada a dar". Afirma-se ainda que não se tem "coragem" de gastar o dinheiro uma vez que este é "*das crianças*".

Observa-se, portanto, que o que distingue o uso feito do benefício por um grupo de beneficiários e por outro, são, não apenas, as condições materiais reais como, por exemplo, outras fontes de recursos e/ou o número de membros da família empregados ou desempregados, mas também as relações de interdependência financeira, social e moral que se estabelecem em contextos de maior *vulnerabilidade* (em termos de volatilidade) econômico social. Do que surge a questão fundamental não apenas sobre as relações travadas a partir do PBF, mas também das relações previamente existentes ao programa.

4.2 QUANDO O SILÊNCIO FALA MAIS ALTO: COMO AS VOZES MASCULINAS TORNAM-SE INAUDÍVEIS AS AÇÕES ASSISTENCIAIS NO ÂMBITO DO PBF

Nas "visitas" das assistentes sociais que pude acompanhar, bem como, nas visitas que fiz sozinha às casas de beneficiárias, o que predomina quando as mulheres procuram explicitar as razões pelas quais precisam ser inseridas no PBF ou porque passaram a receber o benefício são discursos que apresentam os homens com os quais elas vivem (ocupando, portanto, a função de marido e pai, na maior parte das vezes) como "*impossibilitados de*" cuidarem da família (desempregados) ou "*despreocupados com*" a situação familiar (caso dos usuários de substâncias lícitas ou ilícitas, por exemplo). Todavia, conversei com algumas mulheres que não eram, no momento de nosso contato inicial, beneficiárias, mas que não tinham "condições" de sobreviver adequadamente sem este recurso, podendo ser consideradas elegíveis ao programa. Quando questionadas sobre o percurso que fariam a fim de buscar o benefício, não raro eu ouvia como resposta (mesmo em casos em que o homem em questão recebia um salário considerado "alto" ou que, realizado o cálculo para saber a renda *per capita* familiar, descobria-se que a família não se encontrava nas linhas de pobreza e elegibilidade previstas pelo programa), que elas diriam para as assistentes que o marido "consumia" todo o dinheiro da família (bebendo, fumando) ou ainda, que bastava dizer que os homens não lhes davam "*nenhum tostão furado*" para comprovar sua fragilidade e justificar a necessidade do recebimento. Em conversa com uma das mulheres com as quais discuti sobre isso, quando questionei como ela faria para

“esconder” isso de seu marido uma vez que ela mesma afirmou não querer que ele soubesse, ela me garantiu: “*é só marcar a tal da visita pra um dia em que ele não esteja em casa*”.

É importante considerar o fato de que estas demandas que surgem das mulheres encontram eco nas assistentes sociais. Em uma das “visitas” que acompanhei, visitamos Gabriela. A assistente, ao longo do percurso, comentava o quão preocupada estava com a moça que sequer conhecia. Gabriela havia passado pelo CRAS e contou parte de sua história a fim de solicitar o benefício, razão que motivou a profissional que cumpria o turno inverso de minha interlocutora a elaborar um breve relatório e solicitar uma “visita”.

Por fim, quando chegamos à casa da moça, com cerca de 17 anos, a assistente fez-lhe perguntas sobre sua escolaridade, ocupação, características da moradia, etc. O que considero ter sido mais marcante neste encontro, no entanto, foi o momento em que ao averiguar que moravam na casa apenas Gabriela (estudante desempregada) e seu pai e que ele, como pintor e pedreiro, tinha uma renda mensal de aproximadamente 2 mil reais (tornando a família muito acima da faixa de renda elegível pelo PBF) e ter questionado a moça a respeito – a assistente que, recebeu como resposta, “*ele é alcoólatra e gasta todo o dinheiro com isso*” (frase acompanhada pelo emblemático ato de abrir armários e geladeira para mostrar que estavam vazios. Gesto que pude observar inúmeras outras vezes), no momento de registrar alterou esta informação, afirmando que a família dispunha de uma renda mensal de 200 reais. Os comentários, quando saímos da casa da moça, justificavam sua decisão de alterar este importante dado – “*este vício desgraçado faz com que as pessoas esqueçam suas obrigações*”. Este caso chama atenção não apenas pelo alto poder de convencimento que o alcoolismo do pai foi capaz de suscitar acerca das necessidades e da “vulnerabilidade” de sua filha, mas também (e principalmente) porque a situação do pai dizia mais sobre as necessidades e ‘fragilidades’ de filha do que sobre as dele mesmo. Em nenhum momento, a assistente questionou as condições nas quais o homem estava vivendo, se estava ou não precisando de algum auxílio ou intervenção.

Não considero, no entanto, que estes dados possam ser considerados como elementos constitutivos de uma suposta *falta de caráter* (por parte das beneficiárias), *falta de ética* ou *ingenuidade* (por parte das assistentes sociais). Acredito, sim, que a configuração do programa ao *descredibilizar* os homens cujas famílias solicitam o benefício acaba por legitimar e corroborar expectativas de gênero estritamente ligadas ao ideal moral compartilhado por parte dos beneficiários. Ao imprimir sobre esses sujeitos e suas condições de vida um discurso moralizante, estas modalidades de

intervenção despolitizam a pobreza enquanto um problema social (SAYAD, 1991). O discurso moralizante tende a despolitizar e, de acordo com a discussão até o momento apresentada, arrisco-me a afirmar ainda, que ao procurar *reparar as vulnerabilidades* de mulheres e crianças, *constrói-se* outra dimensão de *vulnerabilidade*, desta vez, masculina. Os homens passam, neste sentido, a figurar enquanto uma minoria, no sentido de que não possuem voz e vem-se desfilados tanto da rede de proteção oferecida pelo Estado e pelas organizações não governamentais, quanto pela rede de solidariedade que se apresenta cada vez mais frágil em relação a eles.

4.2.1 Ameaças, respeitos e constrangimentos: das possíveis explicações para o silêncio

O local que escolhi como delimitador espacial de meu universo de pesquisa foi o município de Alvorada. Município este, onde além de ter morado parte de minha vida também já havia desenvolvido outras pesquisas, o que se torna relevante na medida em que, quando iniciei a presente investigação, acreditava ter facilidades de acesso e bons contatos. Foi assim que, ao encontrar-me com as famílias em busca de informações acerca do dinheiro do PBF me deparei com uma espécie de *silêncio ensurdecedor*. Acostumada que estava em circular pelas ruas e falar com as pessoas sem encontrar grandes dificuldades – independentemente de serem homens ou mulheres – causou-me espanto quando percebi que os homens não mais falavam comigo e, mais do que isso, quando eu me aproximava, fazendo perguntas (a maior parte das vezes, “inofensivas”, tais como, o horário de ônibus, o endereço ou o horário em que poderia encontrar uma determinada pessoa em casa, etc.) estes abaixavam os olhos e, quando muito, respondiam minhas perguntas apenas com um frio e distante “sim” ou “não”.

Não entendia a razão deste comportamento, mas sentia-me extremamente constrangida e algumas vezes, até ameaçada. Não que houvesse intenção explícita de causar-me algum mal, mas eu frequentava bairros considerados “muito perigosos” e, que por serem “invadidos” abrigavam uma série de “*fugitivos da Justiça*”, conforme afirmou uma de minhas interlocutoras. Estes bairros eram estigmatizados não apenas pelos moradores dos bairros vizinhos, que se referiam a estes como “*a parte ruinzinha*” ou ainda “*a parte complicada*”, mas também pelas profissionais dos CRAS que utilizam referências semelhantes. Em um determinado momento, passei a

acreditar que estes homens agiam realmente como “fugitivos”, por não me conhecerem e não conhecerem minhas intenções escondiam seus rostos.

Esta interpretação foi corroborada por um conhecido que, ao ouvir relatos sobre essas experiências, revelou-me que tinha um primo ex-presidiário e que este lhe contara sobre a maneira como os detentos se comportavam diante de mulheres “*estranhas*” (“mulheres” de outros presos). Virados “*de frente para alguma parede*” ou na maior parte das vezes, “*de costas*” para estas mulheres. Era, segundo ele, um sinal de respeito. Todas estas possíveis interpretações faziam com que eu mudasse o modo de enxergar estes homens, mas os seus comportamentos em relação a mim, em nada se alteravam.

Além disso, estranhei quando mulheres com quem eu conversava com alguma frequência (sem a presença dos maridos) deixaram de me atender. Um exemplo é Bianca, que mostrou interesse em continuar conversando comigo, visto que nos encontrávamos com frequência no bairro e já havíamos conversado um pouco sobre minha pesquisa, mas que, um dia quando a procurei em sua casa, seu marido me atendeu e disse que ela não se encontrava, enquanto a própria me olhava pela janelinha da porta da frente. Ou ainda, o dia em que Bianca, me encontrou perto de sua casa e quando questionada por mim disse que não mais recebia o “Bolsa” - neste dia seu marido também a acompanhava até o mercado. O curioso desta história é que quando suas vizinhas me perguntaram por que eu não procurara mais por Bianca (que, segundo as próprias, me enviava recados marcando visitas no meio da semana, o que, tornava nossas conversas inviáveis, pelo menos para mim), estranharam minha resposta e afirmaram que ela ainda recebia o benefício, tendo acompanhado suas vizinhas “*ontem mesmo*” até o Posto de Saúde para fazer a pesagem mensal.

O caso de Bianca não foi exceção. Conheci outras mulheres que não permitiam que eu entrasse em suas casas. No começo acreditei que era porque não nos conhecíamos o suficiente; o tempo, no entanto, passou, e ficamos mais próximas. Foi então, que passei a acreditar que elas poderiam sentir vergonha ou coisa parecida, porque suas casas localizavam-se “*dentro do banhado*”. E elas mesmas falavam que “*tudo estragava por causa da umidade*” e sobre como o “*cheiro de mofo*” as incomodava. No entanto, em uma dessas visitas que desencadeavam longas conversas em pé diante do portão, Aline, comentando sobre o que fazia com o benefício recebido - “*compro xampu, carne...*” -, sem mudar o tom de voz, sem fazer qualquer gesto ou insinuação me diz: “*então, tirei sete na prova de história*”. “Oi?”, pergunto surpresa. Fiquei constrangida porque me pareceu que havíamos mudado de assunto, mas que eu não a acompanhara. Ela insiste: “*isso mesmo. Tirei sete em história, mas guria, não consigo me dar bem com a matemática*”. Em pouco tempo,

entendi o que acontecia. O marido de Aline, que andava de um lado para outro carregando tijolos (ele os tirava da frente da casa, colocava na carroça e levava até a esquina de sua rua, quando dava ‘meia-volta’, os despejava para depois carregá-los novamente) toda vez que se aproximava da gente, fazia com que ela mudasse de assunto.

Como esta experiência se repetia com alguma frequência e, em certos bairros, eu me sentia invariavelmente vulnerável diante do *não olhar* dos homens e de seus *silêncios*, comentei com uma das mulheres com quem conversava com relativa frequência que me sentia incomodada com esta atitude dos homens da vila. Perguntei se alguém havia comentado alguma coisa com ela sobre isso, se eu havia feito ou dito alguma coisa que pudesse ter provocado esta desagradável situação (desagradável para ambos os lados, obviamente). Ao que ela me responde: “*eles têm vergonha, ué. É óbvio*”. Vergonha, pergunto incrédula - “*sim, tu chega na vila perguntando e querendo falar com quem tem Bolsa Família. Pois é, só recebe Bolsa Família quem os homens não ajuda. Aí, esses aí ficam com vergonha de falar contigo porque acham que tu é da Pastoral, né.*”

Segundo minha interlocutora, as agentes da Pastoral da Criança (vinculadas à paróquia local) não são bem vistas pelos homens e nem por algumas mulheres, já que, segundo afirma, elas “*são muito metidas (...) ficam metendo o bedelho onde não são chamadas*”. Isso porque, segundo ela, estas agentes¹²¹ questionam as mulheres da vila sobre os programas sociais em que estão inseridas, “*se estão trabalhando*”, se “*as crianças estão na escola*”, se estão se alimentando corretamente e com que frequência e, por fim, se os homens estão ou não trabalhando. E, diante da afirmação de que há um homem desempregado, elas não entendem porque as mulheres continuam casadas com eles e oferecem uma série de conselhos e orientações às estas – principalmente sugerindo que os abandone (quando o caso é considerado ‘crônico’). Minha indiscrição e constante presença na “vila” foi, obviamente, confundida com as ações executadas pelas agentes de pastoral.

Considerando que este bairro, apesar de ter um CRAS referencial, encontra-se bastante distante do mesmo e por isso, as visitas das assistentes são muito raras, segundo meus interlocutores – beneficiários e as próprias assistentes sociais do CRAS. Assim, as ações visando à proteção social são fornecidas por organizações locais (creche ‘comunitária’, pastorais vinculadas à Igreja Católica, o Centro Espírita e, eventualmente, por algum político da região). Não foi à toa que estes homens me

¹²¹ Mulheres, em sua maioria.

confundiram com uma agente da pastoral, considerando que estas eram as únicas pessoas que visitavam as famílias com frequência e, que, “*especulavam*” acerca de suas condições de vida.

4.2.2 Ao “homem da casa” não se diz o que fazer: códigos de honra masculinos e a ética do provedor

Depois de um duro dia de trabalho Jurandir, dono de uma oficina mecânica, decidiu chamar seus funcionários para comemorar o sucesso de seu empreendimento e o esforço dos mesmos. Era sexta-feira, e eles não abririam a oficina no sábado. O plano incluía pizzas e cervejas. Como o objetivo era premiar também o rendimento dos funcionários, Jurandir ao fechar a oficina, mandou que eles voltassem para suas casas mais cedo a fim de buscarem suas esposas e filhos. Queria que todos, assim como ele, pudessem comemorar junto às suas famílias.

A ordem fora cumprida por todos. Menos por Marcos, que saiu da oficina e ficou esperando o horário marcado para o encontro. Antes, no entanto, passou na casa de uma de suas irmãs, tomou banho e trocou de roupa.

Quando chegou à pizzeria, era o único sozinho. As mulheres dos outros funcionários, amigas de Amanda, estranharam sua ausência e das crianças. Quando questionado, Marcos apenas dizia que ela não quisera ir. Que por terem uma menina ainda pequena (com pouco mais de um ano), sua esposa havia preferido ficar em casa com os filhos.

O chefe, não se sabe se, porque era insistente ou se desconfiava de Marcos, de quem era muito próximo por sinal, não desistiu e, mandou-lhe diversas vezes, ir para casa buscá-la. Ofereceu seu próprio carro para buscar Amanda e as crianças, prometendo emprestar novamente para que ele pudesse levá-los embora depois. Pronto, não seria um problema andar com um bebê tão novinho na rua à noite.

Marcos desconversava e continuava comendo e bebendo, sem ir buscar sua esposa e filhos. Jurandir não perguntou mais nada, mas as mulheres dos outros dois funcionários, ainda não estavam satisfeitas com as respostas e o comportamento dele.

Ao final da pequena comemoração, Jurandir decide “presentear” Marcos. Chama o garçom e pede que embrulhe uma das pizzas que havia sobrado (quase

inteira). Quando o garçom chega com a caixa, Jurandir a entrega a Marcos e pede que ele leve para seus filhos e sua esposa, já que eles não puderam comparecer ao jantar.

Marcos, furioso, ergue-se e dispara todo tipo de impropérios em direção a Jurandir, seu chefe e amigo. Diz-lhe que sua mulher e seus filhos não estão passando fome, que ele mesmo pode dar-lhes de comer e, por fim, que não precisa de esmolas. Jurandir, surpreso, tenta justificar-se dizendo que não era esmola, e sim, uma forma de consideração com Amanda que não pudera comparecer a comemoração assim como as outras esposas. Marcos, ainda gritando e cada vez mais indignado e humilhado, dispara na direção de Jurandir com uma garrafa de cerveja vazia nas mãos. Com golpes violentos e furiosos, quebra a garrafa de vidro na cabeça de seu chefe.

Funcionários da oficina e do restaurante tentam impedir que ele continue. Conseguem afastá-lo de Jurandir e antes mesmo que a polícia chegue, Marcos ganha a rua. Sem emprego, sem mais poder contar com a amizade de Jurandir, sem a “*esmola*” que este lhe oferecera, “*mas com dignidade*”.

Foi Amanda quem me contou esta história – inúmeras vezes, por sinal. Ela, por sua vez, soube da mesma, através de suas amigas, as esposas dos outros dois funcionários da oficina. Conta-me que neste dia, Marcos chegara mais tarde do que de costume e sem camisa (provavelmente abandonou o que estava usando por tê-la manchado de sangue durante a briga). Ela o viu entrar em casa, bêbado, deitou-se ao seu lado sem nada dizer. No outro dia, como de costume, tomou banho ainda cedo da manhã, arrumou sua mochila e saiu. Desta vez, não foi trabalhar. Abandonou sua família.

Dias depois, Amanda que já havia sido atualizada sobre a história, decide procurá-lo na casa de uma ex-namorada. Segundo ela, quando eles se separam, é para lá que ele vai. Ele não confirma a história, mas também não desmente. Apenas acusa Amanda, diz que esteve pensando e que desconfia de que tem alguma coisa errada com Aline, sua filha caçula. Diferente de Matheus, o filho do meio, a menina não é tão morena quanto ele próprio e seu rosto não traz nenhum traço do seu.

Amanda, mãe de três filhos, sendo dois deles de Marcos (Matheus e Aline), se surpreende com as acusações. Tenta se defender, e chega a esquecer o que a levou até ele, mas não consegue livrar-se das acusações. Surpreende-se com o fato de que isso não foi tratado antes. Ao contrário, Marcos adorava a menina, “*sua princesinha*”, como ele se referia à criança. Vangloriava-se por ter uma “*família completa*” – dois “*homenzinhos*” e uma “*mocinha*”. Esta não seria a última vez que Amanda ouviria esta acusação.

O primeiro filho de Amanda, Nicolas, hoje com 9 anos, fruto do primeiro casamento dela, tem Síndrome de Down. É por conta deste fato, que Amanda recebe uma pensão, não do ex-marido, pai do menino, “*por que esse não dá nem um saco de leite pro filho*”, mas do Estado. Com este dinheiro, e mais as duas faxinas semanais que ela faz em um escritório de contabilidade, paga uma escola particular para o menino, já que o município não oferece escolas para portadores de necessidades especiais. E a única instituição que oferece este serviço tem uma fila de espera de no mínimo 3 anos. A escola particular, de confissão Adventista, oferece uma bolsa parcial para o menino, e nos dias em que ela precisa fazer as faxinas, deixa os outros dois em uma escola infantil, também particular, porque o município não dispõe de escolas infantis comunitárias ou municipais. Ganha 50 reais em cada uma das faxinas e mais 350 reais de pensão do filho mais velho. Totalizando cerca de 750 por mês, dos quais mais da metade é utilizada para pagar a escola e a creche das crianças. O restante é utilizado para comprar frutas, carne, pão, leite e a “*chimia de uva*” que as crianças tanto gostam.

A responsabilidade de fazer o rancho e pagar as contas de manutenção da casa (água, luz) é de Marcos. Não pagam aluguel, porque ela e o irmão são herdeiros de sua avó materna. Esta lhes deixou um terreno com duas casas. Sendo a de Amanda a casa da frente. A avó, quando viva, morava na casa maior, de material, nos fundos. E dera para sua filha, mãe de Amanda e Alex, uma pequena casa de madeira, em frente a sua, para que ela morasse com seus filhos, na época, pequenos. Hoje, Amanda mora nesta casa que antes pertencia a sua mãe. Após três meses de separação Marcos conseguiu outro emprego. Abandonou sua “*ex-namorada*” e voltou para casa com os filhos. Não tocou no assunto sobre Aline.

Conheci Amada durante minha pesquisa de campo e, por cerca de um ano e meio mais ou menos, sua vida permaneceu relativamente tranquila. Marcos trabalhava como segurança para uma empresa particular. Ela, mantinha sua rotina de duas faxinas semanais. A carga de trabalho fora de casa, segundo ela, não poderia ser ampliada porque seu filho mais velho precisava ir ao médico com frequência, para fazer acompanhamento. E ela não poderia pagar uma escola para os outros dois ficarem a semana toda.

Certa vez, depois de umas quatro semanas sem vê-la nos encontramos no supermercado – ela com as três crianças. Conversando sobre os últimos acontecimentos, ela comenta que está novamente separada de Marcos, que ele perdera o emprego como segurança, e em casa, no mesmo dia em que a abandonou, furioso jogou-lhe no chão, na frente dos filhos, e pôs-se a bater nela. As crianças gritavam, pedindo para que ele parasse. Tudo em vão. Quando pegou um cabo de

vassoura para continuar lhe batendo, ela ainda deitada e imobilizada no chão, o irmão Alex, aproximou-se e separou os dois. Sem que fosse necessária nenhuma palavra entre os dois homens. Marcos entendeu que devia partir e assim foi.

Neste período, Amanda mesmo enfrentando dificuldades financeiras, disse-me que não aceitaria mais a presença de Marcos em sua casa, nem em sua vida. Disse-me que considerava o comportamento dele prejudicial às crianças. Aos meninos, por mostrar-lhes que homens devem bater em mulheres. À filha, por ensinar-lhe que mulheres podem apanhar de homens. Segundo ela, estes pensamentos foram corroborados pela psicóloga de Nicolas. Que acompanhava a família há algum tempo e vinha percebendo o menino mais violento, agressivo e agitado.

Encontrava-me com Amanda todas as semanas. Conversávamos muito e ela ia me contando detalhes sobre sua relação com Marcos. Seu irmão, que antes não participava de nossas conversas, nem nos acompanhava nos inúmeros cafés da tarde ou no chimarrão agora estava quase sempre presente. Falava pouco, mas estava sempre sentado à mesa, à porta ou embaixo da árvore – quando, por causa do calor, ficávamos no pátio.

Num desses dias, Amanda chorando me disse, “*estou passando fome com meus filhos. Não sei mais o que fazer*”. Fui pra casa pensando em sua situação e decidi lhe procurar, perguntei-lhe se ela não aceitaria trabalhar em minha casa, por um dia, uma faxina. Ela muito comovida, aceitou. No dia marcado, lá estava ela. Deixara as crianças na escola e às 8h da manhã batera em minha porta, pronta para o trabalho. Conversamos sobre sua situação com Marcos. Ela reclamou muito. Às 19h precisou sair para buscar seus filhos, e como não havia terminado ainda o serviço (o que me causou espanto, porque minha casa não é tão grande nem estava tão suja), voltou trazendo consigo os três. Neste dia, ela foi embora às 21h. Alegando que estava tarde e que tinha medo de voltar pra casa com seus filhos, ligou para Marcos e pediu que viesse lhe buscar. Assim foi feito. Quando abri o portão para que ela saísse, ainda consegui observar uma mudança drástica em sua fisionomia (estava alegre e, de repente, parecia triste) e a ouvi reclamando, “*estou muito cansada. Trabalhei o dia inteiro*”.

Uma semana depois, no trabalho, recebo um telefonema de Amanda. Chorando, soluçando, me diz que seu filho mais velho botara fogo em seu colchão enquanto a filha caçula dormia. Desesperada, jogara água, mas o colchão ardia em chamas cada vez maiores “*é como se ele queimasse de dentro para fora*”. Não pude fazer muita coisa na hora. E segundo ela, o fogo já havia sido controlado e todos estavam bem, apesar do susto. Já em casa, telefonei em busca de maiores informações sobre a situação. Ela me disse que Nicolas sentia saudades do “pai”

(Marcos) e que por isso estava fazendo coisas inusitadas. No momento de desespero, e entendendo a ação do filho, como um sintoma de saudade e da ausência do “pai”, ela telefonou para Marcos e contou-lhe o ocorrido. Este, assustado com a situação, foi visitar as crianças e convencido de que sua ausência era prejudicial à família, voltou.

Amanda, ao falar sobre estes acontecimentos envolvendo Marcos, afirmou que este se sentiu ofendido e humilhado com a atitude do chefe, que na época era também seu amigo. O único rancor que ela guarda deste acontecimento, no entanto, diz respeito às consequências para a sua família – as brigas, a separação, as acusações de infidelidade. Atualmente, Marcos, novamente empregado, trabalha como segurança em uma farmácia e ela mantém sua rotina, dividindo-se entre duas faxinas semanais, os cuidados com os filhos e suas responsabilidades com a Igreja Evangélica que frequenta.

A família de Amanda e Marcos não é beneficiária do PBF e, via de regra, não recebem nenhum atendimento por parte do CRAS ou CREAS. Vivem com o recurso oriundo da pensão do filho mais velho¹²² – o que sobra dele -, com as faxinas que ela faz duas vezes por semana e com o dinheiro do trabalho de Marcos.

Voltemo-nos, pois, para o relato de Amanda. Podemos identificar, na história acima relatada, no mínimo duas situações em que a *posição* de Marcos fora posta em questão. No primeiro, quando seu chefe e amigo, expõe sua *falha de comportamento* quando aquele havia optado por não compartilhar o jantar/comemoração com sua família. O chefe durante toda a “festa” insistia para que Marcos fosse buscar sua família – a festa, afinal, era para todos -, oferecendo inclusive formas para que as dificuldades, apresentadas por Marcos como justificativas para a ausência da mulher e das crianças, fossem sanadas.

O termo “ vaidade”, tal como referido por Sarti (2005), não aparece nos discursos de meus interlocutores, mas em uma das vezes que Amanda fez referência a esta história, comentou que causara grande espanto aos presentes (e a ela também) o fato de Marcos negar-se a “dividir” com a família uma “*comida que eles não tinham chance de comer sempre*” ou ainda “*uma comida melhorzinha*”, como dizia em outros momentos. Ele é “egoísta”, afirmava com rancor. O egoísmo, noção que aqui pode ser compreendida como um equivalente à “vaidade” surge como algo que se contrapõe às suas obrigações em relação à família e não pode ser justificado, como salienta Sarti:

A vaidade, implicando uma individualidade tida como irresponsável, porque nega os preceitos de obrigação moral em relação a seus iguais, opõe-se também à necessidade, cujo caráter involuntário desculpa e justifica um ato moralmente condenado. (2005, p.76)

¹²² O menino recebe um salário mínimo proveniente do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

“*Pensou só nele*” quando deveria ter pensado na família. Porque a família é o motivo de ser de um “homem” assim como é da “mulher”. E nesta lógica, onde a família configura-se como “eixo moral” (SARTI, 2005), as expectativas relacionadas aos comportamentos individuais dentro do grupo familiar complementam-se.

Esta primeira situação se desdobra na agressão de Marcos em relação a Jurandir, quando este mandou, à revelia daquele, embrulhar uma pizza – endereçando-a a família ausente. Há, neste caso, uma sobreposição de ofensas, em primeiro lugar, o fato de um homem referência para Marcos (chefe e amigo) ignorar sua decisão quanto a sua própria família e tomar decisões por ele e, em segundo lugar, o “embrulho” e seu conteúdo. Jurandir quebrou as regras, esqueceu-se que seu *papel* (e o ‘poder’ que se vincula a ele) se restringia ao espaço público, ao mundo do trabalho. A família cabia a Marcos. Jurandir, quando ofertou diante de todos, algo que cabia a Marcos prover, o destituiu de sua posição e a ocupou. Marcos, por sua vez, com o uso da violência física, recuperou-se da violência simbólica a que fora submetido. Se conseguiu se recuperar desta violência é porque ainda possuía, ao menos diante do público que assistia à briga, elementos que sustentassem sua posição de homem-pai/provedor. No entanto, o “preço” de sua “dignidade”¹²³ foi o emprego (e a amizade de Jurandir).

Neste contexto, há que se considerar a importância atribuída ao trabalho no interior do núcleo doméstico, principalmente, enquanto uma das possíveis estratégias mobilizadas (ainda que não a única) a fim de garantir que o homem se constitua enquanto provedor. A esta concepção podemos acrescentar a lógica familiar tal como concebida por grupos urbanos de baixa renda (LEAL, 1986; COSTA, 2002; FONSECA, 2004; SARTI, 2005), a partir da qual o trabalho é compreendido como um “instrumento que viabiliza o projeto familiar e não individual” (SARTI, 2005, p.85). Portanto, quando o pai/provedor encontra-se fora do mercado de trabalho (seja ele qual for: (in) formal, (i) legal) as relações sociais, principalmente as relações familiares sofrem certo desgaste. Como indica ainda a autora supracitada:

A vulnerabilidade da família pobre, quando centrada no pai/provedor, ajuda a explicar a frequência de rupturas conjugais, diante de tantas expectativas não cumpridas, para o homem, que se sente fracassado, e para a mulher, que vê rolar por água abaixo suas chances de ter alguma coisa através do projeto do casamento. (SARTI, 2005, p.66)

E ainda:

Se a vulnerabilidade da mulher está em ter sua relação com o mundo externo mediada pelo homem, o que a fragiliza em face deste mundo que,

¹²³ “Dignidade” e “honra” podem ser considerados equivalentes para a análise (FONSECA, 2000).

por sua vez, reproduz e reitera as diferenciações sexuais, o status central do homem na família, como trabalhador/provedor, torna-o também vulnerável, porque o faz dependente de condições externas cujas determinações escapam a seu controle. (Idem, *ibidem*)

Da mesma forma, como se resultado de uma espécie de “efeito dominó”, essas relações centradas no princípio de complementaridade, uma vez fragilizadas desestruturam o *núcleo* doméstico. A família, pensada como uma rede é positivada no que diz respeito à ampliação das possibilidades de estabelecimento de relações de “ajuda” e “reciprocidade”, contudo, funda-se muitas vezes sobre relações com pessoas e/ou grupos também *vulneráveis* ou em *via de* (já que a incerteza é uma das características presentes nas situações de pobreza) e, por isso, torna-se tão sensível às interferências externas. Esta fragilidade é, obviamente, mais *sentida* naquelas famílias onde as mulheres estão fora do mercado de trabalho, ocupando-se assim, dos cuidados com o lar e com os filhos. A dinâmica familiar (em âmbito doméstico, ao menos) é vívida e funda-se sob uma *díade* que não pode falhar, de modo a não fragilizar os membros do núcleo doméstico individualmente e, as responsabilidades, que são divididas entre os homens e as mulheres, identificando-os como provedores e cuidadoras, respectivamente, acabam por se tornar um elemento vinculado à esfera das *obrigações* (ESQUIVEL, FAUR e JELIN, 2009).

Amanda, como vimos, afirmava “*não poder trabalhar*” porque precisava levar seu filho mais velho para consultas médicas, que são, segundo ela, muito frequentes. No entanto, recorro a situação em que ela se apresentou “chateada”, “cansada” e pede para seu ex-companheiro (naquele momento) buscá-la (junto aos seus três filhos) logo após uma faxina que durou cerca de 12 horas. Este fato remete à análise empreendida por Fonseca (2004, p.30) acerca da constatação de que “a mulher que trabalha humilha seu marido, deixando entender publicamente que ele não consegue mantê-la”. Não é gratuito ou sem razão os motivos pelos quais as mulheres que, tendo um relacionamento estável, preferem não trabalhar “fora”, conforme demonstram (FONSECA, 2004; SARTI, 2005; WEBER, 2006). Como Weber (2006, p.480) afirma:

(...) a ausência de homens – pais, cônjuges vivos, irmãos, filhos – tem muitas implicações para as mulheres. (...) Quando há ausência de homens elas devem suprir a família financeiramente e encarregar-se, além daquelas atividades destinadas às mulheres, às atividades tidas como masculinas.

Há, no entanto, estratégias das quais os homens podem valer-se, entre elas, a negação da paternidade. Lembremo-nos das acusações feitas por Marcos quanto à possível infidelidade de Amanda. É salutar enfatizar que se “*criar filhos dos outros*” é uma opção, “*criar seus próprios filhos*” é um dever. Na impossibilidade de criar seus

próprios filhos, a acusação de infidelidade retira a visibilidade sobre sua *incapacidade de prover* na mesma medida em que lança luz sobre a mulher – apontando para a dimensão de uma possível falha no que diz respeito à sua moral sexual que, como “*mãe de família*” deve ser resguardada.

Uma vez que se espera, portanto, que o homem cumpra seu papel de provedor, quando esta expectativa não se concretiza ou se torna inviável (seja por não conseguir empregos por que possuem baixa escolaridade, por causa da idade, de alguma fragilidade física ou ainda, porque possuem alguma pendência com a justiça), esses homens são desmoralizados perante a família e os vizinhos. Como nos mostra o relato de Simone sobre a presença de amigos de Cleber em sua casa.

Eu corro todo mundo daqui mesmo. Não quero macharada na minha casa. O Jorge e o Ronaldo já foram corridos de casa pelas mulheres. O Ronaldo agora vive na casa da mãe. Se nem a mulher dele o quis em casa, me diz, porque eu tenho que aguentar?

Segue que estas mulheres acabam por atribuir, a direcionar aquela que antes era considerada autoridade do pai/provedor, para outros homens, algumas vezes, os filhos (podendo, no entanto, ser um irmão ou o seu próprio pai). Como analisa Sarti (2005, p.13):

A desmoralização ocorrida pela perda da autoridade que o papel de provedor atribui ao homem, abalando a base do respeito que lhe devem seus familiares, significa uma perda para a família como totalidade, que tenderá a buscar uma compensação pela substituição da figura masculina de autoridade por outros homens da rede familiar.

Neste sentido, torna-se imprescindível ressaltar a importância atribuída ao *dinheiro masculino*. O caso de mulheres que estando separadas dos pais de seus filhos e tendo a intenção (ou um casamento em vista) de casar-se novamente, optam por não cobrar uma pensão, mesmo reclamando insistentemente que os pais de seus filhos não as ajudam “*com nada*”. Reclamação esta que pode ser entendida ora como difamação (da imagem do pai) ora como uma afirmação de suas próprias capacidades para criar seus filhos sozinha (são “*mulheres de garra*”, são “*trabalhadeiras*”) ou ainda enaltecer seus companheiros atuais – que, como “*homens de bem*” criam o “*filho dos outros*”. Se estas mulheres *recusam* a pensão é porque consideram que ao pagá-la, o homem ainda disporia de seu *status* de provedor e, com isso, poderia reivindicar sua autoridade como tal. Quando solteiras e “*com condições*” para manter a si mesmas e aos filhos, optam muitas vezes por “*não depender*” destes homens. Da mesma forma, quando passam a se relacionar com outro homem, então, não há espaço para dois provedores.

5 ENTRE “ASSISTIDOS” E “USUÁRIOS”: o “acompanhamento das vulnerabilidades” realizado junto às famílias beneficiárias do PBF

Todo o esforço do Serviço Social para tornar-se profissão constituiu-se no afastamento das referências religiosas, que marcaram o início da assistência social. Além de progressivamente aceitar os valores do pluralismo democrático, os profissionais da assistência romperam também com o foco moral do indivíduo, para escolher uma base de conhecimento profissional, realizada pela pesquisa sócio comportamental e pela sabedoria advinda da prática. (CLARK [1994] apud SIMÕES, 2005)

Dedico este capítulo à apresentação da Rede SUAS e do que chamo aqui de rede de proteção social (RPS). Em Alvorada, às entidades vinculadas a Rede SUAS cabem à oferta de serviços socioassistenciais voltados às condicionalidades do PBF previstas principalmente para as crianças e os adolescentes. Em contrapartida, às organizações, atores e associações que conjugo e nomino como RPS, cabem as mais diversas ações e funções. Nos casos acompanhados ao longo do trabalho de campo, as principais ações executadas pela RPS giravam em torno de cursos profissionalizantes, cuidados destinados às crianças e aos adolescentes, organização de “brechós solidários”, entrega de roupas usadas, alimentos, “sopão”, etc. A estas últimas competem, ainda que de forma não institucionalizada, uma modalidade de “acompanhamento” das famílias alvo de suas intervenções. Reitero que a importância em discutir a relação entre estes profissionais e os beneficiários se dê na medida em que este campo de intervenção, ao assumir uma dimensão socioeducativa, torna-se indispensável para compreendermos as questões aqui levantadas acerca dos significados e moralidades em torno do programa.

Em Alvorada, segundo uma de minhas interlocutoras, o número de mulheres titulares do benefício é de 97%¹²⁴. Os 3% restantes são de responsabilidade de homens que, ou são moradores de rua, ou tornaram-se titulares do cartão quando suas companheiras “perderam” o cartão – em caso de falecimento, mas também “abandono do lar”¹²⁵. Esta proeminência de mulheres como titulares do benefício no município onde a pesquisa foi realizada torna-se um elemento interessante de ser observado na medida em que tanto as beneficiárias, quanto os operadores locais do programa convergem quanto ao entendimento que de aos homens caberia a função

¹²⁴ Em nível nacional, este número é de cerca de 93% (IBASE, 2008).

¹²⁵ A profissional comenta que conhece um único caso em que o marido tornou-se beneficiário após sua esposa “sair de casa” e deixá-lo com os cinco filhos do casal.

de provisão. Deste modo, quando as mulheres entram em contato com as assistentes em busca de informações ou com o objetivo de realizar o cadastramento para o PBF, os homens são frequentemente apresentados como os responsáveis pela situação financeira desfavorável na qual suas famílias se encontram. As avaliações acerca das expectativas em torno da conduta dos homens-pais evidenciavam-se, principalmente, no momento em que as mulheres procuravam inserir-se no programa. Via de regra, quando se afirmava que os homens estavam desempregados – ao procurar justificar a necessidade de inserção no BF -, o comentário que se seguia entre as assistentes sociais girava em torno de “*mais uma sendo explorada pelo marido*” ou, ainda, “*outro homem que vive à custa da mulher. Coitada!*”.

No que diz respeito à importância dos “acompanhamentos” realizados tanto pela Rede SUAS quanto pela RPS, pontuo as ações destinadas às crianças e adolescentes e a maciça presença de entidades e organizações de confissão religiosa. De modo que, aos beneficiários se imprimem características distintas daquelas oriundas das unidades públicas de assistência social – os CRAS. Sendo assim, cabe atentar para as negociações, bem como para as tensões, transações e justificações (BOLTANSKI, 2001) as quais os indivíduos envolvidos nestas relações estão sujeitos. Chamo atenção não apenas para as tensões que permeiam a relação entre as assistentes e os “usuários”, mas também aquelas forjadas no fazer profissional tanto das assistentes vinculadas aos CRAS quanto das profissionais ligadas às entidades de confissão religiosa. A fim de pontuar as instituições e os interlocutores a partir dos quais os dados foram construídos, apresento um quadro onde as informações que considero mais importantes para a presente discussão aparecem resumidas:

Entrevistado	Cargo que ocupa na Instituição	Instituição	Confissão	Natureza ¹²⁶	Há quanto tempo a Instituição está no Município	Há quanto tempo a Instituição conta com os serviços de um assistente social	Assistente Social/ Religiosa	Assistente Social/ Não Religiosa	Unidade Conveniada da Rede de Proteção Social Básica
Carmelita	Diretora/ Irmã	Centro Educacional	Católica	Associação Socioeducativa	2005	2005	1	1/ 1 estagiário	Sim
Lúcia	Assistente Social/ Irmã	Centro Educacional	Católica	Associação Socioeducativa	2005	2005	1	1/ 1 estagiário	Sim
Bernadete	Secretaria	Centro Espírita	Espírita	Assistência Social/ Promoção Espiritual Espírita	1957	Não se aplica	Zero	Zero	Não
Marina	Assistente Social	Centro Educacional	Evangélica/ Luterana	Educacional/ Assistência Social	1972	Não sabia responder	Zero	1	Sim
Pedro	Ministro/ Diácono	Diaconia	Católica	Caridade Organizada/ Pastoral Social	2007	Não se aplica	Zero	Zero	Não
Elaine	Irmã	Congregação de Irmãs	Católica	Caridade Organizada	2007	2009	Zero	1	Não

Quadro 4: Entidades visitadas em Alvorada que ofertam ações visando à proteção social

¹²⁶ Quanto à natureza das entidades, apoiei-me nas informações concedidas pelos entrevistados, uma vez que algumas delas mantêm sites na internet, por exemplo, no qual apresentam informações diferentes das que apresento aqui quanto a este item. Ou, ainda, encontram-se cadastradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) indicando uma área de atuação distinta da que citaram em entrevista. Um exemplo disso é uma das instituições católicas, que em seu site afirma ser um espaço de “assistência social” enquanto em entrevista, a responsável atribui às atividades prestadas o título de “caridade organizada”. Importa, no entanto, refletir menos sobre as condições legais e oficiais destas entidades do que sobre os sentidos atribuídos às funções e ações executadas por elas.

A primeira Instituição que contatei foi o Centro Educacional Católico. Suas ações chegaram ao meu conhecimento através de uma das profissionais vinculadas aos CRAS cujas atividades eu acompanhava. Quando cheguei a esta instituição deparei-me com a existência de duas assistentes sociais, uma chamada de “técnica” – contratada pela mantenedora e responsável pela assessoria a todas as entidades ligadas a esta -, e uma assistente, responsável direta pela execução das atividades socioassistenciais, que é também Irmã católica. Conversei primeiro com uma das Irmãs que ocupava, à época, o posto de diretora da instituição e em um segundo momento, a própria assistente/Irmã, que somava às suas atividades o cargo de vice-diretora. Às outras instituições cheguei por intermédio das pessoas que entrevistei que, segundo suas próprias expectativas e o trabalho que desenvolviam, elencavam aquelas que consideravam “parceiras”, que dispunham de um serviço socioassistencial considerado de qualidade ou atendiam na mesma área de abrangência. Vejamos, resumidamente, algumas características de cada uma das instituições pesquisadas. Nesse momento, deter-me-ei em apresentar as atividades que desenvolvem no Município, principalmente aquelas que incidem diretamente sobre as famílias beneficiárias do PBF, e ao modo como estabelecem parcerias a fim de financiar seus projetos.

O **Centro Educacional Católico** é uma Instituição de caráter socioassistencial que oferece projeto SCFV para cem crianças e adolescentes de 6 a 16 anos de idade de alguns dos bairros mais pobres da cidade. A instituição atende as demandas deste público através de dois projetos, um voltado para as crianças até 14 anos (atividades lúdicas, oficinas de dança, música, esporte, informática e auxílio pedagógico) e outro projeto específico para os jovens de 14 a 16 anos (oficinas de informática, trabalho, cidadania, aprendizagem, esporte, capoeira e música). A diferença entre os projetos é que enquanto o primeiro parte de atividades lúdicas e tem por objetivo “promover a infância e o desenvolvimento integral das crianças”, o segundo visa ampliar a discussão em torno das questões relacionadas à “família, suas escolhas pessoais e o contexto social [no qual estão inseridos]”. Há no segundo projeto outra característica marcante, a preparação para o trabalho. As atividades são oferecidas no turno oposto ao da escola regular. Para participar das atividades oferecidas pela Instituição os interessados são cadastrados, visitados e se aceitos, passam a ter a responsabilidade de serem frequentes e pontuais enquanto os responsáveis por eles devem participar dos “Encontros da Família”. Este encontro acontece todos os meses e tem o objetivo de tratar das “*questões importantes para as famílias*”. Segundo a Irmã que coordena o local mais da metade das famílias participa com frequência dos encontros e os temas trabalhados durante o ano são escolhidos por elas próprias no início do ano letivo. As

reuniões são organizadas de modo a que todos tenham a oportunidade de participar de acordo com suas possibilidades de tempo, conforme afirma Ir. Carmelita:

São três pessoas que atendem, cada uma atende uma noite – a psicóloga, a assistente social (Irmã) e a pedagoga. (...) No início do ano a gente sempre faz um levantamento sobre os interesses da família em relação a um tema. Para 2011 fizemos um levantamento e a família optou por “relações familiares”. (...) É um tema muito focado na realidade das famílias. E, às vezes, é muito sofrido. Na maioria das famílias esse é um assunto que mexe muito.

Os “Encontros da Família” são espaços organizados para que pais e filhos possam apontar para as dificuldades e problemas que vêm enfrentando uns em relação aos outros. As crianças e adolescentes participam de atividades, pensadas unicamente para elas, que visam elencar o que elas consideram como sendo os problemas primordiais de suas famílias ou aqueles que lhes “*incomodam*” de maneira mais efetiva. Durante o “Encontro”, no entanto, cabe aos adultos ouvir – através das profissionais – as opiniões das crianças e explicitarem, a partir de dinâmicas de grupo¹²⁷, as razões para os comportamentos que têm. Questões como o abuso de substâncias alcoólicas e químicas, violência doméstica contra as mulheres e as crianças, desemprego, trabalho infantil, etc., são elementos sempre presentes nestes momentos. Contudo, segundo uma das profissionais, há outros casos que também precisam de maior orientação como, por exemplo, o caso da mãe que “*nunca disse ‘eu te amo’ para sua filha*”. Era preciso, segundo afirmaram, ouvir as razões que motivavam o comportamento da mãe para então, “*ajudar*” a criança. As profissionais consideram que sem o “*acompanhamento constante das famílias*” o trabalho dirigido às crianças e adolescentes “*é inútil*”.

Outra característica importante desta instituição é que eles atendem apenas uma criança de cada família, optando sempre que possível pelo mais velho. Apenas quando a primeira criança atendida passa para outro projeto é que os menores podem ser inseridos. Quando questiono a razão dessa opção a Irmã me responde que essa é uma “*metodologia*” utilizada “*desde o início*”, objetivando atender “*um maior número de crianças e de famílias*”.

Segundo minhas interlocutoras, a instituição é mantida pela mantenedora ligada ao Carisma da Entidade¹²⁸, pelas doações de outras entidades católicas e recebe do município

¹²⁷ Uma das dinâmicas é proporcionar que os pais e mães “tornem-se” crianças novamente. Neste exercício teatral, em que adultos passam a se comportar como as crianças que outrora foram, as profissionais procuram por um lado, possibilitar que eles “*vejam o lado dos seus filhos*” e, por outro, evidenciem questões mais profundas sobre suas próprias trajetórias, uma vez que, segundo afirmam, muitos encontram dificuldades em verbalizar suas experiências.

¹²⁸ Segundo o Compêndio do Catecismo da Igreja Católica (RATZINGER, 2005, p. 22 [n 160]): “Os carismas são dons especiais do Espírito Santo concedidos a cada um para o bem dos homens, para as necessidades do mundo e em particular para a edificação da Igreja”. Na prática, estes “dons especiais do Espírito Santo” se

um auxílio de R\$ 1.000,00 (mil reais) para a alimentação das crianças. O que, segundo garantem, não é suficiente nem para o fim a que se propõe. Ao todo o Centro Educacional Católico conta com sete profissionais remunerados, quatro Irmãs e nenhum trabalhador voluntário.

O **Centro Espírita**, por sua vez, instalou-se no município em 1957, seu fundador e primeiro presidente ao falecer, deixou a instituição aos cuidados de seu filho. A sede da Sociedade é conhecida na cidade devido às proporções e arquitetura. Ocupando dois grandes terrenos, um em cada lado da rua.

Quanto ao meu acesso a ela, tentei, por diversas vezes, marcar uma entrevista com o diretor da casa e, quando finalmente consegui, fui surpreendida quando no dia marcado a secretária me avisou que ele precisara sair porque tinha outros compromissos. Como esta havia se oferecido para me auxiliar, respondendo todas as questões que estivessem ao seu alcance, aceitei. É com base nas informações concedidas por Bernadete e naquelas encontradas no site oficial da entidade que baseio a apresentação que faço da instituição. Entre todas as instituições que visitei esta é a que oferece as atividades mais diversificadas, tanto em conteúdo quanto em relação ao público alvo. No departamento de cursos gratuitos são oferecidas as seguintes atividades: bordado, pintura em tecido (nível I, II e III), biscuit, pintura em tela, flores em meia, crochê, cabeleireiro¹²⁹, auxiliar de panificação¹³⁰. Apenas um curso é pago, o de informática e justifica-se a cobrança deste curso com a necessidade de realizar o pagamento do professor de informática e a manutenção dos equipamentos.

O Centro Espírita conta ainda com uma creche para crianças de 0 a 6 anos de idade, dormitórios, três casas asilares (duas femininas e uma masculina), o setor de atendimento espiritual (6 salas amplas), uma biblioteca, uma livraria, dois salões para reuniões de cunho espiritual (uma com a capacidade para 250 e outra para 1000 pessoas), um salão de festas e uma padaria (o padeiro, contratado pela Instituição para manter a demanda de pães por parte da creche e das casas asilares, trabalha ainda como voluntário, oferecendo o curso de auxiliar de panificação).

São 38 funcionários remunerados e, em torno de 138 “*trabalhadores espirituais*” (médiums), muitos dos quais são também voluntários na casa. A entidade que sendo filantrópica opera com recursos próprios oriundos das doações que recebe de seus fiéis, da

concretizam enquanto formas de atuação específicas, tais como, a “vocação” sacerdotal (pastoral), a “vocação” missionária, etc.. Estas “vocações”, estes “dons” ofertados gratuitamente pelo Espírito Santo devem ser empregados, instrumentalizados pelos fiéis de forma a tornarem-se manifestações divinas.

¹²⁹ Cada um desses cursos oferece entre 15 a 20 vagas. Têm duração, em média, de 3 meses.

¹³⁰ São oferecidas 5 vagas para homens e 5 vagas para mulheres a cada 2 meses.

venda dos pães e bolos produzidos pela padaria e das mensalidades da creche e das casas asilares.

No que diz respeito à proteção social, as famílias que procuram o Centro Espírita em busca de “*ajuda*” são cadastradas e visitadas, sempre aos domingos, por voluntários que, ao identificarem a situação sócio financeira e qualificarem-nas como sendo “*vulneráveis*”, entregam-lhes uma “*carteirinha*”, com validade de até 1 ano, dependendo da avaliação dos visitantes, e passam assim, a receber todo tipo de benefício oferecido pela instituição: doação de alimentos, roupas, móveis, bolsa para a creche e para o asilo. Diferentemente das outras instituições que visitei, o Centro Espírita não encaminha ninguém para a rede de proteção social disponibilizada pelo município e não recebe, de modo geral, nenhum encaminhamento por parte dos profissionais vinculados aos CRAS. As pessoas que são atendidas por eles procuram a entidade seja por vontade e/ou necessidade própria. Da mesma forma, não recebe nenhum recurso da Prefeitura ou de qualquer outra instância governamental. Segundo Bernadete, em 2010 a instituição atendeu 200 famílias¹³¹.

O **Centro Educacional Luterano** está no município desde 1972. Tendo sido fundado por uma paróquia em um dos bairros mais pobres, era vinculado à Martin Luter – a mantenedora é a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB). A mantenedora, com o apoio da Prefeitura local que, à época doou o terreno que a instituição ocupa até hoje, montou a casa que até pouco tempo ocupava-se das crianças consideradas “*carentes*” e em “*situação de risco*”. Há cerca de 5 anos a instituição, enfraquecida pelos inúmeros desgastes financeiros, ia fechar as portas. Foi quando uma Escola também vinculada à IECLB e à Comunidade Evangélica de Porto Alegre (CEPA) decidiu tomar para si as dívidas e as finanças do Centro Educacional, tendo agora o CNPJ da instituição vinculado ao seu e exercendo a função de “*contribuidor*”. Atualmente, a entidade conta com recursos oriundos da CEPA, da Escola, da KNH (uma OSCIP alemã que repassa R\$5,00 por criança) e do convênio com o Mesa Brasil (que faz repasse de alimentos). Segundo a assistente social da entidade, a instituição não recebe nenhum apoio do governo municipal. Atualmente, a instituição atende 166 famílias – 225 crianças – pelo projeto SCFV. Essas crianças e adolescentes estudam gratuitamente na escola e participam do “*projeto*” no turno inverso, fazendo assim, todas as refeições no Centro. Sendo também uma escola particular, há ainda a presença de 170 crianças, entre as quais, segundo Marina, 2 pagam a mensalidade integral, 17 recebem meia-bolsa e todas as outras (151) recebem bolsa integral.

¹³¹ A entrevista foi concedida no segundo semestre de 2011.

“O braço misericordioso da Igreja” – assim denomina-se a **Diaconia** de uma das Paróquias¹³² local. Tendo a função de centralizar todas as atividades vinculadas às Pastorais Sociais da Igreja Católica (Pastoral da Criança, da Pessoa Idosa, da Saúde, etc.), a Diaconia é uma *‘novidade’* trazida ao Estado pelo Arcebispo de Porto Alegre Dom Dadeus Grings, segundo o Diácono Pedro, a quem entrevistei. As atividades das pastorais existem desde longa data, no entanto, há cerca de 6 anos no Estado e, há 4 anos em Alvorada, elas passaram a ser realizadas, *‘fiscalizadas’* e organizadas a partir da Diaconia, que por sua vez, funciona como uma espécie de *‘guarda-chuva’*. O Diácono, um dos ministros ordenados pela Igreja Católica (ao lado dos Bispos e Presbíteros)¹³³ ocupa a importante função de *“trabalhar o social da Igreja”*, segundo o responsável pelo setor. A Diaconia, além das atividades específicas de cada Pastoral, oferece cursos de tricô, crochê, cobertor, costura, tapete e ofereceu em 2010 formação para empregadas domésticas para as mulheres. Para os jovens oferece cursos de pintura de parede e informática. Conta ainda com um Banco de Alimentos que segundo o Diácono *“incentiva as pessoas da Igreja a partilharem os alimentos com quem não tem”*.

Há na Diaconia apenas uma profissional remunerada, a secretária -, todos os outros 200 trabalhadores são voluntários. Pedro não soube precisar quantas famílias foram e estão sendo atendidas pela Diaconia, mas apresentou-me dados da Pastoral da Criança – mais ou menos 900 crianças sendo atendidas por 110 dos 200 voluntários. A Diaconia também organiza *“Brechós Simbólicos”*. Nestes momentos as roupas que foram doadas para a Igreja são vendidas por um valor simbólico de R\$ 0,50, o que segundo meu interlocutor, não apenas ajuda nos gastos que a Diaconia tem – ajudando a pagar o lanche que é oferecido nos cursos ou um instrutor -, mas também modifica a postura das pessoas que recebem a *“ajuda”*, sendo-lhes oferecida a oportunidade de *“comprar”* ao invés de *“ganhar”*, elas teriam uma elevação na autoestima. Esses brechós acontecem uma vez por mês no Salão Paroquial. O responsável comenta orgulhoso, que os voluntários organizam o espaço com gôndolas, manequins e espelhos o que faz com que o amplo e frio salão, destinado normalmente a festas e campeonatos de futebol, pareça uma loja e aqueles que lá vão procurar por roupas a baixo custo, se sintam em um *“shopping”*.

¹³² Trata-se uma das subdivisões territoriais dentro da Igreja Católica. A “paróquia” se constitui enquanto um grupo, uma comunidade de fiéis católicos administrado pelo Pároco (padre referencial). A “Diocese”, por sua vez, representa uma unidade geográfica mais abrangente, sendo a figura do Bispo responsável pela administração de um conjunto de paróquias.

¹³³ Os diáconos precisam passar por uma formação específica (um curso com duração de quatro anos no qual estudam filosofia e teologia), assim como os padres em formação. Quando casados, não precisam fazer os votos de castidade, mas se por ventura ficam viúvos, não podem mais casar. Quando solteiros, fazem os votos da mesma forma que os padres.

A **Congregação de Irmãs** estabeleceu-se em Alvorada em 2007, em um dos bairros mais pobres da cidade. As atividades que desenvolvem destinam-se ao atendimento de crianças com idades entre 6 e 12 anos, no turno inverso ao da escola e, trata-se de oficinas de flauta, esportes e atividades lúdicas. Inicialmente destinada a atender os “*filhos das lideranças católicas locais*”, Ir. Elaine afirma que as exigências locais e a mudança de perspectiva dentro da própria congregação, fixada oficialmente em Porto Alegre, fizeram com que o foco passa-se a ser as crianças em situação de “*vulnerabilidade*” – o que pode designar não apenas situações de “*pobreza*” ou “*violência*”, mas como no exemplo fornecido pela Irmã, o caso de uma menina de 10 anos que tinha “*tudo em casa*”, mas que a mãe, com depressão, não podia atender adequadamente, deixando a criança “*isolada*”. Esta se enquadra na ampla definição de “*vulnerabilidade*” com a qual a Irmã opera.

As Irmãs desta Congregação não têm uma sede própria para desenvolverem suas atividades, moram em uma casa alugada no município e atendem no Salão Paroquial da Igreja local (do Bairro). Além dos atendimentos às crianças, fazem arrecadação e doação de roupas e alimentos e como parte de seu “*carisma*”, ou a missão de seu fundador a qual elas assumem ao fazer parte da congregação, atendem também questões relacionadas à saúde, através de terapias que denominam “*alternativas*” – massoterapia, quiropraxia e reiki. Aos atendimentos de saúde são pagos “*valores simbólicos*”, que somados à contribuição da congregação, que mantém os serviços das Irmãs na cidade, doações e contribuições dos fiéis locais financiam as atividades por elas executadas. A Congregação que, assim como as outras entidades religiosas, encontra-se em um momento de renovação, de readequação de seu “*caráter filantrópico e caritativo*” para “*socioassistencial*”, conta há dois anos com os serviços de uma equipe de técnicos (psicólogo e assistente social). No entanto, há uma óbvia distância entre o discurso da responsável por esta entidade no município e os discursos de outras Irmãs e profissionais que trabalham em instituições semelhantes. Em primeiro lugar, porque ainda mantém-se dentro dos limites da Igreja Católica uma vez que atendem no Salão Paroquial¹³⁴ e em segundo, porque desempenham atividades que pela organização e execução podem ser denominadas, segundo a maior parte de meus interlocutores, como “*caridade*” – o atendimento sem critérios claros das crianças do bairro (atende-se conforme as demandas), a “*falta de acompanhamento*” destas mesmas crianças ou de suas famílias, o que significa dizer que não há preocupação em encaminhar estas famílias a outros serviços oferecidos pela Rede SUAS, por exemplo (“*somos responsáveis*

¹³⁴ Eu acrescentaria ainda o fato de que elas se mantêm isoladas da maior parte das atividades desenvolvidas em Alvorada, seja por parte da STASC, seja por parte das Pastorais da Igreja. Estão, desde o início deste ano, cadastradas no CMAS, mas não partilham ainda, dos mesmos referenciais. Participam de Pastorais “do Menor”, que vinculadas à Arquidiocese de Porto Alegre e a Congregação, pouco ou nada, se articulam com as atividades desenvolvidas pela Diaconia de Alvorada.

por elas enquanto estão aqui dentro”, afirma), a doação ‘indiscriminada’ - ou, em outros termos, fundamentada em critérios subjetivos - de roupas e alimentos a quem por ela procura, a falta de clareza no que diz respeito ao objetivo dos serviços oferecidos, além, é claro, da concepção de serviço social e das atividades que desenvolve.

Neste ponto, cabe acenar para a importância da discussão em torno das noções de *caridade, assistencialismo, ajuda, direito e assistência* uma vez que elas são de fundamental importância para pensarmos acerca das moralidades que subjazem as ações de intervenção social as quais os beneficiários do PBF estão sujeitos.

5.1 DAS MORALIDADES QUE SUBJAZEM ÀS CONCEPÇÕES DE “CARIDADE” E “ASSISTÊNCIA”: entre o “assistido” e o “usuário”

A importância em se pensar sobre as concepções de *assistência social* e a de *usuário* em cada uma dessas instituições se dá porque, ainda que muitas destas entidades estejam cadastradas no CMAS como entidades prestadoras de serviços socioassistenciais, na prática e na exposição que promovem sobre suas atividades e identidades, as noções de “direito” e “ajuda”, “assistência” e “caridade”, “usuário” e “assistido”, que, a princípio, podem configurar-se como conflitantes, tornam-se parte de uma mesma lógica, de um mesmo discurso.

Se, como diz uma de minhas interlocutoras, e outras assistentes sociais que foram entrevistadas concordariam com ela, o que diferencia a atividade caritativa da assistencial é a “execução”, na prática, orientadas que são por “técnicos” e “assessores”, estas instituições executam suas atividades em correspondência não apenas, com a nova Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais¹³⁵, como também mantém uma equipe de referência nos moldes da NOB-RH/SUAS, o que poderia nos levar a pensar que considerando estas características, tratam-se de instituições que executam de fato atividades socioassistenciais, nos moldes e termos oficiais. No entanto, a execução em si não é ‘pura’, ‘técnica’, ‘neutra’ ou está livre dos valores políticos e religiosos daqueles que as efetuam. Ao contrário, é esperado que as atividades socioeducativas, parte importante da

¹³⁵ Documento que objetiva “normatizar os serviços socioassistenciais do SUAS, estabelecendo nomenclaturas padrões e regulamentando os conteúdos das provisões de cada serviço ofertado no âmbito da política de assistência social” (MDS, 2009, p. 23).

execução das PTCR, tenham uma dimensão político-pedagógica. A essa dimensão política e pedagógica acrescento as dimensões de gênero e religiosa.

Não pretendo me estender excessivamente em torno das características particulares de cada uma das religiões envolvidas e apresentadas anteriormente – católica, luterana e espírita¹³⁶. Acredito, no entanto, que este seja um aspecto revelador na medida em que a própria noção de *assistência* dentro de cada uma destas vertentes religiosas se configure de uma maneira distinta. Contudo, no desenvolvimento de meu argumento procurei privilegiar o fato de que todas as instituições aqui mencionadas estão cadastradas no CMAS, oferecem serviços considerados como socioassistenciais e foram indicadas por assistentes sociais vinculadas aos CRAS.

Muitos são os autores a nos lembrar sobre a origem do Serviço Social e à vinculação atual de muitos profissionais à lógica e aos valores religiosos. Como assegura Simões (2005), é comum encontrarmos, nas mais variadas áreas, profissionais movidos por valores específicos – políticos, étnicos, econômicos, de classe, de gênero e até religiosos. O que torna a questão importante do ponto de vista do serviço social é que, segundo ele, estes valores religiosos não são apenas o motor para a procura pela profissão, mas são, independentemente do caráter político e marxista que o curso adquiriu na maior parte das universidades brasileiras. Além disso, o mesmo autor, em outros momentos, revela-nos o perfil dos profissionais desta área apontando para uma esmagadora presença de mulheres, oriundas em cerca de 70% dos casos, de famílias de baixa renda e com baixa escolarização. Destes dados, o que mais interessa discutir neste momento, é a configuração desta atividade como preferencialmente feminina e as consequências deste fato para a efetiva execução das ações voltadas a proteção social. Poderíamos aqui, pensar a relação entre as atividades profissionais destas assistentes e a noção de “economia do *care*” (ZELIZER, 2010), ou, para ser mais precisa a noção de “*social care*” (LEIRA [1994] *apud* SIMÕES, 2005). O serviço social, vinculando-se por um lado às atividades tidas como especificamente femininas e por isso, “naturais”, “instintivas”, “inerentes” às mulheres, e não remuneradas (ou mal remuneradas), e por outro, às práticas caritativas, “gratuitas”, “desinteressadas”, mostra-se como um espaço de tensões frequentes existentes entre as assistentes religiosas e as assistentes laicas (chamadas normalmente de “leigas”), justamente no que diz respeito à remuneração e/ou financiamento das ações que promovem. Enquanto as últimas, nunca se referem as primeiras como *assistentes* ou *profissionais* e, sim, a partir das denominações e títulos correspondentes a suas confissões

¹³⁶ Seria preciso acrescentar, além de aprofundar a exposição sobre cada uma delas, as entidades e ações relacionadas às outras práticas religiosas como, por exemplo, o sopão fornecido por fiéis da Seicho No Iê, as doações e festas promovidas por religiões de matriz afro, etc.

religiosas, as primeiras criticam a prática profissional das assistentes laicas. Segundo as religiosas, as assistentes laicas só estão “*interessadas em seus salários no final do mês*”, não são, em sua maioria, “*vocacionadas*” e por isso, “*não estão dispostas a morrer por sua profissão*”. Os exemplos dados apontam para um tipo de escolha profissional que parece, para ser efetiva, estar associada a “*valores humanitários*”, de “*bondade*” e “*entrega*”, os quais não se relacionam, de forma alguma, com a lógica mercantil. Estaríamos diante de um exemplo de “mundos hostis”, de “esferas separadas”? (ZELIZER, 2009)

Talvez. Devido às parcerias que estas entidades estabelecem com o Governo, estas questões, aparentemente de ordem religiosa, podem tomar forma de conflitos, tensões e acusações de desonestidade. Quando consideramos a forte presença dos representantes destas instituições religiosas nos assentos dos Conselhos da área, por exemplo, esta situação ao mesmo tempo em que toma contornos mais definidos, torna-se mais complexa. Os Conselhos são espaços onde se debate e, por vezes, se delibera sobre políticas, sobre a utilização dos fundos municipais e, por consequência, sobre o financiamento de projetos. Segundo uma de minhas interlocutoras, “*cerca de 80% dos assentos dos CMAS no Brasil estão sendo ocupados por entidades religiosas*”. E, nacionalmente, acrescenta, “*o quadro não se mostra muito diferente*”. Participei de alguns encontros dos Fóruns municipais referentes a estas entidades e em nenhum momento discutiu-se sobre o financiamento à que estas entidades teriam direito uma vez que trabalham em sistema de parceria com a Prefeitura, oferecendo o SCFV, por exemplo. Parece-me que esta tentativa de ‘negar’, de ‘esconder’ a existência de um financiamento e mais do que isso, do poder político que elas têm em torno das decisões sobre os fundos municipais vinculados a assistência social, seja uma indicação do quanto estes universos – execução da assistência, mundo político, econômico, burocrático - precisam estar separados (idealmente, ao menos) para que suas práticas sejam concebidas e efetivamente realizadas a partir de seus preceitos confessionais. Ao mesmo tempo em que, para que possam ser executadas elas dependam da inserção nestes mesmos espaços. A partir do relato de uma das Irmãs, citado logo abaixo, podemos concluir que todo o aparato técnico de assessoramento, todo o reordenamento e readequação de atividades, profissionais e linguagem fazem parte da necessidade destas instituições se adequarem à nova tipificação prevista pelo SUAS. No entanto, suas práticas e as intencionalidades presentes nelas, ainda que tenhamos que concordar que há em parte dos discursos uma visível transformação da linguagem religiosa para a “*linguagem dos direitos*”, ou melhor, dizendo, uma *transfiguração* da linguagem, permanecem permeadas e vinculadas às práticas religiosas. Pode-se perceber isso através da prática ‘imposta’ aos “*assistidos*” da oração diária - como confirma o relato de Marina: “*eles chegam a manhã e fazem uma oração ‘obrigada senhor por ter o alimento que a*

gente...’ Não é uma religião! É uma prece de agradecimento pelo alimento. Faz quem quer, mas todos fazem bem alto”-, dos “valores da pessoa humana” que servem como princípio para as atividades e que se confundem com a Missão das Instituições religiosas, etc. Ou ainda, pelas noções de “assistência” e de “usuário” no interior das instituições pesquisadas, como veremos na sequência.

Há entre os muitos discursos uma evidente diferença entre aquelas instituições que possuem um profissional do serviço social (havendo ainda, diferença em relação ao tempo que este serviço ‘técnico’ é prestado), aquelas que participam ativamente das atividades, ações, Conselhos e Fóruns de Assistência Social, as que recebem algum incentivo governamental, e aquelas que tendo em seu quadro um maior número de voluntários em relação aos trabalhadores remunerados, por não receberem apoio governamental e por estarem, de certa forma, distantes das instâncias de controle social, imprimem abertamente sobre suas atividades características marcadamente confessionais, conforme a fé que professam. Quando questionados sobre a concepção de *assistência social* dentro das instituições, as respostas variavam conforme as características apontadas acima ou ainda, em relação a quem respondia esta questão dentro da entidade.

No caso do Centro Católico, tendo entrevistado a assistente social, que é também Irmã, e observando a maneira como esta articula as noções de “direito” e de “caridade” dentro das atividades que exerce, foi possível verificar que as opiniões são aparentemente distintas entre as duas responsáveis pelo local (a Irmã assistente e a Irmã coordenadora). No discurso de Lúcia (Irmã assistente) pode-se observar uma recusa às concepções e às práticas de “assistencialismo”, as quais ela interpreta como o oposto da “ampliação de direitos”:

Na Igreja, o que se fala e o que de fato se faz é o assistencialismo. (...) Porque como o Serviço Social nasceu de fato dentro da Igreja, tu davas o que era emergencial para a pessoa, mas ao mesmo tempo tu tens esse dever de orientar as pessoas a adquirir as coisas com a sua própria capacidade. Eu acho que toda a pessoa humana é capaz de fazer, de buscar, de realizar e não ficar dependendo do outro, mas a Igreja não fornece isso para os outros. Ela só dá e, todo mês ou todo o dia a pessoa vai ali sem ver que ela é capaz de sonhar alto e de correr atrás, de buscar seu próprio sustento, sem precisar de esmola... eu digo assim, esmola. Mas fazer a pessoa buscar, ser autônoma, ser protagonista dela mesma.

Carmelita, por sua vez, compreende que, longe de assistencialismo, o que elas fazem na prática é “caridade”, ainda que não se possa falar disso abertamente:

Nós participamos de muitas Pastorais fora do Centro Católico. Nós Irmãs. A gente participa das comunidades, mas aqui dentro, o Projeto [do] Centro é um projeto social. Ele não está vinculado a uma Pastoral da Paróquia, da Igreja... Ele é um serviço prestado à comunidade na dimensão social, independente [de] qualquer religião. E hoje não se pode chamar de caridade. É preciso diferenciar. Porque

esse serviço social se ele for caracterizado pela Instituição como caridade, nós não conseguimos nada do Governo. Embora a gente faça muita caridade, mas como Instituição é uma Instituição que presta serviço social para a comunidade. (...) Esse [serviço] é puramente uma assistência social vinculada a todo um processo normatizado por leis, que o governo nos exige, nos pede, nos desafia, mas deixando de lado a caridade.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Carmelita me explica o motivo para a presença de duas assistentes sociais na Instituição, uma responsável pelas ações, projetos, “acolhimento” e “acompanhamento das famílias” e outra, que “assessora tecnicamente” a primeira. Segundo ela, o Governo passou a exigir, através da tipificação do serviço social a presença de profissionais especializados e também a participação nas atividades e discussões promovidas pela rede de proteção social – refere-se exclusivamente a Rede SUAS - do Município.

A única instituição que se aproxima do Centro Católico por manter um trabalho altamente formalizado, é o Centro Educacional Luterano. Ir. Lúcia, a assistente social responsável pelo planejamento, execução e acompanhamento das ações socioassistenciais acredita que a diferença entre “assistência” e “ajuda” se dê através da execução e do acompanhamento que as entidades não governamentais recebem (ou deveriam) das instâncias governamentais, remetendo-nos assim, à resposta concedida por Carmelita, que também indica a diferença na denominação atribuída àquelas entidades que estão em processo de regularização junto ao CMAS e as que não estão, conforme afirma:

Depende da execução. Tu tens a garantia de direito através de entidades da assistência social governamentais e não governamentais, que estão ali prestando serviço direto ou indireto. Tem a Secretaria de Assistência Social que assessora e supervisiona estas ações e tem que capacitar esses profissionais. (Ir. Lúcia)

No que diz respeito às outras instituições e organizações – Diaconia, Congregação de Irmãs e Centro Espírita -, as respostas se assemelham e apontam para o fato de que, na verdade, o que estas entidades fazem, ou acreditam fazer, é “caridade organizada”. No entanto, todos negam o caráter “assistencialista” que poderia, a princípio, ser vinculado à prática caritativa.

*Entendemos que a caridade tem que ser organizada. Então, não é qualquer tipo de trabalho que a gente oferece. (Ir. Elaine)
É caridade, mas não assistencialismo. A gente faz caridade, mas para dar impulso para sair da miséria. Queremos cortar o círculo da miséria. (Dícono Pedro)
O que fazemos é caridade, nós ajudamos os carentes. (Bernadete)*

Meus interlocutores consideram o assistencialismo como a prática de “dar”, prática que exclui qualquer interesse em “melhorar a vida” dos indivíduos a quem suas atividades

se dirigem. O assistencialismo poderia ser localizado como o oposto da caridade, em seu sentido cristão, é o “dar” sem o interesse pelo outro, é o “dar” tendo interesse por si mesmo (ou pelo o que o outro pode oferecer em troca), é o “dar” que por ter como alvo um sujeito e uma possível retribuição específicos, poderia não acontecer, simplesmente. Difere completamente da prática da caridade, cuja ação principal não é o “dar”, mas o “doar”. Deste modo, uma abstração possível acerca de seus discursos nos permitiria considerar que o “doar” implica não apenas nos bens, serviços e cuidados direcionados “gratuitamente” (sem que haja contrapartida financeira), mas também é *dar de si, dar-se junto*. É um elemento que apresenta uma força intrínseca, uma vez que é ele quem move os sujeitos incitando-os à ação e não o contrário (MAUSS, 2008). No ato de “doar”, pode-se até definir de antemão aqueles que serão “auxiliados” ou que se beneficiarão dos frutos da doação, no entanto, não se equaciona as possibilidades de retorno tendo em vista a retribuição direta ao doador. Almeja-se, contudo, que o receptor da doação seja capaz de gerar, a partir da doação recebida (seja ela qual for) frutos que tornem possíveis ações independentes de novas “doações”. De modo que, aqueles que se encontram em situação de extrema pobreza ou “vulnerabilidade”, quando conseguem “erguer-se” e “seguir sozinhos” sem precisarem contar com o apoio dos doadores retribuem com o que meus interlocutores consideram como sendo “o maior agradecimento” que poderiam “receber”¹³⁷.

Assim, enquanto o “assistencialismo” se fundamenta no “dar” e remete-nos ao anseio pela retribuição que, pode ou não ser imediata, mas é, com certeza, almejada. A “caridade” se constitui enquanto o ato de “dar” três vezes, ou em três níveis distintos e complementares, *dar o objeto* (serviço, cuidado, etc.), *dar a si mesmo*, *dar o que ‘deveria’ ser a retribuição*. Aqui a ideia de “interesse por” que, por estar ausente do assistencialismo, estaria presente na caridade, remete à identificação das necessidades do outro, ao reconhecimento de suas “*fragilidades temporárias*”, mas também de suas “capacidades infinitas”, como afirmou uma de minhas interlocutoras.

¹³⁷ Cabe retomar o estudo conduzido por Wilkis (2008), realizado em torno de uma organização responsável pela edição de uma revista vendida por pessoas sem-teto e desempregadas em Buenos Aires. Segundo o autor, a partir do diálogo travado com os responsáveis pela revista, poder-se-ia compreender que a caridade “se caracteriza pela despreocupação em relação à forma com se usa o dinheiro recebido [a partir da venda das revistas]” uma vez que, “na filantropia [categoria sobre a qual os interlocutores se auto definem] o receptor deve devolver o recebido em termos de sua subjetividade, caráter ou cuidado pessoal” (WILKIS, 2008, p.209). Se, por um lado, faz-se necessário interpretar e conduzir a reflexão a partir dos termos nativos presentes em cada uma das pesquisas, por outro, é salutar observar os sentidos atribuídos a termos aparentemente divergentes. Enquanto meus interlocutores, religiosos, manifestam suas ações conjugando-as sobre o termo “caridade”, os de Wilkis, integrantes de entidades não religiosas do Terceiro Setor, referem-se à “filantropia”. A “caridade”, tal como compreendida por estes últimos, iguala-se a compreensão que meus interlocutores possuem sobre o “assistencialismo”. De modo que, tendo a compreender que para além dos termos dissonantes, ambos reconhecem características idênticas nas ações que desenvolvem. O que os distancia, porém, é o teor da força que lhes move à ação, sendo nos casos apresentados por mim, fundamentalmente religiosa, cristã.

Essas mesmas noções podem ser verificadas na diversidade de denominações utilizadas em referência ao termo “usuário” que é uma definição atribuída pela PNAS a todos aqueles que usufruem dos serviços, projetos, ações e programas socioassistenciais. Termo corrente nos CRAS mostra-se inadequado dentro das instituições assistenciais religiosas. Lúcia comenta que se pudesse mudaria este termo, tamanho desconforto sente em relação a ele. Ao tentar justificar sua posição ora remete o “usuário” a existência de um “prestador do serviço”, ora justifica dizendo que não pode haver um “usuário” onde há um “direito”. O termo “usuário” é, para ela, carregado de conotações negativas e lhe remetem à exploração daquele que presta o serviço, daquele que, em última instância, está se “doando”. Deste modo, o termo “usuário” tira o caráter de doação, de entrega, de vocação que ela enxerga em sua ocupação, como afirmou em alguns momentos. Por outro lado, nega-se a referir-se a estes indivíduos como “assistidos”, termo que se atribui normalmente em instituições de confissão religiosa, uma vez que acredita que esta maneira de relacionar-se com os “usuários” do serviço traz em si um caráter de “infantilização”, de “desmerecimento das capacidades do outro”, demarcando o espaço entre “aquele que assiste”, “ensina”, “sabe” e aquele que por não possuir “condições”, por apresentar “limitações”, é “assistido”.

5.2 QUANDO QUEM “ASSISTE”, “ASSISTIDO” É

Onde come um, comem dois. Se não tem eu ligo pra alguém. Alguém vai me ajudar. Vai ter um leite. A gente tem que se virar. A gente não tem parceria com ninguém, só essa que te falei com a prefeitura. A gente vive de doação e boa vontade. Tudo o que vier a gente aceita de doação. A gente cobra mensalidade, mas as pessoas não podem pagar. (Alice, diretora de uma creche comunitária)

A RPS no município de Alvorada é composta por inúmeras entidades e organizações que atuam em nível local, mais precisamente, no interior dos bairros. Na maioria das vezes, atuam onde as entidades vinculadas à prefeitura não conseguem estender suas ações. Em regra, não executam suas atividades em acordo com as diretrizes do SUAS, não dialogam diretamente com as instâncias governamentais, sequer são formalizadas. Algumas das ações com maior incidência são realizadas por membros de associações de moradores – grande parte das “escolas infantis comunitárias” - ou no interior das residências de mulheres que oferecem cuidados às crianças da vizinhança por valores módicos – as chamadas “mães-crecheiras”.

Normalmente, estas organizações (ou agentes) voltam sua atenção às crianças e, eventualmente, aos adolescentes. Além disso, uma vez que cobram valores baixos (quando cobram), contam com apoio de doações e com a presença inconstante de voluntários. A fonte de financiamento tende a marcar, a influir sobre o entendimento e as avaliações que estes agentes têm acerca do trabalho que desenvolvem bem como, nas cobranças (não financeiras) que se autorizam a fazer àqueles que usufruem das ações por eles realizadas. Ademais, os critérios estabelecidos a fim de selecionar o público-alvo de sua atenção costumam responder a diferentes interpretações acerca das condições de vida destes indivíduos, fala-se menos, por exemplo, em “pobreza” ou em “*vulnerabilidade*” e mais em termos de “*carência*”.

Conforme afirmado anteriormente, cabe aos CRAS centralizar as ações socioassistenciais do município, recebendo as “*demandas*”, atendendo-as ou encaminhando-as para as entidades conveniadas a Rede SUAS. Contudo, em Alvorada não há escolas ou creches infantis municipais, o que onera sobremaneira as famílias monoparentais chefiadas por mulheres que, por não terem onde deixar as crianças enquanto trabalham¹³⁸, tendem a apresentar maiores dificuldades para cumprir as condicionalidades do PBF, por exemplo. Desta forma, ainda que esta não seja a regra, é comum que tendo recebido “*demanda*” por parte de algum “usuário” do CRAS, as assistentes procurem estas organizações e agentes e solicitem vagas para as crianças. No entanto, o teor da solicitação é normalmente de “*pedido*”, de “*favor*”, haja vista que ambos os envolvidos sabem que o movimento das “*demandas*” deveria ser executado no sentido oposto – das creches e escolas infantis “comunitárias” para os CRAS.

Neste contexto, em que as necessidades se acumulam – de um lado, a estrutura e os recursos humanos do município e das escolas infantis e creches comunitárias e, de outro, as demandas apresentadas pelas famílias – é preciso negociar cada vaga, caso por caso. Assim aconteceu no dia em que fomos visitar a associação de moradores de um dos bairros mais pobres da cidade em busca de vagas para duas crianças beneficiárias do PBF, cuja mãe havia encontrado um emprego há pouco tempo.

Quando chegamos à creche Leandra se apresentou como “*assistente social do CRAS*”. Alice, a diretora, nos encaminhou para o interior da escola e enquanto caminhávamos as crianças vinham em nossa direção, conversavam e nos beijavam. Leandra explicou que o CRAS era responsável por toda a área e que acompanham

¹³⁸ Há que se considerar, obviamente, as condições as quais estas crianças que estão fora das creches e escolas infantis estão sujeitas, ficando sozinhas, sob os cuidados de crianças mais velhas (normalmente as meninas) ou, em casos limites, como o de Jandira, por exemplo, que acabou por sair do emprego, porque não se sentia segura para deixar seu filho com o pai que, por ser usuário de crack tornava o ambiente doméstico bastante hostil para o menino de 9 anos.

beneficiários do BF, em seguida revelou a razão de nossa visita: *“Eu estou com um problema de uma mãe. Ela tem três filhos. É uma das nossas “usuárias” lá do centro [CRAS]. E ela tá com um problema, ela tá trabalhando. E ela não vai conseguir trabalhar por muito tempo por causa dessas crianças. Ela não tem quem cuide das crianças para ela. E ela faz faxina, tem três faxinas fixas durante a semana”*.

Alice se espantou, porque, aparentemente, entendeu que se tratava de alguém cujos filhos já ficavam em sua escola e a questionou: *“mas ela já é daqui da minha creche? Não?”*. E pareceu aliviada quando a assistente garantiu que não se tratava de ninguém conhecido por ela. Leandra explicou que havia decido conversar *“porque ela é aqui de perto. Por isso eu estou te perguntando se vocês têm alguma bolsa... como é que vocês trabalham a questão da responsabilidade social?”*. Alice afirmou que a escola deveria disponibilizar, segundo a parceria que estabeleceu com a prefeitura, sete bolsas para “alunos carentes”, no entanto, já haviam disponibilizado doze: *“já não sei quantas foram para a Jaqueline lá na SMED [Secretaria Municipal de Educação]”*. Leandra havia sido contratada há pouco tempo, e parecia não compreender como estas parcerias (ou “convênios”, como eram chamados em outros momentos) eram realizadas. Questionou, então, a responsável pela escola, *“mas todas as bolsas que vocês têm são direcionadas à Jaqueline?”*. Segundo Alice, *“nem todas! Têm muitas que são de coração. Que é de pena mesmo. Tu vais vendo a necessidade, quem tem doença na família, quem está desempregado... eu vou vendo como é que tá!”*.

E para exemplificar, comentou um dos casos mais recentes, segundo ela, um senhor procurou a escola para deixar seus netos e indicou que sua filha, a mãe das crianças, seria a responsável pelo pagamento. No entanto, algum tempo depois, voltou à escola dizendo que não teriam como pagar e que, portanto, tiraria as crianças da escola para que elas ficassem com uma vizinha. Alice que lhe disse *“me traz eles igual”*, afirmou ter ficado com *“pena”* porque as crianças haviam *“engordado bastante”* enquanto permaneceram na escola sob seus cuidados. Comentou que quando chegaram *“estavam pura ferida”* e que elas, as professoras e cuidadoras, é que foram *“lavando e cuidando das feridas deles”*. Revelou ainda que compreendiam que esta *“não era”* sua *“obrigação”*, afinal, *“tem posto [de saúde] aqui”, mas finalizou dizendo “é assim que a gente trabalha”*.

Leandra passou a falar sobre a mãe cuja *“demanda”* havia nos levado até a creche. Vanessa, segundo ela, tinha três filhos – um menino de 9 anos, um de 5 anos e uma menina de 4 anos de idade. O mais velho, segundo fora informada, estava frequentando a escola regular e com esse não era necessário *“se preocupar”*, mas *“esse casal mais novo ela não tem com quem deixar”*.

Vanessa os deixava com sua mãe, que apresentava sérios problemas de saúde e por esta razão não poderia mais cuidar dos netos – fato insistentemente lembrado por

Leandra – *“ela deixava com a mãe dela, mas a mãe dela tá doente agora. Ou ela vai sair do emprego, vai se desempregar e vai ser pior, ou a gente arruma um lugar para ela deixar essas crianças”*.

Alice, sem demonstrar nenhuma reação, questionou se Vanessa realmente não havia deixado as crianças na escola em outro momento. Leandro, surpreendendo-nos, desmentiu o que vinha afirmando desde o início e assumiu que Vanessa já havia deixado as crianças na escola, mas *“não tinha condições de pagar”*. Alice passou a fazer uma série de perguntas a fim de confirmar se estavam falando da mesma pessoa, conforme diálogo que procurei reproduzir abaixo:

Alice: *a Manuela, a menina de 4 anos, já esteve aqui na creche. Ela [Vanessa] não tem marido?*

Leandra: *a princípio não. Ela mora nos fundos da casa da mãe dela. Ela tinha, lógico, o pai das crianças, mas agora ela tá sozinha.*

Alice: *ela trabalha onde?*

Leandra: *ela trabalha de faxina. Ela tem três faxinas fixas.*

Alice: *ela não trabalha numa escola?*

Leandra: *não.*

Diante do desconforto cada vez mais visível de Leandro, a diretora da escola tentou explicar as razões para sua desconfiança – *“sabe o que é? Às vezes, eles vão lá [no CRAS] e te contam uma história que não bate”*. Conforme nos informou, havia uma dinâmica quanto à distribuição de bolsas para SMED, segundo a qual, os beneficiados tinham direito a bolsa integral por seis meses, *“para procurar emprego”* e, caso não conseguissem *“se reestabelecer”*, a bolsa era renovada por mais seis meses – *“é assim que funciona. Só que é assim, a Manuela já esteve aqui, já teve uma ajuda, não pagou...”*.

Leandra, com tom de voz mais ameno, mas não menos firme, confirma que as crianças já estiveram na escola, mas que o valor da creche era muito alto para Vanessa, o que se tornava um impeditivo para que ela matriculasse os dois filhos. Segundo ela, a mãe estava disposta a pagar a mensalidade, mas seria necessário que a diretora reduzisse o valor em 50%.

A diretora insistiu *“mas é isso que eu estou te falando. A gente já ajudou. Ajudamos até ela se estabelecer. A gente não cobrou. Mas daí ela arrumou um emprego, se estabeleceu. Daí passou um tempo, ela achou que eu ia cobrar, daí ela não trouxe mais as crianças”*. Leandro, no entanto, não pareceu convencida e, disposta que estava a sair da escola com a garantia das vagas, solicitou que a diretora confirmasse as informações sobre

Vanessa. Alice aceitou a proposta de Leandra e finalizou dizendo: *“vou fazer isso. Por que daí a gente já sabe com quem tá lidando”*. Segundo a diretora, esses *“cuidados”* são necessários porque a creche está com lotação acima do permitido e, desta forma, eles têm dado preferência para as *“prioridades”*. Indicou ainda que a prefeitura não cumpre o estabelecido pela *“parceria”* existente entre eles, não contribuindo com água, luz, sequer com as educadoras – *“precisamos manter [a creche] sem a prefeitura”*.

A assistente social, incansavelmente, tentava demover Alice quanto à recusa da liberação das vagas para Vanessa. Em um determinado momento, passou a elogiar a escola dizendo que a própria Vanessa havia comentado o quanto as crianças eram bem tratadas ali, o quanto ela desejava que seus filhos pudessem frequentar a escola *“que todo mundo elogia muito”* e, além de tudo, ficava muito próxima de sua casa.

A partir deste momento, as duas mulheres passaram a evocar possíveis desfechos para a situação, mencionando o que cada um deles acarretaria para elas próprias. Enquanto Alice argumentava que *“se ela não for essa pessoa, qual é nossa intenção? Ajudar! Porque não adianta largar mais um para passar fome por aí!”*, Leandra, enfatizava, *“mas é isso que eu estou te dizendo. O que eu sei é que se ela não conseguir esta vaga, ela vai precisar largar o serviço e é mais uma para gente...”*, é Alice quem completa a frase: *“mais três. Mais gente para vocês [assistentes sociais] terem que correr atrás – dela e dos três filhos!”*.

A diretora da escola, todavia, mostrava-se inconformada com a *“falta de consideração”* das pessoas por ela *“ajudadas”*, segundo afirmou, *“a gente sempre procura ajudar, mas daí na hora em que eles se estabelecem...”*, Leandra completou: *“daí eles somem, né?”*.

Alice se afastou por alguns instantes quando foi até o escritório procurar se informar se Vanessa era a mesma pessoa que já estivera em sua escola antes. Enquanto isso, Leandra comentou comigo que admirava muito o trabalho desenvolvido na escola – *“ela é muito comprometida. Me disseram que ela faz um trabalho lindo com essas crianças, cuida das feridas. Ela tem muita vocação para trabalhar com as crianças”*.

Comentei sobre outra escola da região (a escola de Paula) que havia começado como um *“empreendimento familiar”* e em pouco tempo se transformou em uma *“creche comunitária”*, como a responsável. Leandra começou a rir e comentou – *“aqui em Alvorada é assim, tudo que tu vai fazer acaba sendo municipalizado. Só no social! Só no social!”*.

Quando retornou à sala, a diretora reconheceu que havia se confundido e que o nome da *“outra mãe”* era Cíntia e não Vanessa. Leandra pareceu aliviada e reforçou que elas deveriam discutir sobre as condições em que as bolsas seriam ofertadas, negociar valores, prazos, etc., e reiterou a importância das vagas para Vanessa - *“ela precisa disso senão vai ficar desempregada”*. Por fim, abraçada a Alice, ela disse *“eu te agradeço muito”*

pelo apoio!”, enquanto a diretora, por sua vez, de forma bastante simpática e até inusitada dada a tensão em que o diálogo entre as duas decorreu afirmou – *“olha guria, se tu precisar de alguma coisa, é só me procurar! É que aqui nós somos assim... onde come um, comem dois”*.

Alice comentou que a escola *“vive de doações”* e que a parceria firmada com a prefeitura se limita a remessas de dois botijões de gás por mês à escola (insuficientes, segundo a diretora, principalmente no inverno). A diretora afirmou que no ano anterior [2010] havia quinze *“crianças mandadas pela prefeitura”*, período em que eram gastos 14 litros de leite pela manhã, 14 litros de leite à tarde e outros 14 litros às 16h (*“lanche de reforço”*), dada a idade da maioria das crianças¹³⁹, no entanto, passaram *“quase o ano todo”* sem leite para oferecer às crianças. A maioria das crianças passa a frequentar a escola ainda bebê e permanece até os 11, 12 anos de idade. Segundo Alice, *“nós temos umas crianças aqui que até dizem ‘somos os filhos da Nice’. Por que eu os cuido desde pequenos”*.

Para Alice, assim como para Paula (responsável por outra *“creche comunitária”* da região), o *“pior dia da semana”* é a segunda-feira, segundo elas, porque as crianças ficam sujeitas a ausência de cuidados e alimentos em casa e voltam para escola *“mais magras”¹⁴⁰, “mais sujas”, “mais doentes”* e com *“mais fome”*. Conforme Alice, *“segunda é que é o dia! É feijão e arroz... e vai, vai, vai. Tu faz três quilos de arroz e vai tudo!”*.

Ambas as diretoras – Alice e Paula – possuem uma estratégia bastante parecida para obter maiores doações ou aumentar o número de voluntários (pessoas que se disponibilizam para a *“Hora do Conto”*, por exemplo) – elas convidam possíveis doadores a visitarem a escola, para almoçarem com as crianças, frequentarem os eventos que promovem (Chá de Mães, Festa do Dia das Crianças, Festa de Natal, etc.). A intenção, no entanto, não é apenas aproximar possíveis doadores da *“realidade das crianças”*, mas também aproximar as crianças de uma realidade da qual elas estão distantes, conforme Paula: *“nossa comida aqui é muito boa! Eu até convido as gurias do Posto [de Saúde] para vir almoçar aqui. Não pela comida, mas para elas verem como é aqui. E para eles [crianças] terem um convívio social. Para eles terem uma noção de como as coisas são. Por que aqui embaixo o que eles vão ter?”*.

¹³⁹ A escola atendia (ou *“abrigava”*, nos termos de Alice) em média sessenta crianças entre 0 e 12 anos de idade.

¹⁴⁰ É comum a utilização de um suplemento alimentar (uma espécie de farinha *“reforçada”*) junto a alimentação diária das crianças. Essa farinha é produzida e entregue pelas agentes da Pastoral da Criança (que, em atividades específicas, fazem a pesagem das crianças e entregam a farinha para aquelas que são consideradas abaixo do peso). Chamou-me atenção, no entanto, observar como as crianças voltavam à escola visivelmente *“mais magras”*, mas Paula é quem me explicou que, na verdade, a farinha utilizada durante a semana as fazia *“inchar”*, logo, uma vez que não a utilizavam no fim de semana, o inchaço diminuía e elas aparentavam ter emagrecido.

Os critérios para o atendimento das crianças é arbitrário, não atendendo, portanto a uma regularidade, de modo que os casos são avaliados individualmente. Em alguns momentos, atendia-se uma criança porque se considerava que esta estivesse em situação de “vulnerabilidade” associada a falta de cuidados dos pais, uma vez que estava sob responsabilidade de vizinhos (associados frequentemente a ideia de “rua” e por isso, potencialmente prejudiciais ao “desenvolvimento sadio” das crianças), pessoas idosas ou por não conviverem com um dos pais (acompanhei alguns casos de crianças cujos pais estavam cumprindo pena prisional, por exemplo). Em outros momentos, contudo, o critério era justamente o contrário, era a confluência da “necessidade” apresentada pela “família” aos cuidados que demonstravam ter em relação às crianças, como no caso contado por Alice. Segundo ela, tratava-se de uma mãe que *“dormia abraçada com os dois filhos em cima dela no piso da área [externa] de uma casa”*, emocionada Alice argumentou sobre sua decisão em “ajudar”: *“dá aquilo que me comoveu... dormindo na rua com os dois filhos. Ela não os abandonou, né!”*.

O desfecho da história não poderia ser mais promissor. Segundo Alice, uma vez que as crianças passaram a ser sua responsabilidade, a mãe pôde procurar por emprego e conseguiu, assim, *“uma colocação na Igreja com uma irmã”*. A mesma Irmã *“conseguiu uma casa”* para que a mulher ficasse *“por um tempo”* com seus filhos, enquanto Alice se responsabilizara em enviar diariamente para ela a sobra de comida da creche (*“em um pote de margarina”*) para que não *“incomodasse na casa onde estava com seus filhos”*.

Atualmente, a mulher trabalha de segunda a sexta-feira fazendo faxina, *“só não trabalha sábado e domingo porque fica com eles [os filhos]”* e mora *“em casa de aluguel”*. Emocionada ela ainda comenta que *“a gente achava que os filhos dela não iam se criar. Eles eram pura ferida. Não dava nem coragem de pegar no colo. Hoje, são os meus xodós!”*. As crianças chamam Alice de “dindinha” e ela procura incentivá-los a “estudar”. À menina ela diz – *“a tia quer que tu estudes. Porque quando tu crescer, tu vais ser professora!”*. O carinho das crianças e o reconhecimento do trabalho que desenvolvem por parte dos pais (mas também dos doadores e dos profissionais vinculados à prefeitura) fazem, segundo ela, *“todo o sacrifício valer a pena”*.

5.3 ESPAÇOS DE DISPUTAS POLÍTICAS E MORAIS

5.3.1 Fórum Não Governamental das Entidades Civas

O Fórum de Entidades de Assistência Social do município de Alvorada passou a ser organizado em agosto de 2011. Um dado relevante é que Alvorada apesar de contar com muitas entidades prestadoras de serviços socioassistenciais¹⁴¹ (religiosas e não religiosas), conta com apenas 24 entidades registradas no CMAS. Sendo estas, em sua totalidade, de confissão religiosa. Quando as primeiras reuniões do Fórum aconteceram o debate girava em torno da presença de representantes de algumas entidades e organizações “comunitárias” locais que, mesmo participando das reuniões do CMAS, não se encontravam registradas. Os representantes das entidades religiosas, as únicas, que por serem registradas no Conselho, poderiam ser consideradas “*entidades prestadoras de atendimento socioassistencial*” almejavam formular o regimento interno limitando com isso a participação de entidades e instituições que não dispusessem do mesmo *status*. As discussões em torno desta questão foram inúmeras e a cada reunião os representantes de organizações locais (algumas religiosas com menos expressão local, como a SEICHO-NO-IE, por exemplo) traziam consigo novos membros, tornando-se, em alguns momentos, a maioria. A intenção, como eles me diziam, era constituir um “*núcleo duro*”. Como uma das representantes me disse certa vez, o objetivo era impedir que o Fórum adquirisse uma identidade, tal como foi proposta pelas entidades religiosas, antes que as outras entidades fossem chamadas à discussão. Segundo ela ainda, e outras pessoas com as quais tive oportunidade de dialogar sobre isso, as chamadas para a consolidação do Fórum foram feitas “*na surdina*” e, em última instância, seria a chance destas entidades fortalecerem ainda mais a relação que já possuem com o governo municipal. O que a princípio não seria um problema não fosse o fato de que por conta do *status* que possuem acabam por impedir uma maior aproximação de outras instituições com a Prefeitura local.

Em uma dessas reuniões, fui chamada para “*tomar um café*” com alguns destes representantes que brigavam por um espaço no CMAS e no Fórum. Mostrando-se indignados com os rumos que o Fórum e o Conselho estavam tomando, afirmavam que as entidades Centro Educacional Luterano e Centro Católico atendem os “*beneficiários*

¹⁴¹ Refiro-me aquelas entidades cujas ações e práticas podem ser enquadradas enquanto socioassistenciais, segundo as diretrizes nacionais.

referenciados” de alguns CRAS e por isso, recebem um repasse, segundo eles, “altíssimo”, da Prefeitura. A questão é que por serem maioria no CMAS e estarem presentes em boa parte dos Fóruns e Conselhos do Município, estas entidades votariam em conjunto a favor de seus próprios projetos, conseguindo assim financiamentos e repasses que outras entidades vêm tentando buscar a algum tempo e não conseguem por serem menos articuladas politicamente.

A presença constante destes atores nestes espaços deliberativos e, o debate que se seguiu, repercutiu na alteração do nome do Fórum, antes chamado de “Fórum de Entidades Não Governamentais de Assistência Social” e, atualmente intitulado de “Fórum Não Governamental de Entidades Cívicas”. Sobre a mudança na estrutura do Fórum é possível encontrar um relato de uma das reuniões publicado no blog oficial do mesmo:

***[Em reunião de dezembro de 2011]** Salientou-se a necessidade de definir quem participa ou não do Fórum uma vez que se configura como um Fórum para entidades não governamentais e em um primeiro momento acreditava-se que era um espaço para entidades de assistência social. No entanto, acordaram no sentido de que é um espaço para formação, discussão e aberto, portanto, a outras demandas políticas (mulheres, crianças, segurança alimentar, por exemplo). Salientou-se também a importância de se construir uma identidade do Fórum o que só será possível quando não houver tanta circularidade entre os participantes. Da mesma forma, questões importantes como “o que é um fórum” e a elaboração do regimento interno foram postas em discussão. Acordou-se, neste sentido, que o Fórum encontra-se ainda em processo de formação e organização, devendo-se, portanto, divulgar as atividades um maior número de instituições e incitar a participação de todos os interessados. Daí a necessidade de constituir uma identidade do Fórum a fim de assegurar sua efetiva representatividade.*

5.3.2 Fórum “Igreja Católica e Políticas Públicas”

No dia 25 de outubro de 2011, ocorreu o evento organizado e promovido pela Arquidiocese de Porto Alegre com o tema “As Políticas Públicas e a Igreja Católica”. O objetivo do encontro era discutir:

“A interação da ação social da Igreja com as políticas públicas voltadas para a área social. (...) A proposta do Fórum é potencializar a integração da Igreja com o poder público na execução das políticas sociais e promover o conhecimento para o acesso aos recursos públicos para investimento social no Estado e nos municípios. O evento vai promover um diálogo com os órgãos públicos e entidades da sociedade civil, para que a Igreja possa atuar em parceria com essas instâncias e qualificar a sua ação com a utilização de recursos públicos¹⁴²”.

¹⁴² Nota sobre o evento no site da CNBB Sul. Fonte: <http://cnbbsul3.org.br/paf.asp?catego=11&exibir=1578>. Acesso em 20 de fevereiro de 2012.

Através dos painéis “Políticas Públicas e a Igreja Católica” e “Reposicionamento da ação social da Igreja na interface com as políticas públicas” e, contando com a presença de “líderes católicos” e “líderes servidores”¹⁴³, bem como de especialistas, como o advogado que assessora as organizações eclesiais, por exemplo, o evento proporcionou um interessante debate sobre a consolidação da PNAS e as possibilidades em relação às parcerias entre a Igreja e o Estado. De um lado, membros da Igreja ressaltavam que a “Igreja assume a continuidade da obra iniciada por Jesus, o serviço [voltado] aos mais pobres e excluídos está no DNA da Igreja” (Diácono Ivo Guizardi), remetendo aos Apóstolos de Jesus as “primeiras atividades organizadas pela Igreja a fim de atender os necessitados (as viúvas e os pobres)”. De outro, representantes do poder público, como a Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, à época Sofia Cavedon, salientaram a importância do “chamado da Igreja no que tange às políticas públicas” e, segundo sua análise, por tratar-se de uma “interlocução qualificada” é válido questionar “o que seria da assistência social sem a contribuição da Igreja Católica?”.

De modo geral, à Igreja Católica foram apresentadas aquelas que os especialistas consideram serem as iniciativas primordiais para os próximos anos, são elas: **a)** tornar os beneficiários da assistência social cidadãos autônomos; **b)** superar a visão assistencialista; **c)** participar dos diversos conselhos e promover o controle social; **d)** discutir os orçamentos destinados ao serviço social e exercer influência no seu rumo e, **e)** ser visto pelo poder público como parceiro. A importância da presença dos representantes católicos nos Conselhos foi salientada diversas vezes por quase todos os painelistas e o que está em jogo, segundo eles, é o fato de que estes representantes “qualificam o processo nos conselhos e são, também, qualificados pelos conselhos”.

Ao mesmo tempo, reconhece-se que à Igreja cabem novas responsabilidades, como por exemplo, o cuidado que se espera que ela tenha no uso do dinheiro público, a maior especialização de seus agentes e o crescimento - correspondente às atividades que vêm desempenhando - de sua estrutura. No que tange ao uso do dinheiro público, Fabiano Pereira, secretário de Direitos Humanos do RS e ex-seminarista, afirma “boa parte dos nossos projetos [do Estado do RS] são desenvolvidos com a Igreja. A gente sabe quem atua com responsabilidade, quem atua como missão”. E anunciava ter em andamento um projeto com um orçamento de 150 milhões de Reais a partir do qual novamente se estabeleceria relações entre o Estado e a Igreja Católica (Programa de Oportunidade e Direito – POD).

¹⁴³ Expressão utilizada por Jairo Jorge (Prefeito de Canoas). O prefeito apontava para o “desafio de ser um líder servidor” e a importância da presença do “cristão na política”.

Os católicos também foram chamados à responsabilidade quanto à política partidária. Miki Breier (Deputado Estadual [PSB¹⁴⁴], representante do Legislativo e ex-seminarista) pedia que os líderes religiosos “*semeassem mais esperança no que diz respeito à política*”. Criticou a Igreja, por que esta, segundo ele, “*beira a omissão nas campanhas políticas. Depois fica fácil dizer que tá tudo ruim, que não tem solução*”. O debate girou em torno da necessidade da Igreja de “*readaptar, modificar e direcionar*” seus esforços e suas ações tendo em vista as políticas públicas. Para tanto, neste momento de “*transição e desafio*”, além da necessidade crescente de criatividade para captar recurso, caberia a ela “*elaborar bons projetos, buscar novos apoiadores, priorizar os jovens, aproveitar seu histórico no que tange à ação social*”, sentenciou Breier.

Foi, no entanto, o advogado e assessor da Arquidiocese, Marco Rippel, que, apresentando o marco legal e as diretrizes sobre as quais a Igreja deve se pautar, que encerrou os debates afirmando alguns pontos e acrescentando outros. Segundo ele, se por um lado, surge uma regulação do terceiro setor pelo poder público (através da PNAS, do SUAS, etc.) a partir do qual a Igreja deve atualizar suas linhas, por outro, “*a legislação não está colocando em xeque a ação da Igreja. Está propondo uma diretriz legal para adequação das ações reconhecidas para fins de assistência social (inclusive de apoio financeiro) daquelas ações próprias da Igreja, de cunho religioso*”.

Ainda que na história do serviço social tenha havido diversos momentos em que suas ações estiveram estreitamente relacionadas às práticas confessionais e pastorais, podemos observar atualmente um quadro que, devido à nova legislação da assistência social e a estrutura insuficiente do Estado para manter as exigências e diretrizes do SUAS, em transformação. Se por um lado, a religião tratou de modificar e ressignificar o serviço social nascente na América Latina, por outro, as novas (na verdade, antigas) demandas sociais e as novas legislações estão redesenhando a práxis religiosa assistencial. Transformando seus discursos, inserindo novos profissionais e novas perspectivas neste espaço antes reservado aos fiéis, temos práticas comuns e antigas sendo reordenadas e ressignificadas a partir de um novo contexto sócio-político. No entanto, a forte presença destas entidades em espaços deliberativos pode indicar os rumos que a política de assistência social está tomando no Brasil. Cabe-nos mantermo-nos atentos aos movimentos que estes atores fazem, ora juntos, ora separados para tentarmos identificar se a política está se encaminhando para um caráter mais ou menos conservador.

¹⁴⁴ Partido Socialista Brasileiro.

Neste espaço social em que se pode observar uma forte e constante circulação de dinheiro (oriundos do Estado e das doações¹⁴⁵ para as instituições), de cuidados (das instituições em relação aos “usuários”) e de “gratidão”, “respeito”, “reconhecimento” (dos “usuários” em relação às instituições)¹⁴⁶, não conseguimos distinguir claramente as delimitações de cada um dos universos postos em questão. Como uma primeira tentativa de elucidação poderia sugerir que não há, efetivamente, tantos universos distintos como eu acreditava existirem no início da pesquisa, havendo desta maneira, uma área de atuação que por configurar-se como *híbrida*, já não permite que seja feita uma análise das ‘partes’. Deste modo, se como sugeriu Bourdieu, cada campo produz interesses diferentes, particulares, como se dá o processo de interlocução, de interpenetração dos campos? Quando o mundo religioso aproxima-se ou insere-se no mundo burocrático, estatal, serão os preceitos confessionais a manifestar-se mais fortemente? Ou, diante da mesma situação teríamos um diálogo de surdos em que cada um dos atores envolvidos exprimiria seus próprios anseios retirando assim da relação benefícios particulares e nada mais?

Se desejarmos considerar qualquer uma das alternativas parece-me que a possibilidade de interação, de comunicação e, a própria possibilidade de relação são nulas em ambos os casos. E mais, precisaríamos considerar os agentes como seres não apenas formados, mas definidos desde o início por seus campos, prontos, porque não passíveis de receber influência de qualquer mundo externo ao seu. Não acredito, no entanto, que esta explicação seja minimamente aceitável para tornar compreensível as experiências descritas aqui. Tendo, portanto, há enxergar nestas relações uma intensa fonte de negociação. Não se negocia, contudo, apenas o poder decisório, financeiro e religioso, mas também os significados e os sentidos atribuídos à prática profissional. É neste contexto em que significados, práticas, ações e linguagens são negociados, transfigurados, ressignificados. Há, tal como enxergo, não apenas um impacto da religião no serviço social, mas um impacto considerável, das novas diretrizes da política de assistência social nas práticas religiosas voltadas à “questão social”.

¹⁴⁵ Provenientes, em grande medida, da cooperação internacional.

¹⁴⁶ Parece-me que um estudo complementar focado nos significados que estas ações têm para os usuários dos serviços se faz urgente.

CONCLUSÃO

A pesquisa a que me propus objetivava refletir acerca dos *usos sociais do dinheiro*, tema tradicional no âmbito da Antropologia Econômica. Ao apoiar-me sobre a perspectiva de que o dinheiro se constitui um elemento sujeito às relações sociais que o qualificam e, por esta razão, suscetível a diferentes significações, aponte para as estratégias engendradas tanto no interior da rede de proteção social que se forma em torno dos beneficiários, quanto nos núcleos domésticos sobre os quais o programa incide, a fim de potencializar e adequar a presença do dinheiro nestas relações.

O desenho institucional do PBF, com suas linhas de elegibilidade, suas condicionalidades e seus critérios de seleção, é construído em nível nacional, mas sua efetiva implementação se dá em nível municipal. Desta forma, ao observarmos com mais atenção as condições sobre as quais o BF é implementado, a estrutura de que dispõem os municípios (no que diz respeito especialmente à oferta das condicionalidades), os agentes que são chamados a operar diretamente o programa e interagir com seus beneficiários e as disputas políticas e morais travadas no seio do processo de sua execução, nos remetemos não apenas às estratégias de implementação por parte dos gestores públicos, mas também ao percurso realizado e às estratégias visando o acesso ao recurso por parte dos beneficiários.

Entre suas características mais marcantes, encontra-se o fato de que, diferentemente de outros Programas de Transferência de Renda já implementados no país, o PBF não orienta nem condiciona o uso do recurso financeiro por parte de seus beneficiários. Isto é importante também na medida em que os gestores consideram um avanço a ausência de intermediários entre o recurso e o receptor final, já que o pagamento é realizado via processo bancário. No entanto, são inúmeros os agentes envolvidos diretamente com as famílias beneficiárias e, do mesmo modo, são inúmeros os entendimentos e concepções acerca do programa, de sua função e mesmo de sua influência sobre a vida dos “pobres” aos quais, em última instância, se dirige.

Neste processo de construção da identidade do PBF, que se inicia na elaboração de seu desenho institucional, mas que segue se transformando e se refazendo ao longo do percurso existente entre a Caixa Econômica Federal e a casa de cada um dos beneficiários, uma diversidade incrível de significados, sentidos e juízos de valor são agregados ao programa e, principalmente, àquilo que o define – a transferência monetária. Seu público alvo, os “pobres”, por excelência, são também fonte de interesse e de intervenção de outros

atores, cujas intencionalidades nos remetem desde a dimensão religiosa até a do direito. Estes agentes contribuem sobremaneira no processo de ressignificação do recurso proveniente do programa, imprimindo sobre as famílias alvo de suas intervenções marcas condizentes com suas ideologias e confissões religiosas.

Deste modo, ao me debruçar sobre um dos circuitos que se formam em torno dos beneficiários – o da assistência social – deparei-me com práticas, instituições e agentes com atuações bem diversificadas. Enquanto o principal critério de seleção do PBF é a renda familiar – que precisa ser adequada às linhas de pobreza do programa -, os agentes vinculados à área de atuação considerada, em Alvorada, a “porta de entrada” para o BF – o serviço social - compreendem que mais importante que destinar os recursos aos “pobres” é destiná-los aos “mais pobres” entre os “pobres”, os assim chamados “vulneráveis”. De forma semelhante, na rede de proteção não governamental que se estabelece e atua em nível local, a oferta dos serviços e cuidados (principalmente às crianças) se dirige aos “carentes” que seriam, em última instância, aqueles reconhecidamente “pobres” em uma coletividade que partilha as mesmas condições socioeconômicas.

Neste processo de “pré-seleção” que visa direcionar ao cadastramento aqueles que “realmente precisam” do benefício ou, em outras palavras, aqueles que “precisam mais”, cria-se como estratégia, por parte dos que almejam o recurso, uma retórica baseada no sofrimento, cujo objetivo principal é convencer as assistentes sociais de suas “reais” necessidades. O programa, como se sabe, prioriza a titularidade das mulheres, consideradas mais aptas na administração da economia doméstica e, do mesmo modo, tende a considerar que estas se encontram em maior “vulnerabilidade”, uma vez que possuem maior dificuldade de integrar o mercado de trabalho formal e que, comumente, permanecem com os seus filhos quando, por ventura, separam-se de seus companheiros.

Neste sentido, parte-se do pressuposto de que os homens-pais estão ausentes ou, quando presentes, não são capazes de se responsabilizarem pelos cuidados destinados à família do mesmo modo que as mulheres. Ao priorizar o atendimento às mulheres-mães e às crianças e adolescentes, as regras do programa abrem espaço para que a suposta ausência dos homens se concretize enquanto um dado inquestionável sobre as necessidades e “vulnerabilidades” das famílias. As mulheres com as quais mantive contato compreendiam este dado e faziam uso desta possibilidade, ora para acessar mais facilmente o recurso, ora para terem a oportunidade de administrar um recurso que permaneceria fora da ingerência de seus companheiros. Os homens, por sua vez, talvez por compreenderem e sentirem o peso da reprovação moral a que são submetidos nestas ocasiões, incomodam-se com a presença das assistentes sociais e das agentes de pastorais e evitam acessar os serviços que estas entidades e organizações oferecem.

Além da já referida falta de atenção aos homens, o programa, ao favorecer o atendimento às mulheres enquanto mães (privilegiando aspectos reprodutivos) reforça a divisão sexual do trabalho tradicional – homem-pai como provedor e mulher-mãe como cuidadora. Ao ressaltar a impossibilidade que estas famílias encontram para viver um modelo familiar considerado por muitas delas ideal, o programa favorece o atravessamento e a constante tensão entre diferentes universos de valores, entre diferentes configurações morais, entre as quais se encontra a própria noção de família e suas expectativas quanto às obrigações e deveres.

O dinheiro do PBF – compreendido ao longo desta dissertação como um “dinheiro especial” - apesar de dispensar intermediários entre o recurso monetário e o seu receptor final, exige a presença de agentes de diversas áreas de atuação e modalidades de intervenção. Assim, o dinheiro, considerado inicialmente por mim como um elemento marcado prioritariamente por gênero e classe – dinheiro feminino e dos/para os pobres – mostrou-se permeado por uma infinidade de relações sociais pautadas sobre diferentes modalidades de poder e hierarquia. Do mesmo modo, para além dos sentidos que o recurso recebe desde o momento em que as diretrizes do programa são definidas, passando pelo complexo processo de implementação e execução, o dinheiro é constantemente ressignificado até chegar à casa das famílias beneficiárias, a partir das quais recebe novas marcas e sentidos de acordo com as configurações domésticas e com as expectativas e ideais morais vinculados à família e a dimensão de gênero.

Assim, a configuração moral em torno do dinheiro do PBF varia de acordo com outras modalidades de organização e ajustes, como aquelas constituídas pelos núcleos domésticos e as composições e interações travadas no âmbito da rede de proteção social, por exemplo. No que diz respeito às composições domésticas, os casos centrais apresentados ao longo desta explanação figuravam em torno não apenas da ausência ou presença dos homens-pais, mas também da ocupação e efetiva participação destes homens na provisão de seus lares.

Também a trajetória dos beneficiários na “pobreza” marcam significativamente as compreensões e atribuições que dirigem a este recurso em especial. Aquelas famílias cuja situação social e econômica sofreu alterações consideradas positivas por minhas interlocutoras se permitem adquirir bens e consumir itens que antes não figuravam entre suas prioridades. Ao contrário, no entanto, a beneficiária que fora “rica”, que possuía “*tudo do bom e do melhor*”, ao tornar-se “pobre” enxergou no dinheiro do PBF uma possibilidade de manter, ao menos, as aparências. Segundo compreendo, esta atitude revela pouco sobre o poder de compra do benefício e mais sobre as possibilidades de não precisar se expor ao mercado de trabalho e aos possíveis julgamentos que ela teme enfrentar. Poupar,

“priorizar”, adquirir “o necessário do necessário” não é mérito unicamente de Maria Rosa. A diferença, contudo, encontra-se na possibilidade que a maior parte das famílias beneficiárias encontrou de estender o domínio do “necessário”. Lazer, roupas “de marca”, iogurtes, uma caixa a mais de leite no fim do mês, uma peça de carne ao invés dos habituais pacotes de salsichas, ou ainda, o xampu elaborado para atender as especificidades do seu tipo de cabelo. Privilégios que poucos possuíam, tornam-se, a partir do PBF, itens de uso frequente. O que antes era “supérfluo” se torna “necessário”, na medida em que faz-se possível.

É justamente sobre a perspectiva de ter um recurso “garantido” no final do mês, apesar do constante medo de “perder o Bolsa” (produzido não apenas porque compreende-se que ele não se constitui um direito, mas também porque a maior parte das pessoas têm dificuldades em compreender os meandros do programa, dada a sua intrincada malha burocrática), que se abrem para alguns beneficiários possibilidades não apenas de consumo, mas também de trabalho, de produção. O caso da beneficiária que ofereceu a totalidade do recurso do programa como pagamento da creche de suas duas filhas e, com isso, viabilizou a realização de atividades remuneradas regulares, comprovam o que digo.

Considerando os valores morais não apenas como elementos que atravessam os discursos e usos do referido dinheiro, mas também como aquilo que move os sujeitos em torno dele, concluí que a almejada “autonomia” a que os beneficiários estariam sujeitos é, na verdade, relativa, uma vez que as expectativas em relação ao dinheiro do programa estão subordinadas tanto à identidade de seus receptores quanto às relações de “ajuda”, de “reciprocidade” e também de gênero a que estão sujeitos. Assim, em torno do PBF se constituem diversos circuitos, entendidos aqui como espaços sociais com delimitações claras em relações a outros, nos quais se constituem não apenas relações e laços interpessoais e pessoais específicos, mas também marcas distintivas, classificações, normas, práticas, símbolos, meios de troca, valores morais, interdições e emoções.

Levando em conta apenas o que considerei, em um primeiro momento, como sendo o circuito composto pela assistência social, deparei-me não com um, mas com inúmeros circuitos. Circuitos compostos por unidades públicas e agentes governamentais, por entidades não governamentais de confissão religiosa e seus respectivos atores, por organizações e agentes que se mobilizavam em torno de cuidados e proteção social em nível local. Cada um destes circuitos, destes espaços cujas fronteiras são cuidadosamente guardadas, atua sobre o cotidiano dos beneficiários do PBF de uma maneira distinta. Imprime sobre seu público alvo diferentes marcas, expectativas e, do mesmo modo, exige contrapartidas, condutas pessoais e retribuições distintas. Marcas que ganham sentido através das diversas classificações às quais os beneficiários estão sujeitos ao longo deste

processo – “elegíveis”, “beneficiários”, “usuários”, “vulneráveis”, “carentes”, “assistidos”, etc. Marcas que apontam, sobretudo, para a diversidade de concepções sobre a “pobreza”.

Estas diversas instâncias atuam em consonância com as diretrizes do programa; no entanto, ao promoverem novas classificações aos beneficiários do BF – algumas vezes concorrentes entre si – forjam, no seio do programa, uma economia moral cujo principal vetor é o dinheiro proveniente do programa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam et al. Bolsa Escola. Melhoria Educacional e Redução da Pobreza. Brasília: Unesco, 1998
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. "The danger of a single story". Apresentação realizada em 2009. Disponível em http://www.ted.com/talks/lang/eng/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html, Consultado em 18 de fevereiro de 2013.
- ALVORADA. Site institucional: <http://alvorada.rs.gov.br/>. Consultado em 15 de fevereiro de 2013.
- AMORIM, Francisco. Prefeito de Alvorada rejeita prisão na cidade. Zero Hora, Porto Alegre, 01 de abril de 2009. Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2009/04/prefeito-de-alvorada-rejeita-prisao-na-cidade-2460903.html>. Consultado em 07 de abril de 2013.
- ARAÚJO, Cleonice Correia. Pobreza e Programas de Transferência de Renda: concepções e significados. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Maranhão: São Luís, 2007.
- ARAÚJO, Maria do Socorro Sousa de. "FOME DE PÃO E DE BELEZA": pobreza, filantropia e direitos sociais. São Luís. [no prelo]
- ÁVILA, Milene Peixoto. O Bolsa Família e a pobreza no Brasil: "detalhes" que fazem a diferença. Tese de Doutorado, PPG em Ciências Sociais-UNICAMP, Campinas. 2013.
- BACELO. Joice. 10 anos depois. Retrato de um Brasil menos desigual. Zero Hora. Porto Alegre, 4 de novembro de 2012. p. 22-24v
- BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Minela de; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. A importância das cotas para a focalização do Programa Bolsa Família. In: Bolsa Família 2003-2010: Avanços e Desafios, vol.2. Brasília: IPEA, 2010
- BARROSO, Véra Maciel. Apresentação. In: BARROSO, Vera (org.): Raízes de Alvorada: Memória, História e Pertencimento. Porto Alegre: EST, 2006, p. 31-32.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. Escolher um tema e um campo. In: Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: RJ: Vozes, 2007, p.21-43.
- BERGER; LUCKMANN. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Editora Vozes, 2003. 281p.
- BERLESI, Evandro. Coisas que Alvorada desembucha. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=m_sfaMRr6sQ. Consultado em 07 de abril de 2013.
- BICHIR, Renata Mirandola. O BOLSA FAMÍLIA NA BERLINDA? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. In: Novos Estudos CEBRAP, v. 87, 2010. p. 1-

23. Disponível em:
http://www.centrodametropole.org.br/static/uploads/bichir_novosestudios.pdf

BOLTANSKI, Luc. A moral da rede? Críticas e justificações nas recentes evoluções do capitalismo. Lisboa: Fórum Sociológico, 2001, nº5/6 (2ª série). pp. 13-35

BOURDIEU, Pierre. "É possível um ato desinteressado?" In: Razões Práticas. Campinas, Papyrus, 1996, p. 137-61.

_____. Os ritos de instituição. In: A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. SP: USP, 2008. p.97-106

BRASIL. Bolsa Família: transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde e à educação. MDS, 2013a. 20 p.

BRASIL. Lei Nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm

BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social, nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. Lei que cria o Programa Bolsa Família, nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social, PNAS/2004, 2005. p. 178

BRASIL. Relatório de Informações sobre o Bolsa Família e Cadastro Único de Alvorada/RS. Disponível em:
http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio_form.php?p_ibge=430060&area=0&ano_pesquisa=&mes_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=153&ms=585,460,587,589,450,448,464,601. Consultado em 04 de abril de 2013.

BRASIL. Relatório de Informações sobre o Bolsa Família e o Cadastro Único para programas sociais do governo Federal 2013b. Disponível em:
http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio_form.php?p_ibge=&area=0&ano_pesquisa=&mes_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=153&ms=623,460,587,589,450,448.

CAILLÉ, Alain. "O Dom entre o interesse e 'desinteressamento'". In: Paulo Henrique Martins & Roberta Campos Bivar. Polifonia do Dom. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2006, p. 25-65.

CASTRO, Manuel Manique. História do Serviço Social na América Latina. São Paulo: Cortez, 2010, 176p.

COHN, Amélia. Cartas ao Presidente Lula: Bolsa Família e Direitos Sociais. Rio de Janeiro: Pensamento Brasileiro, 2012, 189p.

COMIM, Flavio V; BAGOLIN, Izete Pengo; PORTO JR, Sabino da Silva; FILHO, Reisoli Bender; AVILA, Rodrigo Peres de. Relatório sobre indicadores de pobreza multidimensional e pobreza extrema para Porto Alegre. UFRGS e Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local de Porto Alegre. Julho de 2007.

- COSTA, Ana Bénard da. Famílias na Periferia de Maputo: Estratégias de sobrevivência e reprodução social [tese de doutorado]. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2002, p.300
- COTTA, Tereza Cristina; PAIVA, Luís Henrique. O Programa Bolsa Família e a proteção social no Brasil. In: CASTRO, Jorge Abrahão; MODESTO, Lúcia (org.). Bolsa Família 2003-2010: Avanços e Desafios, vol.1. Brasília: IPEA, 2010. p.57-100
- CRESPO, Antônio Pedro; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. ERA-Eletrônica, v1, n1, jul/dez 2012.
- CUSTÓDIO, Aline. Eles têm cara. Diário Gaúcho. Porto Alegre, 17 de abril de 2013a.
- CUSTÓDIO, Aline. Vergonha na cara. Diário Gaúcho. Porto Alegre, 18 de abril de 2013b.
- CUSTÓDIO, Aline. A pobreza é cara. Diário Gaúcho. Porto Alegre, 19 de abril de 2013c.
- CUSTÓDIO, Aline. Cara da reação. Diário Gaúcho. Porto Alegre, 20 de abril de 2013d.
- DAMO, Arlei Sander. “O espectro do dom”. In: “Do dom à profissão”. São Paulo: HUCITEC, 2007, p. 185-225.
- DAPUEZ, Andres. “Promesas rituales y compromisos de libre mercado. Regímenes de futuro en una comunidad de Yucatán”. Revista Cuicuilco N ° 51 79- 100, 2011.
- DURKHEIM, Émile & MAUSS, Marcel “Algumas formas primitivas de classificação” in: Durkheim , Ática, S. Paulo, 1984.
- ESQUIVEL, Valeria; FAUR, Eleonor e JELIN, Elizabeth. Hacia la conceptualización del cuidado: família, mercado y estado. In: Documento de Trabajo. Buenos Aires, 2009, p.1-29
- FASSIN, Didier e EIDELIMAN, Jean-Sébastien. La raison humanitaire – une histoire morale du temps présent. Paris: Hautes Études/Gallimard/Seuil, 2010.
- _____. La Force de L’Ordre – une anthropologie de la police des quartiers. Paris: Seuil, 2011.
- FASSIN, Didier. “Vers une théorie des économies Morales”. In: FASSIN, Didier e EIDELIMAN, Jean-Sébastien (orgs.). Économies Morales contemporaines. Paris: La Découverte, 2012, p. 19-52.
- _____. “Introduction. Défense et illustration des économies morales”. In: _____. Économies Morales contemporaines. Paris: La Découverte, 2012, p. 19-52
- FERRET, Fabiana; WILBERT, Ivone. A Lagoa do Cocão. In: BARROSO, Vera (org.): Raízes de Alvorada: Memória, História e Pertencimento. Porto Alegre: EST, 2006, p. 106-107.
- FONSECA, Claudia. Família, Fofoca e Honra: Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, 2ª edição
- FREITAS, Maria do Carmo Soares de. Agonia da Fome. Salvador: EDUFBA, 2003, 276p

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Resumos Estatísticos dos municípios do RS: Alvorada. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Alvorada, Consultado em 18 de fevereiro de 2013.

GAEPP. Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza, Universidade Federal do Maranhão/UFMA. Disponível em: <http://www.gaepp.ufma.br/site/>

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 2008

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. In: Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 28 (2): 80-101, 2008.

GOMES, Rodrigo Machado. Joquim Club. In: Minilivro nº 15, Clube dos Escritores Alvorada-RS (CEA).

GONZATTO, Marcelo. Bolsa Família: dependentes da mesada federal. Zero Hora. Porto Alegre, 26 de setembro de 2011.

GUIMARÃES, Simone de. Serviço Social e Igreja Católica: entre o social e o religioso - vínculos e relações nos anos 80 e 90. In: Revista Praia Vermelha (Estudos de Política e Teoria Social). 12. Primeiro Semestre, 2005. p. 176-201

HERECHUCK, Talita Rondam. Identidades fragmentadas: a cidade de Alvorada/RS nas aulas de geografia. [dissertação de mestrado]. UFRGS/PPGea, 2001. p. 115

HORNES, Martín. "Las políticas sociales de transferencias monetarias condicionadas. Una perspectiva desde el Trabajo Social", 2011. Disponível em: <http://www.trabajosocial.fsoc.uba.ar/jornadas/contenidos/05.pdf>.

_____. "El dinero em feminino. Las construcciones sociales del género y su incidencia em las practicas económicas de los hogares receptores de programas de transferências monetárias condicionadas". In: Anais VII Jornadas de Estudos Sociais de La Economia: "El carácter social de los procesos y objetos económicos". Buenos Aires. 2012, 21p.

IBASE. Relatório-Síntese: Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional. Rio de Janeiro: IBASE, 2008. 233 p.

IBGE. Nota MDS: O perfil da Extrema Pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010. Maio de 2011.

IPEA. Mudanças recentes na pobreza brasileira. Comunicados do IPEA, nº 111. Setembro de 2011.

IVO, Anete L.B. Georg Simmel e a "sociologia da pobreza". Caderno CRH, Salvador, v 21, n 52, p. 171-180, jan/abr 2008.

KLEIN, Carin. "... Um cartão [que] mudou nossa vida?" Maternidades veiculadas e instituídas pelo Programa Nacional Bolsa-Escola. UFRGS [dissertação], 2003

- ALMEIDA, Paulo Henrique; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Família e proteção social. In: São Paulo em Perspectiva, 17 (2): 109 – 122, 2003
- LINDERT, Kathy; VICENSINI, Vanina. Bolsa Família nas manchetes: uma análise do tratamento dado pela mídia às Transferências Condicionadas de Renda no Brasil (Resultados Preliminares), 2008. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTLACBRAZILINPOR/Resources/ApresentacaoInternet.pdf>
- LINDERT, Kathy; VICENSINI, Vanina. Bolsa Família nas manchetes: uma análise do tratamento dado pela mídia às Transferências Condicionadas de Renda no Brasil. Banco Mundial, 2010. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/SAFETYNETSANDTRANSFERS/Resources/Lindert-CCT_Media_Study-Dec2010_PORT.pdf
- MACHILLOT, Didier. Pour une anthropologie des stéréotypes: quelques propositions théoriques. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 73-101, jan/jun 2012.
- MATOS, Elizabete Kremer de. Onze de Abril: o dia da audácia. In: BARROSO, Vera (org.): Raízes de Alvorada: Memória, História e Pertencimento. Porto Alegre: EST, 2006, p. 280.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. São Paulo: Almedina, 2008, 224p
- MDS. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: MDS, 2009, 1 ed. 72p.
- MEDEIROS, M;BRITTO, T.; SOARES, F. V. Targeted cash transfer programmes in Brazil: BPC and the Bolsa Familia. Brasília: IPC, 2008 (Working Paper n. 46). Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCWorkingPaper46.pdf>
- MELLO, Kátia Sento Sé. O sofrimento como recurso de acesso ao Direito: efeitos da política de cadastramento dos camelôs em Niterói. IN: MELLO, Kátia Sento Sé. Cidade e Conflito: guardas municipais e camelôs. Niterói: Editora da UFF, 2011. p. 161-189.
- MUGGIATI, Rober. A selva do dinheiro. Rio de Janeiro: Editora Record. 2002
- NARAYAN, D. Voices of the poor - Can anyone hear us? Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press, 2000.
- NOTA MDS. O perfil da extrema pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010, maio de 2011. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/60035720/MDS-perfil-Extrema-Pobreza-No-Brasil>
- NUNES, Augusto. Entrevista com Neili Santos Ferreira. In: VEJA ONLINE. <http://veja.abril.com.br/multimedia/video/neili-santos-ferreira-parte-12>. Consultado em 15 de janeiro de 2012a.
- NUNES, Augusto. Entrevista com Neili Santos Ferreira. In: VEJA ONLINE. <http://veja.abril.com.br/multimedia/video/neili-santos-ferreira-parte-22>. Consultado em 15 de janeiro de 2012b.

- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Antropologia e Moralidade. In: RBCS n. 24.
- OLIVEN, Ruben George. "O Vil Metal: o Dinheiro na Música Popular Brasileira". Revista Brasileira de Ciências Sociais ano 12, nº 33, São Paulo, 1997, p.143-68
- OLIVEN. "De olho no Dinheiro nos Estados Unidos". Estudos Históricos vol 15, nº 27. Rio de Janeiro, 2001, p.206-35
- OSÓRIO, Rafael Guerreiro; RIBAS, Rafael Perez; SOARES, Fábio Veras. Avaliando o Impacto do Programa Bolsa Família: uma Comparação com Programas de Transferência Condicionada de Renda de Outros Países. In: IPCevaluationnote, nº 1, Dezembro de 2007. Disponível em <http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCEvaluationNote1.pdf>
- PAPI, Luciana Pazini. Descentralização e formulação de políticas públicas em municípios pobres: o caso de Alvorada/RS [trabalho de conclusão de curso]. UFRGS: Departamento de Ciência Política, 2009. p. 56
- PAUGAM, S; SCHULTHEIS, F. Naissance d'une sociologie de la pauvreté. In: SIMMEL, Georg. Les Pauvres (Introdução). Paris: Presses Universitaires de France, [1907], 1998, p. 1-34.
- PEIXOTO, Clarice E.; CICCHIELLI, Vincenzo. Sociologia e antropologia da vida privada na Europa e no Brasil. Os paradoxos da mudança (Apresentação). In: PEIXOTO, Clarice E. et al. (org.). Família e Individualização. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000, p. 7-11
- PIONEIRO. Obesas chegam a 61,2%. <http://www.clicrbs.com.br/pioneiro/rs/imprensa/11,2382466,499,11583,imprensa.html>. Acesso em 05 de janeiro de 2012.
- PIRES, Flávia Ferreira; REGO, Walquiria Domingues Leão (orgs.). Dossiê "10 anos de Programa Bolsa Família". Política e Trabalho. Revista de Ciências Sociais, n 38, Abril de 2013.
- POCHMANN, Márcio. Apresentação. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. In: CASTRO, Jorge Abrahão; MODESTO, Lúcia (org.). Bolsa Família 2003-2010: Avanços e Desafios, vol.1. Brasília: IPEA, 2010a. p.7-11
- PORTAL 180 graus. "180graus vai a Assunção e constata: rabudo não é rato e 'parece' galinha. EQUIPE DE REPORTAGEM VIU DE PERTO: Moradores comem rabudo e desmentem UOL" , publicada em 13 de março de 2013. Disponível em: <http://180graus.com/noticias/reportagem-equipe-180graus-em-assuncao-do-piaui>. Consultado em 17 de março de 2013.
- QUADRAGESIMO ANNO: Sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a Lei Evangélica no XL aniversário da Encíclica de Leão XIII "Rerum Novarum". Igreja Católica: Papa Pio XI, 1931. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/edh_enciclica_quadragesimo_anno.pdf, acessado em 24 de julho de 2011.
- RABELO, Maria Mercedes. Redistribuição e Reconhecimento no Programa Bolsa Família: a voz das beneficiárias. Tese de Doutorado, PPG Sociologia-UFRGS, Porto Alegre. 2011.

- RATZINGER, Joseph. Compêndio do Catecismo da Igreja Católica. 2005, 78 p.
- RERUM NOVARUM: Sobre a condição dos operários. Igreja Católica: Papa Leão XIII, 1891. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/Enc%C3%ADclica%20Rerum%20Novarum.pdf>, acessado em 24 de Julho de 2011.
- ROUSSEFF, Dilma. Pronunciamento da Presidente, em 19 de fevereiro de 2013. Anúncio das novas medidas do Plano Brasil Sem Miséria. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=rBVLX_O8RV8. Consultado em 09 de março de 2013.
- SANE, Pierre. Pobreza, a próxima fronteira na luta pelos direitos humanos. In: WERCHEIN, Jorge; NOLETO, Marlova Jovchelovitch (org.). Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social. Brasília: UNESCO, 2003. p. 27-44
- SANT'ANA, Sarah Mailloux. A perspectiva brasileira sobre a pobreza: um estudo de caso do Programa Bolsa Família <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/24M.pdf>. Acesso em 11 de janeiro de 2011.
- SANTOS, Judit Camilo dos. Família, Parentesco e Política: Um estudo da implantação do Programa Bolsa Família em um município do Vale do Ribeira (PR). *Dissertação*, UFPR, 2007
- SARTI, Cynthia A. A FAMÍLIA COMO ESPELHO: Um estudo sobre a moral dos pobres. 3ª edição. São Paulo: Editora Cortez; 2005 [1ª ed. 1996]
- SAYAD, Abdelmalek. "A Pobreza exótica": A imigração argelina na França". RBCS. N. 17, out. 1991.
- SEN, Amartya K. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SENNA, Mônica de Castro Maia; BURLANDY, Luciene; MONNERAT, Giselle Lavinas; SCHOTT, Vanessa; MAGALHÃES, Rosana; Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? In: Revista Katál. Florianópolis, v.10, n.1. p. 86-94. Jan/Jun 2007.
- SILVA E SILVA et al. A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2008, 224 p.
- SILVA E SILVA, Maria Ozanira. Programas de transferência de renda: uma renda básica de cidadania e uma renda mínima condicionada (entrevista especial com Eduardo Matarazzo Suplicy). In: Revista Políticas Públicas São Luís, v.13, n.12, p.231-240 jul/dez.2009.
- SIMMEL, Georg. Les Pauvres. Paris: Presses Universitaires de France, [1907], 1998.
- SIMMEL, George. "O Dinheiro na Cultura Moderna". In: Jessé Souza e Berthold Oélze (orgs). Simmel e a Modernidade. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 23-40.

- SIMÕES, Pedro. Valores religiosos e profissões. In: Revista Praia Vermelha (Estudos de Política e Teoria Social). 12. Primeiro Semestre, 2005. p. 148-75
- SOARES, Ricardo. Sobram vagas em cursos profissionalizantes. Jornal Nacional, edição de 19 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL1454651-10406,00-SOBRAM+VAGAS+EM+CURSOS+PROFISSIONALIZANTES.html>
- SOARES, Sergei, e. SÁTYRO Natália, O programa bolsa família: Desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. Texto para Discussão nº 1424 Brasília: IPEA. 2009. www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1424.pdf
- SOARES, Sergei; RIBAS, Rafael Perez; SOARES, Fábio Veras. Focalização e cobertura do Programa Bolsa Família: qual o significado dos 11 milhões de famílias? Brasília: IPEA, 2009a [Texto para Discussão nº 1396].
- SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. O Programa Bolsa Família: desenho institucional e possibilidades futuras. In: CASTRO, Jorge Abrahão; MODESTO, Lúcia (org.). Bolsa Família 2003-2010: Avanços e Desafios, vol.1. Brasília: IPEA, 2010. p.25-56
- SOARES, Sergei; SÁTYRO. O Programa Bolsa Família: desenho institucional e possibilidades futuras. Brasília: IPEA, 2009b [Textos para Discussão nº 1424].
- SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Prefácio: O prenúncio da Renda Básica de Cidadania. In: SILVA E SILVA et al. A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2008, p.7-11.
- TAVARES, Priscilla Albuquerque. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. In: Revista Economia e Sociedade, Campinas, v.19, n. 2 (40), p. 613-635, dez. 2010.
- TEIXEIRA, Clarissa Godim. Análise da heterogeneidade do Programa Bolsa Família na oferta de trabalho dos homens e das mulheres. In: Bolsa Família 2003-2010: Avanços e Desafios, vol.2. Brasília: IPEA, 2010
- TOROSSIAN, Sandra Djambolakdjian; RIVERO, Nelson Estamado. Políticas Públicas e modos de viver. A Produção de sentidos sobre vulnerabilidade. IN: CRUZ, Lílian Rodrigues; GUARESCHI, Neuza. Políticas Públicas e Assistência Social. Diálogos com as práticas psicológicas. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. P 56-69
- TUBELLO, Luciana. "Onde se mora não é onde se trabalha". Porto Alegre: UFRGS, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LWNODJ2R4T>. Consultado em 07 de abril de 2013.
- UOL. "Moradores do Piauí comem rato-rabudo para matar fome na seca", publicada no dia 10 de março de 2013. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/03/10/moradores-do-piaui-comem-rato-rabudo-para-matar-fome-na-seca.htm>. Consultado em 10 de março de 2013
- VÁSQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003
- VEBLEN, Thorstein. "Consumo conspícuo". In: Teoria da Classe Ociosa. São Paulo, Abril, 1980, p. 48-64.

- VEJA ENTREVISTA NEILI SANTOS FERREIRA. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=wwM_97Yclbs. Consultado em 24 de março de 2013.
- VILLARREAL, Magdalena. Mujeres, finanzas sociales y violència económica em zonas marginadas de Guadalajara. Instituto Municipal de las Mujeres Guadalajara. Instituto Jalisciense de las Mujeres: Guadalajara. 2009, 143 p.
- WEBER, Florence. Lares de cuidado e linhas de sucessão: algumas indicações etnográficas na França, hoje In: *Mana* 12 (2): 479-502, 2006.
- WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, 160 p.
- WILKIS, Ariel. “Os Usos Sociais do Dinheiro em Circuitos Filantrópicos. O Caso das ‘Publicações de Rua’”. *Mana* vol. 14, no 1, 2008, p. 205-233.
- ZALUAR, 1986. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth C. L.. *A aventura antropológica. Teoria e pesquisa*. RJ: Terra e Paz, 1986. p.107-125
- ZELIZER, Viviana A. O significado social do dinheiro: “*dinheiros especiais*”. In: MARQUES, Rafael; PEIXOTO, João (orgs). *A nova sociologia econômica: uma antologia*. Portugal: Celta Editora, 2003. p.125-165
- _____. “Intimité et économie”. *Terrain* n°. 45, 2005, p.13-28.
- _____. Dinheiro, poder e sexo. *Cad. Pagu*. 2009, n.32, pp.135-57
- _____. Dinero, circuito, relaciones íntimas. *Sociedad y Economía, Norteamérica*, 0, dic. 2012, p. 11-33. Disponível em: <http://dintev.univalle.edu.co/revistasunivalle/index.php/SyE/article/view/1726/1650>. Acesso em 01 de agosto de 2013.
- ZERO HORA. Prefeito de Alvorada rejeita prisão na cidade. Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2009/04/prefeito-de-alvorada-rejeita-prisao-na-cidade-2460903.html>. Consultado em 07 de abril de 2013.